

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



## A ADAPTAÇÃO DE USO DOS LUGARES DE MEMÓRIA ARQUITETÔNICOS COMO FATOR DE PRESERVAÇÃO

*Rua do Ouvidor e adjacências*



Juliana Pavan  
2013



UFRJ

**A ADAPTAÇÃO DE USO DOS LUGARES DE MEMÓRIA  
ARQUITETÔNICOS COMO FATOR DE PRESERVAÇÃO  
CULTURAL: Rua do Ouvidor e adjacências**

Juliana Silva Pavan

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa Restauração e Gestão do Patrimônio.

Orientadora: Rosina Trevisan Martins Ribeiro

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2013

**A ADAPTAÇÃO DE USO DOS LUGARES DE MEMÓRIA  
ARQUITETÔNICOS COMO FATOR DE PRESERVAÇÃO  
CULTURAL: Rua do Ouvidor e adjacências**

Juliana Silva Pavan

Orientadora: Rosina Trevisan Martins Ribeiro

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa Restauração e Gestão do Patrimônio.

Aprovada por:

---

Presidente, Prof. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro

---

Prof. Dra. Cristiane Rose de Siqueira Duarte

---

Prof. Dr. Claudio Antonio Santos Lima Carlos

Rio de Janeiro  
Fevereiro de 2013

Pavan, Juliana Silva

A adaptação de uso dos Lugares de Memória arquitetônicos como fator de preservação cultural: Rua do Ouvidor e adjacências / Juliana Silva Pavan. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2013.

xxi, 251f.: il.; 29,7cm;

Orientadora: Rosina Trevisan Martins Ribeiro

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ PROARQ/ Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2013.

Referências Bibliográficas: f. 225-231.

1. Adaptação de uso. 2. Lugares de Memória. 3. Preservação Cultural. 4. Rua do Ouvidor. 5. Rio de Janeiro. I. Ribeiro, Rosina Trevisan Martins. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura. III. Título.

## Agradecimentos

---

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora Prof. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro pela incansável dedicação, disponibilidade, incentivo e, principalmente, pelo apoio que sempre encontrei em todas as minhas questões acadêmicas e o valioso conhecimento teórico que venho adquirindo graças a sua dedicada e estimulante orientação, não somente nos últimos dois anos, mas desde meus primeiros passos na iniciação científica. Agradeço, também, a amizade, o carinho, os conselhos, os divertidos momentos que passamos, por fim, agradeço não apenas à orientadora, incluo a querida amiga.

Agradeço aos professores do PROARQ dos quais fui aluna, com um agradecimento especial à Prof. Dra. Cláudia Carvalho Leme Nóbrega, pelas contribuições e discussões em sala de aula sobre meu tema, e, também, à Prof. Dra. Cristiane Rose de Siqueira Duarte, por me apresentar ‘um mundo’ de significâncias culturais em sala de aula. Agradeço aos professores que foram membros da minha banca, Prof. Dr. Claudio Antonio Santos Lima Carlos, e novamente, Prof. Dra. Cristiane Duarte, pelas valiosas contribuições.

Aos meus pais, sempre dedicados e amorosos, Evandro e Silvia, ao meu querido irmão e amigo Bruno, e à minha querida avó Geni. Agradeço à minha família por todo o amor, carinho e incentivo, sem os quais não conseguiria terminar essa dissertação. Um agradecimento especial ao meu pai, que nunca me disse não, acreditando e apoiando incondicionalmente todas as minhas decisões e sonhos profissionais.

À minha segunda família, meus amigos/irmãos, Igor Moscovici, Aline ‘Estrela’ do Carmo, Paula Caldas, João Paulo Clemente Mateus (*in memoriam*), que sempre me apoiaram, ouviram e incentivaram. Agradeço pelas longas conversas sobre meu tema, por compreenderem minhas ausências, e por me ajudarem a superar perdas e dificuldades. Eles me ensinaram o verdadeiro significado da palavra amizade.

Agradeço também a Deus, por me dar a força necessária para conseguir conquistar esta etapa da minha vida.

**A adaptação de uso dos Lugares de Memória arquitetônicos como fator de preservação cultural: Rua do Ouvidor e adjacências.**

Juliana Silva Pavan

Orientadora: Rosina Trevisan Martins Ribeiro

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura.

As edificações históricas do patrimônio cultural são por vezes reconhecidas como “Lugares de Memória”, fontes de história e identidade cultural. A adequação do edifício histórico preservado às solicitações advindas de novas demandas e tecnologias, sem descaracterizá-lo, tornou-se uma questão nas práticas de intervenção projetual. A partir da criação de programas de proteção de conjuntos urbanos na cidade do Rio de Janeiro – como o Corredor Cultural - diversas edificações históricas foram reutilizadas para a revitalização das áreas históricas. Esta dissertação tem como objetivo analisar as adaptações de uso de edificações históricas inseridas em área de preservação do Corredor Cultural, visando compreender se essas intervenções ocorridas preservam os significados e valores dos edifícios e da área como Lugar de Memória.

Utilizando a Rua do Ouvidor e adjacências como área de estudo, verificamos que apesar da área ter conseguido permanecer como um Lugar de Memória tradicional de compras para a sociedade, muitas edificações históricas estão sendo reutilizadas de forma depredativa, preservando-se somente suas fachadas enquanto que as características físicas internas são alteradas em razão do novo uso e em função do valor econômico. A incompreensão de que os significados e sentimentos derivados da relação do usuário com os edifícios se faz a partir de sua materialidade, está pondo em risco a permanência da memória e da história desta área, e, conseqüentemente, das referências simbólicas das quais a sociedade deveria basear sua identidade coletiva.

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2013

**The adaptation of the use of architectural Places of Memory as a factor for cultural conservation: *Rua do Ouvidor* and vicinity.**

Juliana Silva Pavan

Advisor: Rosina Trevisan Martins Ribeiro

Abstract of the Master Dissertation submitted to the Postgraduate in Architecture Program, Architecture and Urbanism College, of the Federal University of Rio de Janeiro – UFRJ, as part of the necessary requirements to obtain the title of Master of Science in Architecture.

The historic buildings of cultural heritage are sometimes recognized as "Places of Memory," sources of history and cultural identity. The adequacy of the historic buildings to new demands of use and technologies, without mischaracterize them, is a recurrent issue in the modernization of cultural heritage buildings. From the creation of urban projects conservation in the Rio de Janeiro - as the Cultural Corridor - various historic buildings of these urban settings were reutilized. This dissertation aims to analyze the changes of use in historic buildings, included in the Cultural Corridor, in order to understand if these interventions are occurring, conserving the meanings and values of the buildings as a "Place of Memory".

By using the *Rua do Ouvidor* (Ouvidor Street) and vicinity as study area, we found that although the area has been able to remain as a "Place of Memory", traditional place to shop for society, many historic buildings are being reused in order to depreciate it. The projects conserve only their facades, while the internal physical characteristics are changed because of new use, and aimed at the economic value. The incomprehension of the meanings and feelings starts in the user's relationship with the buildings and is made from its materiality. This incomprehension endangers the permanence of memory and history of this area and as a consequence also the symbolic references which society should base their collective identity.

Rio de Janeiro

February 2013

	PG.
INTRODUÇÃO _____	1
CAPÍTULO 1 - LUGARES DE MEMÓRIA: DOCUMENTO ARQUITETÔNICO ____	7
1.1. OS LUGARES DE MEMÓRIA _____	8
1.1.1. A memória individual e a memória coletiva _____	9
1.1.2. O espaço e o lugar _____	16
1.1.3. Da memória oral à escrita: O nascimento dos Lugares de Memória _____	21
1.2. A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA COLETIVA ANCORADA NA ARQUITETURA PARA A “NOVA HISTÓRIA” _____	29
1.3. LUGAR DE MEMÓRIA ARQUITETÔNICO: FONTE DE IDENTIDADE COLETIVA _____	37
CAPÍTULO 2 - O USO E A REUTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO ____	46
2.1. A PRESERVAÇÃO E O USO NAS TEORIAS DE RESTAURAÇÃO _____	47
2.1.1. O uso e a concepção do monumento histórico _____	50
2.1.2. O uso e a consagração do monumento histórico _____	58
2.1.3. Os valores e os princípios de intervenção de uso _____	69
2.2. A PRESERVAÇÃO E O USO NO BRASIL (1920-70): A CONCEPÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PARA A CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL _____	79
2.3. A PRESERVAÇÃO E O USO NAS CARTAS PATRIMONIAIS _____	88
2.3.1. Análise dos documentos patrimoniais _____	89

2.4. A REUTILIZAÇÃO E A ANÁLISE DE SUAS VOCAÇÕES TIPOLOGICAS DE USO	110
CAPÍTULO 3 – ÁREA DE ANÁLISE: OS LUGARES DE MEMÓRIA DA RUA DO OUVIDOR E ADJACÊNCIAS	
3.1. SÉCULO XX: DA BELLE EPÓQUE À DECADÊNCIA E O ESQUECIMENTO DAS ÁREAS HISTÓRICAS CENTRAIS DO RIO DE JANEIRO	127
3.1.1. Antecedentes	127
3.1.2. A Reforma de Pereira Passos e a <i>Belle Epóque</i> carioca	130
3.1.3. O percurso da desvalorização das áreas centrais históricas da cidade do Rio de Janeiro	135
3.2. A PROPOSTA DO CORREDOR CULTURAL DO RIO DE JANEIRO E SUA LEGISLAÇÃO	142
3.2.1. A incoerência entre as premissas do Corredor Cultural e a legislação aplicada nas áreas históricas	148
3.3. RECONHECENDO A ÁREA DE ESTUDO: O ENCONTRO DAS RUAS DO OUVIDOR, GONÇALVES DIAS, E SUAS ADJACÊNCIAS	157
3.3.1. O Rio antigo viveu aqui: A literatura carioca e suas Ruas inesquecíveis	158
3.3.2. Breve histórico das principais Ruas	164
3.4. ANÁLISE DA ÁREA DE ESTUDO	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS	218
BIBLIOGRAFIA	225
APÊNDICE: Levantamento dos usos das edificações	232

Nº	TÍTULO	PG.
<b>Fig. 1</b>	Exemplo de memória individual no período do regime militar brasileiro, que faz parte de uma memória coletiva e social, e também atua na memória individual dos outros. Fonte: < <a href="http://aquieoacre.blogspot.com.br/2011/12/ditadura-militar-no-brasil.html">http://aquieoacre.blogspot.com.br/2011/12/ditadura-militar-no-brasil.html</a> >. Acesso em: Fev. de 2012.	<b>12</b>
<b>Fig. 2</b>	“Passeata dos cem mil” na Avenida Rio Branco. A memória como um fenômeno construído coletivamente. Fonte: < <a href="http://www.ufff.br/secom/2011/04/05/abertura-de-arquivos-da-ditadura-no-brasil-e-tema-da-palestra/">http://www.ufff.br/secom/2011/04/05/abertura-de-arquivos-da-ditadura-no-brasil-e-tema-da-palestra/</a> >. Acesso em: Fev. de 2012.	<b>12</b>
<b>Fig. 3</b>	Imagem da Campanha organizada pela OAB. Fonte: < <a href="http://blog.folha.com/?p=6221">http://blog.folha.com/?p=6221</a> >. Acesso em: Fev. de 2012.	<b>14</b>
<b>Fig. 4</b>	Jovens em passeata a pela abertura dos arquivos da ditadura. Foto de 03 de abril de 2011. Fonte: < <a href="http://vamosalutanacional.blogspot.com.br/2011/04/fotos-do-ato-pela-abertura-dos-arquivos.html">http://vamosalutanacional.blogspot.com.br/2011/04/fotos-do-ato-pela-abertura-dos-arquivos.html</a> >. Acesso em: Fev. de 2012.	<b>14</b>
<b>Fig. 5</b>	Exemplo de personagens brasileiros “frequentados por tabela”: Dom Pedro II. Fonte: < <a href="http://www.aconteceempetropolis.com.br/2011/06/10/amores-da-epoca-do-imperio/">http://www.aconteceempetropolis.com.br/2011/06/10/amores-da-epoca-do-imperio/</a> >. Acesso em: Ago. de 2012.	<b>15</b>
<b>Fig. 6</b>	Exemplo de personagens brasileiros “frequentados por tabela”: Santos Dumont. Fonte: < <a href="http://www.aereo.jor.br/2010/07/20/aeronautica-comemora-137-anos-do-nascimento-de-santos-dumont/">http://www.aereo.jor.br/2010/07/20/aeronautica-comemora-137-anos-do-nascimento-de-santos-dumont/</a> >. Acesso em: Ago. de 2012.	<b>15</b>
<b>Fig. 7</b>	Exemplo de personagens brasileiros “frequentados por tabela”: Noel Rosa. Fonte: < <a href="http://veja.abril.com.br/blog/passarela/figuracas/noel-rosa/">http://veja.abril.com.br/blog/passarela/figuracas/noel-rosa/</a> >. Acesso em: Ago. de 2012.	<b>15</b>
<b>Fig. 8</b>	Passeata na Av. Rio Branco do sindicato dos policiais civis no dia 31 de janeiro de 2011. Fonte: < <a href="http://www.sinpol.org.br/index2.php?tipo=1&amp;flag=home&amp;id=14">http://www.sinpol.org.br/index2.php?tipo=1&amp;flag=home&amp;id=14</a> >. Acesso em: Fev. de 2012.	<b>16</b>
<b>Fig. 9</b>	Pintura de Dante Gabriel Rossetti de 1876 1881. Representação da deusa Mnemosine, quadro também intitulado de Lamp of Memory e Ricordanza. Fonte: < <a href="http://www.rossettiarchive.org/docs/s261.rap.html">http://www.rossettiarchive.org/docs/s261.rap.html</a> >. Acesso em: Fev. de 2012.	<b>23</b>
<b>Fig. 10</b>	Túmulo do Soldado Desconhecido da Primeira Guerra Mundial, sob o Arco do Triunfo de Paris. Fonte: < <a href="http://www.flickr.com/photos/celiacerqueira/5020906566/lightbox/">http://www.flickr.com/photos/celiacerqueira/5020906566/lightbox/</a> > Acesso em: Fev. de 2012	<b>25</b>
<b>Fig. 11</b>	Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (Monumento aos Pracinhas), Rio de Janeiro. Fonte: < <a href="http://www.panoramio.com/photo/18595702">http://www.panoramio.com/photo/18595702</a> >. Acesso em: Fev. de 2012.	<b>25</b>
<b>Fig. 12</b>	Revista Veja Online: Nostalgia vinculada à ‘Lugares de Memória’ arquitetônicos, utilizando ainda outro tipo de ‘Lugar de Memória’: a fotografia. Fonte: < <a href="http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/imagens-rio/galeria.html">http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/imagens-rio/galeria.html</a> >. Acesso em: Mar. De 2012	<b>40</b>
<b>Fig. 13</b>	Imagem interna da Igreja Santo Stefano Rotondo, configuração depois da restauração de Bernardo Rossellino em 1453. Fonte: CESCHI, 1970, p. 11.	<b>53</b>

<b>Fig. 14</b>	Planta original da Igreja S. Stefano Rotondo. Fonte: CESCHI, 1970, p. 11.	<b>53</b>
<b>Fig. 15</b>	Planta depois da restauração (funcional) da Igreja S. Stefano Rotondo. Fonte: CESCHI, 1970, p. 11.	<b>53</b>
<b>Fig. 16</b>	Estado de ruína do Coliseu em pintura do século XVII, depois de ter sido retirado partes da edificação para a reutilização do mármore travertino em diversas construções. Fonte: CESCHI, 1970, p. 40.	<b>54</b>
<b>Fig. 17</b>	Basilica de São Pedro, construção do século XVI, na qual foi utilizado o mármore travertino retirado do Coliseu. Fonte: < <a href="http://www.lmc.ep.usp.br/people/hlinde/estruturas/saopedro.htm">http://www.lmc.ep.usp.br/people/hlinde/estruturas/saopedro.htm</a> >. Acesso em: Fev. de 2012.	<b>54</b>
<b>Fig. 18</b>	Pintura do Arco do Tito antes da restauração de 1821. Fonte: CESCHI, 1970, p. 43.	<b>57</b>
<b>Fig. 19</b>	Arco do Tito depois da restauração de 1821. Fonte: CESCHI, 1970, p.43.	<b>57</b>
<b>Fig. 20</b>	Antiga Casa de Câmara e Cadeia, antes da obra de restauro. Fonte: CUNHA, 2010, p. 81.	<b>83</b>
<b>Fig. 21</b>	Antiga Casa de Câmara e Cadeia, depois da obra de restauro, atual Museu Histórico Municipal de Atibaia. Fonte: CUNHA, 2010, p. 81.	<b>83</b>
<b>Fig. 22</b>	Antigo Liceu de Artes e ofícios, antes da obra de restauro. Fonte: CUNHA, 2010, p. 83.	<b>84</b>
<b>Fig. 23</b>	Antigo Liceu de Artes e ofícios, depois da obra de restauro, atual Cine Vila Rica. Fonte: CUNHA, 2010, p. 83.	<b>84</b>
<b>Fig. 24</b>	Imagem da fachada do Palácio de São Lourenço, ainda em uso. Fonte: < <a href="http://www.iphan.gov.br/ans.net/verimageml.asp?Cod=1791&amp;Cont=1&amp;Max=0">http://www.iphan.gov.br/ans.net/verimageml.asp?Cod=1791&amp;Cont=1&amp;Max=0</a> >. Acesso em: Fev. de 2012.	<b>86</b>
<b>Fig. 25</b>	Imagem da fachada do Palácio de São Lourenço, ainda em uso. Fonte: < <a href="http://ocondedeandarahy.blogspot.com.br/2011/01/o-solar-do-visconde-vai-cair-cade-as.html">http://ocondedeandarahy.blogspot.com.br/2011/01/o-solar-do-visconde-vai-cair-cade-as.html</a> >. Acesso em: Fev. de 2012.	<b>86</b>
<b>Fig. 26</b>	Ruina do antigo Palácio de São Lourenço, localizado na esquina da Rua dos Inválidos com a Rua do Riachuelo. Fonte: Google Earth. Acesso em: Fev. de 2012.	<b>87</b>
<b>Fig. 27</b>	Antiga Casa de Banho de Dom João VI, com um novo uso de Museu da Limpeza Urbana. Utilização cultural inadequada à localização. Fonte: < <a href="http://www.panoramio.com/photo/60252809">http://www.panoramio.com/photo/60252809</a> >. Acesso em: Mar. de 2012.	<b>95</b>
<b>Fig. 28</b>	Casa de Bidu Sayão após a restauração que transformou o uso em centro cultural. Fonte: < <a href="http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=475842&amp;page=105">http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=475842&amp;page=105</a> >. Acesso em: Nov. de 2011.	<b>103</b>
<b>Fig. 29</b>	Exemplo de fachadismo: edifício localizado em área de proteção do Corredor Cultural. Fonte: Google Earth. Acesso em: Nov. de 2011.	<b>105</b>
<b>Fig. 30</b>	Foto de 1918 da Praia de Santa Luzia, no Rio de Janeiro, vendo se o Arsenal de Guerra (destinado ao reparo de armas e fabricação munições) e Casa do Trem (destinada à guarda dos armamentos), construídos no séc. XVIII. Fonte: < <a href="http://www.museuhistoriconacional.com.br">http://www.museuhistoriconacional.com.br</a> >. Acesso em: Dez. de 2011.	<b>111</b>

<b>Fig. 31</b>	Antiga Casa do Trem e Arsenal de Guerra, que em ocasião da Exposição de 1922 (comemoração do centenário da Independência) foram reformados em conjunto e transformados em um dos Pavilhões para Exposição. Ainda em 1922 a edificação se tornou o Museu Histórico Nacional, utilização que permanece até hoje. Fonte: Google Earth. Acesso em: Dez. de 2011.	<b>111</b>
<b>Fig. 32</b>	Antigo Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Salvador BA, construção iniciada no séc. XVII. Teve seu uso alterado na década de 1970, quando a igreja se tornou museu e o convento passou a ser um hotel. Fonte: < <a href="http://www.convento-do-carmo.com/">http://www.convento-do-carmo.com/</a> >. Acesso em: Dez. de 2011.	<b>111</b>
<b>Fig. 33</b>	Foto do Hospício Nacional de Alienados (Hospício de Pedro II), construído entre 1842 1852, no bairro da Urca, Rio de Janeiro. No início do século XX o Hospício já demonstrava inadequação das instalações e excesso de pacientes. Foto de 1890 de Marc Ferrez. Fonte: VÁRIOS, 2005, p.152.	<b>112</b>
<b>Fig. 34</b>	Foto atual do antigo Hospício de Pedro II. Em 1944 todos os pacientes foram transferidos para a Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, e em 1953 as antigas instalações do hospício passaram a configurar o Palácio Universitário, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fonte:< <a href="http://ufrj.emmovimento.blogspot.com.br/">http://ufrj.emmovimento.blogspot.com.br/</a> >. Acesso em: Nov. de 2011.	<b>112</b>
<b>Fig. 35</b>	Edificações sendo demolidas em nome do “progresso” do início do século XX, 1904 -1905. Fonte: KOK, 2005, p. 57.	<b>113</b>
<b>Fig. 36</b>	A construção dos novos edifícios ecléticos da Avenida Central, 1905. Fonte: KOK, 2005, p. 68.	<b>113</b>
<b>Fig. 37</b>	Vista aérea do antigo mercado Municipal, antes da construção do Elevado da Perimetral. Fonte:< <a href="http://picasaweb.google.com/lh/photo/R3XlOLYng7YKzqANGK8shQ">http://picasaweb.google.com/lh/photo/R3XlOLYng7YKzqANGK8shQ</a> >. Acesso em: Dez. de 2011.	<b>114</b>
<b>Fig. 38</b>	Vista aérea do antigo Mercado Municipal cortado pela Av. Perimetral e já parcialmente desmontado. Fonte:< <a href="http://www.flickr.com/photos/lucypassos/1580443819/in/photostream/">http://www.flickr.com/photos/lucypassos/1580443819/in/photostream/</a> >. Acesso em: Dez. de 2011.	<b>115</b>
<b>Fig. 39</b>	Imagem atual do Elevado da Perimetral, condenado a demolição pelas novas necessidades da sociedade na contemporaneidade. No lado direito da imagem vemos o restaurante Albamar, torreão que conseguiu sobreviver à demolição do antigo mercado na década de 1950. Fonte: Google Earth. Acesso em: Dez. de 2011.	<b>115</b>
<b>Fig. 40</b>	Antigo Teatro Gran Splendid reutilizado para o uso de livraria, El Ateneo, Buenos Aires – Argentina. Fonte:< <a href="http://www.buenosaires54.com/blogen/2010/03/el-ateneo/">http://www.buenosaires54.com/blogen/2010/03/el-ateneo/</a> >. Acesso em: Jan. de 2012.	<b>117</b>
<b>Fig. 41</b>	Reutilização do Armazém 6 da zona Portuária do Rio de Janeiro. O Armazém “da Utopia” recebe diversos eventos, como o Festival do Rio de Cinema que ocorreu em 2011. Fonte:< <a href="http://2011.festivaldorrio.com.br/noticias/armazem-da-utopia-central-do-cinema-no-rio/">http://2011.festivaldorrio.com.br/noticias/armazem-da-utopia-central-do-cinema-no-rio/</a> >. Acesso em: Jan. de 2012.	<b>117</b>
<b>Fig. 42 e 43</b>	Exemplos de edificações “documentos materiais” que compõem o centro histórico do Rio de Janeiro. Imagens atuais da Rua Buenos Aires (esq.) e da Rua do Lavradio (dir.). Fonte: Google Earth. Acesso em: Jan. de 2012.	<b>118</b>
<b>Fig. 44</b>	Exemplo de uso inadequado à vocação tipológica do edifício: localizado na Rua do Ouvidor, nº 158, 160, 162, pertencente à área de proteção do Corredor Cultural. Fonte: Foto da autora, Dez. de 2012.	<b>120</b>

<b>Fig. 45</b>	O cruzamento das Ruas Gonçalves Dias e do Ouvidor, 2011. Fonte: Google Earth. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>124</b>
<b>Fig. 46</b>	Indicação do polígono de estudo em amarelo Fonte: Figura produzida pela autora a partir de imagem retirada do Google Earth.	<b>125</b>
<b>Fig. 47</b>	Limitação urbana da cidade, no início do século XIX, entre os quatro morros. Planta da cidade do Rio de Janeiro, 1817. Fonte: Edição sobre imagem de ABREU, 2006, p.36.	<b>128</b>
<b>Fig. 48</b>	O morro do Castelo densamente habitado. Foto de Marc Ferrez, 1890. Fonte: KOK, 2005, p. 25.	<b>129</b>
<b>Fig. 49</b>	“O ano de 1891 não nos pode deixar muitas saudades. Ele dizimou a população da nossa capital com a terrível febre amarela.” Revista Ilustrada, dezembro de 1891. Angelo Agostini. Fonte: KOK, 2005, p.33.	<b>129</b>
<b>Fig. 50</b>	Revista Ilustrada de 1893, referindo-se a demolição do cortiço “Cabeça de Porco”, um dos maiores e mais insalubres cortiços da época. Uma tentativa do prefeito Barata Ribeiro de combater a insalubridade. Fonte: ABREU, 2006, p.51.	<b>129</b>
<b>Fig. 51</b>	Planta do projeto de Alargamento da Rua Uruguaiana (Uruguayana), 1903. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro. < <a href="http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp">http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp</a> >. Acesso em: dez. de 2012.	<b>131</b>
<b>Fig. 52</b>	Obras e demolições para o alargamento da Rua Uruguaiana, 1905. Fonte:< <a href="http://falandodegeografia.blogspot.com.br/2008_08_01_archive.html">http://falandodegeografia.blogspot.com.br/2008_08_01_archive.html</a> >. Acesso em dez. de 2012.	<b>131</b>
<b>Fig. 53</b>	Desmorte de parte do Morro do Castelo, próximo a ladeira do seminário. 1904. Fonte: FERREZ, 1983.	<b>131</b>
<b>Fig. 54</b>	Edifícios demolidos em nome do “progresso” para a abertura da Avenida Central, 1904. Fonte: KOK, 2005, p. 57.	<b>132</b>
<b>Fig. 55</b>	“A fúria demolidora nos planos de remodelação urbana do prefeito Pereira Passos. Um barracão de menos. O Malho, 31.3.1903.” Fonte: KOK, 2006, p. 39.	<b>132</b>
<b>Fig. 56</b>	Rua dos Ourives, atual Rua Miguel Couto. Uma das edificações de nossa área de análise demolida para a abertura da Avenida. Detalhe para a placa da loja: Desapropriação para a Avenida Central, Terminante Liquidação. Fonte: < <a href="http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br">http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br</a> >. Acesso em: Ago. de 2012.	<b>132</b>
<b>Fig. 57</b>	Proposta de Abertura da Avenida Central, ligando a Praça Ferreira Viana ao novo porto da Cidade. Fonte: LIMA, 2000.	<b>133</b>
<b>Fig. 58</b>	Avenida Central já concluída, vista para a Avenida Beira Mar, 1910. Foto de Marc Ferrez. Fonte: VÁRIOS, 2005.	<b>133</b>
<b>Fig. 59</b>	Passeio na nova Avenida, apreciando a vitrine da nova filial da loja Parc Royal, 1906. Foto de Augusto Malta. Fonte: KOK, 2006.	<b>134</b>
<b>Fig. 60</b>	O cinema Pathé na Avenida Central, 1915. Foto de Marc Ferrez. Fonte: PARENTE, 1994.	<b>134</b>
<b>Fig. 61</b>	Vista noturna na Avenida Central. Fonte: FERREZ, 1983.	<b>134</b>

<b>Fig.62</b>	Vista da concentração dos primeiros edifícios “arranha-céus” da cidade (da esq. para dir.): Odeon, Império (hoje demolido), Heydenreich, Glória, Natal, Capitólio (hoje demolido) e Fontes. Década de 1930. Fonte: < <a href="http://www.almacarioca.com.br">http://www.almacarioca.com.br</a> >. Acesso em: 2006.	<b>137</b>
<b>Fig. 63</b>	Aglomerção de pessoas nas portas dos cinemas vizinhos Pathé Palácio (Edifício Natal) e Capitólio na Praça Floriano Peixoto, Cinelândia, 1932. Fonte:< <a href="http://www.flickr.com/photos/carioca_da_gema/66807736/">http://www.flickr.com/photos/carioca_da_gema/66807736/</a> >. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>137</b>
<b>Fig. 64 e 65</b>	Antes e depois das demolições na década de 1940 para a abertura da Avenida Presidente Vargas. Fonte: < <a href="http://www.almacarioca.com.br">www.almacarioca.com.br</a> >. Acesso em: Nov. de 2012.	<b>138</b>
<b>Fig. 66</b>	Avenida República do Chile, onde antes se encontrava o Morro de Santo Antônio. Larga avenida privilegiando o trânsito de veículos, e pouco, ou nenhum, conforto e atrativo para os pedestres. Fonte: Google Earth. Acesso em: Nov. de 2012.	<b>139</b>
<b>Fig. 67 e 68</b>	Comparação do traçado urbano da área de análise e de seu entorno, em 1935 e atualmente, respectivamente. Em azul as áreas que foram ‘contaminadas’ por novos edifícios em decorrência da abertura das largas avenidas. Em amarelo a área de análise. Fonte: Edição sobre imagem de CZAJKOWSKI, 2000, p.101.; Edição sobre imagem do Google Earth	<b>141</b>
<b>Fig. 69</b>	Delimitação das três subáreas da implantação do Projeto Corredor Cultural. Fonte: ALCANTARA, 2008, p.89.	<b>144</b>
<b>Fig. 70</b>	Delimitação das áreas do Corredor Cultural. Fonte: RIOARTE/ IPLANRIO, 2002, p.9.	<b>145</b>
<b>Fig. 71</b>	Planta PA nº 10.600 da subzona de preservação ambiental de 1987, com destaque em amarelo para a nossa área de análise. Fonte: Edição sobre imagem da Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro.< <a href="http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp">http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp</a> >. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>147</b>
<b>Fig. 72</b>	Ampliação da legenda e da nossa área de análise da Planta PA nº 10.600 da subzona de preservação ambiental de 1987, com destaque em amarelo para a nossa área de análise. Fonte: Edição sobre imagem da Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro.< <a href="http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp">http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp</a> >. Acesso em: dez. de 2012.	<b>147</b>
<b>Fig. 73</b>	Sugestão do Manual do Corredor Cultural para acréscimo de pavimentos, com um nível intermediário estreito, e sem grandes possibilidades de utilização, somente para o “acesso à janela”. Fonte: RIOARTE/IPLANRIO, 2002, p.45.	<b>152</b>
<b>Fig. 74</b>	Três “Soluções” do manual do Corredor cultural para instalação de ar condicionado nas fachadas, que podem descaracterizar a imagem e a harmonia das fachadas. Fonte: RIOARTE/IPLANRIO, 2002, p.39.	<b>153</b>
<b>Fig. 75</b>	Palheta de cores que o manual oferece para a escolha do proprietário. Fonte: RIOARTE/IPLANRIO, 2002, p.42.	<b>154</b>
<b>Fig. 76</b>	O manual utiliza a Lapa com um “bom exemplo” de escolhas de cores fortes para “destacar” o edifício no conjunto, ou destacar o próprio conjunto. Fonte: RIOARTE/IPLANRIO, 2002, p.41.	<b>154</b>
<b>Fig. 77</b>	Interior do Café do Rio, com predominância de homens, foto de Augusto Malta em 1911. Fonte: < <a href="http://www.fotolog.com.br/luiz_o/90097572/#profile_start">http://www.fotolog.com.br/luiz_o/90097572/#profile_start</a> >. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>165</b>

<b>Fig. 78</b>	Interior da antiga Livraria Garnier, que se localizava na Rua do Ouvidor nº 69. Foto do final do século XIX. Fonte: < <a href="http://www.flickrriver.com/photos/andre_so_rio/random/">http://www.flickrriver.com/photos/andre_so_rio/random/</a> >. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>165</b>
<b>Fig. 79</b>	Interior da Casa Edison, que se localizava na Rua do Ouvidor nº 107. Fonte: < <a href="http://www.sitedokafofo.com/casa-edison-gravacoes-historicas-1902-1932/">http://www.sitedokafofo.com/casa-edison-gravacoes-historicas-1902-1932/</a> >. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>166</b>
<b>Fig. 80</b>	Propaganda da Casa Edson. Fonte: < <a href="http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/trivial-da-casa-edison">http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/trivial-da-casa-edison</a> >. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>166</b>
<b>Fig. 81</b>	Rua do Ouvidor com suas lojas requintadas e transeuntes elegantes. Foto de Marc Ferrez, 1890. Fonte: VÁRIOS, 2005, p. 160.	<b>167</b>
<b>Fig. 82</b>	Rua do Ouvidor vendo-se os prédios da Charutaria e perfumaria Guimarães e da Casa Ramos Sobrinho. Foto de Augusto Malta, final do século XIX. Fonte: < <a href="http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br">http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br</a> >. Acesso em: Ago. de 2012.	<b>167</b>
<b>Fig. 83</b>	Rua do Ouvidor, foto do final do século XX. Fonte: < <a href="http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45">http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45</a> >. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>168</b>
<b>Fig. 84</b>	Rua do Ouvidor e suas lojas, foto da primeira década do século XX. Fonte: < <a href="http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45">http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45</a> >. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>168</b>
<b>Fig. 85</b>	Imagens da fachada do interior da Casa Vieira Machado, que se localizava na Rua do Ouvidor nº 179, 1913. Fonte: LLOYD, 1913.	<b>169</b>
<b>Fig. 86</b>	Imagens da fachada do interior da nova edificação da Tour Eiffel, 1913. Fonte: LLOYD, 1913.	<b>169</b>
<b>Fig. 87</b>	Edifício da Casa Colombo, localizava-se em uma das principais esquinas de comércio da cidade: o cruzamento da Avenida Central e a Rua do Ouvidor. Fonte: LLOYD, 1913.	<b>170</b>
<b>Fig. 88</b>	Transeuntes elegantes da Rua do Ouvidor na década de 1940. Fonte: < <a href="http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45">http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45</a> >. Acesso em: Jan. de 2013	<b>171</b>
<b>Fig. 89</b>	Grande concentração de pessoas na Rua do Ouvidor na década de 1950. Fonte: < <a href="http://www.rioquepassou.com.br/2005/04/08/rua-do-ouvidor-anos-50/">http://www.rioquepassou.com.br/2005/04/08/rua-do-ouvidor-anos-50/</a> >. Acesso em: Jan. de 2013	<b>171</b>
<b>Fig. 90</b>	Rua do Ouvidor, foto de 1961. Fonte: < <a href="http://banco.agenciaoglobo.com.br/Pages/DetalheDaImagem/?idimagem=28189">http://banco.agenciaoglobo.com.br/Pages/DetalheDaImagem/?idimagem=28189</a> >. Acesso em: Jan. de 2013	<b>171</b>
<b>Fig. 91</b>	Rua do Ouvidor, foto de 1964. Fonte: < <a href="http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45">http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45</a> >. Acesso em: Jan. de 2013	<b>171</b>
<b>Fig. 92</b>	Rua do Ouvidor, na década de 1970. Fonte: < <a href="http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45">http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45</a> >. Acesso em: Jan. de 2013	<b>172</b>
<b>Fig. 93</b>	Rua Gonçalves Dias, foto de Augusto Malta, 1905. Fonte: < <a href="http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br">http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br</a> >. Acesso em: Ago. de 2012.	<b>173</b>
<b>Fig. 94</b>	Rua Gonçalves Dias e suas lojas, foto de Augusto Malta, 1905. Fonte: < <a href="http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br">http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br</a> >. Acesso em: Ago. de 2012.	<b>173</b>

<b>Fig. 95</b>	Rua Gonçalves Dias, esquina com a Rua Sete de Setembro. Vê-se o armazém A Fama, com o letreiro: Legítima e Real Liquidação. Foto de Augusto Malta, início do séc. XX. Fonte: < <a href="http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br">http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br</a> >. Acesso em: Ago. de 2012.	<b>174</b>
<b>Fig. 96</b>	Imagem com os mostruários das Casas Hermann, localizadas na Rua Gonçalves Dias, e do edifício da Avenida Central, 1913. Fonte: LLOYD, 1913.	<b>175</b>
<b>Fig. 97 e 98</b>	Rua Gonçalves Dias ainda com muitos transeuntes e diversas lojas, década de 1960. Vê-se na fotografia à esq. O letreiro da Casa Daniel, antigo Café Glacier. Fonte: < <a href="http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45">http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45</a> >. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>175</b>
<b>Fig. 99</b>	Obras de alargamento da Rua Uruguaiana, esquina com a Rua Sete de Setembro, vê-se na imagem a largura anterior da Rua, que estava passando pela fase do “bota-baixo” de Passos, 1905. Fonte: Edição sobre imagem do site < <a href="http://www.rioquepassou.com.br/?s=uruguaiana">http://www.rioquepassou.com.br/?s=uruguaiana</a> >. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>176</b>
<b>Fig. 100</b>	Interior do Bazar América, localizado na Rua Uruguaiana, foto de 1913. Fonte: LLOYD, 1913.	<b>177</b>
<b>Fig. 101</b>	Interior da Casa da Onça, localizada na Rua Uruguaiana. Foto de 1908. Fonte: < <a href="http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45">http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45</a> >. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>177</b>
<b>Fig. 102</b>	Rua Uruguaiana em obras de alargamento. Vê-se a propaganda em frente ao prédio da Casa da Onça (sapatos) e o toldo da Casa de Fazendas Pretas, 1905. Fonte: Edição sobre imagem do site < <a href="http://www.rioquepassou.com.br/?s=uruguaiana">http://www.rioquepassou.com.br/?s=uruguaiana</a> >. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>177</b>
<b>Fig. 103</b>	Propaganda da nova sede da Casa Fazendas Pretas, 1908. Fonte: < <a href="http://almanaque.info/?p=4739">http://almanaque.info/?p=4739</a> >. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>177</b>
<b>Fig. 104</b>	Exemplo de ofício que não era mais adequado a Rua. Fonte: < <a href="http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br">http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br</a> >. Acesso em: Ago. de 2012.	<b>178</b>
<b>Fig. 105</b>	Rua Uruguaiana, vista para o lado do Largo da Carioca, muito frequentada pela alta sociedade após a Reforma de Passos, 1907 Fonte: < <a href="http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45">http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45</a> >. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>178</b>
<b>Fig. 106</b>	Edificação da Joalheria Accacio Leite. Rua Uruguaiana, esquina com a Rua do Ouvidor. Fonte: LLOYD, 1913.	<b>179</b>
<b>Fig. 107</b>	Rua Uruguaiana. Vê-se a Alfaiataria White Star Company. Foto de Augusto Malta, primeira década do século XX. Fonte: < <a href="http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br">http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br</a> >. Acesso em: Ago. de 2012.	<b>179</b>
<b>Fig. 108</b>	Rua Uruguaiana. Vê-se a Alfaiataria Mello. Foto de Augusto Malta, primeira década do século XX. Fonte: < <a href="http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br">http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br</a> >. Acesso em: Ago. de 2012.	<b>179</b>
<b>Fig. 109</b>	Rua Uruguaiana. Vê-se a Alfaiataria Moreno. Foto de Augusto Malta, primeira década do século XX. Fonte: < <a href="http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br">http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br</a> >. Acesso em: Ago. de 2012.	<b>179</b>
<b>Fig. 110</b>	Rua Uruguaiana, esquina da Rua do Ouvidor, vendo-se o edifício da Casa Raunier. Década de 1910. Fonte: < <a href="http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=310290">http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=310290</a> >. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>180</b>

<b>Fig. 111</b>	Rua do Ouvidor, esquina com a Rua Uruguaiana, vendo-se o novo edifício Sloper, foto de 1964. Fonte: < <a href="http://banco.agenciaoglobo.com.br/Pages/DetalheDalmagem/?idimagem=27723">http://banco.agenciaoglobo.com.br/Pages/DetalheDalmagem/?idimagem=27723</a> >. Acesso em Jan. de 2013.	<b>180</b>
<b>Fig. 112</b>	Interior da loja Sloper, foto de 1958. Fonte: < <a href="http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45">http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&amp;page=45</a> >. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>180</b>
<b>Fig. 113</b>	Rua Uruguaiana, esquina da Rua do Ouvidor, com muitos transeuntes, foto de 1957. Fonte: < <a href="http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=310290">http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=310290</a> >. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>181</b>
<b>Fig. 114</b>	Rua Uruguaiana com muitos transeuntes e ainda como uma importante via de tráfego da cidade, poucos anos antes de se iniciarem as obras do Metrô da carioca (1978) e da modificação do trânsito da Rua, foto de 1974. Fonte: < <a href="http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=310290">http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=310290</a> >. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>181</b>
<b>Fig. 115</b>	Fachada, interior da Loja, e área de produção da Parc Royal, 1913. Fonte: LLOYD, 1913.	<b>182</b>
<b>Fig. 116</b>	Loja Parc Royal, à direita a Igreja de São Francisco de Paula, à esquerda a Travessa de São Francisco (atual Rua Ramalho Ortigão). Fonte: < <a href="http://www.flickr.com/photos/memoriaviva/178705119/">http://www.flickr.com/photos/memoriaviva/178705119/</a> lightbox/>. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>183</b>
<b>Fig. 117</b>	Rua Ramalho Ortigão, o estacionamento em frente é a localização onde antes se encontrava a edificação da loja Parc Royal, à direita a Igreja de São Francisco de Paula. Fonte: Google Earth. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>183</b>
<b>Fig. 118</b>	Fachada da Casa Cruz em 1928 Fonte: < <a href="http://www.fotolog.com.br/sorio/46357798/#profile_start">http://www.fotolog.com.br/sorio/46357798/#profile_start</a> >. Acesso em: Jan. de 2013	<b>184</b>
<b>Fig. 119</b>	Incêndio da Loja Parc Royal afetou o edifício da Casa Cruz, 1943. Fonte: < <a href="http://www.flickr.com/photos/11124678@N02/2550098342/">http://www.flickr.com/photos/11124678@N02/2550098342/</a> >. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>184</b>
<b>Fig. 120</b>	Incêndio ocorrido na Casa Cruz em 2007. Fonte: < <a href="http://www.flickr.com/photos/muzell/2131270245/">http://www.flickr.com/photos/muzell/2131270245/</a> >. Acesso em: Jan de 1013.	<b>184</b>
<b>Fig. 121</b>	Casa Cruz após reconstrução ocorrida em 2008, foto de 2012. Fonte: Foto da autora, Dez. de 2012.	<b>184</b>
<b>Fig. 122</b>	Delimitação do polígono de estudo Fonte: Figura produzida pela autora a partir de imagem retirada do Google Earth.	<b>185</b>
<b>Fig. 123</b>	Rua Uruguaiana com predominância de edificações com gabaritos baixos, e construídos até 1937. Fonte: Foto da autora, Dez. de 2012.	<b>186</b>
<b>Fig. 124</b>	Diferença de gabarito entre as edificações mais novas, e as construídas até 1937. Fonte: Foto da autora, Dez. de 2012.	<b>186</b>
<b>Fig. 125</b>	Perspectiva da Rua Uruguaiana, esquina com a Rua do Ouvidor, com algumas edificações com altos gabaritos que interferem na homogeneidade da paisagem urbana da área. Fonte: imagem retirada do Google Earth.	<b>186</b>

<b>Fig. 126</b>	Desenho em perspectiva da área, com as altas edificações da Avenida Rio Branco, e os gabaritos mais baixos concentrados na nossa área de análise.	<b>187</b>
<b>Fig. 127</b>	Avenida Rio Branco, próximo a nossa área de estudo, e seus altos edifícios modernos. Fonte: <a href="http://www.panoramio.com/photo/1071069">http://www.panoramio.com/photo/1071069</a> >. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>187</b>
<b>Fig. 128</b>	Avenida Rio Branco esquina com a Rua do Rosário, em 1910 e atualmente, como o edifício Simpatia a esq., um dos dez remanescentes da abertura da Avenida Central. Fonte: KOK, 2002.	<b>187</b>
<b>Fig. 129</b>	Avenida Rio Branco esquina com a Rua do Rosário, em 1910 e atualmente, como o edifício Simpatia a esq., um dos dez remanescentes da abertura da Avenida Central. Fonte: imagem retirada do google Earth	<b>187</b>
<b>Fig. 130</b>	Delimitação do polígono de estudo, e a localização dos bens tombados individualmente. Fonte: Figura produzida pela autora a partir de imagem retirada do Google Earth.	<b>189</b>
<b>Fig. 131 e 132</b>	Exemplo de lojas voltadas para a classe média e/ou média-alta, localizadas na Rua Gonçalves Dias. Fonte: Google Earth. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>193</b>
<b>Fig. 133 e 134</b>	Exemplos de lojas voltadas para a classe média e/ou média-baixa localizadas na Rua Uruguaiana. Fonte: Google Earth. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>193</b>
<b>Fig. 135</b>	Matéria de jornal noticiando o tombamento da antiga Casa Daniel. Jornal do Brasil de 28/12/1987. Fonte: PINHEIRO, 1987, p. 350.	<b>195</b>
<b>Fig. 136, 137 e 138</b>	Interior da loja de sapatos Arezzo, antiga Casa Daniel. A decoração interna art déco foi restaurada e preservada na reutilização do edifício, e alguns de seus antigos móveis restaurados – como da imagem da esq. Fonte: < <a href="http://ffw.com.br/noticias/tag/restauracao/">http://ffw.com.br/noticias/tag/restauracao/</a> >. Acesso em: Jul. de 2012.	<b>196</b>
<b>Fig. 139</b>	Fachada do edifício Casa Daniel que abriga atualmente uma filial da loja de sapatos Arezzo. Fonte: < <a href="http://demarcelaparaana.com/?p=6941">http://demarcelaparaana.com/?p=6941</a> >. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>196</b>
<b>Fig. 140</b>	Nota sobre a abertura da loja de sapatos. Jornal O globo de 20/11/2010. Fonte:< <a href="http://www.artdecobrasil.com/home.php?url=noticias&amp;idio ma=pt">http://www.artdecobrasil.com/home.php?url=noticias&amp;idio ma=pt</a> >. Acesso em: Jul. de 2012.	<b>196</b>
<b>Fig. 141 e 142</b>	Grande concentração de pessoas nas lojas e nas Ruas da região. Rua Gonçalves Dias, esquina com a Rua do Ouvidor. Fonte: Fotos da autora, 29 de dezembro de 2012.	<b>199</b>
<b>Fig. 143</b>	Porta da Confeitaria Colombo com diversos consumidores e fila de espera para atendimento em uma sexta feira à tarde. Fonte: Foto da autora, 29 de dezembro de 2012.	<b>200</b>
<b>Fig. 144</b>	Interior da Confeitaria Colombo. Fonte:< <a href="http://www.inepac.rj.gov.br/modules/Guia/images/Colombo%203.jpg">http://www.inepac.rj.gov.br/modules/Guia/images/Colombo%203.jpg</a> >. Acesso em: Jul. de 2012.	<b>200</b>
<b>Fig. 145</b>	Balcão da Confeitaria Colombo com diversos consumidores e a dir. uma visitante tirando fotos. Fonte:< <a href="http://omundoemeuvizinho.files.wordpress.com/2011/09/confeitaria-colombo-3.jpg">http://omundoemeuvizinho.files.wordpress.com/2011/09/confeitaria-colombo-3.jpg</a> >. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>200</b>

<b>Fig. 146</b>	Grande movimento de pessoas no salão da Confeitaria, e o atendimento tradicional dos garçons. Fonte: < <a href="http://www.lonelyplanet.com/brazil/rio-de-janeiro/images/confeitaria-colombo-rio-de-janeiro\$26365-33">http://www.lonelyplanet.com/brazil/rio-de-janeiro/images/confeitaria-colombo-rio-de-janeiro\$26365-33</a> >. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>200</b>
<b>Fig. 147</b>	Foto do salão principal e em frente grande concentração de pessoas nos balcões e em espera para sentar à mesa no salão. Fonte: < <a href="http://eatingtheworld.wordpress.com/2012/03/06/confeitaria-colombo/">http://eatingtheworld.wordpress.com/2012/03/06/confeitaria-colombo/</a> >. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>201</b>
<b>Fig. 148</b>	Decoração da Confeitaria Manon. Fonte: < <a href="http://www.apartmentinrio.net/content/confeitariamanon">http://www.apartmentinrio.net/content/confeitariamanon</a> >. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>203</b>
<b>Fig. 149</b>	Interior da Confeitaria Manon. Fonte: < <a href="http://www.flickr.com/photos/11155422@N00/5892879028/">http://www.flickr.com/photos/11155422@N00/5892879028/</a> >. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>203</b>
<b>Fig. 150</b>	Mau estado de conservação da fachada do edifício que abriga a Confeitaria Manon, e andares sem utilização. Fonte: Foto da autora, 29 de dezembro de 2012.	<b>203</b>
<b>Fig. 151</b>	Edifício da Antiga Casa Cavé, atual filial da Confeitaria Manon. Fonte: Foto da autora, 29 de dezembro de 2012.	<b>204</b>
<b>Fig. 152</b>	O letreiro permanece com o nome da antiga Casa Cavé. Fonte: Foto da autora, 29 de dezembro de 2012.	<b>204</b>
<b>Fig. 153</b>	Interior da Antiga Cavé, atual Manon. Fonte: < <a href="http://demarcelaparaana.com/?p=654">http://demarcelaparaana.com/?p=654</a> >. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>204</b>
<b>Fig. 154</b>	Interior da Cavé, ainda em funcionamento. Fonte: < <a href="http://demarcelaparaana.com/?p=654">http://demarcelaparaana.com/?p=654</a> >. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>204</b>
<b>Fig. 155</b>	Fotos da antiga Loja Chapelaria A Radiante ainda em funcionamento, início do século XIX. Fonte: < <a href="http://demarcelaparaana.com/?p=654">http://demarcelaparaana.com/?p=654</a> >. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>205</b>
<b>Fig. 156</b>	Nova sede da Casa Cavé, antiga Chapelaria A Radiante. Fonte: < <a href="http://demarcela paraana.com/?p=654">http://demarcela paraana.com/?p=654</a> >. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>206</b>
<b>Fig. 157</b>	Interior da Casa Cavé, com o nome da antiga chapelaria “A Radiante”. Fonte: < <a href="http://demarcelaparaana.com/?p=654">http://demarcelaparaana.com/?p=654</a> >. Acesso em: Dez. de 2012.	<b>206</b>
<b>Fig. 158</b>	Texto retirado do Site da Casa Cavé. Fonte: < <a href="http://www.confeitariacave.com.br/">http://www.confeitariacave.com.br/</a> >. Acesso em: Jul. de 2012.	<b>206</b>
<b>Fig. 159</b>	Edificação preservada onde os 4 pavimentos são subutilizados. Fonte: Google Earth. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>209</b>
<b>Fig. 160</b>	Loja de vestuário masculino Estilo, que utiliza um dos pavimentos da loja como área de costura. Fonte: Google Earth. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>211</b>
<b>Fig. 161</b>	Edifícios que abrigam a mesma loja (Americanas). Fonte: Figura produzida pela autora a partir de planta cadastral em arquivo Auto Cad.	<b>212</b>
<b>Fig. 162</b>	Edifício da Lojas Americanas na Rua Ramalho Ortigão nº38, construído antes de 1938. Fonte: Google Earth. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>212</b>
<b>Fig. 163</b>	Edifício da Lojas Americanas na Rua do ouvidor nº173, construído depois de 1938, e o nº47 da Rua Uruguaiana, construído antes de 1938. Fonte: Foto da autora, Dez. 2012.	<b>212</b>

<b>Fig. 164</b>	Edifícios da Lojas Americanas na Rua do Uruguaiiana nº47, os edifícios rosa e o branco, construídos antes de 1938. Fonte: Foto da autora, Dez. 2012.	<b>212</b>
<b>Fig. 165 e 166</b>	Edificações que foram completamente destruídas internamente para a utilização de uma loja de produtos de utilidades domésticas. Fonte: Google Earth. Acesso em: Jan. de 2013.	<b>213</b>
<b>Fig. 167 e 168</b>	Fachada de duas antigas edificações, e o espaço interno amplo gerado graças a destruição completa das características internas para a reutilização de uma loja departamento. Fonte: Fotos da autora, Dez. 2012.	<b>214</b>
<b>Fig. 169 e 170</b>	Lojas de departamento Riachuelo (esq.) e C&A (dir.). Fonte: Fotos da autora, Dez. de 2012.	<b>215</b>
<b>Fig. 171 e 172</b>	Esq. Desnível entre o piso original da sacada e o piso da loja, e barra de ferro impossibilitando o acesso a sacada. Dir. Fachada da loja de alimentação Mcdonald's. Fonte: Fotos da autora, Dez. de 2012.	<b>216</b>
<b>Fig. 173 e 174</b>	Instalação de sistema de ar-condicionado em edifício histórico. Banco de Crédito IBI, localizado na Rua Uruguaiiana nº 20. Fonte: Fotos da autora, Dez. de 2012.	<b>216</b>
<b>Fig. 175</b>	Instalação de sistema de ar- condicionado em edifício histórico. Loja de vestuário masculino Maha Man, localizado na Rua do ouvidor nº 151. Fonte: Foto da autora, Dez. de 2012.	<b>216</b>

<b>Nº</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PG.</b>
<b>Gráfico 1</b>	Porcentagem dos espaços térreos das edificações da região. Fonte: autora.	<b>188</b>
<b>Gráfico 2</b>	Porcentagem dos tipos de utilização das lojas térreas. Fonte: autora.	<b>190</b>
<b>Gráfico 3</b>	Porcentagem dos tipos de utilização das lojas térreas. Fonte: autora.	<b>191</b>
<b>Gráfico 4</b>	Comparativo entre o nº de lojas de artigos de vestuário de toda área analisada, o nº de lojas concentradas nas Ruas do Ouvidor e Gonçalves Dias, e nas demais ruas da região. Fonte: autora.	<b>192</b>
<b>Gráfico 5</b>	Comparativo entre o nº de lojas de alimentação por Ruas. Fonte: autora.	<b>197</b>
<b>Gráfico 6</b>	Porcentagem dos tipos de utilização da Rua do Rosário. Fonte: autora.	<b>198</b>
<b>Gráfico 7</b>	Porcentagem dos tipos de utilização das edificações construídas antes de 1938. Fonte: autora.	<b>209</b>
<b>Gráfico 8</b>	Porcentagem dos tipos de utilização das edificações construídas depois de 1938. Fonte: autora.	<b>210</b>

## *Um apelo à memória*

### *“Memória Consentida*

*Neste lugar sem tempo nem memória,  
nesta luz absoluta ou absurda,  
ou só escuridão total, relances há  
em que creio, ou se me afigura,  
ter tido, alguma vez, passado  
com biografia, onde se misturam  
datas, nomes, caras, paisagens  
que, de tão rápidas, me deixam  
apenas a lembrança agoniada  
de não mais poder lembrá-las.  
(...)*

*De que sonho, ou vida, ou espaço de outrem  
provêm tais sombras melancólicas,  
ferindo de indecifráveis avisos  
este lugar em que, não sendo consentido  
o coração, se não consentem tempo e memória?  
Pausa ou pena, a seu oculto propósito há-de  
sempre opor-se, lenta, a inexorável asfixia  
desta luz absurda, ou só escuridão total.”  
(Rui Knopfli)*

*“As coisas que não conseguem ser olvidadas  
continuam acontecendo.  
Sentimo-las como da primeira vez,  
sentimo-las fora do tempo,  
nesse mundo do sempre  
onde as datas não datam.*

*(...)*

*Há bens inalienáveis,  
há certos momentos que,  
ao contrário do que pensas,  
fazem parte da tua vida presente  
e não do teu passado. E abrem-se no teu  
sorriso mesmo quando, deslembado deles,  
estiveres sorrindo a outras coisas. (...)*

*(Mário Quintana)*

### *“Memória*

*Amar o perdido  
deixa confundido  
este coração.*

*Nada pode o obvido  
contra o sem sentido  
apelo do Não.*

*As coisas tangíveis  
tornam-se insensíveis  
à palma da mão.*

*Mas as coisas findas,  
muito mais que lindas,  
essas ficarão.”*

*(Carlos Drummond  
de Andrade)*

## Introdução

---

O patrimônio cultural de uma sociedade engloba elementos tangíveis e intangíveis que são reconhecidos como símbolos de identidade coletiva, e no campo do patrimônio cultural edificado, as edificações históricas, aquelas herdadas do passado, são, muitas vezes, reconhecidas como Lugares de Memória. Os edifícios históricos quando conseguem resistir à destruição - do tempo ou da sociedade - e permanecem até os dias atuais, devem a sua sobrevivência à sua utilização. A funcionalidade de um bem arquitetônico está intrínseca à preservação do mesmo, pois é reconhecida a importância da utilização para que o edifício se mantenha conservado, em oposição ao abandono, que aumenta a possibilidade de degradação. Desta forma, a adaptação de uso, ou reutilização, do edifício histórico, torna-se necessária à preservação do Patrimônio Cultural, ou seja, dos Lugares de Memória arquitetônicos.

É possível identificar dentro de uma sociedade uma pluralidade de identidades culturais, e as áreas reconhecidas como conjuntos urbanos históricos são compostas de exemplos materiais, herdados, onde é possível encontrar diversos significados relacionados a estas identidades. A partir da criação, pelo Estado, de Programas de proteção de áreas históricas, diversas edificações foram reutilizadas e transformadas, acendendo uma questão: as adaptações de uso ocorridas em edificações da arquitetura civil urbana, inseridas em áreas urbanas protegidas, estão preservando seus valores estéticos e históricos, seus aspectos físico-documentais e sua memória? A conscientização a respeito da importância do patrimônio cultural edificado vem a partir de estudos teóricos e analíticos relacionados à valorização e proteção das edificações e conjuntos históricos das cidades, e a adaptação de uso tornou-se uma questão importante para a preservação do patrimônio cultural edificado.

Nossa intenção nesta dissertação foi analisar as adaptações de uso dos Lugares de Memória arquitetônicos, dentro de um conjunto urbano preservado, que ocorreram de forma a atualizá-los às novas demandas e necessidades do cotidiano para não estagná-los no passado – pois uma das características de

Lugar de Memória é que ele vive e se transforma (NORA, 1993) -, mas também, e principalmente, sem perder os significados memoriais, históricos e culturais a eles atribuídos no decorrer do tempo.

As áreas históricas do centro da cidade do Rio de Janeiro passaram por um longo período de desvalorização e abandono, até que na década de 1980 foi criado o Projeto Corredor Cultural<sup>1</sup> e a APA<sup>2</sup> - Área de Proteção Ambiental, visando à preservação e revitalização de áreas urbanas históricas degradadas, com o foco nos conjuntos urbanos representativos das diferentes fases de ocupação da cidade, e não apenas nos prédios e monumentos notáveis (edificações tombadas isoladamente). A maior parte das edificações que compõem esses conjuntos urbanos não foi construída com uma intenção memorial, não nasceram monumentos, mas se tornaram memoriais com o passar do tempo. Elas, juntas, representam a memória do cotidiano de nossa sociedade.

Compreendemos que, em sua maioria, quando os edifícios antigos resistem até os dias atuais, devem a sua sobrevivência à utilização (LYRA, 2005), porém, essa utilização muitas vezes modifica a edificação em prol das necessidades do cotidiano, e a cada dia surgem novas necessidades ditas “essenciais” e outras se tornam dispensáveis, o que as tornam efêmeras, e muitas vezes, desnecessárias. A edificação, então, sofre perdas materiais com estas constantes modificações e adaptações de uso, o que pode acarretar na perda, também, dos aspectos intangíveis da edificação. Atualmente, uma prática, muitas vezes comum, de intervenção em edifícios inseridos nos conjuntos urbanos preservados da cidade do Rio de Janeiro é o ‘fachadismo’, procedimento que retira todas as características internas das edificações tornando-as ocas, ‘modernizando’ o seu interior, atribuindo-lhe novo uso. Será que este tipo de procedimento é adequado às edificações que representam a memória coletiva do cotidiano de uma sociedade? Os aspectos que tornam uma edificação histórica um Lugar de Memória não tem relação com a materialidade da edificação? Esta pesquisa tem o intuito de contribuir para o

---

<sup>1</sup> Estabelecido primeiro pelo Decreto nº4141 de 1983, e atualmente é tratado como APAC (LIMA CARLOS, 2008).

<sup>2</sup> Estabelecido pelo decreto nº 7.612 de 1988, primeiro instrumento urbanístico de proteção de áreas urbanas (LIMA CARLOS, 2008).

debate sobre a questão de adaptação e intervenção de uso em edificações históricas inseridas dentro de conjuntos urbanos preservados da cidade do Rio de Janeiro, compreendendo-os como Lugares de Memória da sociedade.

A definição da área a ser estudada foi realizada a partir de leituras e pesquisas produzidas, e muitas delas referentes à literatura brasileira de escritores oitocentistas, como Joaquim Maria Machado de Assis, Joaquim Manoel de Macedo, João do Rio, José de Alencar e Aluísio de Azevedo. Percebemos com a leitura de romances destes escritores renomados, que a Rua do Ouvidor, a mais famosa das ruas da cidade do Rio de Janeiro no século XIX, teve parte de sua memória construída e influenciada por várias destas obras, em que os escritores utilizam como cenário a cidade do Rio de Janeiro, capital do país à época. Desta forma, a área escolhida para esta pesquisa tem como ponto de partida um ‘cruzamento’ de Ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro, mas não são ruas quaisquer, são Ruas que despertam nos transeuntes memórias individuais e sentimentos. A percepção dessas memórias foi sendo transformada e percebida como uma memória que não abrange somente lembranças e fatos pessoais, mas lembranças e fatos ficcionais, coletivos e históricos. Lembranças que marcaram a configuração urbana e arquitetônica da cidade do Rio de Janeiro: a *belle époque* carioca. São Ruas com almas, memórias, histórias e estórias, que acreditamos ainda estarem preservadas em suas edificações.

Percebemos que a nostalgia de fatos pessoais pode se transformar em uma nostalgia de um tempo não vivido, a mesma nostalgia que Le Goff (2003) afirma contribuir para a consagração dos Lugares de Memória, da “moda retrô”, do “prestígio da noção de patrimônio”. O escritor e diretor de cinema Woody Allen demonstra esse sentimento de nostalgia – ou “Síndrome da Era de Ouro”<sup>3</sup> - em seu recente filme *Midnight in Paris* (Meia Noite em Paris) de 2011. O personagem principal do filme, “Gil”, vive na época atual, mas idealiza a cidade de Paris na década de 1920, considerando o melhor período para se viver. O enredo da trama ocorre quando Gil, em seus passeios noturnos pela cidade de Paris, é transportado no tempo para década de 1920, tendo então a

---

<sup>3</sup> Sensação que podemos ter sobre uma determinada época do passado que acreditamos ter sido melhor do que o tempo (época) em que vivemos.

oportunidade de vivenciar este sonho nostálgico. Porém, conhecendo a personagem “Adriana” - que vive na década 1920 - fica perplexo ao saber que ela considera a *belle époque* francesa (final do século XIX até o início do XX) o melhor período da cidade, período que ela não vivenciou. “Gil”, então, percebe que logo aquele passado por ele idealizado será o seu presente, e perderá toda aquela magia e encantamento. A mensagem do escritor Allen nesta ficção é que a vida deve ser vivida no presente, mas que a nostalgia às épocas que não vivemos é muitas vezes sedutora.

A **Rua do Ouvidor**, a **Rua Gonçalves Dias** e adjacências, ascendem uma nostalgia provocadora no transeunte, faz inventar lembranças, imaginar, ou, até mesmo, reviver a *belle époque* carioca. E foi este sentimento nostálgico de fatos vividos, não vividos, históricos e ficcionais, que levou a escolha da área a ser analisada nesta pesquisa, pois o sentimento de nostalgia é uma das principais características que possibilita um “Lugar” ser considerado “de Memória”, mas sem esquecer a mensagem do diretor de cinema Allen (2011) de que a vida ocorre no presente, assim como os Lugares de Memória arquitetônicos devem ser compreendidos como heranças do nosso passado que atuam, e devem atuar, no presente.

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar a adaptação de uso do patrimônio edificado, inserido em um conjunto urbano preservado, como Lugar de Memória contribuidor para a formação de uma identidade coletiva coerente com o seu passado, e fonte auxiliar para a compreensão da história social e cultural da cidade. Utilizaremos como área de análise uma região inserida em zona de proteção do Corredor Cultural do Rio de Janeiro. Os objetivos complementares: compreender o que define um Lugar de Memória e qual a sua importância para a identidade coletiva e a história de uma sociedade; estudar o que os teóricos e documentos oficiais do patrimônio dissertam a respeito do uso e da reutilização do patrimônio edificado e compreender as questões atuais que envolvem essa reutilização; compreender a motivação, a proposta e a legislação do projeto de preservação do Corredor Cultural, no qual está inserida a área definida para a pesquisa; analisar se as práticas projetuais frequentemente adotadas na reutilização, ou adaptação de uso, da área de estudo, destas edificações civis urbanas preservadas, estão fundamentadas

nas teorias e normas de preservação do patrimônio e se preservam os seus valores intangíveis como um Lugar de Memória.

Para desenvolver nosso tema, a pesquisa foi iniciada com a busca da fundamentação teórica dos dois principais assuntos abordados: o conceito de Lugar de Memória e as e teorias sobre o uso, e a adaptação de uso, do patrimônio edificado. A partir desta pesquisa bibliográfica, constituímos os dois primeiros capítulos desta dissertação. Para a realização da avaliação proposta, foi escolhida a área a ser analisada e realizamos uma pesquisa bibliográfica, visando compreender essa área em função de: estudo sobre o desenvolvimento urbano e arquitetônico da região central do Rio de Janeiro (com foco nas renovações urbanas que ocorreram no decorrer do século XX); política e proposta de preservação do Projeto Corredor Cultural, visando analisar a legislação vigente de preservação da área de estudo; e reconhecimento da área selecionada, focando nas questões históricas e memoriais das Ruas e alguns dos principais edifícios que a compõem. Em paralelo a esta segunda parte de pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa de campo (Apêndice - Levantamento dos usos das edificações), onde realizamos a coleta de informações e dados necessários à nossa análise. Desta forma, a dissertação ficou dividida em três capítulos:

O primeiro Capítulo - **Lugares de Memória: Documento Arquitetônico** - estruturou-se visando compreender o conceito de Lugar de Memória, e o que torna uma edificação fonte de memória, de história, e de identidade coletiva de uma sociedade. Utilizamos alguns autores que dissertam sobre estes conceitos, tais como: o historiador francês Jacques Le Goff (2003), sobre os assuntos memória e história; o filósofo e historiador francês Pierre Nora (1993), que disserta a respeito do conceito Lugar de Memória; o sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006), sobre a memória coletiva; o sociólogo austríaco Michael Pollak (1992; 1997), sobre memória e identidade coletiva; o sociólogo britânico John Ruskin (2008; 2010), sobre arquitetura e memória; o sociólogo e filósofo francês Henri-Pierre Jeudy (2005), sobre cidade, memória e preservação; entre outros autores.

O segundo Capítulo - **O uso e a reutilização do patrimônio edificado** – foi estruturado visando compreender as questões relativas às intervenções de uso

no edifício histórico, utilizando as teorias do patrimônio cultural, e, também, normas de documentos e cartas patrimoniais. Utilizamos alguns teóricos da preservação do patrimônio, tais como: a teoria não intervencionista do sociólogo britânico John Ruskin (2008; 2010) e a teoria oposta, intervencionista, do arquiteto francês Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc (2006), ambos da segunda metade do século XIX; o historiador de arte austríaco Aloïs Riegl (2006) e o historiador de arte tcheco Max Dvořák (2008), ambos do início do século XX; a historiadora francesa Françoise Choay (2006), do final do século XX; entre outros.

O terceiro Capítulo - **Área de análise: os lugares de memória arquitetônicos da Rua do Ouvidor e adjacências** – foi estruturado buscando compreender a evolução urbana do centro da cidade do Rio de Janeiro e da área analisada, utilizamos autores brasileiros, tais como: Mauricio de Almeida Abreu (2006); Vivaldo Coaracy (1965); David Caderman (2004); entre outros. Posteriormente, no estudo das políticas de preservação do Projeto Corredor Cultural, foram utilizados textos de Augusto Ivan de Freitas Pinheiro (2002a; 2002b; 2002c), e as legislações e normas do Projeto Corredor Cultural, entre outros textos selecionados. Num terceiro item, visando apreender os aspectos culturais e memoriais da área analisada, foram utilizadas algumas obras literárias de escritores brasileiros, tais como: Joaquim Maria Machado de Assis (1884; 1893; 1904); João do Rio (1908); Joaquim Manoel de Macedo (1878); entre outros. Finalmente foi composta a análise da área, uma reflexão realizada a partir dos dados coletados na pesquisa de campo junto a toda discussão realizada na fundamentação teórica estudada.

Com isto pudemos concluir que a preservação dos valores intangíveis do edifício está relacionada aos valores tangíveis do Lugar de Memória arquitetônico. A compreensão dos valores intangíveis do patrimônio cultural edificado está assumindo novos rumos, sendo constantemente debatida e inclusa na preservação do patrimônio cultural, pois o entendimento, na atualidade, é que os elementos – tangíveis e intangíveis - não são antagônicos entre si, eles devem interagir e se construir mutuamente, incluindo os gestores e os usuários do espaço como atores sociais contribuindo para atribuição de sentido ao Lugar de Memória.



# Capítulo 1

---

**LUGARES DE MEMÓRIA:  
DOCUMENTO ARQUITETÔNICO**

## 1.1. OS LUGARES DE MEMÓRIA

No campo da preservação do patrimônio cultural arquitetônico as edificações por vezes reconhecidas como ‘Lugares de Memória’, ‘documentos’ da história e fontes de memória coletiva e identidade cultural de uma sociedade. Porém, surge a questão: o que define um determinado ‘lugar’ ser considerado de ‘memória’ e um ‘documento’ para a história? Para responder esta questão, primeiro precisamos definir o que seja memória.

O historiador francês Jaques Le Goff, em seu livro “História e Memória” publicado em 1977, diz que: “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” (LE GOFF, 2003, p.419). A palavra “psíquica” (do grego *psykhikós*), segundo o dicionário brasileiro Michaelis (*online*) significa: “relativo à psique; que pertence ou concerne à alma ou às faculdades morais e intelectuais; que se refere à mente, mental; do que concerne ao espírito ou à espiritualidade do homem”. Seguindo este conceito de memória e o significado de função psíquica, consideramos que a memória é uma função psíquica do homem, mental (intelectual) e espiritual (alma), que torna possível a lembrança de determinado assunto do passado. Memória, então, individual do homem. Como pode, então, existir um Lugar de Memória?

O sociólogo austríaco Michael Pollak (1992) afirma que apesar de a memória parecer um fenômeno individual, ela deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social. O autor elenca três elementos constitutivos da memória, seja ela individual ou coletiva, que podem estar fundados em fatos concretos, reais, ou podem ser projeção ou transferência de outros eventos: os **Acontecimentos** - vividos pessoalmente ou “vividos por tabela”; as **Pessoas e personagens** - encontrados no decorrer da vida ou “personagens frequentadas por tabela”; os **Lugares** – lembrança pessoal que pode não ter apoio no tempo cronológico, ou lugares de apoio da memória, “Lugares de Memória”.

Novamente nos deparamos com a expressão “Lugares de Memória” como um elemento constitutivo da memória coletiva. Mas o que define um “Lugar de Memória”? Segundo o filósofo e historiador francês Pierre Nora, em seu texto “Entre memória e história: a problemática dos lugares” de 1984, devemos

diferenciar a verdadeira memória dos homens da memória transformada que é “voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea, psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante”. Para o autor, a diferença principal é que a memória transformada é arquivística, se apoia no concreto, no material, no registro da imagem, ou seja, necessita de “suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (NORA, 1993, p. 14). O autor afirma, que:

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade da memória é uma necessidade da história. (NORA, 1993, p. 14).

Então, existem lugares de (suporte à) memória (?). Encontramo-nos, agora, diante de outros questionamentos: Como ocorreu essa transformação da memória que se abriga, hoje, em lugares concretos? Quais são estes “Lugares de Memória” e qual a sua importância para a história e a identidade coletiva? Porque Nora (1993) considera a memória, de hoje, história e a necessidade da memória como uma necessidade da história?

### 1.1.1. A MEMÓRIA INDIVIDUAL E A MEMÓRIA COLETIVA

O estudo da memória, como capacidade que o homem possui de conservar informações passadas, “abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria”, e “podem evocar, de forma metafórica ou concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social.” (LE GOFF, 2003, p.419-20). O estudo das mnemotécnicas (sistemas de educação da memória) levou alguns cientistas a “aproximar a memória de fenômenos diretamente ligados à esfera das ciências humanas” e os fenômenos da memória são “resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem ‘na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui’” (LE GOFF, 2003, p.421). Segundo Le Goff, a partir de estudos dos sistemas “auto-organizadores”, Henri Atlan aproxima “linguagens e memórias”:

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode

sair dos limites físicos do nosso corpo para se interpor quer nos outros, quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória. (ATLAN, 1972 apud LE GOFF, 2003, p. 421).

A memória, então, também pode ser analisada na esfera das ciências sociais, que, de acordo com Le Goff, fica evidente nos casos de perturbações da memória, que se manifestam, por exemplo, “no nível da linguagem na afasia” - que é a perda ou alteração da capacidade de falar ou de compreender a linguagem escrita ou falada - e também na amnésia. A amnésia - que é o esquecimento, o apagar de um fato, de um acontecimento, de uma lembrança - muitas vezes ocorrer de forma natural dentro de uma sociedade. É quando aquela lembrança não é transmitida de uma geração para a outra, quando, por exemplo, as pessoas do grupo da qual a lembrança fazia parte não existe mais.

Não é por absoluta má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela [a sociedade] esquece uma quantidade tão grande de fatos e personalidades antigas, é porque os grupos que guardavam sua lembrança desapareceram. [...] a memória de uma sociedade não para de se transformar, e o próprio grupo está sempre mudando. Aliás, é difícil dizer em que momento desapareceu uma lembrança coletiva, e se ela saiu realmente da consciência do grupo, precisamente porque basta que se conserve em uma parte limitada do corpo social para que ali sempre se consiga reencontrá-la. (HALBWACHS, 2006, p.105)

E a amnésia não provoca perturbações somente no indivíduo e em sua personalidade, “mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações, que podem determinar perturbações graves da identidade coletiva” (LE GOFF, 2003, p.421). Outra questão ligada à memória, individual e coletiva, é a possibilidade de manipulação da memória.

[...] os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento [...], nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais de poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p. 422, grifo nosso)

Diversos estudiosos da memória (historiadores, sociólogos, filósofos, psicólogos, etc.) defendem que a memória deve ser compreendida como um fenômeno coletivo e social, e mais do que isso, segundo o sociólogo francês Maurice Halbwachs a memória individual não existe de forma isolada, ela necessita de pontos de referências que existem exteriores ao indivíduo, ela necessita de seu ambiente.

Ela [a memória individual] não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. (HALBWACHS, 2006, p.72)

Pollak (1992) afirma que um elemento importante da memória é a organização em função das preocupações políticas e pessoais, que mostram a memória como “um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (1992, p. 201) e cita como exemplo de transformação da memória, a confusão da população da França entre os fatos ligados à Primeira e à Segunda Guerra Mundial: a Primeira Guerra ficou muito marcada em algumas regiões da França pelo número de mortos ser maior do que da Segunda Guerra, e, frequentemente, assimilam os mortos da Segunda Guerra aos da Primeira. Em algumas regiões elas viraram quase que “uma grande Guerra”. Outro exemplo de fenômeno de transferência é em relação às datas públicas, ainda utilizando as Grandes Guerras como exemplo, o autor expõe que na França a comemoração, espontânea pela população, do fim das duas Guerras é realizada na data oficial do final da Primeira Guerra, dia 11 de novembro, e o dia 8 de maio, que é a data oficial do final da Segunda Guerra, é identificado pela população como um “feriado qualquer”. Levando em consideração esses fenômenos que modificam a memória, Pollak (1992) define que a memória é seletiva.

Um exemplo desta memória construída coletivamente, em função das preocupações políticas no Brasil, é o período da ditadura militar (1964 -1985). A memória individual de quem participou dos movimentos ou organizações contra a ditadura, dos envolvidos no regime militar, e até mesmo aqueles que

simplesmente viveram durante aquele período repressor da história do Brasil, constituem a memória coletiva do período em que o país foi submetido ao regime militar. É a transformação do entendimento da memória como um fenômeno individual – como o exemplo da memória individual do homem ‘pichando’ o prédio como forma de manifestação política (Fig.1) - para um fenômeno construído coletivamente – como o que representa a imagem da “passeata dos cem mil” contra a ditadura do regime político militar (Fig. 2).



Fig. 1 – Exemplo de memória individual no período do regime militar brasileiro, que faz parte de uma memória coletiva e social, e também atua na memória individual dos outros.



Fig. 2 – “Passeata dos cem mil” na Avenida Rio Branco. A memória como um fenômeno construído coletivamente.

Ambas as imagens (Fig. 1 e Fig. 2) têm o poder de nos fazer recordar um momento da história do Brasil, que vivemos ou não. A lembrança individual do homem que ‘pichou’ o muro não é exclusiva, pois atuou, e ainda pode atuar, na memória de quem viu aquele fato e de quem hoje vê esta foto. E da mesma forma ele pode se lembrar desse momento, dessa lembrança individual, através de referências que estão exteriores a ele, como, por exemplo, vendo a fotografia da passeata dos cem mil (Fig. 2). Segundo Halbwachs (2006) a memória individual - nossos pensamentos, lembranças, reflexões – não são realizadas sem a interferência de outros, da memória coletiva de grupos aos quais pertencemos – seja família, amigos, colegas de trabalho, grupos políticos, enfim, grupos aos quais pertencemos. Na memória individual existe uma ligação estreita entre memória e o sentimento de identidade, que Pollak define como.

Sentido da imagem de si, para si e para os outros, é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a

si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 204)

A identidade social, então, não é isenta de mudanças e transformações em função do “outro”, esse elemento escapa ao indivíduo, construindo-se em referência “aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros”.

Se é possível o confronto entre memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. (POLLAK, 1992, p. 204)

Pollak exemplifica essas transformações em função do “outro” com diversos acontecimentos políticos, que demonstram a modificação da memória individual. Um exemplo é o caso do personagem da Resistência Francesa Jean Moulin, que na década de 1950 é apontado como um dos líderes que pouca gente conheceu. Após o seu reconhecimento como líder da Resistência interna, realizando a unificação dos diversos grupos de resistências, e seu corpo ter sido trasladado para o Panthéon, ele passou, então, a ser conhecido pessoalmente por várias pessoas.

Mesmo quando estamos sozinhos, nossos pensamentos se situam dentro de um contexto, de uma identificação dentro de um grupo, de lembranças e pensamentos que não são puramente nossos, mas que tiveram interferência exterior.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p.30)

Pollak (1992) disserta sobre três elementos essenciais na construção da identidade, coletiva ou individual: (a) **a unidade física** - são as fronteiras físicas, o corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, (b) **a continuidade dentro do tempo** - sentido físico da palavra ou no sentido moral

e psicológico, (c) o **sentimento de coerência** – a unificação dos diferentes elementos constituintes do indivíduo e/ou da coletividade. Ele afirma que a **memória**, como um fator importante do **sentimento de coerência e continuidade dentro do tempo**, é um elemento constituinte do sentimento de **identidade**, individual ou coletiva. Pollak, como já vimos, elenca os três elementos constitutivos da memória individual e coletiva, e conseqüentemente da identidade, que podem estar fundados em fatos concretos, reais, ou podem ser projeção, ou transferência, de outros eventos, porém, suscetíveis a manipulações.

O primeiro elemento, os **Acontecimentos** são vividos pessoalmente ou “vividos por tabela”. Os acontecimentos “por tabela” são os vividos por grupos que a pessoa sente pertencer no imaginário, pela importância e proporção do acontecimento, como ocorre nos acontecimentos traumatizantes que marcam um determinado grupo e que é transmitida com um alto grau de identificação ao longo do tempo. “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte, que podemos falar de uma memória quase herdada.” (POLLAK, 1992, p.201). Um exemplo, utilizando novamente a temática da ditadura do período do regime militar no Brasil, é a atual adesão de jovens estudantes à “Campanha pela memória e pela verdade”, abaixo assinado organizado pela OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – pela abertura dos arquivos da ditadura. Apesar dos jovens estudantes não terem vivido na época da ditadura, viveram o período “por tabela” e se sensibilizaram pela campanha.



Fig. 3 – Imagem da Campanha pela Memória e pela Verdade organizada pela OAB.



Fig. 4 - Jovens em passeata a pela abertura dos arquivos da ditadura. Foto de 03 de abril de 2011.

O segundo elemento são as **Pessoas e personagens**, encontrados no decorrer da vida ou “personagens frequentadas por tabela”, que podem não pertencer ao espaço-tempo da pessoa, mas que se transformam em conhecidas, devido a sua importância. Exemplos de “personagem frequentados por tabela”, brasileiros, que não viveram no nosso “espaço-tempo”, são vários. Diversos personagens da política, da história, da cultura, da mídia, entre outros. Podemos elencar nesse rol: o imperador do Brasil Dom Pedro II (Fig.5), o pai da aviação Santos Dumont (Fig. 6), o músico e compositor Noel Rosa (Fig. 7), o presidente Getúlio Vargas, entre outros.



Fig. 5, 6 e 7 – Exemplos de personagens brasileiros “frequentados por tabela”: Dom Pedro II, Santos Dumont e Noel Rosa, respectivamente.

O terceiro elemento são os **Lugares** – lembrança pessoal que pode, ou não, ter apoio no tempo cronológico, Lugares de Memória ou lugares de apoio da memória, memória mais pública, lugares de comemoração como os monumentos, referentes a um determinado período, que a pessoa tenha vivido por ela mesma ou vivido por tabela. Poderíamos exemplificar como um ‘Lugar de Memória política e social’, na cidade do Rio de Janeiro, a Avenida Rio Branco, que foi ‘Lugar’ de importantes manifestações políticas, sociais e culturais, (como vimos na imagem da Fig. 2, a “passeata dos cem mil”) e ainda é ‘Lugar’ de manifestações (Fig. 8).



Fig. 8 – Passeata na Av. Rio Branco do sindicato dos policiais civis no dia 31 de janeiro de 2011. Fonte: <http://www.sinpol.org.br/index2.php?tipo=1&flag=home&id=14>

Conseguimos compreender a memória individual como parte - e nunca isolada de estímulos externos a nós mesmos - de uma memória coletiva, e os fenômenos que ela pode sofrer, como transferência, esquecimento, e, também, manipulações. Porém, nos deparamos com a palavra “Lugar” como um dos elementos constitutivos da memória individual e coletiva, ao qual se inclui os “Lugares de Memória”. O que seria, então, este “Lugar”?

#### 1.1.2. O ESPAÇO E O LUGAR

Segundo Halbwachs (2006) o ambiente material que nos cerca e que pouco muda – diferente de nós, que estamos sempre mudando - e que possuem marcas (nossas e dos outros) das quais podemos nos identificar, trazem lembranças e nos dão a sensação de ordem e tranquilidade.

Augusto Comte observou que o equilíbrio mental resulta embora parte e antes de mais nada, do fato de que os objetos materiais com os quais estamos em contato diário não mudam ou mudam pouco e nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade. (HALBWACHS, 2006, p.157)

Os objetos que estão a nossa volta são “como uma sociedade muda e imóvel. Eles não falam, mas nós os compreendemos, porque têm um sentido que familiarmente deciframos.” (HALBWACHS, 2006, p.158). O autor afirma a importância do espaço para a memória dizendo que “não há memória coletiva

que não aconteça em um contexto espacial” (HALBWACHS, 2006, 170). O autor, para fazer com que compreendamos a relação da memória com o contexto espacial nos traz um exercício de memória: “Agora devemos nos recolher, fechar os olhos, retroceder no tempo o mais longe possível, até onde nosso pensamento consiga se fixar em cenas ou pessoas cuja lembrança conservamos.” (HALBWACHS, 2006, p.188). E ele responde:

Jamais saímos do espaço. Além disso, não voltamos a nos encontrar num espaço indeterminado, mas em regiões que conhecemos ou que sabemos muito bem que poderíamos localizar, pois sempre fizeram parte do ambiente material em que hoje estamos. Não adianta me esforçar para apagar este círculo do meio local, para me ater às sensações que tive ou às reflexões que outrora fiz. Sensações, reflexões e quaisquer fatos, devem ser postos num local onde já residi ou pelo qual passei nesse momento e continua existindo. [...] Portanto, não é exato dizer que, para lembrar, é preciso que nos transportemos em pensamento fora do espaço, pois ao contrário é justamente a imagem do espaço que, em função de sua estabilidade, nos dá a ilusão de não mudar pelo tempo afora e encontrar o passado no presente – mas é exatamente assim que podemos definir a memória e somente o espaço é estável o bastante para durar sem envelhecer e sem perder nenhuma de suas partes. (HALBWACHS, 2006, p.188, grifo nosso)

Podemos compreender a importância do contexto espacial ao qual a lembrança está atrelada em uma cena do filme *“Saving Private Ryan”* (O resgate do soldado Ryan) de 1998, quando o personagem “soldado Ryan”, afastado da família há dois anos pela guerra, diz para o personagem “Capitão John Miller” que não consegue mais ver (lembrar) dos rostos dos seus irmãos mortos em combate, e o “Capitão Miller” responde para ele: “Você precisa pensar no contexto. Não pense somente nos rostos, pense sobre algo que tenham feito juntos. Quando penso sobre meu lar, penso em algo específico. Penso sobre a minha rede no quintal, minha mulher podando as rosas [no quintal]”. Neste momento o “soldado Ryan” inicia a descrição de uma lembrança em que foi acordado pelos irmãos no meio da noite e levado ao celeiro, onde uma situação inusitada ocorre, momento em que os quatro irmãos estiveram juntos pela última vez, e assim, conseguiu lembrar-se de seus rostos. Percebemos que a memória, a lembrança de um fato, necessita de um espaço, de um contexto espacial.

Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não tivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço [...] que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça. (HALBWACHS, 2006, p.170)

Para que a memória individual funcione, possibilitando o homem a lembrar-se de algo, é necessária a imagem do espaço, do contexto espacial, que pela sua estabilidade – pois o espaço pouco modifica, possui uma estabilidade que o permite não envelhecer, durar – possibilita o homem “encontrar o passado no presente”. Mas não é qualquer espaço que é capaz de transmitir sensações e sentimentos, de trazer lembranças. Pollak (1992) afirma que “Lugar” é um dos elementos constitutivos da memória individual e coletiva. Será, então, que todo espaço pode ser definido como “Lugar”? O que diferencia um espaço de um Lugar para a memória coletiva de uma sociedade?

O “*locus*” - ou Lugar -, segundo Rossi (2001), é um conceito que nos tratados clássicos sempre esteve presente, e durante a escolha do Lugar – seja de uma edificação ou de uma cidade – tinha “um valor preeminente no mundo clássico: a ‘situação’, o sítio, era governado pelo ‘*genius loci*’, pela divindade local [...]”. O autor define como valor do “locus”: “[...] aquela relação singular mas universal que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar” (ROSSI, 2001, p.147). Então o “Lugar” para a sociedade está relacionado a um espaço (contexto) maior, que é a cidade, e também a “divindade” que aquele “*locus*” possui, o “*genius loci*”?

O arquiteto Lineu Sirângelo Castello em sua Tese de doutorado de 2005, intitulada “Repensando o lugar no projeto urbano: Variações na percepção de lugar na virada do milênio (1985-2004)”, discute e esclarece o conceito de “Lugar” na atualidade, afirmando a importância do componente psicológico existente na relação entre as pessoas e os espaços. A distinção dos sentimentos, das qualificações, que as pessoas têm em relação a certos espaços, habilita-os a serem percebidos como Lugares por seus usuários. Então a relação do homem nos espaços tem a capacidade de distinguir um espaço comum de um Lugar pelos valores que o homem identifica no espaço.

[...] por trás da identificação de um lugar encontra-se presente todo um processo de valoração do espaço, que pode muito bem ser atribuído à percepção que as pessoas têm (ou que vão adquirir) a respeito desse espaço. (CASTELLO, 2005, p. 15)

O autor afirma que é a presença de estímulos ambientais que fornecem as bases para o desenvolvimento da percepção desses valores, é na relação das pessoas com o ambiente que nascem estes estímulos através da “natureza objetiva e material”, mas também da “natureza subjetiva, imaterial e imponderável”. Desta forma Castello (2005) define o Lugar como sendo:

[...] um espaço qualificado, ou seja, um espaço que se torna percebido pela população por motivar experiências humanas a partir da apreensão de estímulos ambientais. Tais estímulos podem ser muito diversificados – tão diversificados quanto o são as relações entre as pessoas e o ambiente. (CASTELLO, 2005, p. 17)

Com o intuito de sistematizar os tipos de Lugares, os diferentes tipos de estímulos entre o ambiente e as pessoas, “para tentar estabelecer reflexões de cunho mais acentuadamente teórico”, Castello classifica três tipos de Lugares: o Lugar da Aura, Lugar de Memória e o Lugar da Pluralidade.

Ao **Lugar da Aura**, o autor sugere a ideia de Lugar direcionado para um lado espacial, com a contribuição da concepção clássica de Lugar, que já abordamos anteriormente: o “*genius loci*”, ou o “gênio do lugar”. A dimensão espacial, a aura, envolve fenômenos relacionados à natureza física, relação do homem com o ambiente que possibilita cercar o lugar de “aura”, “material ou abstrata, esta aura terá sido adquirida em função das qualificações naturais, fruitivas, sensoriais, paisagísticas, enfim, uma aura estimulada por elementos do imaginário *espacial local*.” (CASTELLO, 2005, p. 21)

[...] na categorização que se ensaia aqui a respeito dos lugares da Aura, pode-se partir por registrar um lugar da aura natural, onde predomina a afloração de *genius loci* natural; e seguir, progressivamente, ao longo de uma gradação que nos irá conduzir a um lugar da aura cultural, onde claramente predominam as marcas deixadas pela ação humana. (CASTELLO, 2005, p. 24)

Ao **Lugar de Memória**, o autor sugere a ideia de dimensão temporal, fenômenos subjetivos que estão relacionados a história do lugar, da evocação

da memória coletiva, da história da cidade, de lendas, estimulados pela relação do homem e o ambiente resultantes “de fenômenos da memória estimulada por “elementos do imaginário *temporal* local”.

Claro está que, sublinhar a hipótese da associação de lugar com a passagem do tempo implicará aprioristicamente a consideração de que existem, imbricados na noção de lugar, fenômenos associados não só à história como também à memória das cidades. (CASTELLO, 2005, p.26)

Ao **Lugar da Pluralidade**, o autor sugere a ideia de dimensão social, interações pessoa-pessoa, ou seja, as relações interpessoais no ambiente, que possibilitam ressaltar os “elementos do imaginário *social* local”.

O lugar do lazer, do prazer, da mistura, do contraste, dos “outros”, das diferenças, ou seja, aquela almejada diversidade que Jane Jacobs (1972) cobra tão acirradamente dos urbanistas da corrente Modernista; ou a sociabilidade espacial pela qual William H. Whyte (1990;1990b) sempre batalhou com profundo ardor; ou, ainda, até mesmo a materialização dos espaços que configuravam a escala gregária do setor central de diversões previsto por Lúcio Costa (1962) para Brasília. (CASTELLO, 2005, p. 28)

Castello afirma que tanto os Lugares da Aura quanto os Lugares de Memória, são também Lugares plurais, sendo a Pluralidade “condição *sine qua non* na constituição do lugar, visto que, sendo o lugar uma construção social, sua pluralidade é o que necessariamente estará a lhe garantir a dimensão social indispensável em sua experiência.” (CASTELLO, 2005, p. 22). E, além disso, o autor afirma que os três tipos de Lugares podem somar-se ao mesmo lugar:

Acrescente-se que os fenômenos arrolados, conforme observados, não são mutuamente exclusivos. Pelo Contrário: somam-se e se interpenetram. Um marco da memória coletiva da cidade que se destaca por seu significado histórico, pode também se destacar pela aura de apazibilidade sensorial que o qualifica; ao passo que o halo trazido pelo fenômeno da aura que circunda aquele lugar, associado à força do enraizamento histórico adquirida pelo lugar em sua evolução, agrega-se na produção da pluralidade que marcará definitivamente a percepção daquele espaço como um lugar. (CASTELLO, 2005, p. 22)

Conseguimos compreender que é na relação das pessoas com o ambiente que surgem os fenômenos que qualificam o espaço, e que permitem denomina-lo

de Lugar. Mas a qualificação desse Lugar pode se realizar de formas diferentes, ou entrelaçadas – apesar da qualificação ocorrer sempre a partir da relação pessoa e ambiente: pela **Aura**, o “imaginário espacial local”; pela **Memória**, o “imaginário temporal local”; e pela **Pluralidade**, “elementos do imaginário social local”.

### 1.1.3. DA MEMÓRIA ORAL À ESCRITA: O NASCIMENTO DOS LUGARES DE MEMÓRIA

Um dos objetivos desta pesquisa é a compreensão do conceito de “Lugares de Memória”. Compreender como eles surgem, quais são suas características, e como a sociedade utiliza, ou se apropria da memória desses Lugares. Para compreendermos melhor este conceito, dissertaremos neste item as formas mais elementares de transmissão da memória, oral e escrita - lembrando da aproximação de “linguagem e memórias” feitas por Henri Atlan (1972 apud LE GOFF, 2003) -, para tentarmos compreender como a memória, que agora é “transformada” (NORA, 1993), se abriga nos Lugares adquirindo a capacidade de despertar lembranças nas pessoas, a partir de sua relação com o ambiente, estimulado pelos “elementos do imaginário temporal local” (CASTELLO, 2005).

Le Goff (2003) aponta a importância de se diferenciar, no estudo histórico da memória, as “sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita, como também às fases de transição da oralidade à escrita” (LE GOFF, 2003, p.423). A memória essencialmente oral, sem o auxílio da escrita, é a chamada memória étnica - são as ditas “selvagens” -, e sua memória coletiva está muito relacionada aos “conhecimentos práticos, técnicos e de saber profissional”. “O primeiro domínio no qual se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquela que dá um fundamento – aparentemente histórico – à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos da origem” (LE GOFF, 2003, p.424). A memória, então, é transmitida oralmente pelos homens tradicionais das sociedades, não por uma “memorização mecânica”, mas por uma “memória mais criadora do que repetitiva”.

Nestas sociedades sem escrita, há especialistas da memória, homens-memória: “genealogistas”, guardiões dos códices reais, historiadores da corte, “tradicionalistas”, dos quais Balandier (1974, p. 207) diz que são “a memória da sociedade”

[...] Mas também “chefes de família idosos, bardos” (LE GOFF, 2003, p.424).

A memória coletiva se transformou com o surgimento da escrita, e o período de transição da memória oral para a escrita é delimitado por Le Goff (2003) da Pré-história à Antiguidade. Nestas sociedades de “transição”, a escrita permitiu o desenvolvimento de duas formas de perpetuação da memória com a ajuda de suportes físicos: a primeira é a inscrição comemorativa nos monumentos, como no Oriente antigo com a construção de diversos monumentos comemorativos (as estelas<sup>2</sup> e os obeliscos), e na Grécia e Roma antigas com as inscrições em diversas construções e lugares (templos, cemitérios, praças, etc.) - estas diversas inscrições promoveram na época moderna a epigrafia, ciência auxiliar da história (LE GOFF, 2003); a segunda nova forma de perpetuação da memória foi o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita - como o pergaminho, o papel, etc. - com a função de armazenar informações e transferir a memória do campo auditivo para o campo visual, diferente das sociedades anteriores que transferiam os conhecimentos basicamente de forma oral.

Na Grécia, apesar da utilização da escrita e da prática de exercícios mnemotécnicos baseados na escrita, havia também a preocupação com a prática natural da memória independente da escrita, e a mitologia estava presente nesta prática.

A coisa mais notável é, sem dúvida, “a divinização da memória e a elaboração de uma vasta mitologia da reminiscência da Grécia arcaica”, como diz com propriedade Vernant [...]. Os Gregos da época arcaica fizeram da Memória uma deusa, Mnemosine. É a mãe das nove musas que ela procriou no decurso de nove noites passadas com Zeus. Lembra aos homens a recordação dos heróis e dos seus altos feitos, preside a poesia lírica. O poeta é, pois, um homem possuído pela memória, o aedo é um adivinho do passado, como o adivinho é o do futuro. É a testemunha inspirada dos ‘tempos antigos’, da idade heróica e, por isso, da idade das origens. (LE GOFF, 2003, p.433)

Para o filósofo grego Aristóteles a memória é um “componente da alma” e ele distingue a memória – *Menemosine* - em: *mnemê*, faculdade de conservar o

---

<sup>2</sup> Pedra vertical monolítica destinada a ter inscrições ou esculturas.

passado, e *mamnesi*, capacidade de evocar voluntariamente esse passado. “A memória, dessacralizada, laicizada, está ‘agora incluída no tempo, mas num tempo que permanece, também para Aristóteles, rebelde à inteligibilidade’” (LE GOFF, 2003, p. 435).



Fig. 9 – Pintura de Dante Gabriel Rossetti de 1876-1881. Representação da deusa *Mnemosine*, quadro também intitulado de *Lamp of Memory* e *Ricordanza*.

Durante a Idade Média, segundo Le Goff (2002), a memória esteve em equilíbrio entre a forma oral e a escrita, porém, a memória coletiva modifica-se com a difusão do cristianismo e quase monopólio do domínio intelectual pela igreja, tendo a recordação como um alicerce da fé, ou seja, a memória. A comemoração de Jesus é a manifestação da memória cristã, junto com os santos e os mortos. Uma das principais mudanças foi o desenvolvimento da memória aos mortos, “os mártires eram testemunhos. Depois da sua morte, cristalizava-se em torno de sua recordação a memória dos cristãos.” (LE GOFF, 2003, p. 441). A veneração aos idosos, considerados “homens-memória”, era ainda uma forma de conservação e transmissão da memória oral de uma geração para outra. Le Goff (2003, p. 444-5) afirma que “todavia, nestes tempos, o escrito desenvolveu-se a par do oral e, pelo menos no grupo dos clérigos e literatos, há um equilíbrio entre memória oral e memória escrita, intensificando-se o recurso ao escrito como suporte da memória” e, assim, para

a conservação da escrita surgiram os arquivos. A partir do século XIII diversos países criam *arquivos notariais* e outros, por exemplo, “com a expansão das cidades, constituem-se os arquivos urbanos, zelosamente guardados pelos corpos municipais. A memória urbana, para as instituições nascentes e ameaçadas, torna-se verdadeira identidade coletiva comunitária” (LE GOFF, 2003, p. 445). Outras transformações neste período foram: o papel da memória no ensino, articulando o oral e o escrito, e a divisão da memória coletiva entre memória litúrgica e memória laica.

As sociedades de memória essencialmente escrita surgem a partir da Renascença, e um fator relacionado a essa revolução da memória ocidental foi o aparecimento da imprensa.

Até o aparecimento da imprensa [...] dificilmente se distingue entre a transmissão oral e a transmissão escrita. [...] Com o impresso [...] não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é frequentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então a exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito. (GOURHAN, 1964-5, apud LE GOFF, 2003, p. 452)

Após um período de declínio da comemoração aos mortos, entre o final do século XVII e o fim do XVIII, ocorre em alguns países da Europa, como na França após a Revolução, um retorno da memória aos mortos. “A grande época dos cemitérios começa, com novos tipos de monumentos, inscrições funerárias e rito da visita ao cemitério. [...] O romantismo acentua a atração do cemitério ligado à memória.” (LE GOFF, 2003, p. 456). Novas formas de memória coletiva, e às vezes de manipulação, surgem: uso de datas comemorativas e festas nacionais; novos instrumentos de suportes para comemorações, como moedas, medalhas, selos, estátuas, inscrições em placas, etc.; a construção de monumentos de lembrança nacional; a abertura de museus ligados à memória nacional e algumas vezes memória popular; construção de monumento aos mortos da Primeira Grande Guerra, como exemplo o Túmulo do soldado desconhecido que foi construído em diversos países; e a fotografia, que revoluciona a memória coletiva e também a memória da família.



Fig. 10 – Túmulo do Soldado Desconhecido da Primeira Guerra Mundial, sob o Arco do Triunfo de Paris.



Fig. 11 - Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (Monumento aos Pracinhas), Rio de Janeiro.

Vemos neste período a utilização de objetos e edificações como forma de remeter o homem a lembranças de um determinado fato histórico, e não mais exclusivamente através das inscrições em construções, como ocorria na Antiguidade, o objeto não é mais suporte de memória escrita, ele é construído com uma intenção comemorativa e de construção de uma identidade nacional. A memória, nestes casos, é “imposta” ao objeto, são ‘lugares monumentais’, criados com o intuito de nos remeter a uma determinada lembrança. A fotografia também se tornou um importante objeto da memória: “As fotografias tiradas pessoalmente junta-se a compra de postais. Tanto as fotos quanto os postais constituem os novos arquivos familiares, a iconoteca da memória familiar” (LE GOFF, 2003, p. 461). Acrescentamos aqui a importância da fotografia na atualidade, como forma de lembrarmos-nos de épocas passada através da imagem. A partir da segunda metade do século XX surge um novo elemento que culminou em uma verdadeira revolução da memória: a memória eletrônica. A capacidade de guardar grandes quantidades de informações através da memória eletrônica envolve, agora, todos os meios anteriormente inventados para registrar e armazenar a memória.

Este pequeno resumo cronológico das formas de armazenamento da memória (oral, escrita, objeto comemorativo, arquivo, biblioteca, museu, eletrônica, etc.) culminou no momento, ainda atual, de ruptura do equilíbrio entre passado e presente, que Nora explica utilizando a expressão “aceleração da história”:

Aceleração da história [...]: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio.

O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais. (NORA, 1993, p. 7)

A “aceleração da história”, segundo Le Goff:

[...] levou as massas dos países industrializados a ligarem-se nostalgicamente às suas raízes: daí a moda retrô, o gosto pela história e pela arqueologia, o interesse pelo folclore, o entusiasmo pela fotografia, criadoras de memória e recordações, o prestígio da noção de patrimônio. (LE GOFF, 2003, p. 225).

Essa nostalgia vinculada aos objetos do passado que Le Goff evidencia, é explicada por Nora e enfatizada pela afirmativa: “há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p.7). Os “meios de memória” que Nora afirma não existir mais se devem a este momento atual que vivemos de “aceleração da história” e de “mundialização”. A “aceleração da história” distanciou a memória verdadeira - aquela das sociedades ditas primitivas - da história, e esse distanciamento teve como efeito o rompimento do elo de identidade e a adequação da história e da memória. O fenômeno da “mundialização” pôs fim às sociedades-memória e a percepção histórica substituiu “uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (NORA, 1993, p. 8), a alteração do tempo faz a história ser mais rápida e a duração do acontecimento é equivalente à duração da notícia, ou seja, é a ruptura do presente com o passado. Quando tomamos consciência da perda destes “meios de memória” e da atual ruptura com o passado, nos desperta o sentimento de nostalgia, e assim, achamos curiosos e sedutores os lugares onde a memória, transformada, se abriga, ou seja, os objetos do passado.

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história. (NORA, 1993, p. 8-9).

Santos (2003) defende que a memória não é somente o que lembramos, ela está presente “em tudo e em todos” e que “ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências, a partir de resíduos deixados anteriormente” (SANTOS, 2003, p. 26). Percebemos que a autora está se referindo à memória que Nora (1993 p.13-4) chama de “memória transformada”, “vivida como um dever e não mais espontânea, psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante”, e devemos diferenciá-la da “verdadeira memória” que atualmente se abriga “no gesto, no habito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes reflexos”. A diferença principal é que a memória transformada é arquivística, se apoia no concreto, no material, no registro da imagem, ou seja, necessita de “suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas”.

Segundo Le Goff (2003) quando os homens procuram suas raízes e sua identidade no passado, e também no futuro, voltam-se ao passado com nostalgia, e para o futuro com temor ou esperança. Percebemos que essa procura no passado por identidade, ocorre pela falta de uma “memória verdadeira” (NORA, 1993), contribuindo para o estabelecimento do que é chamado de “Lugar de Memória”. Os “Lugares de Memória” são “restos”, subsistindo em uma consciência comemorativa, pois a vontade da coletividade é envolvida pela renovação, valorizando “mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro que o passado.” (NORA, 1993, p. 13). E o “novo”, segundo Le Goff (2003), significa mais do que uma ruptura com o passado, é a ausência (esquecimento) do passado. Halbwachs afirma que:

[Os objetos] são imóveis somente na aparência, pois as preferências e hábitos sociais se transformam e, quando nos cansamos de um móvel ou de um quarto, é como se os próprios objetos envelhecessem. (HALBWACHS, 2006, p.158)

Por estes motivos nascem os “Lugares de Memória” e surge a necessidade de sua defesa, pois se vivêssemos verdadeiramente a tradição e a memória, não precisaríamos dos lugares onde a memória se ancora.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações

pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva (NORA, 1993, p. 13).

## 1.2. A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA COLETIVA ANCORADA NA ARQUITETURA PARA A “NOVA HISTÓRIA”

Segundo Halbwachs (2006) a memória coletiva não se confunde com a história. A necessidade de se escrever a história surge quando os acontecimentos já estão muito distantes do presente, servindo de ponte entre o presente e o passado, para se restabelecer a continuidade interrompida. A história, que é a coleção de acontecimentos que ocupam maior parte na memória dos homens, começa no momento que termina a tradição, que se apaga (ou decompõe) a memória social. Quando um grupo já não é mais o suporte da memória de uma sequência de acontecimentos - quando a memória “se dispersa por alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades que não se interessam mais por esses fatos que lhes são decididamente exteriores” (2006, p. 101) – torna-se necessário fixá-los por escrito como forma de preservá-los, “pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e pensamentos morrem”.

A relação que a arquitetura mantém com a memória e com seu significado histórico é apresentada pelo sociólogo britânico John Ruskin, em seu livro *As sete Lâmpadas da Arquitetura*, de 1849, no capítulo denominado *A Lâmpada da memória*. Ruskin estabelece no aforismo 27 uma forte ligação entre história e memória:

AFORISMO 27: A Arquitetura deve ser feita histórica e preservada como tal.

E se de fato houver algum proveito em nosso conhecimento do passado, ou alguma alegria na ideia de sermos lembrados no futuro, que possa fortalecer o esforço presente, ou dar alento à presente resignação, há dois deveres em relação à nossa arquitetura nacional cuja importância é impossível superestimar: o primeiro, tornar a arquitetura atual, histórica; e o segundo, preservar, como a mais preciosa de todas as heranças, aquela das épocas passadas.

É em relação à primeira dessas duas orientações que a Memória pode ser verdadeiramente considerada como a Sexta Lâmpada da Arquitetura; pois, é ao se tornarem memoriais ou monumentais que os edifícios civis e domésticos atingem uma perfeição verdadeira; e isso em parte por eles serem, com tal intento, construídos de uma maneira mais sólida, e em parte por suas decorações serem conseqüentemente inspiradas por

um significado histórico ou metafórico. (RUSKIN, 2008, p. 55, grifo do autor).

Nessa citação o autor destaca a importância de atribuir significado histórico às arquiteturas (do passado e atuais), e a “perfeição verdadeira” atingida pelos edifícios da arquitetura civil ao tornarem-se memoriais ou monumentais – a partir do reconhecimento histórico e do passar do tempo -, além da necessidade de preservação da arquitetura herdada. A necessidade de atribuir significado histórico às arquiteturas e de entendê-las como significativa da vida dos homens é evidenciada ao longo de todo o texto. O autor faz uma comparação dizendo que a história sem a arquitetura seria “fria”, comparada à história que engloba aquilo que a nação produziu, pois não podemos recordar sem a arquitetura. Para Ruskin, somente a arquitetura e a poesia vencem o esquecimento. A poesia pode representar o que os homens sentem e pensam, mas a arquitetura, sendo a representação “viva” do que o homem produziu, viu e viveu, inclui também, de alguma forma, assim como a poesia, os sentimentos e pensamentos dos homens do passado:

É como centralizadora e protetora dessa influência sagrada que a Arquitetura deve ser considerada por nós com a maior seriedade. Nós podemos viver sem ela, e orar sem ela, mas não podemos rememorar sem ela. Como é fria toda a história, como é sem vida toda fantasia, comparada àquilo que a nação viva escreve, e o mármore incorruptível ostenta! [...] Há apenas dois fortes vencedores do esquecimento dos homens, Poesia e Arquitetura; e a última de alguma forma inclui a primeira, e é mais poderosa na sua realidade: é bom ter ao alcance não apenas o que os homens pensaram e sentiram, mas o que suas mãos manusearam, e sua força forjou, e seus olhos contemplaram, durante todos os dias de suas vidas. (RUSKIN, 2008, p. 54-5).

Ruskin afirma que não podemos rememorar sem a arquitetura, o que nos faz relacionar a arquitetura à conceituação de Lugar de Memória. Porém, Pinheiro afirma que:

O elemento-chave para a Sublimidade, no sentido abordado na Lâmpada da Memória, porém, é o tempo – o que vale dizer a história. É na longa duração, com a passagem do tempo que a arquitetura vai se impregnando da vida e dos valores humanos; daí a importância de construir edifícios duráveis, e de preservar aqueles que chegaram até nós. Não é à toa que Ruskin cogitou em chamar o sexto capítulo das Sete Lâmpadas de Lâmpada

da História, em vez de “Lâmpada da Memória”. (PINHEIRO, In: RUSKIN, 2008, p. 27).

Segundo Nora (1993), memória e história estão longe de serem sinônimos, e uma opõe-se a outra, e segundo Halbwachs (2006) a história é uma, e existem muitas memórias coletivas. “A história pode se apresentar como a memória universal da espécie humana. Contudo, não existe nenhuma memória universal. Toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço.” (HALBWACHS, 2006, p.106). A história, segundo Halbwachs, visa os fatos examinando os grupos de fora e abrange um período longo, já a memória coletiva visa os fatos vistos de dentro do grupo, e durante um período curto. A memória, de acordo com Nora (1993), está em constante evolução, é a vida, passível de deformações, da lembrança e do esquecimento, é um fenômeno atual, vulnerável, afetivo e com diversos significados - ela é um absoluto e se enraíza no concreto. Já a história é uma representação do passado, uma reconstrução problemática e incompleta do passado (o que não existe mais), operação intelectual e crítica - ela só conhece o relativo, e está ligada às evoluções e relação das coisas.

Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confrontam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza do concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9).

Ao longo do capítulo, Ruskin aborda mais a definição de história, e por diversas vezes é difícil compreender o que ele estabelece como conceito de memória: “É em relação à primeira dessas duas orientações [tornar a arquitetura atual, histórica] que a Memória pode ser verdadeiramente considerada como a Sexta Lâmpada da Arquitetura” (RUSKIN, 2008, p. 55). Mas a dúvida de Ruskin ao

titular o capítulo (história ou memória?), como expôs Pinheiro, é compreensível, e não diminui o valor de sua obra, pelo contrário, seu texto demonstra que no século XIX já era evidenciada a monumentalidade (ou valor memorial) que a arquitetura civil, ou doméstica, pode atingir com o passar do tempo (sua história) junto às significações estabelecidas pelo homem (atribuição de valores memoriais), tanto na criação quanto no convívio com as arquiteturas. Podemos vincular a dúvida de Ruskin à afirmativa de Le Goff (2003) de que história e memória até os nossos dias se confundem, porém, a evolução contemporânea caminha para que o mundo seja acrescido de memórias coletivas, e a história estaria “sob a pressão delas”.

Para Nora, inicialmente, a memória é suspeita para a história, elas se opõem uma à outra, e a missão da história seria destruir a memória. Porém, “uma sociedade que vivesse integralmente sob o signo da história, não conheceria, afinal, mais do que uma sociedade tradicional, lugares onde ancorar sua memória” (NORA, 1993, p. 8).

[...] o passado deixou na sociedade de hoje muitos vestígios, às vezes visíveis, e que também percebemos na expressão das imagens, no aspecto dos lugares e até nos modos de pensar e sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e em tais ambientes. Em geral nem prestamos atenção nisso... mas basta que a atenção se volte desse lado para notarmos que os costumes modernos repousam sobre camadas antigas que afloram em mais de um lugar. (HALBWACHS, 2006, p.87)

Segundo Nora, existem dois movimentos em que o estudo dos Lugares se encontra. O primeiro puramente historiográfico, “retorno reflexivo da história sobre si mesma”, e o segundo propriamente histórico, “o fim de uma tradição de memória”. O início de uma “história da história”, segundo Nora (1993), é um dos sinais do “arrancar da história da memória”. E mesmo na falta da “vontade de memória” que de acordo com Nora (1993) é preciso ter para os “Lugares de Memória”, devemos entendê-los como “lugares de história”.

Um pouco como as boas regras da crítica histórica de antigamente, que distinguiam sabiamente as “fontes diretas”, isto é, aquelas que uma sociedade voluntariamente produziu para serem reproduzidos como tal – uma lei, uma obra de arte, por exemplo – e a massa indefinida de “fontes indiretas”, isto é,

todos os testemunhos deixados por uma época sem duvidar de sua utilização futura pelos historiadores. (NORA, 1993, p. 22).

Le Goff (2002, p.28) afirma que “a historiografia surge como sequência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões”, por isso, além de a historiografia se preocupar com a produção histórica profissional, ela deve se preocupar também com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica de uma época. A memória não é história, mas sim objeto da história, que contribui para a elaboração historiográfica.

O tempo dos lugares é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade da memória, para viver sob o olhar de uma história reconstituída. (NORA, 1993, p. 12).

Os Lugares de Memória, como a arquitetura, tornam-se Lugares de estudo para uma “nova história”, a história científica, que utiliza a memória para a compreensão de uma história percebida também por outros pontos de vista, e não mais apenas como uma “sucessão cronológica de eventos e datas”, como diferencia Halbwachs (2006, p. 79), mas por uma “história vivida”, que muito se assemelha à conceituação de história de Ruskin (2008), que é a história da arquitetura em relação ao homem que a viu e vivenciou:

Nossa memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida. Por história, devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto. (HALBWACHS, 2006, p.79)

A historiadora Sandra Pesavento (1995) afirma que o estudo da nova história, que agora é cultural, está “na ordem do dia na historiografia mundial” e o sistema de ideias-imagens – o imaginário social – é o que lhe dá suporte, mas sem inutilizar a matriz teórica já desenvolvida de escrever a história.

Entendemos a história cultural não como uma “virada de mesa” com relação a pressupostos teórico-metodológicos, mas como uma nova abordagem, ou um novo olhar que se apoia sobre análises já realizadas, e, por sua vez, avança dentro de um determinado enfoque. Neste sentido, a história cultural realmente vem se somar ao conhecimento acumulado, sem

voltar as costas a uma matriz teórica, fruto de uma reflexão cumulativa. (PESAVENTO, 1995, p.280)

A nova história deve ser entendida como um resgate, de algo que um dia ocorreu, tentando captar a pluralidade dos sentidos e a construção de significados que está relacionado. A autora distingue “o que se chamaria ‘passeidade’ (o real acontecido) da ‘história’, entendida como narrativa que ‘representa’ através de texto e imagem” (PESAVENTO, 1995, p. 280). Para a análise da nova história cultural o campo da representação é o primeiro a ser definido: o resgate da cidade ocorre através de suas representações, e o fenômeno urbano deve ser entendido como um acúmulo de bens culturais, pois “considerando a cultura como uma rede de significados socialmente estabelecidos (GEERTZ, 1981), a cidade é o espaço por excelência para a construção destes significados, expressos em bens culturais [suas representações]”.

[...] as representações são parte integrante também daquilo que chamamos realidade. Isso se dá não só porque são matrizes geradoras de práticas sociais, como também porque demonstram o esforço de revelação/ocultamento dado tanto pelas imagens reais (cenários, paisagens de rua, arquitetura) como pelas imagens metafóricas (literatura, pintura, poesia, discurso técnico e higienista). (PESAVENTO, 1995, p. 281)

Então, segundo Pesavento, a história a ser reconstruída utilizando as representações é uma das possibilidades de captar o passado, mas não a única. Percebemos, então, que a afirmativa de Ruskin de que a história sem a arquitetura seria “fria”, poderia ser confirmada com a conceituação, estabelecida no século XX, de uma “nova história”:

A história dita ‘nova’, que se esforça por criar uma história científica a partir da memória coletiva, pode ser interpretada como ‘uma revolução da memória’ fazendo-a cumprir uma ‘rotação’ em torno de alguns eixos fundamentais: ‘uma problemática abertamente contemporânea (...) e uma iniciativa decididamente retrospectiva’, ‘a renúncia a uma temporalidade linear’ em proveito dos tempos vividos múltiplos ‘nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo’. História que fermenta a partir do estudo dos ‘lugares da memória coletiva’. (LE GOFF, 2003, p.467)

A história deve ser entendida como a forma científica da memória coletiva, que utiliza dois tipos de materiais da memória: *os documentos* e *os monumentos* (LE GOFF, 2003).

[A memória coletiva] Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante, enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. (LE GOF, 2003, 469)

Desta forma, os Lugares de Memória da arquitetura, servem como fonte de memória coletiva que, segundo Le Goff (2003), junto da história - a forma científica da memória coletiva -, apresentam-se sob a forma de documentos (escolha do historiador) e monumentos (herança do passado).

O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica (LE GOFF, 2003, p. 539).

O autor defende que “o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”. (LE GOFF, 2003, p. 526). Os documentos, a princípio, se opunham aos monumentos, eram somente os textos, porém, a “nova história” ampliou o conceito.

A história fez-se, sem dúvidas, com documentos escritos. Quando há. Mas pode e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem (...) Faz-se com tudo o que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar o seu mel, quando faltam as flores habituais: com palavras, sinais, paisagens e telhas; com formas de campo e com más ervas; com eclipses da lua e arreios; com peritagens de pedras, feitas por geólogos, e análises de espada de metal, feitas por químicos. Em suma, com tudo o que, sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significativa a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser. (FEBVRE, 1949, apud. LE GOFF, 2003, p. 107).

A história se faz a partir dos documentos, e não mais apenas o escrito, “há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou qualquer outra maneira” (SAMARAN, 1961, apud LE GOFF, 2003, p. 531). Necessita-se, porém, fazer uma análise crítica do documento enquanto monumento.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2003, p. 536)

É preciso questionar o documento, desestruturá-lo, evidenciando o seu caráter de monumento, colocando em relação ao conjunto, e não mais individualmente.

[...] Nos nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e o que, onde dantes se decifravam traços deixados pelo homem, onde dantes se tentava reconhecer em negativo o que eles tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto. (FOUCAULT, 1969, apud, LE GOFF, 2003, p. 536)

O documento, segundo Le Goff (2003, p. 538), não é inocente, ele é resultado da história (tempo), mas não somente da época da sociedade que o produziu, mas também das sucessivas que o modificaram, de forma consciente ou não. Ele é testemunho, monumento, “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”. Não se pode “isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte”.

### 1.3. LUGAR DE MEMÓRIA ARQUITETÔNICO: FONTE DE IDENTIDADE COLETIVA

Nora (1993, p.27) afirma que “os lugares são nosso momento de história nacional” e Gonçalves (1988) afirma que o conceito moderno de nação pode ser entendido como uma “coleção de indivíduos”, conferindo à nação os atributos destes indivíduos, como por exemplo, a memória.

Assim como a identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram herdados e que permaneceram na família por várias gerações, também a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos – aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional. Estes bens constituem um tipo especial de propriedade: a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro. Em outras palavras, eles garantem a continuidade da nação no tempo. (GONÇALVES, 1988, p.266, 267)

Para Gonçalves a identidade de pessoas e de coletividades, como a nação, pode ser definida através da “posse” dos patrimônios culturais, que podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis. Esse passado evocado a partir de objetos “está de certo modo, fundada na clássica ‘arte da memória’ na qual ideias são associadas a espaços imaginários como recursos *mnemônicos*.” (GONÇALVES, 1988, p. 267). Então, a posse de patrimônios culturais possibilita a associação de ideias e valores aos espaços, e atribui a eles o poder de evocar – visualmente e sensivelmente – aquelas ideias e valores do passado. Porém, a socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos (2003) utiliza a teoria da filósofa americana Hannah Arendt para afirmar que:

O grande perigo a ser enfrentado por nós, modernos, é a perda da tradição, dos elos entre passado e presente, isto é, da capacidade de lembrar. A memória, neste caso, é associada à percepção de pertencimento a um mundo que engloba e constitui os indivíduos. (SANTOS, 2003, p.17).

Le Goff também afirma que grandes problemas relacionados à identidade coletiva podem estar relacionados à ausência de um passado conhecido e reconhecido, e evidencia a importância da distinção entre passado e presente:

A distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo. É, pois, uma operação fundamental da consciência e da ciência históricas. Como o presente não se

pode limitar a um instante, a um ponto, a definição da estrutura do presente, seja ou não consciente, é um problema primordial da operação histórica. (LE GOFF, 2003, p. 207)

Ao ser constituída uma memória, individual ou coletiva, ela “efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização”, é o “trabalho da própria memória em si” (POLLAK, 1992, p.206). Quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas e amarradas, os questionamentos ou problemas vindos de grupos externos não chegam a provocar a necessidade de “rearrumações” da memória. “Quando a memória e a identidade trabalham por si sós” (POLLAK, 1992, p.207), denominado por Pollak de conjunturas ou períodos calmos, diminui-se a preocupação com a memória e a identidade. Ele afirma ainda, que os momentos de crise de memória e do sentimento de identidade coletiva frequentemente precedem, acompanham ou sucedem momentos de crise ou de guerra em países. Ele finaliza a descrição da problemática da constituição e da construção social da memória fazendo a pergunta: “Por que será que atualmente assistimos a um interesse renovado, nas ciências humanas e na história, pelo problema da forte ligação entre memória e identidade?” (POLLAK, 1992, p.207).

A raiz etimológica da palavra ‘identidade’ – *identitas* -, segundo Gutierrez (1989, p.30) significa “o mesmo”, e:

Num enfoque antropológico, a identidade se define por aquilo que diz respeito a todos e pertence a todos, o que implica essa relação de ‘ser o mesmo’ e de manter o reconhecimento através do tempo, apesar da alteração das variáveis. (GUTIERREZ, 1989, p.30)

A utilização social dos espaços, segundo Gutierrez, está atrelada à obrigação de se reconhecer o passado, e é essencial para a identidade a “inclusão no todo”, o pertencer a algo.

Pertencer, ser parte de algo em comum é uma característica essencial da identidade. Não poderíamos concebê-la sem esse sentido integrador, vinculado à ideia de ser o mesmo e de prolongar nossas formas culturais, tangíveis e intangíveis, até chegar a um conjunto de elementos que nos conferem identidade justamente por serem parte de nós mesmos. (GUTIÉRREZ, 1989, p.30)

O autor afirma, porém, que a pertinência – o pertencer a algo - não pode ocorrer somente de forma passiva, pois iria transferir a identidade somente ao passado, reduzindo a identidade ao sentimento de nostalgia, e retirando toda a atuação social e cultural. Segundo Le Goff (2003) quando os homens procuram suas raízes e sua identidade no passado, voltam-se ao passado com nostalgia, e enxergam o futuro com temor ou esperança de uma mudança. Segundo o filósofo francês Henri-Pierre Jeudy (2005, p.15) a conservação patrimonial é entendida como forma de assegurar o “trabalho de luto” - que é a necessidade que temos de preservar as lembranças materiais, para suportar o desaparecimento da nossa memória. O autor afirma que atualmente existe um “dever de memória”, que chega até mesmo a nos ser “imposto”, pois esquecer seria um “crime”; “esquecer é ocultar”, tal seria a regra de uma gestão de memórias. Censuramos as gerações que nos precederam por terem facilmente esquecido”. Podemos vincular esta questão de “trabalho de luto” de Jeudy à questão, anteriormente abordada, de Nora (1993) sobre a perda da “verdadeira memória” nos trazer a necessidade de consagrar lugares, onde a memória está ancorada, e por este motivo, Le Goff (2003, p. 225) evidencia que as pessoas ligaram-se nostálgicamente ao passado, às suas raízes, “daí a moda *retro*” e “o prestígio da noção de patrimônio”.

O escritor e diretor de cinema Woody Allen demonstra esse sentimento de nostalgia – ou “Síndrome da Era de Ouro” - em seu recente filme *Midnight in Paris* (Meia Noite em Paris) de 2011. O personagem principal do filme, “Gil”, vive na época atual, mas idealiza a cidade de Paris na década de 1920, considerando o melhor período para se viver. O enredo da trama ocorre quando Gil, em seus passeios noturnos pela cidade de Paris, é transportado no tempo para década de 1920, tendo então a oportunidade de vivenciar este sonho nostálgico. Porém, conhecendo a personagem “Adriana” - que vive na década 1920 - fica perplexo ao saber que ela considera a *belle époque* francesa (final do século XIX até o início do XX) o melhor período da cidade, período que ela não vivenciou. “Gil”, então, percebe que logo aquele passado por ele idealizado será o seu presente, e perderá toda aquela magia e encantamento. A mensagem do escritor Allen nesta ficção é que a vida deve

ser vivida no presente, mas que a nostalgia às épocas que não vivemos é muitas vezes sedutora.

Um exemplo deste sentimento de “nostalgia” pode ser vista nas diversas publicações de livros, revistas e *sites* na *internet*, com fotos antigas e atuais de lugares intitulados como “ontem e hoje”. O *site* da Revista Veja, por exemplo, possui uma seção denominada “O Rio ontem e hoje” que diz: “Imagens do Rio de Janeiro entre as décadas de 30 e 60 explicam parte do que a cidade é atualmente. Os chamados 'anos dourados' também foram o começo do caos urbano”. No caso das fotografias da orla do bairro de Copacabana (Fig. 12), comparando os anos de 1935 e 2008, tem como objetos de nostalgia as edificações que existiam, mas que entraram no esquecimento devido ao “caos urbano”, como cita a revista, incentivando o “dever de memória” (JEUDY, 2005) nas pessoas sobre a necessidade de se preservar as edificações que conseguiram sobreviver às destruições passadas. A nostalgia, no caso da *Revista Veja online*, utiliza diferentes tipos de objetos do passado como fonte de memória: os edifícios da orla de Copacabana e a fotografia de 1935.



Fig. 12 – *Revista Veja Online*: Nostalgia vinculada à objetos do passado, edifícios e fotografia.

Porém, Jeudy (2005, pg. 15) questiona: “A conservação patrimonial se encarrega do depósito das lembranças e nos libera do peso das responsabilidades infligidas à [perda da] memória?”. O autor levanta uma

questão importante em relação a esta busca pela memória através da conservação do patrimônio cultural:

Mas o gozo da nostalgia se transforma depressa em morbidez. A repulsão inspirada pela exibição dos vestígios conservados, da sua teatralização excessivamente despropositada, pode da mesma maneira engendrar o ódio ao patrimônio. (JEUDY, 2005, p. 15)

Jeudy (2005, p. 19-22) afirma que a conservação patrimonial dos “lugares memoráveis”, escolha efetuada pelos organizadores do patrimônio, não pode ser feita de forma arbitrária. O que se percebe atualmente é que os aspectos simbólicos destes lugares são “geráveis”, e isso ocorre pelo fato de as memórias serem “colocadas em exposição”, com o propósito de assegurar o reconhecimento de sua “singularidade”, e ainda como estratégia de promover a visibilidade pública do próprio objeto.

Produzimos, damos forma, vendemos representações de ordem simbólica, uma vez que o valor simbólico e o valor de mercado do objeto se confundem. Este é um dilema da gestão contemporânea dos patrimônios: se o patrimônio não dispõe de um estatuto “à parte”, se ele se torna uma mercadoria como as outras (os bens culturais), perderá seu poder simbólico. É necessário que, de alguma maneira, o patrimônio seja excluído do circuito dos valores mercadológicos, para salvar seu próprio valor simbólico. (JEUDY, 2005, p. 20)

Estas colocações feitas por Jeudy nos levam a entender que nas gestões atuais de conservação patrimonial, geralmente, os significados dos Lugares de Memória do patrimônio arquitetônico – os ‘Documentos/Monumentos’ que nos ajudariam a compreender a história a partir da memória coletiva (nova história cultural) e que seriam contribuidores da identidade cultural de nossa sociedade – estão sendo muitas vezes modificados. A excessiva nostalgia atual traz a necessidade de preservar os vestígios do passado para nos sentirmos pertencentes a uma sociedade, e para provar que possuímos um passado, mas, ao mesmo tempo, esta nostalgia produz uma exibição excessiva do patrimônio cultural que consente a destruição do motivo pelo qual foram considerados Lugares de Memória – os seus valores simbólicos.

Assim como a identidade não pode ser baseada no passado, o presente não deve ser somente o instante, deve sim ocorrer uma interação entre

passado/presente, e na consciência coletiva acrescenta-se, ainda, o futuro, pois a realidade da percepção e divisão do tempo em um nível individual ou coletivo não se limita a presente/passado.

Santo Agostinho exprimiu, com profundidade, o sistema das três visões temporais ao dizer que só vivemos no presente, mas que este presente tem várias dimensões, ‘o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes, o presente das coisas futuras’. (LE GOFF, 2003, p. 209-10).

Para a identidade coletiva, segundo Gutierrez, o “pertencer, ser parte de algo” deve ser ativo, uma pertinência participativa, pois é “o único caminho de construção da história que recupera o passado como atualidade do presente e condicionante do futuro.” (GUTIERREZ, 1989, p.31). Devemos pertencer ativamente, aprender a utilizar “a realidade como material para a recriação do conhecimento”. Pertencer, então, engloba a todos, e a nossa identidade coletiva deve ser compreendida em uma realidade plural.

A historiadora Cristina Meneguello (2000) evidencia a importância da participação da população para o reconhecimento do passado e das tradições, e alerta sobre a possibilidade de as políticas oficiais de preservação manipularem a memória coletiva “que elas afirmam conservar”. Segundo Gutiérrez (1989), o arquiteto muitas vezes “aspira uma projeção permanente rumo ao futuro” rejeitando o passado e renunciando sua cultura, e assim “definindo um presente sombrio e incoerente” e colocando “em xeque as potencialidades desse mesmo futuro que ele acredita estar antecipando”. Outra questão levantada pelo autor é a respeito da especulação urbana e imobiliária que desarticula o tecido urbano pré-existente e conseqüentemente modifica as referências de identidade daquela comunidade. Entretanto, Jeudy (2005) afirma a contradição em que se encontra atualmente o patrimônio: “por um lado os patrimônios não podem ser tratados como produtos de *marketing*, mas, por outro, não existe desenvolvimento cultural sem comercialização” (2005, p. 20). Segundo Gutierrez o papel do arquiteto é interpretar as exigências da sociedade e criar as respostas adequadas a nossa identidade, expressas nas diversas obras arquitetônicas.

A história se reflete nos efeitos culturais e sociais que integram a força viva das comunidades. Assim, a identidade do homem,

com sua paisagem natural e cultural, é o caminho para detetar seus modos de vida e escalas de valor e dar por fim uma resposta adequada a suas necessidades e requisitos a partir de nossas possibilidades concretas. (GUTIÉRREZ, 1989, p.8)

A arquitetura, de acordo com Gutierrez (1989), inserida dentro do conjunto de bens culturais produzidos pelo homem, deve ser compreendida como um testemunho excepcional da memória histórica, pois ela é capaz de acumular dados históricos dos modos de vida do homem, não somente sobre sua concepção – como ocorre em um documento escrito -, mas “também dos que ali viveram através dos tempos e lhe conferiram novos usos e significados simbólicos”. A arquitetura ao ser entendida como um documento histórico é capaz de “manifestar uma evolução linear dos valores da sociedade e das formas de pensamento”, unindo valores atuais e cumulativos (passado), e assim, constituindo a identidade de uma comunidade. O autor afirma que a valorização do patrimônio visa resgatar a “memória histórica” recuperando valores sociais e culturais de uma comunidade, “essenciais para a personalização do nosso povo”, ou seja, a nossa identidade cultural, e não apenas recuperar os “significados emergentes dos ‘monumentos’”. A conservação do patrimônio arquitetônico e cultural não deve ser feita numa perspectiva elitista e de nostalgia, mas deve-se compreender a necessidade de se construir a identidade baseada na memória histórica, nas características presentes, e visando o futuro.

Ocorreu em 2008, em Foz do Iguaçu, uma reunião dos presidentes e membros dos comitês do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - Argentina, Brasil, Chile, México e Paraguai, com o propósito de refletir sobre a noção de “Espírito do Lugar”, que deu origem à Declaração de Foz do Iguaçu. O conceito de “Espírito do Lugar” está relacionado aos componentes materiais e imateriais dos ambientes, naturais ou construídos pelo homem, sendo o “lugar” um espaço que seja caracterizado por sua identidade única, e o “espírito” deste lugar “é o sopro de vida que expressa essa identidade, o resultado da relação entre uma determinada cultura e o sítio em que é desenvolvido”. Segundo o documento, diversos componentes caracterizam estes “lugares”, e no caso dos construídos pelo homem é identificada como componente do “espírito” a relação das comunidades no decorrer do tempo

(história) com as áreas urbanas, cidades, paisagens culturais, no modo particular que estes lugares se desenvolveram e que se expressam através de suas imagens. Os locais, segundo o documento, que os homens constroem e se apropriam - os cenários da vida de uma comunidade - são as “manifestações espirituais”, e por isso, os espaços construídos “expressam uma forma especial” em que foi concebido “para atender as necessidades para o desenvolvimento da vida humana”. A produção destes “lugares”, destes bens culturais, demonstram os processos sociais que determinada sociedade passou, e ainda passa, e também as sucessivas contribuições de diferentes culturas - o que é uma característica dos países da América Latina.

Outra carta que disserta sobre o mesmo tema é a Carta de Quebec de 2008, produzida pelo ICOMOS, a respeito da preservação do “*Spiritu Loci*” - espírito do lugar -, relacionando à preservação dos valores tangíveis e intangíveis do patrimônio cultural. O documento define o espírito do lugar como os elementos intangíveis – memórias, narrativas, valores, cores, texturas, odores etc. -, e também, os tangíveis – os edifícios, os objetos, as paisagens, etc. -, afirmando que são estes elementos, tanto físicos quanto espirituais, “que dão sentido, emoção e mistério ao lugar” (ICOMOS, 2008, p.2). Estes elementos – tangíveis e intangíveis - não são antagônicos entre si, eles devem interagir e se construir mutuamente, incluindo os gestores e os usuários do espaço como atores sociais que contribuem para atribuição de sentido ao espírito do lugar. O documento afirma que o espírito do lugar contribui para a identificação do “caráter vivo e ao mesmo tempo permanente” dos monumentos, sítios e paisagens culturais, o que nos faz relacionar ao conceito de Lugar de Memória.

O documento faz algumas recomendações visando contribuir nas legislações e políticas de preservação cultural, para melhor proteger o espírito do lugar. A primeira das recomendações é reconhecer que o espírito do lugar é composto por elementos tangíveis e intangíveis, e que deve ser considerado “em toda e qualquer legislação referente ao patrimônio cultural e em todos os projetos de conservação e restauro” (ICOMOS, 2008, p.3). Ressalta, também, a necessidade de uma perícia de equipes de pesquisa para melhor compreender, preservar e transmitir estes espíritos do lugar.

É importante perceber que estes documentos (de Foz do Iguaçu e de Quebec) estão relacionados ao conceito de Lugar de Memória e de Lugar de Aura (CASTELLO, 2005) – “*genius loci*”-, pois estão incluídos em sua definição o tempo e a história do Lugar, que se estabelecem através da “memória” – transformada (NORA, 1993) - que se apoia na arquitetura (os elementos tangíveis), e também, as qualificações do usuário, os sentimentos que são estimulados pelo “imaginário espacial local” (CASTELLO, 2005), (os elementos intangíveis).

Compreendemos neste capítulo, que as edificações do patrimônio cultural podem ser consideradas como Lugares de Memória, mas para serem compreendidas como ‘Documento/Monumento’, deve haver uma seleção, porque, segundo Le Goff (2003), o documento é “uma escolha do historiador” e “não é qualquer coisa que fica por conta do passado”. No caso do patrimônio cultural arquitetônico, as edificações que são definidas como bens culturais, as “representações” da identidade coletiva de uma sociedade com valores históricos e artísticos e repletos de significados, esta escolha já foi realizada. Ao definirmos que uma determinada arquitetura, ou conjunto delas, constitui o patrimônio cultural de uma sociedade, compreendemos que foi principalmente o tempo e as qualificações resultantes da relação do usuário no espaço (Lugar) que as transformaram em Lugares de Memória, a nossa herança, e por essa escolha, o Lugar de Memória se torna também um *Documento/Monumento* para a concepção da nova história cultural. Por isso, a preservação de seus diversos valores - tangíveis e intangíveis - é essencial para a formação de uma identidade coletiva pluralista e coerente com o seu passado.



# Capítulo 2

---

## O USO E A REUTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

## 2.1. A PRESERVAÇÃO E O USO NAS TEORIAS DE RESTAURAÇÃO

Muitas vezes a incapacidade de edifícios antigos responderem às novas necessidades e demandas de uso levou-os ao desaparecimento. Esse desaparecimento pode ser dos valores agregados e dos aspectos físicos da edificação. O desaparecimento de seus valores pode ser, por exemplo, do seu valor de uso, definido pelo teórico Aloïs Riegl<sup>4</sup> (2006) como a capacidade que a edificação possui de satisfazer os nossos sentidos. O autor expõe a sensação de perturbação que temos ao observamos uma edificação passar a não ter mais uso, dando a impressão de “destruição violenta”. Cyro Corrêa Lyra (2005) expõe a importância do uso para a preservação do patrimônio edificado em sua tese intitulada *Casa vazia, ruína anuncia: a questão do uso na preservação de monumentos*. De acordo com o autor, quando os edifícios antigos chegam até os dias atuais íntegros, devem a sua sobrevivência à utilização, e afirma que uma questão comum envolve grande parte das ruínas: edifícios que um dia se tornaram ociosos, ou seja, perderam sua função, e entraram em processo de decadência física. Então, a ausência de uso pode por em risco a integridade do edifício, podendo ocasionar no desaparecimento de seus aspectos físicos: o edifício sem utilização entrará em um processo de decadência física podendo, até mesmo, ser arruinado. Carlos Lemos (2000, p. 69) afirma ainda que “[...] a primeira norma de conduta ligada ao ‘como preservar’ é manter o bem cultural, especialmente o edifício, em uso constante e sempre que possível satisfazendo a programas originais”. Podemos afirmar então, que é de senso comum que a funcionalidade de um bem arquitetônico está intrínseca à preservação física do mesmo, já que é reconhecida a importância da utilização para que o edifício se mantenha conservado, em oposição ao abandono que aumenta a possibilidade de degradação da edificação.

Com a sucessiva modernização de equipamentos e as novas necessidades de uso na contemporaneidade, os edifícios antigos - que outrora acomodavam as necessidades de seu uso original - com o passar do tempo, tornaram-se

---

<sup>4</sup> Aloïs Riegl (1858 – 1905) era austríaco, jurista, filósofo, historiador, e foi presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria. O *Der moderne Denkmalkultus* (1903) foi a base teórica, criada por ele, utilizada para empreender a reorganização da legislação de conservação dos monumentos austríacos.

ultrapassados, seja pela extinção de sua função original ou pela incapacidade de responder às novas exigências de seu uso atual. Lyra comenta a respeito da possível consequência decorrente de alterações para atender a novas funções e prolongar a utilização dos edifícios:

A maioria dos edifícios antigos deve sua longevidade ao fato de ter sido continuamente utilizada. Ao longo de sua história, porém, eles sofreram alterações para atender a novas funções, que, não raras vezes, resultaram na modificação de sua aparência. O que hoje conhecemos é, frequentemente, o resultado de sucessivas adaptações que possibilitaram sua sobrevivência. (LYRA, 2006, p.53)

Surge, então, uma questão sobre a preservação do patrimônio edificado e o prolongamento da sua vida útil: é possível adequar o uso do patrimônio edificado às solicitações advindas de novas demandas e tecnologias, sem descaracterizar o edifício? Corremos o risco de modificar em demasia a edificação tentando adaptá-la às necessidades atuais, tornando o aspecto de um edifício antigo diferente da sua imagem original (alterando o ‘Documento/Monumento’), modificando a sua essência e os valores e significados atribuídos aos ‘Lugares de Memória’. Não estamos afirmando que a adaptação de uso no edifício preservado é sempre pejorativa ao patrimônio, muito menos que o patrimônio edificado deva ser “cristalizado”, “engessado” ou “imobilizado”.

Preservar e restaurar bens não quer dizer “cristalizá-los” como peças ou museus. **O cerne da questão é justamente a forma de dar uso aos bens preservados sem retirar o significado destes.** Ao proteger os bens culturais de uma sociedade, visa-se na realidade preservar-lhe a identidade cultural, pois, ao perder ou ver alteradas expressivas manifestações arquiteturais e paisagísticas, o indivíduo perde também os referenciais que permitem sua identificação com a cidade em que vive [...]. (LIMA, 2005, p.1, grifo nosso)

A reutilização, ou adaptação de uso, do patrimônio edificado, é – e isto podemos afirmar - necessária à preservação do mesmo, já que a utilização da edificação é imprescindível para sua conservação física. Lyra (2005, p. 310) afirma que “não há preservação sem utilização e essa pressupõe adaptação. Por mais conservativa que seja a intervenção, dificilmente se evitam alterações”. Porém, a adaptação de uso na preservação do patrimônio

edificado depende de um adequado projeto de arquitetura: devem-se analisar as relações que a construção mantém com o programa a ser satisfeito e verificar as possibilidades de adaptação do uso ao edifício, evitando o seu abandono. Não obstante, é importante ressaltar que por estarmos tratando de edificações de valor patrimonial (preservadas), o projeto de intervenção e adaptação de uso, na realidade é, em primazia, um projeto de preservação e restauração. Notemos que Brandi<sup>5</sup> (2004, p.25) afirma que “[...] entende-se por restauração qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana” e afirma também que qualquer comportamento em relação ao produto da atividade humana, depende também do seu reconhecimento como obra de arte, nas suas duas instâncias: estética e histórica, ou seja, no reconhecimento de seus valores patrimoniais. Desta forma, a reutilização (ou adaptação de uso) de um edifício preservado pressupõe a necessidade de um projeto de restauração, pois a intenção do projeto de adaptação de uso é “dar novamente eficiência” ao edifício preservado, por não estar mais respondendo às novas necessidades de seu uso atual. Para que o projeto de adaptação de uso seja adequado à sua finalidade, a utilização deve ser compreendida como um meio de preservação, ou seja, através do prolongamento da vida útil do edifício e dos seus valores atribuídos – reconhecendo-o também como ‘Lugar de Memória’ e ‘Documento/Monumento’ da história - contribuiremos para finalidade do projeto de adaptação de uso: a preservação dos bens culturais herdados que simbolizam a identidade cultural de uma nação.

As ações em obras de épocas precedentes tornaram-se efetivamente preservação de bens culturais quando se afastaram dos atos ditados por razões pragmáticas – abandono, destruição, reformas, reconstruções, transformações feitas, em geral, por questões de uso, que predominaram para quaisquer obras até a segunda metade do século XVIII – e assumiram conotação fundamentalmente cultural. Passou-se a ter distanciamento crítico em relação ao passado e procurou-se perpetuar os testemunhos reconhecidos como de interesse para a cultura para que servissem de suporte do conhecimento e da memória coletiva, valorizando seus aspectos documentais, formais, memoriais e

---

<sup>5</sup> Cesare Brandi (1906 – 1988) italiano formado em direito e letras, crítico da história da arte e da restauração. Segundo Kühl (2004) o livro ‘Teoria da Restauração’ “permanece um escrito basilar e não superado nesse campo do conhecimento”.

simbólicos. O uso era e continua a ser essencial, dada a sua importância para a própria manutenção e, portanto, sobrevivência do edifício; mas passa a ser um meio e não a finalidade da intervenção. (KÜHL, 2008b, p.206).

Este trecho retirado do texto intitulado ‘O restauro como ação cultural em contraposição à recuperação: o problema do uso’, de Beatriz Mugayar Kühl, evidencia a importância da utilização para a sobrevivência do edifício patrimonial, porém revela que a preservação do edifício como um bem cultural só aconteceu, efetivamente, com o distanciamento crítico em relação ao passado e a compreensão de que as ações nesses bens não poderiam ser ditadas por razões pragmáticas em função do uso. A conscientização e o respeito em relação ao patrimônio cultural edificado não estão ligados apenas aos valores a ele atribuídos, mas também à forma de intervir, pois qualquer projeto de intervenção em edifícios de reconhecido valor patrimonial deve estar baseado em teorias e normas de preservação e restauração do patrimônio cultural arquitetônico. Outra questão pertinente à nossa pesquisa é a inclusão das arquiteturas ditas “menores” – arquitetura civil e doméstica - no conceito de monumento e áreas de interesse histórico.

A compreensão dos valores atribuídos às edificações antigas percorreu um caminho árduo, porém importante, para o desenvolvimento do conceito de ‘monumento histórico’<sup>6</sup> e da necessidade de preservação destas edificações que, muitas vezes, necessitam de adaptações para o prolongamento da sua vida útil. Por estas razões dissertaremos neste capítulo a respeito das teorias e normas de preservação, com foco na evolução do conceito de monumento histórico e nas questões de utilização do patrimônio edificado.

### 2.1.1. O USO E A CONCEPÇÃO DO MONUMENTO HISTÓRICO

Na Europa, durante o período medieval, os monumentos e edifícios públicos do período Romano passaram por grandes destruições e, segundo Choay (2006), dois fatores são os principais: o primeiro foi o proselitismo cristão, a igreja convertia pagãos à religião católica e destruía templos e outros monumentos

---

<sup>6</sup> Denominado atualmente como Patrimônio Cultural Imóvel.

considerados pagãos; o segundo fator foi a perda de sentido e de uso das edificações romanas, que gerava indiferença em relação a estes monumentos.

Em contrapartida, várias edificações romanas foram poupadas da destruição por estímulo do clero, direta ou indiretamente. Em Roma, no século VI, o papa Gregório I exercita uma política de reutilização<sup>7</sup>: transformar as residências patrícias<sup>8</sup> em monastérios, as salas de recepção em igrejas; e ainda:

Exteriormente, ele [Papa Gregório I] recomenda aos missionários: “Não destruam os templos pagãos, mas só os ídolos que neles estão. Quanto aos edifícios, limitem-se a aspergi-los com água benta e neles colocar seus altares e relíquias.” (CHOAY, 2006, pg. 36).

Esta preservação de edificações remanescentes da Antiguidade foi estimulada por razões práticas de economia, em virtude de “tempos de uma crise em que a população era dizimada, a construção dispendiosa, as tradições artesanais decadentes”, e assim, “os desastres do século VI levam à conversão dos edifícios seculares em igrejas” (CHOAY, 2006, p. 36 e 42). A política do papa Gregório I, de reutilização de edificações romanas, foi continuada por seu sucessor Honório, e outros clérigos que também atuavam a favor da reutilização e do reconhecimento dos monumentos remanescentes da antiguidade, como por exemplo, o cônego de São Pedro, Benedictus, que fez o primeiro guia dedicado exclusivamente aos monumentos pagãos de Roma, por volta do ano de 1155. Porém, quando estes edifícios eram reutilizados tinham o uso, na maior parte das vezes, completamente desvirtuado. Um exemplo foi o que ocorreu no Coliseu de Roma, no século XI: o edifício teve seus arcos fechados e ocupados por habitações e outros usos, e em sua arena foram construídas uma igreja e uma fortaleza (CHOAY, 2006). É importante ressaltar que o interesse do Clero nas edificações da Antiguidade, além de utilitário, relacionava-se também “ao saber literário e à sensibilidade”, pois eles sentiam-se deslumbrados “por suas dimensões, por seu refinamento e a maestria de sua execução, pela riqueza de seus materiais” (CHOAY, 2006, p. 37), porém, “é difícil traçar as fronteiras, nessa obra salvadora dos papas, entre as medidas

<sup>7</sup> Exemplos de reutilização da época: “Em 526-530, a sala de audiências do administrador regional se transforma na igreja de São Cosme e São Damião; em 580, uma sala cerimonial do século I recebe a igreja de Santa Maria Antica; depois, sob Honório, o Senado do fórum Romano é convertido em igreja de Santo Adriano” (CHOAY, 2006, pg. 42).

<sup>8</sup> Residências da classe aristocrática romana.

ditadas pela conveniência e as que são inspiradas pelo interesse histórico ou ainda pela vontade de afirmar uma identidade por meio dos monumentos” (CHOAY, 2006, p. 43).

Apesar do reconhecimento do Clero em relação à beleza das edificações da Antiguidade, e de Choay (2006) afirmar que o “nascimento do monumento histórico” poderia ter ocorrido no século XIV, se os papas tivessem permanecido em Roma, mas foram obrigados a abandoná-la “aos saqueadores e às ervas daninhas”, Ceschi (1970) afirma que foi somente no Renascimento que o contato com o antigo se realizou de forma contínua, profunda e significativa, determinando a maior revolução cultural na história do homem moderno, chamando atenção para o mundo clássico e seus testemunhos da arte que, especialmente na Itália, voltou a ser abordado e compreendido. Assim, o “nascimento do monumento histórico” ocorreu no século XV em Roma, por volta de 1420, ano que o papa Martinho V voltou a Roma. A partir daí, foram feitas diversas bulas pontificais<sup>9</sup> com a finalidade de preservar as edificações da Antiguidade, e também a cidade.

O século XV foi então marcado por novas relações com as obras de épocas precedentes - os vestígios do passado -, mas concentradas apenas nas edificações da Antiguidade, excluindo-se outras épocas. O interesse, por uma pequena elite intelectual no *Quattrocento*, desenvolve-se em torno das ruínas, os “monumentos da Antiguidade”, que, a partir deste momento, “falam da história e confirmam o passado fabuloso de Roma” (CHOAY, 2006, p. 31). Este interesse crescente pelos monumentos da Antiguidade motivou a elaboração de levantamentos e estudos mais aprofundados. Um exemplo foi o arquiteto italiano e teórico de arte Leon Battista Alberti que fez um inventário dos monumentos de Roma no prefácio do tratado *Della famiglia*, de 1428. Alberti elaborou também, para o papa Nicolau V (1447 - 1455), um mapa topográfico onde os edifícios romanos são listados, visando à restauração da cidade. (CHOAY, 2006; KÜHL, 1998). O papa Nicolau V, segundo Ceschi (1970), é correntemente lembrado como um dos principais agentes de grandes restaurações da época, e incumbia importantes artistas para estas ações. Um

---

<sup>9</sup> Choay elenca diversos exemplos no primeiro capítulo do seu livro “A alegoria do patrimônio” (2006).

caso foi a restauração da Igreja Santo Stefano Rotondo - que estava completamente abandonada e sem cobertura - para a qual foi chamado o artista toscano Bernardo Rossellino. Nesta restauração, segundo Ceschi, não houve nenhuma preocupação evidente de se restaurar o antigo monumento, a ação foi, acima de tudo, desenvolvida para devolver uma função, de forma atualizada, ao edifício. Podemos reparar nas plantas de antes (Fig. 14) e depois (Fig. 15) da intervenção, que muita coisa foi modificada no interior do edifício, construindo também um “anexo” que modificou volume original.

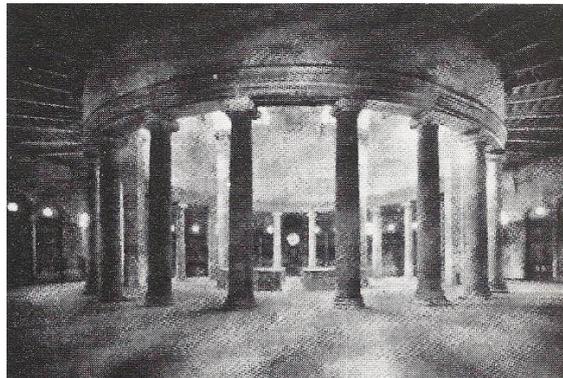


Fig. 13 - Imagem interna da Igreja Santo Stefano Rotondo, configuração depois da restauração de Bernardo Rossellino em 1453.

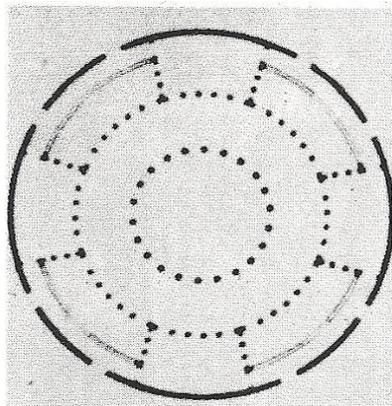


Fig. 14 – Planta original da Igreja S. Stefano Rotondo.

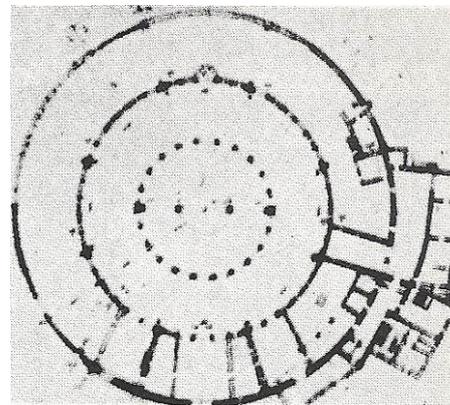


Fig. 15 – Planta depois da restauração (funcional) da Igreja S. Stefano Rotondo.

Mesmo esta reutilização, apoiada pelo papa Nicolau V, não ser considerada por Ceschi como uma efetiva restauração, não se pode negar a importância deste tipo de ação à época, pois evitava que os edifícios fossem destruídos. Choay (2006) destaca a diversidade de medidas de proteção realizadas pelos papas, porém, evidencia as contradições existentes, pois os mesmos papas que protegiam edifícios contra a destruição continuavam a utilizar outras edificações da Antiguidade como “pedreiras”:

Seria entediante enumerar todas as medidas de proteção tomadas em Roma até o fim do *Quattrocento*. Em contrapartida, nem a largueza de vistas dos textos, nem a magnitude dos trabalhos de conservação realizados devem nos fazer esquecer a postura antitética que lhes é, de modo paradoxal, coextensiva: os mesmo agentes que se consideram e que se mostram efetivamente tão empenhados na causa da conservação participaram com constância, lucidez e alegria da devastação de Roma e de suas antiguidades. De fato, jamais se deixou de utilizar os monumentos antigos como pedreiras para alimentar a política de construções novas dos papas. (CHOAY, 2006, p. 55-6)

Os monumentos da Antiguidade eram considerados neste período como objetos de estudo por vários artistas e estudiosos da Europa. De acordo com Ceschi (1970), os artistas voltavam-se aos testemunhos da Antiguidade e traziam inspirações para uma renovada linguagem clássica da arquitetura, no entanto existia uma enorme contradição dos artistas da época, especialmente dos arquitetos, pois ao mesmo tempo em que estudavam as arquiteturas antigas, eram indiferentes à destruição destes mesmos testemunhos, às vezes por negligência, mas às vezes por sua própria iniciativa. Um exemplo desta contradição foi o artista italiano Rafael, que enviou uma carta, demonstrando sua preocupação com relação ao destino do patrimônio, ao papa Leão X, porém, Rafael utilizou o mármore travertino do Coliseu na construção da Basílica de São Pedro, além da utilização do mármore do coliseu também no palácio de Veneza e no Porto de *Ripetta*. (CESCHI, 1970; KÜHL, 1998).



Fig. 16 – Estado de ruína do Coliseu em pintura do século XVII, depois de ter sido retirado partes da edificação para a reutilização do mármore travertino em diversas construções.



Fig. 17 - Basílica de São Pedro, construção do século XVI, na qual foi utilizado o mármore travertino retirado do Coliseu.

Segundo Ceschi (1970) devemos considerar, porém, que se a inspiração decorrente dos estudos da Antiguidade foi crucial para a nova concepção arquitetônica da época, as necessidades da vida social - que determinam as funções das arquiteturas - da sociedade da Renascença e da Antiguidade não coincidiam, pois o período dos teatros e anfiteatros romanos, templos pagãos, palácios imperiais e termas romanas, pertenciam a outro tempo, do qual o Renascimento não tinha relação. Por este motivo que os edifícios que não tinham mais utilidade - como o Coliseu - continuavam sendo utilizados como “pedreiras”, reutilizando partes do edifício, ou transformando mármore em cal, para novas construções.

A partir da segunda metade do século XVI até o segundo quartel do século XIX, o aprofundamento do estudo sobre as Antiguidades é reforçado pelo trabalho dos antiquários (*antiquaires*). Eles eram eruditos e colecionadores de objetos e fragmentos do passado (medalhas, moedas, selos, móveis, e etc., tudo o que poderia ser colecionado e guardado em seus gabinetes), mas além da coleção de objetos, eles também produziam “verdadeiros dossiês”, inventariando, descrevendo, e representando através de imagens (representações figuradas), os objetos e os edifícios e monumentos do passado. O objeto, testemunho da Antiguidade, passa a ser, para os antiquários, documento mais “confiável” do que o texto.

Para os humanistas do século XV e da primeira metade do seguinte, os monumentos antigos e seus vestígios confirmavam ou ilustravam o testemunho dos autores gregos e romanos. Mas, dentro da hierarquia da confiabilidade, eles estavam abaixo dos textos, que conservavam a autoridade incondicional da palavra. **Os antiquários, ao contrário, desconfiavam dos livros, principalmente quando escritos por ‘historiadores’ gregos e latinos. Para eles, o passado se revela de modo muito mais seguro pelos seus testemunhos involuntários, por suas inscrições públicas e sobretudo pelo conjunto da produção da civilização material.** (CHOAY, 2006, p. 62 e 63, grifo nosso)

O crescente papel da ilustração no trabalho dos antiquários e o seu objetivo de tornar visível o passado revelam-se importantes para o estudo do monumento como um “documento” para o estudo da história:

A inspeção de muitos monumentos cuidadosamente comparados revela seu uso, assim como o exame de vários efeitos da natureza, combinados de forma ordenada, revela seu princípio: a excelência desse método é tal que a melhor maneira de convencer o antiquário e o físico de que estão errados é opor ao primeiro novos monumentos e ao segundo, novas experiências. (CHOAY, 2006, p. 78)

Apesar dos estudos sobre os vestígios da Antiguidade - por artistas, estudiosos e antiquários de várias partes da Europa - a preservação dos monumentos da Antiguidade teve, na maior parte das vezes, apenas um enfoque documental e catalográfico. Durante quase três séculos (século XVI – XVIII) os monumentos arquitetônicos só foram efetivamente conservados e protegidos em casos excepcionais:

O caso da França é típico. A partir do século XVI, antiquários e arquitetos estudaram com paixão os vestígios greco-romanos, particularmente os da Provença. Contudo, se à época eles lamentam sua degradação, seu estado de abandono ou sua demolição, apenas uma ínfima minoria se preocupa com sua proteção *in situ*. Podem-se contar os raros projetos de conservação e de desobstrução das ruínas antigas, pontuais e jamais atualizados; são incontáveis as destruições ordenadas pela administração no contexto da organização territorial do reino. E se por acaso o próprio poder real se sensibiliza, sua intervenção não tem muita continuidade. (CHOAY, 2006, p. 91)

Além dos estudos sobre os vestígios da Antiguidade, a arquitetura - atualmente chamada - gótica se tornou na Europa, a partir do fim do século XVI, símbolo das antiguidades nacionais - fora da Itália - e foi bastante documentada pelos antiquários. Porém, na França, esse estilo torna-se símbolo de arcaísmo, pois “na França, a introdução, depois das guerras da Itália, do gosto e da arquitetura ultramontanos, acarreta a perda de interesse pelo gótico” e “as publicações que tratam das antiguidades nacionais, particularmente da arquitetura medieval, são recebidas com reserva e por isso são pouco numerosas”. (CHOAY, 2006, p. 72)

Até o século XVIII, as ações em edificações antigas na Europa – quando não eram retirados os materiais nobres para o reaproveitamento em novas construções ou destruídas por motivações ideológicas e/ou religiosas – continuavam a serem ditadas geralmente por razões pragmáticas de uso. Porém, a Inglaterra foi um caso a parte desta constatação, graças à

compreensão da arquitetura gótica como símbolo nacional e das perdas decorrentes da Reforma Protestante. Com o vandalismo religioso da Reforma Protestante na Inglaterra, que causaram danos aos monumentos religiosos da Idade Média, as associações de antiquários criaram uma estrutura de proteção, privada e cívica, que foi utilizada na Grã-Bretanha até o início do século XX. Para os antiquários a destruição da arquitetura gótica era inconcebível, pois era um desperdício e feria o nacionalismo. (CHOAY, 2006)

No século XVIII Roma ainda atraía muitos estudiosos de toda a Europa, pois era considerada um dos principais centros de pesquisa sobre monumentos da Antiguidade. Os estudos arqueológicos também foram importantes neste período, como os crescentes estudos sobre Pompéia, e descoberta de Herculano, em Nápoles, onde providências de proteção foram tomadas em 1755 por Carlos III. Durante o período napoleônico que trouxe grandes problemas econômicos e culturais à região de Roma, o Papa Pio VII (1800-1823) foi o responsável por restaurar o cargo de Inspetor-Geral de Belas Artes – cargo que fora de Rafael, criado inicialmente por Leão X – confiado a Antonio Canova, artista de grande reputação da época. Assim, no início do século XIX deu-se início a uma reavaliação dos monumentos arquitetônicos, dando fim ao período de demolições dos monumentos Romanos, com ações voltadas a restaurações que seguiam conceitos de anastilose, reintegração e consolidação dos monumentos. Exemplos importantes desta primeira metade do século XIX foram as restaurações do Arco do Tito (1818-1821) e duas ocorridas no Coliseu (1807 e 1826). (CESCHI, 1970)

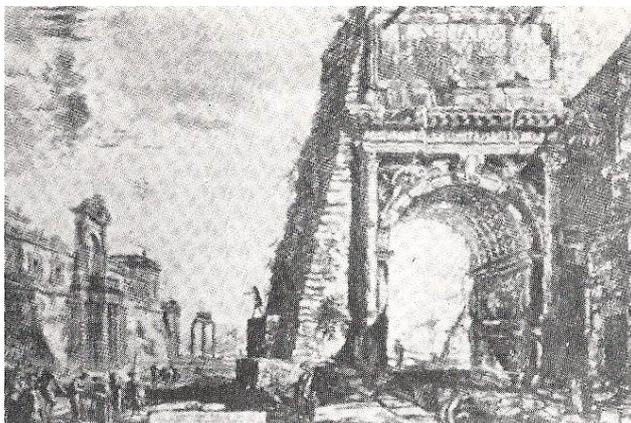


Fig. 18 – Pintura do Arco do Tito antes da restauração de 1821.



Fig. 19 – Arco do Tito depois da restauração de 1821.

Na França, no final do século XVIII, a proteção do patrimônio teve um forte estímulo diante da perda e da necessidade de coibir o vandalismo e a destruição ideológica das antiguidades causadas pelos revolucionários durante a Revolução Francesa, semelhante ao que ocorreu durante a Reforma Protestante da Inglaterra. A reação de defesa foi o Estado assumir a proteção legal de determinados bens (do Estado, da nobreza ou do clero) em nome do interesse público e em razão de sua capacidade de simbolizarem a nação. Foi tomado um conjunto de medidas, tanto jurídicas quanto práticas, e criou-se uma “Comissão dos Monumentos” para elaborar um método de inventariar a herança e definir as regras de gestão e conservação. Segundo Choay (2006), é a partir deste momento que o termo “Monumento Histórico” é criado e seu conceito ampliado, em relação ao conceito de “Monumento da Antiguidade”.

Fazendo dos monumentos históricos propriedade, por herança, de todo o povo, os comitês revolucionários dotavam-nos de um valor nacional preponderante e lhes atribuíam novos usos, educativos, científicos e práticos. Essa passagem à prática da conservação, assim como o conjunto das disposições e dos procedimentos inéditos elaborados para gerenciá-la, marcam, pela primeira vez, uma intervenção inovadora da França na gênese do monumento histórico e sua preservação. [...] Assim, na arrancada de 1789, todos os elementos necessários a uma autêntica política de conservação do patrimônio monumental da França pareciam reunidos: criação do termo “monumento histórico”, cujo conceito é mais amplo, comparado ao de “antiguidades”; levantamento do corpus em andamento; administração encarregada da conservação, dispondo de instrumentos jurídicos (inclusive disposições penais) e de técnicas então exclusiva. (CHOAY, 2006, p. 119-120)

Porém, Choay afirma que o conceito de monumento histórico ainda era muito influenciado pela questão econômica – como até hoje ainda é - e durante muitas décadas, a noção de monumento histórico permaneceu muito vaga para grande parte das pessoas. A autora então classifica os séculos XIX e XX - mais precisamente entre 1820 e 1960 - como a época da consagração do “Monumento Histórico”.

### 2.1.2. O USO E A CONSAGRAÇÃO DO MONUMENTO HISTÓRICO

De acordo com Choay (2006) a consagração do monumento histórico envolve diversos fatos e acontecimentos, entre eles, as diversas contribuições teóricas e práticas, vindas de diferentes países europeus. Um importante acontecimento

que influenciou a consagração do monumento histórico foi o advento industrial, porém, ocorreu de formas diferentes na França e na Grã-Bretanha, resultando em diferenças nos valores atribuídos aos monumentos históricos. Na França os interesses são essencialmente os valores nacionais e históricos dos edifícios, porém, apesar de ser um país de tradição rural, a consciência da modernidade legitima o processo de industrialização, e ainda que compreendam o monumento como “um preciso objeto concreto que merece ser conservado [...] julga-o condenado, dentro de um certo tempo, pela marcha da história” (CHOAY, 2006, p. 138), ou seja, pela modernização e industrialização do século XIX. Na Inglaterra existia a tentativa de se permanecer mais ligado às tradições e ao passado, “apesar de ser o berço da Revolução Industrial”, os monumentos históricos devem ser preservados, e não poderiam ser condenados pela “marcha da história”, como ocorria na França. “Para eles [os britânicos], os monumentos do passado são necessários à vida do presente; não são nem ornamentos aleatórios, nem arcaísmo, nem meros portadores de saber e de prazer, mas parte do cotidiano.” (CHOAY, 2006, p. 139).

A autora afirma que a partir de dois textos, simbólicos e complementares, se poderia definir esta consagração: o primeiro texto, oficial e administrativo, de Guizot, na França – “Relatório de 1830” que sugere a criação do cargo de inspetor geral dos monumentos históricos; e o segundo, contestador e poético, de John Ruskin, na Inglaterra – panfleto de 1854 sobre “A abertura do Palácio de Cristal e suas relações com o futuro da arte”.

Este texto de Ruskin (In: BAUDELAIRE; RUSKIN, 2010) demonstra o posicionamento do autor - muitas vezes utilizando a ironia como recurso textual, como o exemplo da citação a seguir - contra as rápidas transformações dos ambientes urbanos, decorrentes dos novos padrões de modernidade e beleza impostas às sociedades industriais europeias, influenciados principalmente por padrões vindos de Paris, o que culminava na destruição de monumentos históricos, em nome de um dito “patriotismo”:

Ao examinar a direção tomada por todas as influências da fortuna e da imaginação, onde quer que digam respeito à arte, será constatado que o real, o honesto esforço das classes superiores da sociedade europeia é o de fazer com que cada lugar do mundo se torne o máximo possível parecido com os

*Champs Elysées* de Paris. Onde quer que a influência dessa sociedade educada se faça sentir, as velhas construções são incansavelmente destruídas; hotéis, como quartéis, e fileiras de altas residências de janela quadradas impulsionam-se para frente a fim de esconder as odiadas antiguidades das grandes cidades da França e da Itália. [...] E quando a rua formal, com todo seu orgulho de perfumaria e de confeitaria, abriu de modo bem-sucedido seu caminho através dos escombros dos monumentos históricos, [...] a cidade branqueada é elogiada por este esplendor, e os habitantes exultam por seu patriotismo, patriotismo que consiste em insultar seus pais com esquecimento, e cercar seus filhos com tentação. (RUSKIN, In: BAUDELAIRE; RUSKIN, 2010, p. 240).

Ruskin destaca a necessidade de se preservar o passado naquele exato momento, pois em um futuro próximo poderia não haver mais o que se preservar. Ele pergunta ao leitor se é necessário “varrer” a Europa de sua história pelas “máscaras do futuro” e se existe a necessidade de introduzir o progresso com a destruição. E, a partir destes questionamentos, ele afirma: “Precisamos responder estas questões com rapidez, ou as responderemos em vão. O caráter peculiar do mal que está sendo trazido pela época atual é a profunda irreparabilidade” (RUSKIN, In: BAUDELAIRE; RUSKIN, 2010, p. 243). Contra as perdas dos monumentos, Ruskin propõe a criação de uma associação de proteção dos monumentos, apesar de ele mesmo afirmar no final de seu texto:

Faço esse apelo sob risco de atrair apenas desprezo por meu utopismo. Mas eu para sempre repreenderia a mim mesmo se deixasse de fazê-lo devido a tal risco; e peço àqueles que possam estar dispostos de qualquer modo a considera-lo que lembrem que isso deve ser respondido agora ou nunca. Os próximos cinco anos determinarão o que será salvo e o que será destruído. (RUSKIN, In: BAUDELAIRE; RUSKIN, 2010, p. 246).

É importante compreender o posicionamento de Ruskin contra a destruição derivada do progresso, porém o autor não era contra as novidades das técnicas construtivas e o progresso das cidades. Ele questiona em seu texto se não existe “entre as quietas campinas e os solitários montes da velha terra” espaço suficiente para a “expansão do poder”. O autor tem a intenção de chamar a atenção sobre a destruição do passado que o “progresso” estava causando na Europa. Esta destruição não era apenas dos monumentos demolidos ou das restaurações “imitativas” que ocorriam na França (que ele

condenava), mas também decorrentes da tentativa de homogeneizar, ou “colocar o interior da cidade em alguma conformidade”, com as novas construções, o que modificava as velhas arquiteturas e, conseqüentemente, a paisagem urbana.

Em 1849, antes de Ruskin escrever o texto mencionado, o autor publicou o livro “As Sete Lâmpadas da Arquitetura”, no qual suas teorias anti-intervencionista e romântica de preservação dos monumentos são expostas.

Ruskin escreveu As sete Lâmpadas da Arquitetura “no olho do Furacão”, vendo o mundo em que fora criado esboroando-se à sua volta. Sua principal preocupação é a dissolução de valores e princípios – morais e estéticos, e vice-versa, já que ambos são indissociáveis em seu pensamento – nos quais acreditava profundamente, procurando a todo custo preservá-los das transformações em curso. (PINHEIRO, In: RUSKIN, 2008, p. 19)

Simbolicamente acreditamos que Pinheiro está relacionando o furacão à revolução industrial e o crescimento do capitalismo. O lugar de Ruskin no “olho do furacão” simboliza que o autor “enxergava” a destruição dos monumentos históricos que vinha ocorrendo na Europa em favor do “progresso” das cidades; simboliza, sobretudo, a sua esperança de sobrevivência das tradições e do passado. Pinheiro atribui à obra de Ruskin um tom piedoso e moralista, marcado por ideias humanistas com um exacerbado puritanismo, porém destaca a importância de sua obra como denúncia da perda de valores que a sociedade britânica estava passando à época da revolução industrial:

Se o tom piedoso e moralista de Ruskin, e sua linguagem rebuscada e difícil, afiguram-se antiquados – até mesmo superados -, neste início do século XXI, o mesmo não se pode dizer da sua corajosa e franca denúncia da supremacia de valores materiais, da destruição da natureza, da injustiça social, da hipocrisia, do convencionalismo e da fealdade – por ele considerada indício seguro do estágio material e espiritual de uma sociedade – imperantes na Inglaterra oitocentista, denúncia essa que perpassa toda a sua obra. (PINHEIRO, In: RUSKIN, 2008, p.20)

Como já vimos<sup>10</sup>, Ruskin (2008), no capítulo intitulado “A lâmpada da Memória”, atribui à arquitetura um valor memorial que, a partir do tempo

---

<sup>10</sup> No Capítulo 1, item 1.2. A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA COLETIVA ANCORADA NA ARQUITETURA PARA A “NOVA HISTÓRIA”

decorrido (a história), é capaz de alcançar uma “perfeição verdadeira”. A impregnação de valores humanos – da vida do homem que a produziu, viu e viveu -, torna o valor memorial, compreendendo o conceito de Ruskin, mais afetivo do que histórico, o que não diminui o valor histórico (tempo) que ele também atribui às arquiteturas – valores estes que por diversas vezes é difícil de diferenciar em seu texto<sup>11</sup>. A memória que ele se refere está extremamente ligada aos valores humanos - de criar, de construir, de vivenciar e contemplar a arquitetura -, é a relação do homem, com o tempo (história), com a natureza, com a vida e com Deus. Para o autor a preservação da arquitetura é a forma de permanência dos sentimentos, valores e tradições do passado, e sem ela não podemos recordar, e que a ela devemos em parte a nossa identidade. O valor da arquitetura – a sublimidade e sua glória - está principalmente no tempo decorrido, na sua idade, na história que ela presenciou e que a impregna de sentimentos e de memória afetiva:

Pois, de fato, a maior glória de um edifício não está em suas pedras, ou em seu ouro. Sua glória está em sua Idade, e naquela profunda sensação de ressonância, de vigilância severa, de misteriosa compaixão, até mesmo de aprovação ou condenação, que sentimos em paredes que há tempos são banhadas pelas ondas passageiras da humanidade. [Sua glória] Está no seu testemunho duradouro diante dos homens, no seu sereno contraste com o caráter transitório de todas as coisas, na força que – através da passagem das estações e dos tempos, e do declínio e nascimento das dinastias, e da mudança da face da terra, e dos contornos do mar – mantém sua forma esculpida por um tempo insuperável, conecta períodos esquecidos e sucessivos uns aos outros, e constitui em parte a identidade, por concentrar a afinidade, das nações.” (RUSKIN, 2008, p. 68)

Ruskin (2008) aborda outro assunto que é importante destacar aqui: ao conceito de monumento, o autor inclui a arquitetura doméstica e civil, “pois, é ao se tornarem memoriais ou monumentais que os edifícios civis e domésticos atingem uma perfeição verdadeira” (RUSKIN, 2008, p. 55). Ele disserta sobre a necessidade de tornarmos a arquitetura atual histórica e durável - e por isso a necessidade de uma boa arquitetura -, e a necessidade de preservação das arquiteturas que “nossos pais” construíram e deixaram como herança para nós,

---

<sup>11</sup> Como vimos no capítulo 1, item 1.2. A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA COLETIVA ANCORADA NA ARQUITETURA PARA A “NOVA HISTÓRIA”

reconhecendo sua memória afetiva, mas também histórica. Para Ruskin, existe “uma certa limitação”, no reconhecimento de que as arquiteturas domésticas podem atingir “a perfeição verdadeira” se tornando monumentais com a impregnação da memória decorrida com o tempo (a história), ou seja, o homem tem dificuldade de compreender a arquitetura doméstica herdada como monumento histórico e memorial.

Com relação aos edifícios domésticos, costuma sempre haver uma certa limitação para intenções desse tipo nos poderes [tornarem-se memoriais e monumentais], assim como nos corações, dos homens; mesmo assim só posso considerar como um mau presságio para um povo quando suas casas são construídas para durar por uma geração apenas. (RUSKIN, 2008, p.56).

Ruskin compreendia que a história e/ou a memória penetram a arquitetura – até mesmo uma simples casa de moradia – e o não reconhecimento dessa memória, dos valores humanos, contribui para a destruição destas arquiteturas. Após dissertar sobre o respeito e consideração que o homem deve a arquitetura doméstica, o autor aborda outro assunto interessante para esta pesquisa: o valor de conjunto<sup>12</sup>, e não apenas do monumento isolado.

Até hoje, a atração de suas mais belas cidades [o autor exemplifica utilizando a Itália e a França] reside não na riqueza isolada de seus palácios, mas na decoração requintada e cuidadosa das menores moradias de seus períodos de maior esplendor. (RUSKIN, 2008, p.60)

Para Ruskin, então, a valorização da arquitetura como monumento está ligada à história (tempo e idade) que ela carrega - repleta de belezas das marcas do tempo - e é a partir desta herança - que os homens do passado impregnaram de história e memória – que podemos nos vincular com o passado e a nossa identidade, que não se resume a “riquezas isoladas”, mas nos conjuntos de construções que nos foram deixados como herança, independente de serem casas modestas ou grandes palácios.

O autor defende o não intervencionismo, e considera a restauração “a pior forma de destruição” do monumento, que causaria a perda do significado

---

<sup>12</sup> Apesar de Ruskin não utilizar esta expressão – valor de conjunto – no livro, ele trata sobre este assunto.

documental das edificações históricas, afetando sua autenticidade e valores, tornando a parte restaurada uma cópia. Os monumentos (a nossa herança) sofrem também grandes perdas devido às novas necessidades contemporâneas e os julgamentos de valor de determinadas épocas, e, possivelmente, continuaremos assim até os homens incorporarem a seus valores e princípios, o respeito à herança arquitetônica.

O que nós mesmos construímos, temos a liberdade de demolir; mas o direito sobre aquilo pelo qual outros homens deram sua força e riqueza e vida para realizar, não expira com a morte deles; menor ainda é o nosso direito de dispor daquilo que eles legaram. Essa herança pertence a todos os seus sucessores. **Milhões, no futuro, podem lamentar ou serem prejudicados pela destruição de edifícios que nós dispensamos levemente, em nome de nossa presente conveniência.** (RUSKIN, 2008, p.83, grifo nosso)

As teorias de preservação e restauração ligadas à Inglaterra são diferentes às da França no século XIX. Em oposição às teorias anti-intervencionistas e românticas do britânico Ruskin, encontramos as teorias intervencionistas do francês Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc<sup>13</sup>, que apoia uma postura intervencionista ligada a preocupações estilísticas e estruturais. Estes dois teóricos, de grande repercussão na Europa, talvez possam simbolizar as formas opostas de intervir no monumento histórico que ocorreram em grande parte do século XIX. Viollet-Le-Duc, segundo Kühn (2006), a partir de 1836, fez viagens à Itália e França aprofundando seus conhecimentos sobre a arquitetura clássica, e assim:

[...] consolidou a noção, que se tornou uma certeza, de que existem [na concepção original da obra] **princípios verdadeiros de adequação da forma à função**, da estrutura à forma, e da ornamentação ao conjunto, seja na arquitetura clássica, seja na arquitetura medieval. (KÜHL, In: VIOLLET-LE-DUC, 2006, p. 13, grifo nosso)

Além dos estudos sobre a Antiguidade, seus estudos sobre a Idade Média são de valor incontestável e sua atividade teórica foi de grande influência na Europa do século XIX. Entre 1854 e 1868 foi publicado o *Dictionnaire Raisonné*

---

<sup>13</sup> Viollet-Le-Duc (1814 - 1879) era arquiteto francês e um dos principais teóricos da restauração no século XIX, época em que a restauração estava se afirmando como ciência. Publicou o verbete “Restauração”, entre 1854 e 1868, utilizado até hoje pelos estudiosos do tema.

de *l'Architecture Française du XI<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> Siècle* escrito por Viollet-Le-Duc, cuja publicação inclui o verbete “Restauração”:

No *Dictionnaire*, ele [Viollet-Le-Duc] expõe de forma pormenorizada seus aprofundados conhecimentos sobre a arquitetura medieval, utilizando a ilustração como contraponto de suas teses e vice-versa. Dentro do universo da arquitetura gótica, **concebe um sistema ideal de correspondência entre forma, estrutura e função, formando um sistema lógico, perfeito, e fechado em si. Essa tendência de encarar um dado objeto segundo uma concepção idealizada se verifica também na restauração.** Esse tema foi tratado de forma esparsa em vários verbetes, mas a principal formulação está no artigo “restauração” [...] (KÜHL, in: VIOLLET-LE-DUC, 2006, p. 17, grifo nosso).

Viollet-Le-Duc percebia que a forma concebida originalmente para uma edificação está intimamente atrelada à sua função original, o que influencia a restauração e possível reutilização<sup>14</sup> de um edifício. Sua teoria, no verbete “Restauração”, tinha como uma das justificativas de intervenção e restauração do edifício, a necessidade de adaptações para manter a comodidade (contemporânea) da edificação e como forma de preservação do mesmo, ou seja, prolongar a “vida” do edifício:

Ademais, o melhor meio para conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação, é satisfazer tão bem todas as necessidades que exige essa destinação, que não haja modo de fazer modificações. (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p. 65).

Viollet-Le-Duc tinha em mente a importância do papel do arquiteto, artista e restaurador de suprir as necessidades que exige a funcionalidade de um edifício e da importância da reutilização para a conservação da edificação:

Uma vez que todos os edifícios nos quais se empreende uma restauração têm uma destinação, são designados para uma função, não se pode negligenciar esse lado prático para se encerrar totalmente no papel de restaurador de antigas disposições fora de uso. Proveniente das mãos do arquiteto, o edifício não deve ser menos cômodo do que era antes da restauração. [...]

---

<sup>14</sup> Este assunto está vinculado à “vocação tipológica” do edifício, tema que abordaremos neste capítulo no item 2.4 A REUTILIZAÇÃO E A ANÁLISE DE SUAS VOCAÇÕES TIPOLOGICAS DE USO.

Mas nessas circunstâncias [de cumprir as necessidades do presente e do programa dado], que se apresentam habitualmente, é que a sagacidade do arquiteto se deve exercer. Ele tem sempre as facilidades de conciliar seu papel de restaurador com o de artista encarregado de satisfazer as necessidades imprevistas. (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p. 64 - 65).

O autor compreendia a necessidade de adaptar o uso ao edifício a fim de conservá-lo, porém, o trecho “conciliar seu papel de restaurador com o de artista encarregado”, já antecede o posicionamento, sem dúvida, mais polêmico e duvidoso de sua obra. No parágrafo seguinte do texto supracitado, ele afirma que:

Em circunstâncias semelhantes [de adaptar um novo uso a um edifício<sup>15</sup>] o melhor a fazer é colocar-se no lugar do arquiteto primitivo e supor aquilo que ele faria se, voltando ao mundo, fossem a ele colocados os programas que nos são propostos. Mas compreende-se, então, que é preciso deter todos os recursos que possuíam esses mestres antigos, que é preciso proceder como eles mesmos procediam. (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p. 65)

De fato, Viollet-Le-Duc tinha uma exacerbada preocupação estilística e uma forma invasiva de intervir nos monumentos, acreditando ter o direito de “completar” ou “corrigir” o monumento com o “espírito” do artista original, e que não se podem fazer distinções entre os elementos novos e os originais, sempre em razão da estética do monumento - ao que os italianos deram o nome de “restauro estilístico” (KÜHL, 1998).

Como o próprio autor destaca: “Restauração. A palavra e o assunto são modernos”. A concepção da palavra “Restauração” e de seus princípios eram novos, e devemos ressaltar o pioneirismo do autor que foi um dos primeiros teóricos a tratar diretamente sobre o assunto, tentando sistematizar o conceito de Restauração, embora a forma como ele compreendia o ato de restaurar um edifício fosse muito questionável: “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p. 29). Devemos, apesar disto, compreender que diversos pontos de sua obra são importantes a serem considerados para a preservação de monumentos até

---

<sup>15</sup> O autor exemplifica com a possível adaptação do refeitório de *Saint-martin des Champs* em uma biblioteca.

hoje, como por exemplo: no decorrer de todo o verbete *Restauração*, Viollet-Le-Duc afirma a necessidade de estudos aprofundados do monumento para qualquer tipo de intervenção. E mais do que conhecer e estudar o edifício, o arquiteto deve estar preparado para um eventual problema durante a obra, através dos estudos aprofundados do edifício em específico – pois o autor entendia que cada obra é diferente de outra, mesmo que o estilo seja o mesmo.

Destaca também os perigos de “cair na hipótese” ao utilizar as informações dos monumentos (ele utilizava em seus estudos tanto documentos escritos, quanto informações intrínsecas ao monumento): “[...] decidir sobre uma disposição *a priori* sem se cercar de todas as informações que devem comandá-la, é cair na hipótese, e nada é tão perigoso quanto a hipótese em trabalhos de restauração.” (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p.69)

No final do século XIX a discussão sobre a preservação de monumentos históricos abrange outros países europeus, como a Itália. Camillo Boito<sup>16</sup> foi o teórico formador do conceito denominado “restauro científico” ou “restauro filológico”, onde as teorias opostas – de Viollet-Le-Duc e Ruskin - são analisadas, criticadas e equilibradas. Boito em seu texto *Os Restauradores*<sup>17</sup>, concebe os monumentos como documentos históricos, onde as pátinas do tempo, os acréscimos e modificações feitas no decorrer da vida do monumento deveriam ser preservados para a autenticidade da obra em questão - inspirado nas teorias de Ruskin, apesar de não citá-lo. Porém, defendia que os monumentos deveriam ser consolidados e seus danos reparados, e que a restauração era um mal necessário à preservação, pois afirmava que os monumentos não deveriam ser relegados à ruína ou à morte, diferente do que afirmava o teórico inglês. Em relação às teorias de Viollet-Le-Duc, Boito reafirma a necessidade do presente, muitas vezes em detrimento ao passado, o que lhe dá a permissão de se restaurar o monumento e de realizar complementos à obra quando necessário a sua preservação e sobrevivência. Porém, discorda da forma de atuação do arquiteto contemporâneo da época (o

---

<sup>16</sup> Camillo Boito (1836 - 1914) era italiano, engenheiro, arquiteto, historiador e crítico de arte. Suas teorias preservacionistas mediavam entre as intervencionistas e as anti-intervencionistas.

<sup>17</sup> *Restauratori*, texto de Camillo Boito escrito para conferência feita na Exposição de Turim de 1884.

autor cita Viollet-Le-Duc), de colocar-se no lugar do arquiteto projetista da obra, pois, desta forma, corre-se o risco de falsificar a edificação e conseqüentemente a história e sua autenticidade. Ele destaca também o perigo do restaurador artista oferecer à posteridade a fisionomia que lhe agrada, retirando partes que acredita não serem adequadas, e também o perigo de deixar a sua própria marca ou, até mesmo, criar um falso histórico.

Resumidamente, os princípios de restauração de Boito (2008) são: a defesa da materialidade original; a distinguibilidade das adições e complementos (que devem ser mínimas); os complementos de partes deterioradas ou faltantes da edificação devem obedecer às formas primitivas, porém, utilizando materiais diversos, ter data da restauração, e/ou ser em forma simplificada; a conservação periódica, que ele considera obrigatória para evitar a restauração, mas entendendo que em certos momentos é um mal necessário para a sobrevivência do bem; a compreensão do monumento como um documento histórico, sendo então necessária a manutenção dos acréscimos que fazem parte da história da edificação (a remoção de elementos não originais seria admitida caso tivessem qualidade artística inferior à do edifício).

Apesar de Boito não dissertar diretamente sobre os aspectos funcionais da edificação histórica, a questão da mínima intervenção, por ele abordada, é essencial para o entendimento de que o uso deve adaptar-se ao edifício, e não o contrário, pois na edificação deve ser mantida a sua autenticidade e originalidade que nos foi legada, ou seja, a que chegou até nós, respeitando o monumento como um documento histórico. Se o monumento, por ser documento, não permite retirar partes acrescentadas que fazem parte da sua história, o respeito à autenticidade do monumento, então, não permite que por motivações de uso sejam apagadas qualquer parte do edifício.

Na segunda metade do século XX, o italiano Cesare Brandi, um dos principais teóricos da restauração crítica, publica o livro *Teoria da Restauração* em 1963. Neste livro, Brandi (2004) estabelece parâmetros metodológicos para a restauração de obras de arte (e monumentos). Como já vimos, na introdução deste capítulo, Brandi afirma que o comportamento em relação ao produto da atividade humana, depende do seu reconhecimento como obra de arte ou não. O autor disserta sobre o restabelecimento da funcionalidade da obra de arte -

quando existe um objetivo funcional – como um lado secundário da restauração, ou seja, o uso deve adaptar-se ao edifício, e não o contrário:

Mas quando se tratar [...] de obra de arte, mesmo se entre as obras de arte haja algumas que possuam estruturalmente um objetivo funcional, como as obras de arquitetura e, em geral, os objetos da chamada arte aplicada, claro estará que o restabelecimento da funcionalidade, se entrar na intervenção de restauro, representará, definitivamente, só um lado secundário ou concomitante, e jamais o primário e fundamental que se refere à obra de arte como obra de arte. (BRANDI, 2004, p. 26)

De acordo com Brandi o reconhecimento da obra de arte estabelece a sua ligação direta e indissolúvel com a restauração, e assim, a obra de arte condiciona a restauração:

A restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas para o futuro. (BRANDI, 2004, p. 30)

A importância de se preservar a imagem da obra de arte, e de se restaurar somente a matéria, está relacionada ao respeito à instância estética e à histórica, e por esta razão, as intervenções de uso também devem respeitar estas duas instâncias.

### 2.1.3. OS VALORES E OS PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO DE USO

Na segunda metade do século XIX as práticas de restauração na Áustria eram marcadas pelas teorias de Viollet-Le-Duc, assim como em diversos outros países europeus. Na virada do século XIX para o XX, a teoria dos valores atribuídos aos monumentos, desenvolvida por Aloïs Riegl “deu passos primordiais para fazer com que a preservação se firmasse como campo disciplinar com a devida autonomia” (KÜHL, In: DVOŘÁK, p.35) e junto aos princípios teóricos de intervenção, desenvolvidos posteriormente por Max Dvořák<sup>18</sup>, contribuíram para a consolidação da preservação de monumentos da Áustria.

---

<sup>18</sup> Max Dvořák (1874 -1921) era tcheco, historiador da arte. Concluiu seus estudos em Viena, no Instituto de Pesquisa Histórica da Áustria. Sua teoria foi influenciada pelas teorias de Aloïs Riegl.

No início do século XX (1903) o teórico austríaco Aloïs Riegl escreveu o livro “O culto moderno dos monumentos”. Na primeira parte do texto, intitulado de *O culto*, Riegl (2006) explicita os “valores” que podem ser atribuídos aos monumentos, para a melhor compreensão dos mesmos, e, segundo Choay (2006), ele é o primeiro a apresentar a distinção entre monumento e monumento histórico, sem ambiguidade. De acordo com Riegl, monumento é uma criação feita pelo homem com uma intenção memorial, sua destinação é fazer lembrar um determinado acontecimento ou fato e o monumento histórico nasce a partir dos valores adquiridos no curso da história. Riegl acaba com a distinção entre monumento histórico e monumento artístico, pois todo monumento histórico é ao mesmo tempo monumento artístico, e vice-versa. Ele inclui como monumento histórico e artístico, os monumentos intencionais - aqueles criados com a intenção rememorativa – pois a eles também vão sendo atribuídos outros valores no curso da história. Para Riegl, quando falamos de proteção, os monumentos antigos são também históricos e artísticos, e podem ser divididos em intencionais - que já nasceram monumentos -, e não intencionais - que se tornaram monumentos com o tempo. A partir desta definição de monumentos artísticos e históricos, Riegl divide os valores que podem ser associados a eles em dois grupos: os valores de rememoração - subdividido em valor de antiguidade, valor histórico e valor de rememoração intencional; e os valores de contemporaneidade - subdividido em valor de arte (valor relativo ou valor de novidade) e valor de uso. Todos os valores discutidos por ele são de extrema importância para o entendimento da preservação do patrimônio, mas veremos o que ele diz a respeito do valor de uso.

Segundo Riegl o valor de contemporaneidade – onde está inserido o valor de uso – é a capacidade que a edificação possui de satisfazer os sentidos (valor de uso) e/ou o espírito (valor de arte). Riegl afirma que a ausência de uso pode por em risco a integridade do edifício e de seu usuário e “a vida física é condição preliminar da vida psíquica” (RIEGL, 2006, p.92), por isso a necessidade de se reparar danos do edifício que podem por em risco a vida ou a saúde dos homens. O autor afirma que em regra geral:

[...] o tratamento aplicado a um monumento é totalmente indiferente para o valor de uso, a partir do momento em que a existência desse valor não é colocada em questão; mas, além

desse limite, o valor de uso não pode fazer qualquer concessão ao valor de antiguidade. (RIEGL, 2006, pg.93).

Porém, o embate entre o valor de antiguidade e o valor de uso é destacado por Riegl, quando ele expõe a sensação de perturbação de ver uma edificação que era utilizada, passar a não ter mais uso, dando a impressão de “destruição violenta”, ao contrário das construções que já conhecemos sem uso, como as ruínas, que não nos perturba. Ele afirma, então, que aos monumentos impróprios a todo uso prático, prevalece o valor de antiguidade e não se deve considerar o valor de uso, pois o encanto destas construções em ruínas está exatamente no valor de antiguidade. O valor de antiguidade que Riegl aborda nos remete à teoria de Ruskin, na reverência que o homem deve ter em relação ao monumento (sublimidade alcançada), respeitando as marcas do tempo (o aspecto pitoresco) e também a degradação que levará um dia à sua “morte”. Porém, Riegl afirma que os monumentos com valor de antiguidade ainda utilizáveis irão satisfazer o nosso prazer quando não apresentarem o valor de contemporaneidade que habitualmente temos, ou seja, devemos levar em consideração os valores de uso e de antiguidade, com preponderância para o valor de antiguidade.

Se, portanto, a utilização contínua de um monumento tem também para o valor de antiguidade uma importância considerável, e se essa utilização parece frequentemente indispensável, a eventualidade de um conflito com o valor de uso, que nos pareceu inevitável, encontra-se consideravelmente atenuado. Para as obras da Antiguidade e da Alta Idade Média, relativamente raras em nosso país, semelhante conflito dificilmente aparecerá: essas obras, com raras exceções, estão há muito privadas de toda a utilidade prática. Para as obras mais recentes, em contrapartida, o culto de antiguidade concederá, sem prejuízo para a conservação, as medidas, desejáveis de seu ponto de vista, que deveriam permitir a esses monumentos acolher os homens e servir suas necessidades. (RIEGL, 2006, pg.95-6)

Riegl diz não ser preciso considerar em seu texto o tratamento do monumento no caso de um embate entre valor de uso e valor histórico, pois “nesse caso, já estamos em presença de um conflito prévio ao valor de antiguidade.” (RIEGL, 2006, pg.96). Este conflito (entre valor de antiguidade e valor histórico) surge do fato de o prazer derivado da contemplação ao monumento não está unicamente ligado ao seu valor de antiguidade (seu aspecto antigo), mas

também nos remete a um saber, a história do monumento, um prazer que não é imediato como o prazer de contemplação ao valor de antiguidade, é um prazer que provém de um conhecimento posterior, reflexivo e científico.

O valor histórico de um monumento permite, e até mesmo impõe, a conservação do monumento em seu estado presente, que chegou até nós, e exige que “a intervenção humana freie o curso da evolução e pare o progresso normal da decomposição pelos agentes naturais” (RIEGL, 2006, pg.78). Portanto, para Riegl (2006, pg.81) “maior é o valor histórico quanto menor é o valor de antiguidade”. O culto do valor histórico reconhece o pleno valor documentário do monumento em seu estado original (original no sentido do que chegou até nós), e por isso exige a conservação do seu documento, que é o monumento histórico e artístico. Por existir essa necessidade de conservação do monumento com valor histórico, Riegl afirma que “o valor histórico se adaptará bem mais facilmente às reivindicações do valor de uso” (RIEGL, 2006, pg.96), mas precisamos lembrar que Riegl faz essa afirmação pela necessidade de se conservar o edifício, e conseqüentemente o documento que é o monumento com valor histórico - e é essa conservação que permite a permanência do valor de uso, que é a integridade física do edifício e de seu usuário -, mas ao valor documental do monumento com valor histórico, não se pode fazer concessões ao valor de uso que temos na contemporaneidade.

O teórico tcheco, Max Dvořák, em 1916 publica o livro *Catecismo da Preservação de Monumentos*, obra influenciada pela teoria de Riegl. Na introdução do livro, Dvořák (2008, p.61) tenta esclarecer a questão “O que é preservação de monumentos?” com um exemplo da “pequena cidade N.”: o autor descreve como era a praça da cidade há trinta anos, com uma igreja paroquial gótica - “edifício solene e convidativo” -, uma “venerável prefeitura construção do século XVII”, e “amplas e solidas casas”. Segundo o autor, a praça era caracterizada pela unidade do conjunto, as edificações de diferentes épocas, que “despertava nos observadores das mais diversas sensibilidades artísticas, a sensação de uma harmonia estética”. O destaque que ele dá para o conjunto, não se esquecendo de evidenciar também o excepcional valor histórico e artístico da igreja e da prefeitura, é reafirmado quando ele diz que o visitante que conheceu a cidade há trinta anos, ao retornar à cidade, não mais

a reconheceria, pois, com exceção da igreja, a maior parte das arquiteturas foi destruída. Percebemos já na introdução de seu livro, a importância que o autor atribui à preservação das edificações de diferentes épocas que representam um harmônico conjunto histórico, e a importância da ambiência do monumento singular, no caso a igreja, para a preservação de seus valores.

Segundo Dvořák (2008, p. 67) “a principal tarefa da preservação de monumentos é garantir a existência dos antigos monumentos”. O autor destaca quatro origens dos perigos que ameaçam o patrimônio: (1) a ignorância e a negligência; (2) a cobiça e a fraude; (3) as ideias equivocadas a respeito do progresso e as demandas do presente; e (4) a busca descabida de embelezamento e renovação, a falta de uma educação estética, ou a existência de uma educação estética equivocada.

É de interesse à nossa pesquisa destacar dois destes perigos, o primeiro é a destruição de antigos monumentos decorrente da ignorância. Segundo Dvořák (2008) a compreensão, por diversas camadas da população, a respeito do valor de antigos documentos -, “ainda que estejamos muito distantes dessa consciência no campo da arte que se faz do passado” - fez com que a destruição, por ignorância, de antigos documentos (ao menos os de papel) terminasse. A ampliação dos conceitos no campo da história da arte, que o autor diz ter ocorrido nos últimos cem anos (o texto é de 1916, então ele se refere ao século XIX e início do XX), contribuiu para a atenção voltada às antigas obras de arte, mas “não se pode pressupor que todos os homens possuam esse tipo de conhecimento”. O autor, porém, destaca que o homem “apenas com boa vontade”, pode despertar a “comiseração por todo e qualquer passado histórico”, necessitando-se apenas de “educação geral do espírito e do caráter”.

Homens que desprezam a memória de seus pais e avós, sejam elas preciosas ou modestas, rejeitando-as como um monte de lixo, são imaturos e insensíveis. [...] Pode-se dizer o mesmo de tudo o que, nas associações religiosas, públicas e nacionais, igrejas ou cidades, territórios ou estados, está habilitado a conservar ou manter acesa a lembrança do passado histórico e o sentido de pertencimento. Em primeiro lugar, são obras de arte e sua expressão visual que unem presente e passado no plano do sentimento e na fantasia. São, portanto, um legado genealógico, que se deve honrar por dever moral e que deve

ser transferido para a carne e o sangue de todos, assim como a consideração pelos bens de outrem. (DVOŘÁK, 2008, p.70)

O segundo perigo que destacamos é em relação às “ideias equivocadas a respeito do progresso e as demandas do presente”. Dvořák, como Ruskin, enxergava as novas necessidades decorrentes da industrialização como uma das origens de perigos que ameaçam o patrimônio: “um absurdo não menos significativo diz respeito à pretensa oposição entre progresso e monumentos antigos” (DVOŘÁK, 2008, p.76). O autor afirma que em nome dos “novos tempos” e do “progresso” de uma cidade, antigos monumentos são destruídos por serem considerados inadequados. Destaca ainda que “supostas exigências do presente” e “uma idolatria das novidades técnicas” faz com que achemos as novas utilidades necessárias à vida cotidiana, o que supostamente justifica o sacrifício de monumentos e cidades inteiras.

Ainda mais frequentes são as supostas exigências do presente, à qual se sacrificavam e sacrificam monumentos singulares e cidades inteiras. A transformação da vida sob novas bases técnicas, que vem se consumando nos últimos cem anos aproximadamente, conduz a uma idolatria das novidades técnicas, que não apenas faz com que esqueçamos outros pontos de vista, como permite ainda que esses sejam ultrapassados pelo que é útil e oportuno sob um prisma exclusivamente técnico. (DVOŘÁK, 2008, p.76-7)

O autor afirma que não deixa de ser verdade que muitas vezes as casas antigas tornam-se desconfortáveis, e até mesmo anti-higiênicas, porém:

Obviamente, não é inevitável e tampouco inteligente derrubá-las [as casas antigas] uma após outra por esse motivo, uma vez que, sem muito sacrifício, é possível adequá-las aos critérios de conforto e higiene necessários. [...] elas podem ser mantidas, realizando-se as adaptações pertinentes. O que é válido para uma casa vale, também, para uma cidade inteira. (DVOŘÁK, 2008, p.77)

Em relação às cidades, o autor afirma que é possível conciliar as exigências e necessidades reais à manutenção de antigas áreas históricas, mas para isso as questões que envolvem essa conciliação “deverão ser respondidas caso a caso, por indivíduos *experts* e sensíveis aos fatos da arte, à luz de todas as experiências da urbanística moderna, que tende a conservar, sempre que possível, os monumentos do passado” (DVOŘÁK, 2008, p.79). O autor coloca

também a obrigatoriedade de os administradores das cidades não permitirem sacrifícios de antigas construções e áreas da cidade a favor da modernidade, embelezamento, e em nome do progresso, que muitas vezes são apenas formas de dissimular a verdadeira motivação:

Vale lembrar ainda que, muitas vezes, a “modernização e embelezamento” da cidade são apenas um pretexto, uma vez que a verdadeira motivação encontra-se nos ganhos obtidos pelos especuladores imobiliários, em prejuízo da comunidade. É contra eles que se devem erguer aqueles que realmente prezam a sua pátria. (DVOŘÁK, 2008, p.77)

Quando o autor disserta sobre valor agregado aos antigos patrimônios artísticos, ele afirma que o interesse à significação e ao sentimento que esses bens podem proporcionar, não estão relacionados apenas aos interesses de intelectuais da arte, mas a todos os homens. Os avanços da indústria, com todas as novidades materiais e novas necessidades que surgem para a comodidade da vida, não são capazes de satisfazer todos os sentidos de bem estar que o homem necessita. Os sentimentos e impressões que os antigos edifícios podem provocar no homem, estão “acima das preocupações e esforços materialistas do cotidiano”, e podem ser do “valor artístico dos monumentos, à sua presença na paisagem, à sua relação com um aspecto local, às recordações que a eles estão ligas ou aos resquícios de antiguidade”. Qualquer pessoa sensível aos prazeres espirituais pode alcançar a satisfação vinda de monumentos antigos, independente se forem monumentos singulares, de grande valor artístico e histórico, ou monumentos mais simples, mas pelo fato de “serem a tradução viva de toda a nossa vida espiritual” (DVOŘÁK, 2008, p.87).

É importante destacar que Dvořák não limita a proteção de monumentos a obras de arte singulares, pelo contrário, ele considera que um bem artístico público deve ser compreendido “no mais amplo sentido do termo” e destaca que “as coisas de menor importância geralmente demandam maior atenção do que as mais significativas” (DVOŘÁK, 2008, p.89). Ele afirma que aqueles monumentos em que o valor de arte é amplamente reconhecido, mais fácil é a proteção, porém não se pode acreditar que seu valor seja maior. A proteção aos monumentos não pode ser limitada às obras mais conhecidas, ou a um ou

outro determinado estilo em detrimento a outros, pois o sentimento que as obras proporcionam para a maior parte dos homens - que geralmente pouco sabem sobre os estilos arquitetônicos antigos - independe desse tipo de reconhecimento.

O autor também discursa a respeito de um assunto já abordado por Boito (2008), sobre a reconstrução de antigos monumentos seguindo o mesmo estilo do edifício, que destrói o testemunho dos períodos precedentes e modifica a imagem do monumento, prejudicando o valor histórico e artístico do monumento. Da mesma forma Dvořák condena as restaurações que “ultrapassam os limites do necessário” (DVOŘÁK, 2008, p.97) modificando a autenticidade do documento.

Dvořák relaciona a proteção dos monumentos à identidade nacional, e afirma que muitas pessoas na Áustria – e acreditamos poder incluir nesta constatação também o Brasil – “viajam para longe a fim de conhecer antigas obras de arte no cenário em que se verificam as condições para a sua realização”, porém “essas mesmas pessoas assistem passivamente, ajudando muitas vezes, à destruição de monumentos em sua pátria, como se estes últimos fossem menos valiosos” (DVOŘÁK, 2008, p.102). Ele afirma que os bens culturais de uma nação devem ser tratados com cuidado e destaca a importância dos órgãos, institutos e administrações das cidades.

Em toda a obra, Dvořák (2008) discursa a respeito do reconhecimento dos valores e, principalmente, milita contra a destruição dos monumentos, dos mais significativos até as mais simples casa, que também são capazes de nos proporcionar sentimentos tão significativos quanto os primeiros. Mas além de recriminar a destruição dos monumentos, também disserta sobre a necessidade da restauração para a contínua utilização dos monumentos, compreendendo, porém, que a necessidade da restauração para a permanência da sua função deve ser entendida como um meio e não a finalidade da restauração:

Por isso, é preciso realizar todos os restauros que se fazem necessários, se não se quer retirar das obras de arte suas antigas funções. O quanto se deve avançar nesse caminho é uma decisão que cabe aos órgãos responsáveis, ainda que **deva valer como regra geral que a restauração não deve**

**jamais ser um fim em si mesma, mas deve significar um meio de assegurar aos monumentos sua integridade e seu efeito, conservando-os piedosamente para as futuras gerações.** (DVOŘÁK, 2008, p.99, grifo nosso).

No capítulo final do livro, Dvořák (2008) reforça seus posicionamentos e cria alguns princípios gerais de intervenção, e sugere dois postulados ao tratar os monumentos:

1. na medida do possível, conservar os monumentos em suas **funções e ambientes originais**;
2. da mesma forma, conservar sua **forma e aspectos inalterados**. (DVOŘÁK, 2008, p.109, grifo nosso)

O autor, a partir destes postulados - que estão intimamente ligados ao respeito à autenticidade do monumento em relação a sua função, incluindo os ambientes originais, e a sua forma e aspectos (materialidade) – especifica alguns critérios ao tratar os diferentes tipos de ações em diferentes tipos de monumentos, dos quais, três são importantes destacar: (1) “preservação de antigos edifícios ainda em utilização”; (2) “transformação e restauração de grande porte em antigos edifícios”; e (3) “paisagem rural e urbana”, do qual nos interessa a urbana.

O primeiro - “preservação de Antigos edifícios ainda em utilização” – está relacionado à manutenção do edifício para sua preservação e o prolongamento do seu uso atual. Ele afirma que a contínua assistência – manutenção e conservação – é essencial para se evitar a restauração.

No segundo caso - “transformação e restauração de grande porte em antigos edifícios” - são as edificações que necessitam de maiores intervenções para atender à função – motivos práticos -, ou que se encontra em más condições, o que torna “imprescindível buscar orientação junto a um especialista” para estes trabalhos que interferem “na substância e na forma do monumento”. Dvořák afirma que, assim como as ações no próprio edifício, as ampliações e anexos a ele, sejam eles igrejas, residências, castelos – exemplos de edificações que o autor oferece para mais uma vez ressaltar a importância de todos os tipos de monumentos – devem ser desenvolvidas por um profissional qualificado na

preservação e restauração do patrimônio. E, como conselho final em relação às exigências práticas (de uso):

Ainda que se considerem as exigências práticas, tais projetos devem evitar ao máximo danos na antiga estrutura e levar em consideração o efeito geral da antiga construção no seu entorno. (DVOŘÁK, 2008, p.114)

O terceiro caso – Paisagem urbana – o autor mais uma vez refere-se à necessidade de profissionais qualificados, com experiência relativa às exigências que demandam a preservação de monumentos, trabalharem nas intervenções da paisagem urbana das grandes cidades. E ainda:

Nas grandes cidades em transformação, cujo aspecto futuro está em jogo, considera-se uma obrigação evidente não deixar que essa reforma seja realizada ao acaso, submetida apenas a interesses materiais ou aos critérios arbitrários de escritórios de construção ou órgãos administrativos. (DVOŘÁK, 2008, p.124)

## 2.2. A PRESERVAÇÃO E O USO NO BRASIL (1920-70): A CONCEPÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PARA A CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL

O conceito de patrimônio cultural brasileiro teve sua origem na busca de uma identidade nacional, e desta busca, a questão do patrimônio surge dirigindo-se a identificar, valorizar e proteger os monumentos e objetos do passado, os vestígios da nação, considerados como possuidores de valores históricos e artísticos. Segundo Gonçalves (2002, p.40), desde a nossa independência política em relação a Portugal (primeira metade do século XIX) a “questão da identidade nacional brasileira impunha-se aos intelectuais brasileiros”, inicialmente a temática era centrada “na ideia de raça”, porém, no decorrer da segunda e terceira décadas do século XX a questão passou a ser discutida em termos culturais, “como uma busca da ‘brasilidade’, de uma ‘essência’, ‘alma’ ou simplesmente ‘identidade’ da nação brasileira”. Apesar disto, Gonçalves considera que:

Em textos produzidos por intelectuais associados ao patrimônio lemos que o reconhecimento da necessidade de proteger o "patrimônio histórico e artístico nacional" havia sido apontado por intelectuais e políticos, ainda nos anos 20 (Andrade, 1952; MEC-Sphan-Pró-Memória,1982). Obviamente, isto era parte de uma luta para definir e afirmar uma identidade nacional brasileira. No entanto, não foi senão em 1937 que o Estado brasileiro veio a criar uma instituição de alcance nacional para a preservação daquele "patrimônio". (GONÇALVES, 2002, p. 41- 42)

O ano de 1937 poderia ser considerado o início **oficial** das políticas de proteção ao patrimônio cultural no Brasil, ano da criação do SPHAN<sup>19</sup>, já que Fonseca (1997) considera a década de 1920 como o **começo** de um envolvimento, politicamente relevante, entre o Estado e a temática do patrimônio. Segundo a autora é importante analisar a criação do IPHAN em relação a dois fatos “que marcaram a vida cultural e Política do Brasil na primeira metade deste século [XX]: o Movimento Modernista e a instauração do Estado Novo” (FONSECA, 1997, p. 87).

---

<sup>19</sup> O SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – teve seu nome modificado diversas vezes no decorrer de sua história. Utilizaremos daqui em diante sua denominação atual, IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Segundo Fonseca, o surgimento do Movimento Moderno contribuiu para que pela primeira vez no país fosse formulado, explicitamente, o tema patrimônio histórico e artístico nacional. Na semana de 1922 os modernistas se apresentaram como um movimento anti-burguês, apesar do apoio vindo de aristocratas do café. O Movimento criticava os modelos políticos e culturais da Velha República, e também ao Brasil europeizado, sendo a questão da identidade nacional amplamente manifestada na busca de traços primitivos de nossa cultura, que eram, até então, tidos como sinais de atraso. O movimento tinha diversos escritores, intelectuais e artistas vinculados, tais como: Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Mario de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, entre outros.

Em 1937, segundo Gonçalves (2002), com a instauração do Estado Novo – que aboliu liberdades democráticas elementares como o fechamento do Congresso Nacional, o fim das eleições, instituição da censura na imprensa, etc. -, um novo panorama político foi consolidado para a implantação de um projeto modernizador, com o objetivo de criar um novo País sob uma ideologia nacionalista. Para isso, propostas políticas de modificação nas áreas de cultura e educação foram postas em prática pelo novo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que convidou Rodrigo Melo Franco de Andrade para dirigir o IPHAN, com o intuito de auxiliá-lo nestas modificações.

[...] o ano de 1937 foi marcado por um golpe de Estado e pela radicalização daquele projeto modernizador com o estabelecimento do Estado Novo, um regime político autoritário em que as liberdades democráticas elementares foram abolidas. O Congresso Nacional assim como os partidos políticos foram fechados. As eleições foram suprimidas, a imprensa submetida a censura, líderes, partidos e organizações políticas perseguidos pela polícia. Foi nesse contexto político autoritário que veio a ser implementado o projeto de modernização do país. Na esfera cultural e educacional, grande número de intelectuais - muitos deles, de diferentes modos, identificados com o "movimento modernista" em arte e literatura — desempenharam um importante papel. Seu objetivo principal era criar um novo Brasil, um novo homem brasileiro, concebido em termos de uma ideologia nacionalista. (GONÇALVES, 2002, p. 40)

O IPHAN foi criado como órgão de proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional dentro do Ministério da Educação e Saúde e neste mesmo ano é

criado o Decreto-Lei nº 25/37, formulado com base no anteprojeto de Mário de Andrade de 1936. Este serviço estava, então, associado aos intelectuais modernistas, que tinham a missão de “modernizar” e “civilizar” o Brasil, sugerindo a valorização do tradicional e do regional, que para eles caracterizavam a imagem verdadeiramente nacional do Brasil. Rodrigo tinha como objetivo principal afirmar e defender a existência de uma genuína cultura nacional brasileira, desta forma, o reconhecimento dos Monumentos Históricos e Artísticos no Brasil ocorreu de forma diferente da que ocorria na Europa. Segundo Gonçalves (2002), Rodrigo lutava pela “causa” do Patrimônio Nacional, combatendo em suas narrativas os que não acreditavam no valor do patrimônio cultural brasileiro e que viam apenas os conceitos de patrimônio das “nações civilizadas” europeias.

Para ele [Rodrigo], o Brasil é não apenas seu território e sua população, mas, também e principalmente, a “obra de civilização” que nele vem sendo desenvolvida desde os começos da colonização portuguesa: “Para que a nação brasileira seja identificada, terá de considerar-se a obra de civilização realizada neste país” (Andrade, [1961] 1987, p. 56). O “patrimônio histórico e artístico” é concebido como um “documento de identidade” da nação brasileira. Em suas próprias palavras, ele “autentica e afirma a existência do Brasil” (ibid.). Segundo Rodrigo, “apesar de os valores históricos e artísticos existentes no Brasil serem menos consideráveis, de um ponto de vista universal, que os que possuem a Grécia, a Itália ou a Espanha, essa circunstância não é de molde a desaconselhar a sua preservação, qualquer que seja o conceito formado sobre a importância do nosso patrimônio comparado ao de tantas nações estrangeiras” (Andrade, [1936] 1987, p. 48). Ele acrescenta que os valores de um patrimônio cultural não são avaliados apenas em termos de um padrão clássico. (GONÇALVES, 2002, p. 44-45)

O valor que se atribui ao patrimônio brasileiro na concepção de Rodrigo Melo Franco de Andrade é afetivo e memorial, mas, de certa forma, imposto aos cidadãos brasileiros como forma de identidade nacional. É a busca pela identidade de uma nação que tem valores, mesmo que sejam diferentes dos valores reconhecidos na Europa:

Opondo o patrimônio brasileiro à herança clássica das “nações civilizadas”, diz Rodrigo: “A poesia de uma igreja brasileira do período colonial é, para nós, mais comovente do que a do Partenon. E qualquer das estátuas que o Alejandrinho recortou na pedra-sabão para o adro do santuário de Congonhas nos

fala mais à imaginação que o Moisés de Miguel Ângelo". (GONÇALVES, 2002, p. 45)

As primeiras restaurações no Brasil - na fase heroica -, segundo Lyra (2005), se concentraram na recuperação física dos edifícios, priorizando a forma, e a questão da reutilização ficava relegada a um “segundo plano”. “A questão do uso era encarada como uma adaptação infelizmente necessária e, por isso, equacionada a posteriori.” (LYRA, 2005, p. 170). O autor afirma que a atribuição de um novo uso para depois da restauração resultava na ausência de um programa de necessidades que orientasse a restauração ou a intervenção que ocorreria depois; ou, em outros diversos casos, o edifício após a restauração permanecia sem uso, e entrava em processo de degradação novamente. Porém Lyra afirma que a importância da utilização para a preservação do bem era compreendida, mas na maior parte das vezes a prática era restaurar a edificação sem uso, e depois defini-lo. Isso ocorria pelo fato de a situação das edificações sem uso se encontrarem, geralmente, de maneira muito precária, o que exigia uma restauração imediata e a escolha do novo uso deixada para depois da restauração. Ele, no entanto, observa que a reutilização não cabe à instituição que preserva a edificação, a não ser quando se trata de um bem sob sua responsabilidade, ressaltando que é direito e dever do proprietário a utilização do bem edificado para sua conservação.

Verifica-se, portanto que a ausência do tema reutilização na produção escrita dos arquitetos restauradores da fase heróica do IPHAN é de uma certa forma compreensiva, na medida em que para a instituição, a sobrevivência física dos monumentos foi o desafio de primeira hora. (LYRA, 2005,p.177)

Os casos de restauração, geralmente, eram baseados na busca pela unidade de estilo e/ou de recomposição da estrutura dita “original”, muito semelhante à teoria de Viollet-Le-Duc. Podemos exemplificar este posicionamento dos técnicos do IPHAN com dois casos de restaurações ocorridas na “fase heroica”, que Claudia dos Reis e Cunha (2010) analisa em sua tese intitulada “Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN”. O primeiro caso é o da antiga Casa de Câmara e Cadeia (fig. 17), localizada em Atibaia - interior do estado de São Paulo -, restaurada na década de 1950 e seu uso transformado em Museu Histórico Municipal. Segundo a

autora, a população local reivindicou a recuperação da antiga edificação ao IPHAN, que estava sendo ameaçada de demolição, o que possibilitou a inscrição do edifício no Livro do Tombo Histórico em 1955. Este edifício, entretanto, não se encontrava em estado de degradação avançado, de acordo com parecer de Edgard Jacintho que Cunha expõe:

[...] segundo parecer de Edgard Jacintho, além de seu valor de exemplar típico das casas de câmara e cadeia da primeira metade do século XIX, destacava-se a “integridade nas linhas principais do partido” e o “bom estado de conservação no exterior”, o que justificaria seu tombamento como monumento nacional. (CUNHA, 2010, p. 80)

Porém, segundo Cunha, o chefe da regional paulista do IPHAN, Luís Saia, foi o responsável pela obra de restauração, e afirmava que a edificação estava descaracterizada pelas diversas reformas ocorridas, não o classificando então como exemplar de Casa de Câmara e Cadeia, mas como um exemplar da arquitetura tradicional paulista, ou seja, colonial. Para a autora este caso ilustra a intenção de recompor a estrutura “original” que os técnicos do IPHAN praticavam à época, o desejo era de “expurgar da edificação todas as marcas de um passado recente, e por isso, indesejável”. Em relação ao tombamento deste bem, a autora afirma que: “contraditoriamente, apesar de o tombamento ter se dado em nome do valor histórico da edificação, a restauração [...] anulou esta historicidade, inventando um momento que nunca existiu”. Comparando as figuras 20 e 21, percebemos que na realidade a edificação, após a obra de restauração, se tornou um falso histórico, pois, além de suprimirem os elementos materiais que o caracterizava, praticamente todos os elementos materiais do edifício são novos, o que não condiz com a sua imagem “colonial”.



Fig. 20 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia, antes da obra de restauro.



Fig. 21 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia, depois da obra de restauro, atual Museu Histórico Municipal de Atibaia.

O segundo caso abrange a preservação de sítios urbanos que, segundo Cunha (2010, p. 82) “os critérios de intervenção não são muito distintos daqueles adotados para os monumentos isolados ou pequenos conjuntos edificados: manutenção das características ‘originais’[...]”. A autora afirma que as intervenções em sítios históricos buscava uma “pureza estilística” e não poderia deixar “espaço para as especificidades de cada sítio” e deveriam “se encaixar nesse quadro geral pré-estabelecido”. Foi o que ocorreu no sítio histórico de Ouro Preto, em Minas Gerais, com o exemplo do caso da “restauração” do antigo Liceu de Artes e Ofícios (Fig. 22), comandada pelo arquiteto Lúcio Costa, adaptando a edificação para o uso de Cinema - Cine Vila Rica. A intervenção modificou completamente a edificação, eliminando os elementos neoclássicos e imprimindo uma linguagem colonial, “de acordo” com as características do sítio histórico. Percebemos que da mesma forma que o caso supracitado, a edificação se tornou um “falso histórico” (Fig. 23).



Fig. 22 – Antigo Liceu de Artes e Ofícios, antes da obra de restauro.



Fig. 23 - Antigo Liceu de Artes e Ofícios, depois da obra de restauro, atual Cine Vila Rica.

Apesar dos dois casos citados terem atribuído um novo uso no projeto de restauração, as restaurações se voltaram a questões exclusivamente estéticas, e o documento arquitetônico não foi analisado nem mesmo preservado. Porém, na década de 1970, Aloísio Magalhães levanta a questão da importância da utilização dos monumentos:

No caso dos monumentos de pedra e cal não faz sentido restaurá-los para que voltem depois a ser abandonados. É preciso inserir esse bem na vida da comunidade. É necessário que ele volte a ser importante, volte a ser usado diária, quotidiana e fortemente pela comunidade. Primeiro porque assim é que ele vale e, segundo, porque assim é que ele se conserva. Na verdade, não há imóvel que se conserve fechado e vazio. A vida é um elemento de contribuição para a própria

permanência da vida. (MAGALHÃES, 1997 apud LYRA, 2005, p. 171)

Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente do IPHAN até a sua morte em 1969. Renato Soeiro ficou na direção pelos dez anos seguintes mantendo a política implantada por Rodrigo, e em 1979, Aloísio Magalhães assume a direção do órgão, e inicia-se uma nova política para o patrimônio cultural brasileiro.

De acordo com Gonçalves (2002), a nova política de Aloísio Magalhães enfatiza mais o presente do que o passado, valorizando a ideia de trajetória histórica em que o passado é importante na medida em que é uma garantia de continuidade de um processo cultural. Os bens culturais são concebidos como indicadores a serem utilizados no processo de identificação do caráter nacional brasileiro, definido não apenas pelo passado ou pela tradição, mas por uma trajetória histórica norteada pelo futuro. Diferente de Rodrigo, seu objetivo não é civilizar o Brasil preservando uma tradição, mas revelar a diversidade da cultura brasileira e assegurar que ela seja levada em conta no processo de desenvolvimento. A cultura agora é pensada como um processo de transformação histórica e não em termos de uma clássica exemplaridade do passado. Com base no anteprojeto de Mário de Andrade - que não foi integralmente utilizada na criação do Decreto-Lei 25/37 - Aloísio amplia a noção de patrimônio cultural incluindo elementos que não se restrinjam somente à categoria de arte e arquitetura colonial brasileira. Neste processo percebemos a abertura política do IPHAN a respeito da importância de diferentes estilos arquitetônicos<sup>20</sup>, como o ecletismo, reconhecendo-os como patrimônio cultural brasileiro e com valores histórico e artístico.

Segundo Lyra (2005, p. 171) a morte de Aloísio Magalhães interrompeu uma revisão da instituição que poderia modificar a linha de restauração até então adotada. “Sua mensagem [de Aloísio Magalhães] em prol de um *patrimônio*

---

<sup>20</sup> Já existiam tombamentos de edifícios ecléticos anteriores ao período de Aloísio, mas baseados no seu valor histórico. É importante ressaltar que na década de 1960 o pedido de tombamento do conjunto de edifícios da área da Cinelândia e Avenida Rio Branco (Pelo IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil), causou uma “divergência inusitada na história do SPHAN”, que encontrava do lado a favor do tombamento do conjunto o arquiteto Paulo Santos, e do lado contra o tombamento, dona Lúgia Martins apoiada por Lúcio Costa. No final do processo foram tombados somente quatro edifícios isoladamente, e o Palácio Monroe, uma das edificações da área da Cinelândia, foi demolido na década de 1970 com o apoio de Lúcio Costa. (FONSECA, 1997, p. 218 – 220)

vivo, não chegou, na época, a ser absorvida a ponto de redirecionar a instituição para uma preservação com mais participação da comunidade” (LYRA, 2005, p. 171). Lyra afirma também que “É necessário lembrar que se deve ao abandono intencional o arruinamento de muitos edifícios inscritos nos livros do Tombo” (LYRA, 2005, p. 173) e que “uma das principais causas de destruição foi sempre a falta de conservação causada pelo mau uso. Enfim, entre os culpados pela destruição de grande parte do patrimônio estavam os seus usuários” (LYRA, 2005, p.177 e 178).

Acreditamos que Lyra aborda a questão do “abandono intencional”, pois era uma prática comum, de proprietários de bens Tombados, negligenciarem propositalmente o seu imóvel com o intuito de degradarem e desabarem, para, desta forma, construírem no local uma nova edificação. De fato, somente inscrever uma edificação no livro do Tombo, não impede a sua degradação, pois de acordo com Carlos Lemos (2000, p.69), “a primeira norma de conduta ligada ao ‘como preservar’ é manter o bem cultural, especialmente o edifício, em uso constante e sempre que possível satisfazendo a programas originais”. Um exemplo onde é possível perceber que o fato de Tombar o edifício não significa consequentemente preservá-lo foi o que ocorreu em um imóvel localizado na Rua dos Inválidos nº 203, na cidade do Rio de Janeiro, conhecido com Palácio de São Lourenço. Mesmo o imóvel (Fig. 24 e 25) tendo sido reconhecido como patrimônio, e inscrito no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico em 20 de abril de 1938, pelo IPHAN, a edificação não conseguiu sobreviver diante da falta de uso ou do mau uso, e atualmente encontra-se em ruínas (Fig. 26).



Fig. 24 e 25 - Imagens da fachada do Palácio de São Lourenço, ainda em uso.



Fig. 26 – Ruína do antigo Palácio de São Lourenço, localizado na esquina da Rua dos Inválidos com a Rua do Riachuelo.

Lyra considera que a questão da reutilização do edifício continua sendo um desafio para os órgãos de preservação do patrimônio:

Entretanto, no momento atual, em que há uma consciência maior da sociedade, sobre o valor da herança cultural, lidar com a questão da reutilização do monumento continua a ser um desafio para o IPHAN e para os órgãos de preservação estaduais e municipais [...]. (LYRA, 2005, p.177-178)

### 2.3. A PRESERVAÇÃO E O USO NAS CARTAS PATRIMONIAIS

O monumento histórico entra então em sua fase de consagração, cujo término pode ser fixado por volta da década de 1960 ou, se desejarmos um outro marco simbólico, em 1964, data da redação da Carta de Veneza. (CHOAY, 2006, p. 125)

Apesar do marco simbólico da redação da Carta de Veneza para a consagração do monumento histórico, outras Cartas e documentos patrimoniais foram redigidos antes de 1964, que incluem questões sobre a utilização do edifício. Um exemplo foi a Carta de Atenas de 1931, que na primeira parte das conclusões gerais afirma: “a conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico ou artístico” (ICOMOS BRASIL, Carta de Atenas, 1931).

É importante ressaltar que não pretendemos sintetizar as “normatizações” ou estabelecer princípios absolutos em relação à utilização dos bens patrimoniais, a nossa proposta é analisar e discutir o conteúdo de algumas Cartas principais que abordam nosso tema, já que seria difícil conciliar todas as recomendações, dos diferentes tipos de documentos patrimoniais existentes. Kühl (2010) afirma que as Cartas patrimoniais não são um conjunto homogêneo de documentos, e mesmo as Cartas produzidas pela mesma instituição - como o ICOMOS, ICCROM, UNESCO - existem diferenças consideráveis:

Claro está que todos [os documentos patrimoniais] são de enorme interesse, mas estão longe de constituir um conjunto coerente, existindo, entre eles, numerosas contradições – justamente por serem elaborados em períodos distintos, por organismos e grupos diferentes, com finalidades diversas, tendo, portanto, intenções e repercussão bastante variadas –, que devem ser devidamente pesadas e evidenciadas. (KÜHL, 2010, p. 291)

Utilizaremos documentos patrimoniais que dissertam sobre a utilização do edifício preservado, incluindo diferentes enfoques: a importância da utilização para evitar a degradação e prolongar da vida útil do edifício; a escolha de um novo uso para o edifício e para região onde se situa; adaptação; reutilização; e a relação da utilização do edifício preservado - ou conjunto deles - com o turismo e/ou o retorno econômico.

### 2.3.1. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS PATRIMONIAIS

Além da Carta de Atenas, foi redigida em 1931 a *Carta Italiana de Restauração* que, apesar de estar relacionada aos Monumentos da Antiguidade, disserta sobre a forma de intervir em monumentos de importância nacional. O texto aborda a necessidade de compreender o monumento como um documento de análise, e disserta sobre a relação dos cidadãos com os monumentos - que geram sentimentos e recordações - simbolizando o “espírito da cidade” e devem ser compreendidos como critérios para restauração. Dentro dos princípios essenciais para a restauração, a Carta aborda a questão do uso em dois pontos:

3. Que mesmo nos monumentos distantes de nosso uso ou de nossa civilização, como são os monumentos antigos, se devam ordinariamente excluir qualquer tipo de complementação, e só seja considerada a anastilose, isto é, a recomposição das partes existentes desmembradas com a união eventual de elementos neutros que representem o mínimo necessário para integrar a linha e assegurar as condições de conservação;

4. Que nos monumentos que se possam dizer que estão vivos, sejam admitidos os usos não muito diferentes da função original, a fim de não serem necessárias, na adaptação, alterações essenciais no edifício; (ICOMOS BRASIL, *Carta Italiana de Restauração*, 1931)

O item 3 (três) está relacionado à conservação física do monumento antigo para que a degradação do monumento sem utilidade atual seja, ao menos, retardada, aceitando, porém, a recomposição por anastilose. O item 4 (quatro) refere-se aos monumentos ainda utilizáveis e sugere que a escolha para a nova utilização destes monumentos não seja muito diferente do uso original, com a finalidade de na adaptação de uso não se modificar, sem reais necessidades, o edifício. Percebemos que estes princípios são similares com a teoria de Riegl, de 1903, sobre os valores atribuídos aos monumentos: ao dissertar sobre o valor de uso, o autor distingue a forma de atuação nos monumentos com valor de antiguidade, entre os que não são mais utilizáveis - como as ruínas - e os que ainda são<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Teoria já abordada no item 2.1.3 OS VALORES E OS PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO.

O IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) deu origem a Carta de Atenas de 1933. Apesar desta Carta não dissertar a respeito da utilização do edifício, é importante destacar alguns assuntos abordados. O texto trata as cidades sob o ponto de vista – exclusivo - dos arquitetos modernistas, que buscavam responder aos problemas urbanísticos causados pelo rápido crescimento das cidades, decorrente da industrialização. Para a redação da Carta, foram analisados o estado atual e crítico de cidades, e propostos aspectos urbanísticos que deveriam ser utilizados para a melhoria da estrutura das cidades. Para esta análise foram utilizadas trinta e três cidades<sup>22</sup>, das quais vinte e oito são europeias, três norte americanas (apenas dos EUA), e duas asiáticas; não foram, porém, incluídas cidades da América do Sul e Central, África ou Oceania. Lyra (2005) observa que a maior parte dos arquitetos que participaram do CIAM, de 1933, eram europeus, e:

Defensores da renovação da arquitetura e do urbanismo, seus objetivos eram a divulgação de um ideário funcionalista que só se aplicaria em áreas de expansão das cidades existentes ou na construção de novas. **Para eles o patrimônio a ser preservado é a obra excepcional, a catedral e o palácio. Sobre o reaproveitamento e a adaptação do entorno dessas obras, constituído na maioria dos casos por um casario medieval, geralmente degradado e insalubre, a Carta não menciona a hipótese de sua recuperação [...].** (LYRA, 2005, p.152, grifo nosso)

De fato, a Carta afirma que as construções “insignes, majestosas” devem ser mantidas e que “será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vistas opostos”, que são os interesses de crescimento das cidades e o patrimônio excepcional. Porém, nos casos em que as construções sejam repetidas e numerosas, ou insalubres, ou se sua presença for prejudicial ao desenvolvimento das cidades, deverão ser destruídas e devem dar lugar a áreas verdes. A Carta de Atenas de 1933 não considera o valor de conjunto cultural, social e histórico, e realmente não menciona a possibilidade de readaptação de construções consideradas insalubres. Entretanto, é

---

<sup>22</sup> “Trinta e três cidades foram analisadas, por ocasião do Congresso de Atenas, por diligência dos grupos nacionais dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna: Amsterdã, Atenas, Bruxelas, Baltimore, Bandoeng, Budapeste, Berlim, Barcelona, Charieroi, Colônia, Como, Dalat, Detroit, Dessau, Frankfurt, Genebra, Gênova, Haia, Los Angeles, Litoria, Londres, Madri, Oslo, Paris, Praga, Roma, Roterdã, Estocolmo, Utrecht, Verona, Varsóvia, Zagreb e Zurique. Elas ilustram a história da Raça Branca sob os mais diversos climas e latitudes.” (ICOMOS BRASIL, Carta de Atenas, 1933, p. 27)

interessante notar que Dvořák (2008) em 1916, já havia evidenciado o erro de se destruir áreas e edificações históricas – representativos do passado das cidades - para dar lugar a áreas verdes em nome exclusivo do “progresso”, pois afirmava que as edificações insalubres podem ser adaptadas às condições de higiene, sem grandes dificuldades ou prejuízo ao edifício.

A favor das paisagens e sítios urbanos ou rurais, foi redigida em 1962 a “Recomendação de Paris Paisagens e Sítios” que determina a salvaguarda destas áreas, por entender que as suas formações, naturais ou pelo homem, apresentam interesses culturais e estéticos - incluindo as edificações não monumentais – que estão sendo ameaçadas pela especulação imobiliária, e, na medida do possível, devem ser reabilitados, suprimindo os danos causados a elas. Porém, a Carta não utiliza o termo monumento histórico ao referir-se a estas paisagens e sítios.

Na Carta de Veneza de 1964 a definição de monumento histórico é ampliada - por esta razão Choay (2006) afirma que ela simboliza um marco -, o documento define como monumento histórico a arquitetura isolada, mas também os sítios urbanos e rurais históricos, afirmando que são testemunhos de uma civilização, incluindo na salvaguarda, além das grandes criações, as obras mais modestas que tenham adquirido com o tempo uma significação cultural. Desta forma, a salvaguarda destas áreas deve visar tanto à obra de arte quando o testemunho histórico. Em relação à utilização dos monumentos, o artigo 5º afirma que:

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes. (ICOMOS BRASIL, Carta de Veneza, 1964, p. 2)

Lyra (2005, p. 153) afirma que “a leitura do artigo [5º] deixa a impressão de haver dois equívocos”. Um dos equívocos é a respeito da negativa em alterar a disposição ou decoração dos edifícios, ele afirma que “o artigo dá a entender que os monumentos deverão permanecer inalterados” e, entretanto, modificações são necessárias para a adaptação de um novo uso e “a questão

está em alterar o mínimo, com grande preocupação em manter a leitura dos valores principais do monumento”. Este equívoco na leitura do artigo 5º, levantado por Lyra, é uma questão importante a ser evidenciada, pois Kühl afirma que:

Alguns autores [...], interpretaram o “não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios” de modo extremamente restritivo, desqualificando, assim, a Carta [de Veneza] como um todo, sem levar em consideração não apenas a Carta em sua inteireza, como também a continuação do próprio artigo, “somente dentro destes limites que se devem conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes”. Se modificações podem ser autorizadas, significa que é possível alterar; (KÜHL, 2010, p.309)

Segundo Kühl é importante compreender a Carta de Veneza – assim como as outras Cartas - como um todo, pois entendendo que o artigo 3º diz “a conservação e a restauração dos monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico” e junto à leitura do artigo 5º - que afirma a utilização como algo desejável, pois favorece a conservação da obra – desta forma, “entender a utilização do bem como meio ou como fim, não é um problema marginal – é algo essencial, que tem consequências distintas na forma de abordar o objeto”. A autora assegura, então, que o conteúdo da Carta, como um todo, afirma que “é possível alterar, levando em conta os objetivos da intervenção (artigo 3º), e entendendo o uso como meio e não como finalidade.” (KÜHL, 2010, p.309-310).

O outro equívoco que Lyra (2005, p. 153) afirma existir na leitura do artigo 5º, diz respeito a destinar o edifício a uma “função útil à sociedade”. O autor afirma que o artigo deixa a impressão de “estipular uma única destinação admissível, aquela que traz benefícios à sociedade”, e que não esclarece quais seriam estas funções úteis. O autor, então, questiona: “será que o uso privado do monumento seria entendido como uma função útil à sociedade?”. Acreditamos que a resposta à pergunta do autor deveria ser afirmativa, pois não entendemos que uma função somente é útil à sociedade se for pública. Entendemos “útil” com o sentido de satisfazer as necessidades da sociedade e consequentemente dos homens que nela vivem. Por exemplo, a habitação -

que é de uso privado - é uma necessidade básica da vida do homem, e por isso, é útil à sociedade.

Em 1967 ocorreu em Quito, no Equador, uma “reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse históricos e artísticos”, pela OEA – Organização dos Estados Americanos -, resultando nas Normas de Quito. Este documento disserta sobre a utilização do monumento relacionando questões econômicas e turísticas com a valorização e preservação dos monumentos. Porém, o significado de “valorização do Patrimônio” foi nitidamente deturpado, pois este documento afirma “a necessidade de utilizar ao máximo” os recursos do patrimônio cultural dos países da América, e justifica a “exploração” dos monumentos em favor do valor econômico-turístico como forma de valorização/preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento/progresso das sociedades americanas, colocando, inclusive, o “monumento em função do turismo”. Concordamos que a função turística e o retorno financeiro dos monumentos históricos são importantes questões a serem analisadas para o desenvolvimento de uma cidade e, também, para contribuir na preservação do patrimônio cultural, mas não podem ser consideradas funções primordiais do patrimônio cultural. O turismo deveria estar em função da preservação dos monumentos, e não o contrário, como é dito nesta Carta.

## **VI - A valorização do Patrimônio do Cultural**

O termo "valorização", que tende a tornar-se cada dia mais freqüente entre os especialistas, adquire no momento americano uma especial aplicação. Se algo caracteriza este momento é, precisamente, **a urgente necessidade de utilizar ao máximo o cabedal de seus recursos e é evidente que entre eles figura o patrimônio monumental das nações.** [...]

Em síntese, a valorização do patrimônio monumental e artístico implica uma ação sistemática, eminentemente técnica, dirigida a utilizar todos e cada um desses bens conforme a sua natureza, destacando e exaltando suas características e méritos **até colocá-los em condições de cumprir plenamente a nova função a que estão destinados.** [...]

## **VII – O Monumento em função do Turismo.**

[...] Do ponto de vista exclusivamente turístico, os monumentos são parte do equipamento de que se dispõe para operar essa

indústria numa região determinada, mas à medida em que o monumento possa servir ao uso a que se lhe destina já não dependerá apenas de seu valor intrínseco, quer dizer, da sua significação ou interesse arqueológico, histórico ou artístico, mas também das circunstâncias adjetivas que concorram para ele e facilitem sua adequada utilização. **Daí que as obras de restauração nem sempre sejam suficientes, por si só, para que um monumento possa ser explorado e passe a fazer parte do equipamento turístico de uma região.** (ICOMOS BRASIL, Norma de Quito, 1967, p. 4 – 8, grifo nosso)

De acordo com Choay (2006) a palavra ‘valorização’ é utilizada frequentemente como forma de dissimular a destruição do patrimônio, com o pretexto de se modernizar e de ‘restaurar’, muitas vezes por pressões políticas do Estado e das associações públicas, e de tornar o patrimônio rentável. Ela afirma ainda que o poder concentrado nas mãos de uma única pessoa – prefeito, arquiteto, administrador do patrimônio, e outros – pode alterar o destino do patrimônio arquitetônico e urbano, e que isso acontece em demasia.

Em 1970 foi redigida a Carta de Brasília (ICOMOS BRASIL), que recomenda a “utilização preferencial para casas de cultura ou repartições de atividades culturais, dos imóveis de valor histórico e artístico cuja proteção incube ao poder público”. Percebemos que a intenção de atribuir uma utilidade cultural a um edifício preservado pode estar relacionada à questão de destinar a obra a uma função útil à sociedade - como foi dito na Carta de Veneza de 1964 - gerado pelo equívoco de se considerar que somente o uso público - e neste caso também cultural - deve ser atribuído a uma edificação histórica e artística. Atribuir um uso cultural a uma edificação histórica e artística não significa preservá-lo e, além disso, o novo uso, mesmo o cultural, pode não ser adequado ao edifício preservado. Existem diversos exemplos no Brasil de edificações que foram adaptadas para virarem centros culturais, porém, em alguns destes casos, os projetos não respeitam o testemunho histórico e artístico da edificação, alterando em demasia o interior da edificação em função do novo uso cultural. Em outros casos o uso cultural não é adequado à localização, como por exemplo, a antiga Casa de Banho D. João VI (Tombada pelo IPHAN em 1938), que em 1996 foi restaurada e adaptada para ser o Museu da Limpeza Urbana, vinculada à COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana. A antiga Casa de Banho (Fig. 27) está localizada na Praia do

Caju nº 385, em um bairro distante das áreas turísticas da cidade do Rio de Janeiro, por este motivo a visitação do local se restringe, praticamente, à população local, que depois da primeira visita dificilmente voltará para ver o mesmo acervo. Atribuir um uso cultural a esta edificação não foi uma boa alternativa de uso visto que não será continuamente utilizada devido a sua localização, o que levará, provavelmente, ao seu futuro abandono.



Fig. 27 – Antiga Casa de Banho de Dom João VI com um novo uso de Museu da Limpeza Urbana. Utilização cultural inadequada à localização.

Em 1972 o Ministério de Instrução Pública da Itália divulgou um documento sobre restauração Italiana, conhecida como Carta do Restauo de 1972. No anexo B “instruções para a Conduta das restaurações arquitetônicas”, o documento afirma a possibilidade de dar novos usos às edificações antigas para assegurar a sobrevivência da edificação, desde que seja atentamente avaliada a possibilidade destes novos usos, e que não entre em conflito com os interesses históricos e artísticos - assunto que se subentende na leitura da Carta de Veneza de 1964. Assim, em relação às obras de adaptações, a Carta do Restauo diz:

[...] deverão ser limitadas ao mínimo, conservando escrupulosamente as formas externas e evitando alterações sensíveis das características tipológicas, do organismo construtivo e da sequência dos percursos internos. (Apud BRANDI, 2004, p. 242)

No anexo D “Instruções para a tutela de centros históricos”, a Carta afirma que a finalidade de uma intervenção em um centro histórico deve ser garantir a permanência dos valores que o caracterizam, por esta razão, as ações não podem se limitar à conservação das características formais dos edifícios e ambientes históricos, mas devem incluir todos os elementos que os definem. A Carta descreve também - ainda dentro do anexo D sobre centros históricos - dois tipos principais de intervenções edilícias.

1. Saneamento estático e higiênico dos edifícios, que tende à manutenção de sua estrutura e a um uso equilibrado da mesma; [...] neste tipo de intervenção é de particular importância o respeito das qualidades tipológicas, construtivas e funcionais do organismo, evitando-se as transformações que alterem suas características.

2. Renovação funcional dos organismos internos, a ser permitida somente nos casos em que for indispensável aos fins de manutenção em uso do edifício. Nesse tipo de intervenção é de importância fundamental o respeito das qualidades tipológicas e construtivas dos edifícios, proibindo-se todas as intervenções que alterem suas características, assim como os esvaziamentos da estrutura edilícia ou a introdução de funções que deformem excessivamente o equilíbrio tipológico-construtivo do organismo. (Apud BRANDI, 2004, p. 260-1)

É importante ressaltar que o tratamento proposto nestes casos de edifícios pertencentes a centros históricos é bastante similar às definições de condutas nas restaurações arquitetônicas (isoladas) - anteriormente citadas do Anexo B. Percebemos a preocupação, implícita no texto, de se preservar a materialidade dos edifícios históricos, independente de ser ou não uma arquitetura excepcional, mas pelo fato de ter sido atribuído um valor histórico e/ou artístico, seja individual ou pelo conjunto.

Em 1975 ocorreu em Amsterdã, na Holanda, o “Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu”, que deu origem à “Declaração de Amsterdã”. Este documento afirma que patrimônio não se restringe à qualidade excepcional dos edifícios e seu entorno, inclui os conjuntos urbanos e cidades de interesse histórico e cultural. Considera de extrema importância a proteção e conservação destas áreas no processo de planejamento urbano, pois entendia que a sociedade europeia poderia “brevemente, ser privada do patrimônio arquitetônico e dos sítios que formam seu quadro tradicional de vida, caso uma

nova política de proteção e conservação integradas desse patrimônio não seja posta em ação imediatamente”. Esta nova política europeia – diferente da que foi defendida pelos europeus na Carta de Atenas de 1933 - denominada de “conservação integrada”, entende que a conservação das edificações pertencentes a esses conjuntos e sítios contribui para “a economia de recursos e para a luta contra o desperdício” e que elas podem receber novos usos “que correspondam às necessidades da vida contemporânea”, desta forma o planejamento regional “deve integrar as exigências de conservação do patrimônio arquitetônico e para elas contribuir”, podendo “incitar novas atividades a serem implantadas nas zonas em declínio econômico a fim de sustar seu despovoamento e contribuir para impedir a degradação das construções antigas”. Para que isso ocorra, os poderes locais devem levar em consideração a continuidade das realidades sociais e físicas destas áreas e entender que “o futuro não pode nem deve ser construído às custas do passado”. Este documento incentiva a reabilitação destas áreas para se evitar a destruição, entendendo que o esforço de conservação engloba o valor cultural, mas também o valor de utilização, e que elas devem ser combinadas, afirmando também que devemos “atribuir às construções funções que, respeitando seu caráter, respondam às condições atuais de vida e garantam, assim, a sua sobrevivência” (ICOMOS BRASIL, Declaração de Amsterdã, 1975, p. 3-5).

Porém, este documento não estabelece diretrizes claras do que seria reabilitação, afirma apenas a necessidade de se respeitar o caráter do edifício, mas não define o que seria efetivamente este caráter. Ainda em relação a este assunto, o documento afirma que deve existir uma conservação permanente destas áreas para evitar “onerosas operações de reabilitação”. Esta afirmação nos leva a entender que a reabilitação de um edifício seria uma forma de intervenção mais invasiva no edifício, porém, a questão que o documento não esclarece é: em que situação este tipo de intervenção (reabilitação) é realmente necessária para a conservação de áreas históricas e quais são os critérios a serem levados em consideração para manter a utilização em conformidade com o caráter do edifício?

Em 1976 representantes do ICOMOS se reuniram em Bruxelas, Bélgica, e redigiram a “Carta de Turismo Cultural”, com o intuito de salvaguardar e garantir a conservação dos monumentos, refletindo sobre os efeitos, tanto negativos quanto positivos, derivados do forte desenvolvimento das atividades turísticas no mundo. A Carta afirma a importância do turismo cultural, que exerce “uma influência altamente significativa no entorno do homem em geral e dos monumentos e sítios em particular”, porém, ela deve ser estudada cuidadosamente para que o resultado seja tolerável. O turismo cultural tem o objetivo de oferecer o conhecimento dos monumentos e sítios e “exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui – para satisfazer seus próprios fins – a sua manutenção e proteção” (ICOMOS BRASIL, Carta de Turismo Cultural, 1976, p. 1 - 3).

Vemos que esta Carta refere-se ao turismo de forma diferente da Norma de Quito de 1967, pois o turismo - cultural e não baseado somente no retorno econômico - desta vez está em função da preservação e do conhecimento dos monumentos e sítios históricos, e não o contrário como era dito na norma de 1967. A diferença principal está na prioridade de salvaguarda do patrimônio, mas entendendo que o patrimônio pode - e deve - se beneficiar economicamente e, conseqüentemente, trazer benefícios à região onde o patrimônio está inserido. Porém, o documento destaca que o turismo - mesmo o cultural - está também ligado a “efeitos negativos, nocivos e destrutivos que acarreta o uso massivo e descontrolado dos monumentos e dos sítios”. A Carta afirma que o turismo exige uma limitação de uso, e que isso não pode ser ignorado, existindo, então, a necessidade de desenvolver regras que mantenham “os níveis aceitáveis”, afirmando que “com uma perspectiva de futuro, o respeito ao patrimônio mundial, cultural e natural, é o que deve prevalecer sobre qualquer outra consideração”. (ICOMOS BRASIL, Carta de Turismo Cultural, 1976, p. 3). De fato esta é uma importante questão a ser levantada e analisada, pois, frequentemente ocorre a exploração do patrimônio justificado pelo turismo e a conversão do valor de uso em valor econômico:

Por sua vez, os monumentos e o patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem

consumidos. A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à 'engenharia cultural', vasto empreendimento público e privado [...]. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes. (CHOAY, 2006, p.211)

Também em 1976, foi realizada uma Conferência da UNESCO em Nairóbi, Quênia, que deu origem à “Recomendação de Nairóbi”. As recomendações estão relacionadas à importância e à função dos conjuntos históricos na vida contemporânea, que “constituem a presença viva do passado que lhes deu forma” e tem a capacidade de assegurar a diversidade das sociedades e a expressão da sua cultura, que são fundamentais para a identidade coletiva. Sua destruição pode provocar perturbações sociais, e, por estarmos “diante dos perigos da uniformização e da despersonalização que se manifestam constantemente” e da destruição que ocorre “no mundo inteiro, sob pretexto de expansão ou de modernização”, surge a necessidade - de cada cidadão -, e a obrigação - dos poderes públicos -, de salvaguardar e incluir esses conjuntos históricos à contemporaneidade. (ICOMOS BRASIL, Recomendação de Nairóbi, 1976, p. 1 e 2). Em relação à utilização dos conjuntos e seus edifícios, o documento afirma que deveriam ser protegidos contra uma utilização imprópria “de acréscimos supérfluos e de transformações abusivas ou desprovidas de sensibilidade que atentam contra sua autenticidade” (ICOMOS BRASIL, Recomendação de Nairóbi, 1976, p. 3). O texto disserta sobre a escolha da função apropriada para as edificações, levando em conta os aspectos sociais e do conjunto urbano onde está inserido, e afirma a necessidade de analisar o valor cultural, mas também o econômico, como forma de adaptar o uso às necessidades sociais, culturais e econômicas:

A proteção e a restauração deveriam ser acompanhadas de atividades de revitalização. Seria, portanto, essencial manter as funções apropriadas existentes e, em particular, o comércio e o artesanato e criar novas que para serem viáveis a longo prazo, deveriam ser compatíveis com o contexto econômico e social, urbano, regional ou nacional em que se inserem. O custo das operações de salvaguarda não deveria ser avaliado apenas em função do valor cultural das edificações, mas também do valor derivado da utilização que delas se possa fazer. Os problemas sociais decorrentes da salvaguarda só podem ser colocados corretamente se houver referência a essas duas escalas de valor. Essas funções teriam que se adaptar às necessidades

sociais, culturais e econômico dos habitantes, sem contrariar o caráter específico do conjunto em questão. (ICOMOS BRASIL, Recomendação de Nairóbi, 1976, p. 10)

Entretanto, o documento aconselha que: “uma política de revitalização cultural deveria converter os conjuntos históricos em polos de atividades culturais e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes” (ICOMOS BRASIL, Recomendação de Nairóbi, 1976, p. 10). Este assunto já foi abordado quando citamos a Carta de Brasília de 1970, e percebemos que o uso cultural nem sempre é adequado – compatível – a qualquer edifício histórico. Além disso, o fato de atribuir um uso cultural, não torna a revitalização uma ação de caráter cultural, pois a adaptação do novo uso em uma “atividade cultural” pode alterar em demasia o patrimônio edificado, e, até mesmo, a vocação social de um conjunto urbano, como por exemplo, bairros residenciais históricos que permanecem com esta utilização até os dias atuais, mesmo que precariamente. Não faria sentido retirar o uso habitacional ainda existente, e atribuir novos usos culturais, para, somente assim, poder ser considerado uma revitalização cultural. Mesmo que aquele conjunto histórico residencial necessite de adaptações para melhor satisfazer as necessidades atuais de comodidade da sociedade, provavelmente, menor será a alteração do edifício ao permanecer com o uso atual, do que adaptá-lo a um novo uso de atividade cultural. Percebemos que a leitura pontual da Carta poderia incorrer em um equívoco, por esta razão - como afirmou Kühn (2010) em relação à Carta de Veneza - para uma verdadeira compreensão do que uma Carta disserta deve-se sempre fazer uma leitura completa e minuciosa, pois a Carta também afirma que:

Cada conjunto histórico ou tradicional e sua ambiência deveria ser considerado em sua globalidade, como um todo coerente cujo equilíbrio e caráter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem tanto as atividades humanas como as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes. Dessa maneira, todos os elementos válidos, incluídas as atividades humanas, desde as mais modestas, têm, em relação ao conjunto, uma significação que é preciso respeitar. (ICOMOS BRASIL, Recomendação de Nairóbi, 1976, p. 3)

Em 1977, ocorreu em Machu Picchu, no Peru, um encontro de arquitetos com o intuito de rever o conteúdo da Carta de Atenas de 1933. No documento

produzido neste encontro foi abordada a questão da identidade e do caráter de uma cidade, não apenas em relação a sua estrutura física, mas também em relação aos seus valores - suas características sociológicas. Surge da necessidade de preservar os valores da cidade a defesa do patrimônio cultural, que inclui as zonas monumentais, além dos monumentos históricos e arquitetônicos. Para essa preservação, é imprescindível considerar “sua integração ao processo vivo do desenvolvimento urbano como único meio que possibilite o financiamento da operação” (ICOMOS BRASIL, Carta de Machu Picchu, 1977, p.5), da conservação, restauração e reciclagem desses patrimônios. Porém, a Carta não define os parâmetros para essas operações em monumentos arquitetônicos e zonas monumentais, apenas reafirma a necessidade de uma “análise dos edifícios e de suas funções”.

Em 1980 foi redigida a Carta de Burra, Austrália, pelo ICOMOS. Na primeira parte do documento – “definições” – indica-se que “a adaptação será o agenciamento de um bem a uma nova destinação sem a destruição de sua significação cultural”, classificada como os valores estético, histórico, científico ou social do bem. A nova utilização, de acordo com a Carta, deverá ser compatível às significações culturais, mas também às substâncias do bem (o conjunto de materiais que os constituem fisicamente), indicando que as modificações devem ser reversíveis ou que tenham um impacto mínimo.

A Carta de Washington de 1987, produzida pelo ICOMOS, disserta a respeito da salvaguarda das cidades históricas - incluindo cidades grandes e pequenas, centros ou bairros históricos – ressaltando a sua qualidade como documento histórico e que elas “expressam os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais”, ameaçadas de destruição em “consequência de um tipo de urbanismo nascido na industrialização”. O intuito desta Carta é complementar a Carta de Veneza de 1964, definindo:

[...] os princípios e os objetivos, os métodos e os instrumentos de ação adequados à salvaguarda da qualidade das cidades históricas, no sentido de favorecer a harmonia da vida individual e social, e perpetuar o conjunto de bens, mesmo modestos, que constituem a memória da humanidade. (ICOMOS BRASIL, Carta de Washington, 1987, p.1, grifo nosso).

A Carta disserta sobre os valores a serem preservados na salvaguarda de cidades e bairros históricos, afirmando a necessidade de se preservar a sua imagem, que é determinada a partir do caráter histórico e o conjunto de elementos materiais e espirituais. Dentre os elementos materiais está “a forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior) definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração.” (ICOMOS BRASIL, Carta de Washington, 1987, p.2). Em relação à escolha de novos usos o documento afirma que “as novas funções e as redes de infraestruturas exigidas pela vida contemporânea devem adaptar-se às especificidades das cidades históricas”, e em caso de necessidade de transformações nos edifícios, “qualquer operação deverá respeitar a organização espacial existente” (ICOMOS BRASIL, Carta de Washington, 1987, p.3).

Neste mesmo ano, 1987, a Carta de Petrópolis foi redigida em ocasião do “1º Seminário brasileiro para preservação e revitalização de centros históricos”, onde é definido Sítio Histórico Urbano (SHU) como: “o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações.” (ICOMOS BRASIL, Carta de Petrópolis, 1987, p.1). O documento faz referência à importância do uso habitacional, e à permanência das atividades tradicionais das áreas, afirmando que a preservação não pode ser condicionada a usos exclusivos, nem mesmo em função de usos culturais. Vemos nesta Carta uma negativa à preservação baseada em usos essencialmente culturais, que é abordada na Carta de Brasília de 1970 e na Recomendação de Nairóbi de 1976.

Sendo a polifuncionalidade uma característica do SHU, a sua preservação não deve dar-se à custa de exclusividade de usos, nem mesmo daqueles ditos culturais, devendo, necessariamente, abrigar os universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural. Guardando essa heterogeneidade, deve a moradia construir-se na função primordial do espaço edificado, haja vista a flagrante carência habitacional brasileira. Desta forma, especial atenção deve ser dada à permanência no SHU das populações residentes e das atividades tradicionais, desde que compatíveis com a sua ambiência. (ICOMOS BRASIL, Carta de Petrópolis, 1987, p.1)

A necessidade de se analisar a polifuncionalidade de um SHU para a reutilização de um edifício, entendendo que a escolha não pode ser baseada

em usos essencialmente culturais, é uma questão importante a ser levantada, pois, segundo Kühl, o que se tem observado, de forma geral, em ações ditas “culturais” – mas que não poderiam ser consideradas assim - é “a absoluta prevalência de critérios ditados pelo uso, para obter maiores lucros, para aparecer nos meios de comunicação, e guiados por interesses setoriais e imediatistas” (KÜHL, 2008, p.207). Podemos perceber que a atribuir um uso cultural ao edifício “Casa de Bidú Sayão” (Fig. 28), localizado em área protegida pela APAC do Corredor Cultural na cidade do Rio de Janeiro, não preservou as características internas do edifício, e não poderia ser considerada uma ação de caráter cultural.



Fig. 28 – Casa de Bidú Sayão após a restauração que transformou o uso em centro cultural. Em 1995 foi elaborado um “documento regional do Cone Sul sobre autenticidade”, a Carta de Brasília de 1995, com o intuito de “colocar a questão de autenticidade a partir da nossa peculiar realidade regional, que difere daquela dos países europeus e os asiáticos de longa tradição como nações” (ICOMOS BRASIL, Carta de Brasília, 1995, p. 1). Esta temática surgiu em decorrência do documento produzido na “Conferência sobre autenticidade em relação a convenção do patrimônio Mundial” ocorrida em Nara<sup>23</sup> no ano de 1994, organizado pela UNESCO, ICCROM e ICOMOS. Na Carta de Brasília de 1995 são analisados os artigos da “Conferência de Nara”, tentando estabelecer

<sup>23</sup> A Conferência de Nara de 1994 não aborda a questão da intervenção de uso do edifício de valor cultural (reutilização ou adaptação), apenas afirma que nas pesquisas sobre a autenticidade do edifício devem incluir, entre outros diversos aspectos, o uso e a função. “Estas pesquisas devem incluir aspectos de forma e desenho, materiais e substâncias, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, e outros fatores externos e internos.” (ICOMOS BRASIL, Conferência de Nara, 1994, p.3).

o conceito de *autenticidade* para os países da América do sul. Em relação à utilização dos edifícios de valor cultural a Carta de Brasília aconselha que as intervenções para a adaptação de um novo uso sejam precedidas de diagnóstico para analisar a possibilidade de intervenções, que devem ser reversíveis e se harmonizem com o edifício. A Carta também alerta para a perda de autenticidade das edificações quando são realizadas intervenções que retiram as características do bem, provocando, “meras cenografias”, procedimento conhecido como fachadismo:

A adoção de novos usos para aqueles edifícios de valor cultural é factível sempre que exista reconhecimento apriorístico do edifício e diagnóstico preciso de quais as intervenções que ele aceita e suporta. Em todos os casos, é fundamental a qualidade da intervenção, e que os novos elementos a serem introduzidos sejam de caráter reversível e se harmonizem com o conjunto.

Em edifícios e conjuntos de valor cultural, as fachadas, as meras cenografias, os fragmentos, as colagens, as moldagens são desaconselhados porque levam à perda da autenticidade intrínseca do bem. (ICOMOS BRASIL, Carta de Brasília, 1995, p.4)

Este assunto abordado pela Carta de Brasília de 1995 é uma questão muito importante a ser debatida sobre a reutilização dos edifícios de valor cultural, pois, segundo Choay (2006), é difícil garantir que a reutilização de uma edificação seja rentável sem prejudicar a sua funcionalidade, pois muitas vezes resta-se apenas uma ‘casca vazia’ de seu conteúdo, procedimento que ela denomina de ‘curetagem’ e “inadmissível quando se resume ao sacrifício das estruturas e do ambiente interno de um edifício” (CHOAY, 2006, p. 221). Esta “curetagem” abordada por Choay é debatida por Kühl (2008) como fachadismo, e a autora expõe algumas questões expostas por Georg Mörsch sobre esse tema:

[Mörsch] Aborda o fachadismo – esse ato de desventrar, de estripar e desossar um edifício histórico - em várias cidades européias. Invoca os perigos dessa redução arbitrária dos testemunhos históricos, enfatizando que o essencial nesses objetos – e o que é irrecuperável e irreproduzível – é a sua ‘historicidade’, os traços de seu transcurso no tempo. Avalia uma série de razões para a onda fachadista, inclusive certas deformações da legislação em alguns países e a má prática em canteiro de obras. Um interesse escrupuloso e específico pelo

projeto de intervenção em si e o respeito por todas as partes características dos bens vai contra a tendência a esquematizar, a estandardizar e, sobretudo, opõe-se à preguiça mental. **Evidencia um dado concreto: a perda de substância histórica, que pode ser verificada materialmente, com precisão, que é algo totalmente diverso de conservar apenas o ‘conhecimento’ desses fatos através de registros.** Analisa a necessidade humana de recordar e o desejo do homem de se relacionar com o passado através de testemunhos materiais autênticos, uma relação que é ao mesmo tempo material, emotiva e intelectual, que necessita de referenciais fidedignos. (KÜHL, 2008, p.214, grifo nosso)

Porém, existem diversos exemplos de projetos que utilizam o artifício do fachadismo, como exemplo, o edifício que está inserido em área de proteção do Corredor Cultural, localizado na Avenida Mén de Sá, nº 70 (Fig. 29). O projeto de reutilização – bar e restaurante – restaurou a fachada e alterou todo o interior da edificação visando aumentar o número de pavimentos do edifício, e com isto ampliar número de clientes e conseqüentemente o retorno financeiro. Normalmente, como neste caso, são utilizadas estruturas metálicas por serem diferentes dos materiais originais do edifício, tentando justificar a intervenção com a teoria da distinguibilidade dos novos materiais inseridos, mas estas intervenções não são reversíveis, nem respeitam as características históricas, memoriais e documentais dos bens. Todo o interior do edifício foi descartado para dar “eficiência” e adequar as novas “necessidades” do uso.



Fig. 29 - Exemplo de fachadismo: edifício localizado em área de proteção do Corredor Cultural.

A “Declaração de Sofia” de 1996, redigida em ocasião da XI Assembleia Geral do ICOMOS, teve o intuito de defender o pluralismo cultural dos países, e que, por esta razão, deve-se respeitar a “origem heterogênea das populações”. O documento afirma a necessidade de se estudar e aprofundar o conhecimento de cada área cultural, e inseri-los no contexto histórico contemporâneo, as atividades do cotidiano, e que por esta necessidade de contextualização o patrimônio cultural enfrentará o desafio econômico. O documento, então, indica a necessidade de se justificar as novas necessidades de uso das atividades turísticas, para somente assim, poder contribuir na melhoria da qualidade de vida dos habitantes e respeitar as referências culturais destas áreas, gerando condições propícias a um desenvolvimento sustentável:

As atividades turísticas, por outro lado, não podem pretender utilizar o patrimônio assegurando apenas o respeito ao seu significado e à sua mensagem. Para que esta fruição seja viável e válida, serão necessários sempre estudos analíticos e inventários completos, com objetivo de explicitar os diversos significados do patrimônio no mundo contemporâneo e justificar as novas modalidades de usos a que se propõem. (ICOMOS BRASIL, Declaração de Sofia, 1996, p.2)

Ocorreu em 2000 uma Conferência Internacional sobre *Conservação*<sup>24</sup> em Cracóvia, na Polônia, que deu origem à “Carta de Cracóvia” sobre princípios para a conservação e o restauro do patrimônio construído europeu. Apesar de dissertar sobre a *Conservação* do Patrimônio europeu, a Carta torna-se importante para o nosso trabalho, por abordar a questão da reabilitação dos edifícios como forma de salvaguardar os edifícios de valor patrimonial:

O patrimônio arquitetônico, urbano ou paisagístico, assim como os elementos que o compõem resultam de uma dialética entre os diferentes momentos históricos e os respectivos contextos socioculturais. A conservação deste patrimônio é o objetivo desta Carta. A conservação pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções, tais como o controle do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação e a reabilitação. **Qualquer intervenção implica decisões,**

---

24 A definição do termo *Conservação* utilizada nesta Carta é diferente da que se conhece no Brasil. O conceito seria próximo ao que entendemos como *Preservação*: “Conservação: é o conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o patrimônio e os seus monumentos. A conservação do patrimônio construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados.” (IGESPAR, Carta de Cracóvia, 2000, p. 6).

**escolhas e responsabilidades relacionadas com o patrimônio, entendido no seu conjunto, incluindo os elementos que embora hoje possam não ter um significado específico, poderão, contudo, tê-lo no futuro.** (IGESPAR, Carta de Cracóvia, 2000, p. 1, Grifo Nosso)

O documento inclui na *Conservação* do patrimônio (arquitetônico, urbano ou paisagístico), os elementos que constituem o conjunto do patrimônio em específico, até mesmo os elementos que possam não ter significados específicos na contemporaneidade, mas que poderão ter no futuro. Em relação aos monumentos e edifícios de valor histórico, o documento afirma que:

O objetivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com o seu aspecto original. Tal conservação requer um “projeto de restauro” apropriado, que defina os métodos e os objetivos. **Em muitos casos, requer-se ainda um uso apropriado para os monumentos e edifícios com valor histórico, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial.** As obras em edifícios com valor histórico devem analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos. (IGESPAR, Carta de Cracóvia, 2000, p. 3, Grifo Nosso)

O documento afirma ainda que os edifícios, mesmo que não sejam excepcionais, mas que fazem parte das zonas históricas, devem ser salvaguardados como elementos da continuidade urbana, “devido às suas características dimensionais, técnicas, espaciais, decorativas e cromáticas, elementos de união insubstituíveis para a unidade orgânica da cidade”. Desta forma, a Carta indica que nos *Projetos de restauro*<sup>25</sup> de cidades históricas, deve-se compreender que os edifícios que compõem o tecido urbano histórico, além de serem elementos definidores da forma urbana, sua espacialidade interna constitui um valor essencial:

O “projeto de restauro” de cidades e aldeias históricas deve considerar que os imóveis do tecido urbano desempenham uma dupla função:

a) são elementos definidores da forma urbana, mas também;

---

<sup>25</sup> “*Projeto de restauro*: o projeto, resultante das opções de conservação, é o processo específico através do qual a conservação do patrimônio construído e da paisagem são realizados com sucesso.” (IGESPAR, Carta de Cracóvia, 2000, p. 6).

b) **possuem uma espacialidade interna, que constitui um dos seus valores essenciais.** (IGESPAR, Carta de Cracóvia, 2000, p. 3, Grifo Nosso)

Em 2003, em Zimbábue, ocorreu a Assembleia geral do ICOMOS, que deu origem ao documento “Princípios para análise, conservação e restauração estrutural do patrimônio arquitetônico”. O objetivo desta Carta é estabelecer recomendações “tanto para assegurar uma metodologia de análise racional quanto garantir métodos de recuperação adequados ao contexto cultural”. Na parte dos Princípios Gerais, o texto afirma que não é somente na aparência do patrimônio arquitetônico que reside o seu valor, mas a integridade de todos os componentes “como um produto único da técnica construtiva própria de um período. Especialmente a remoção das estruturas internas e a manutenção apenas das fachadas não se enquadra nos critérios de conservação”. O documento, além de considerar que o *fachadismo* não pode ser considerado como uma forma de conservação e restauração do patrimônio, afirma que, em qualquer tipo de intervenção, deve-se ter respeito pela materialidade do edifício, e, desta forma, nenhuma intervenção poderá alterar a autenticidade do aspecto material do edifício sem um devido estudo anterior e que seja justificada a sua retirada. E, em relação à alteração de usos “todas as exigências de conservação [...] devem ser rigorosamente levadas em conta”.

A Declaração de Foz do Iguaçu<sup>26</sup> de 2008 aborda o conceito de “Espírito do Lugar” e define que os componentes materiais e imateriais dos ambientes, naturais ou construídos pelo homem, fazem parte do Espírito do Lugar. Destacamos aqui um componente que também caracteriza o “espírito do lugar”, que são “as várias funções e vocações que, ao longo do tempo, se desenvolveram nos espaços definidos pelos seres humanos” (ICOMOS BRASIL, *Declaración de Foz do Iguaçu*, 2008, p.1 e 2, tradução nossa). O documento afirma a necessidade de se garantir a preservação de todos os componentes, que caracterizam o “Espírito do Lugar”, pois diversas são as ameaças que os afligem, dentre os quais, dois são importantes aqui destacar, pois estão relacionadas à utilização das edificações:

---

<sup>26</sup> Citada no Capítulo 1, item 1.3. LUGAR DE MEMÓRIA ARQUITETÔNICO: FONTE DE IDENTIDADE.

a) As pressões imobiliárias que, especialmente em áreas urbanas, ameaçam através da especulação do uso e exploração do solo, contra as áreas de interesse histórico e cultura, seus entornos, assim como seus valores essenciais.

b) A incorporação de usos incompatíveis com o caráter ou o significado tradicional dos sítios, incluindo o comércio informal. (ICOMOS BRASIL, *Declaración de Foz do Iguaçu*, 2008, p.3, tradução nossa)

O documento recomenda, também, que nos planejamentos urbanos seja incorporado o conceito de “Espírito do Lugar”, como forma de se preservar integralmente as paisagens, culturais e naturais, assim como áreas urbanas de valor histórico e/ou cultural. Para que isto ocorra é importante que a legislação urbana leve em conta o impacto que as ameaças podem causar no “espírito” destes “lugares”, devendo também reconhecer os valores e práticas sociais que compõem o “espírito”, além dos seus aspectos materiais.

A Carta de Quebec<sup>27</sup> de 2008, que também disserta a respeito do “*Spiritu Loci*” - espírito do lugar -, relaciona a preservação do espírito do lugar, a preservação dos valores tangíveis e intangíveis do patrimônio cultural. O documento define o espírito do lugar como os elementos intangíveis e os tangíveis, afirmando que são estes elementos, tanto físicos quanto espirituais, “que dão sentido, emoção e mistério ao lugar” (ICOMOS, 2008, p.2). O documento faz algumas recomendações visando contribuir para a preservação cultural do espírito do lugar. A primeira das recomendações é reconhecer que o espírito do lugar é composto por elementos tangíveis e intangíveis, e que deve ser considerado “em toda e qualquer legislação referente ao patrimônio cultural e em todos os projetos de conservação e restauro” (ICOMOS, 2008, p.3). Ressalta, também, a necessidade de uma perícia de equipes de pesquisa para melhor compreender, preservar e transmitir os espíritos do lugar.

---

<sup>27</sup> Citada no Capítulo 1, item 1.3. LUGAR DE MEMÓRIA ARQUITETÔNICO: FONTE DE IDENTIDADE.

## 2.4. A REUTILIZAÇÃO E A ANÁLISE DE SUAS VOCAÇÕES TIPOLÓGICAS DE USO

De acordo com Choay, a reutilização de uma edificação histórica é importante, porém é uma forma audaciosa e difícil da valorização do patrimônio arquitetônico e que “o monumento é assim poupado dos riscos do desuso para ser exposto ao desgaste e usurpações do uso: dar-lhe uma nova destinação é uma operação difícil e complexa [...]” (CHOAY, 2006, p. 219). Adaptar um edifício a um novo uso, ou adequar o uso atual às novas demanda da contemporaneidade é um problema que o patrimônio cultural enfrenta há muito tempo.

Já vimos, no decorrer da história das cidades ocidentais europeias<sup>28</sup>, que mudanças religiosas, políticas, sociais ou ideológicas de uma sociedade podem acarretar na perda da função original de edifícios e ocasionar na destruição dos mesmos. No Brasil isto não ocorreu de forma diferente, segundo Lyra (2005), a perda da função original de arquiteturas trouxe como consequência a destruição de muitos edifícios de valor histórico no país. Alguns usos tornaram-se inadequados, por exemplo, a localização urbana, como é o caso dos portos, quartéis e penitenciárias. O autor destaca a grande perda de exemplares de duas categorias: a arquitetura militar e a conventual. A perda da função das fortificações, arquitetura militar, ocorreu pelo desaparecimento dos motivos de sua existência (Ex.: Fig. 30 e 31). Na arquitetura conventual ocorreu um esvaziamento progressivo durante o século XX, as congregações, que antes eram numerosas, tiveram uma diminuição do seu quantitativo, o que tornou os conventos excessivamente grandes e custosos para o uso de poucos (Ex.: Fig. 32).

---

<sup>28</sup> Ver Item 2.1.1 O USO E A CONCEPÇÃO DO MONUMENTO HISTÓRICO, neste Capítulo.

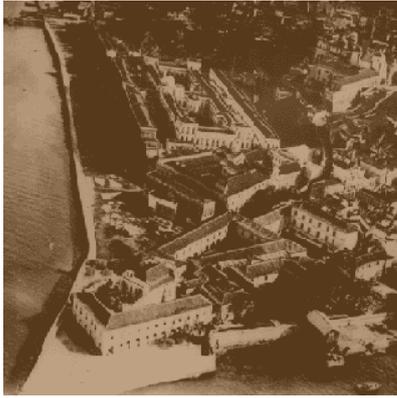


Fig. 30 – Foto de 1918 da Praia de Santa Luzia, no Rio de Janeiro, vendo-se o Arsenal de Guerra (destinado ao reparo de armas e fabricação munições) e Casa do Trem (destinada à guarda dos armamentos), construídos no séc. XVIII.



Fig. 31 – Antiga Casa do Trem e Arsenal de Guerra, que em ocasião da Exposição de 1922 (comemoração do centenário da Independência) foram reformados em conjunto e transformados em um dos Pavilhões para Exposição. Ainda em 1922 a edificação se tornou o Museu Histórico Nacional, utilização que permanece até hoje.



Fig. 32 – Antigo Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Salvador - BA, construção iniciada no séc. XVII. Teve seu uso alterado na década de 1970, quando a igreja se tornou museu e o convento passou a ser um hotel.

O advento industrial foi outro motivo de perda de função, ou inadequação da função, às novas necessidades da sociedade brasileira, que Lyra (2005) evidência. A era industrial foi marcada pela nova viabilidade construtiva e técnicas metalúrgicas que possibilitaram novas exigências programáticas. Além dos novos programas de uso que as sociedades exigiam (como estações ferroviárias, fábricas, etc.), a utilização do ferro nas construções também abrangeu os programas tradicionais (a habitação, a igreja, o comércio, etc.), substituindo as antigas técnicas construtivas estruturais tradicionais. Junto a essa mudança da tecnologia da construção, a sociedade também mudava seus hábitos graças à evolução no campo da saúde, que acarretou grandes mudanças programáticas, principalmente no campo da habitação e hospitalar. Um exemplo foi a necessidade de se atribuir um novo uso (Fig. 33) ao edifício

do antigo Hospício de Pedro II (Fig. 34), pela incapacidade de adequação das novas demandas hospitalares do século XX.



Fig. 33 – Foto do Hospício Nacional de Alienados (Hospício de Pedro II), construído entre 1842-1852, no bairro da Urca, Rio de Janeiro. No início do século XX o Hospício já demonstrava inadequação das instalações e excesso de pacientes. Foto de 1890 de Marc Ferrez.



Fig. 34 – Foto atual do antigo Hospício de Pedro II. Em 1944 todos os pacientes foram transferidos para a Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, e em 1953 as antigas instalações do hospício passaram a configurar o Palácio Universitário, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Apesar de alguns teóricos como John Ruskin e Max Dvořák terem dissertado, no final do século XIX e início do XX respectivamente, a respeito dos perigos da perda da herança arquitetônica em nome do “progresso” que traziam as “modernidades” e novas necessidades vindas do advento Industrial, percebemos que várias cidades no Brasil foram altamente transformadas em nome deste mesmo “progresso”, e a perda de parte do patrimônio cultural da nação foi grande e lastimável. Um exemplo de devastação foi o que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, com a remodelação urbana de intenção higienista e plástica, denominada “Embelezamento e Saneamento da Cidade”. Esta reforma, administrada pelo prefeito Francisco Pereira Passos, alterou profundamente a conformação urbana e arquitetônica do centro da cidade em razão de transformar a Capital do Brasil de acordo com a “modernidade” europeia do século que se iniciava, tentando simbolizar o “progresso” e renegando o passado de colônia portuguesa; sua inspiração principal era a *Belle Époque Parisiense*<sup>29</sup>, utilizando a arquitetura eclética para marcar este novo período da Capital carioca (PAVAN; RIBEIRO, 2011).

<sup>29</sup> Ruskin levantava – de forma irônica – a questão das sociedades “educadas” na época da revolução industrial, que destruíam antigas áreas históricas para construir novas edificações e avenidas, com o intuito de se parecer com a *Champs Elysées* de Paris (RUSKIN, In: BAUDELAIRE; RUSKIN, 2010, p. 240).

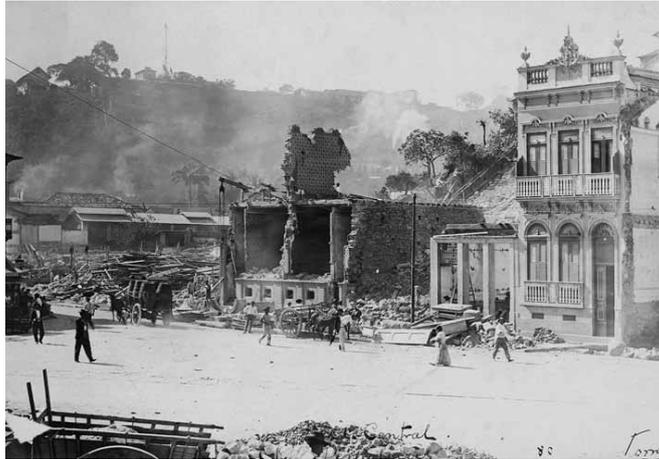


Fig. 35 – Edificações sendo demolidas em nome do “progresso” do início do século XX, 1904-1905.



Fig. 36 – A construção dos novos edifícios ecléticos da Avenida Central, 1905.

Alguns conjuntos urbanos conseguiram sobreviver a estas constantes transformações no Brasil, entretanto, o motivo inicial desta sobrevivência não foi o reconhecimento dos valores patrimoniais e culturais destas regiões, pelo contrário, a sobrevivência foi em decorrência da desvalorização do centro de diversas cidades brasileira, com exceção de algumas áreas “modernizadas” o restante do centro destas cidades era praticamente abandonado. Hoje, alguns destes conjuntos são tombados por instituição federal (IPHAN) ou estadual, ou simplesmente, preservados por legislação específica.

As novas necessidades de uso não pararam de surgir depois da revolução industrial. Na contemporaneidade as novidades são constantes em diversos campos: da construção, da computação, da engenharia, da comunicação, assim como outras diversas áreas que também afetam as necessidades cotidianas da vida do homem. As novidades crescem em tamanha velocidade

que equipamentos necessários à vida do homem hoje, logo estarão antiquados e novos surgirão para substituí-los. A característica efêmera das necessidades da vida do homem no século XXI faz com as novidades de equipamentos e tecnologias, consideradas essenciais para a comodidade da vida nas sociedades, sejam constantemente adaptadas às edificações históricas. E, assim, a necessidade de se adequar o uso dos antigos edifícios para a sua sobrevivência física e preservação, se tornou, muitas vezes, o motivo de sua destruição.

A destruição do patrimônio arquitetônico em nome do “progresso” das cidades ocorrido com o advento Industrial, que muito afligia Dvořák e Ruskin, hoje, aparentemente, ocorre com o nome de “revitalização” e “reutilização” de áreas e edifícios históricos de valor cultural, mas agora, pelas efêmeras necessidades e novidades tecnológicas, que apesar de muitas vezes não destruir completamente as edificações, as modificam em demasia. Um exemplo que demonstra as destruições sucessivas comandadas pelas efêmeras necessidades da sociedade, que se tornaram cada vez mais “momentâneas” a partir do advento industrial, é o que vem ocorrendo próximo à região da praça XV, onde está localizado o Elevado (viaduto) da Perimetral: o antigo Mercado Municipal (Fig.37), inaugurado por Francisco Pereira Passos em 1908 - como parte das obras de remodelação urbana da cidade -; na década de 1950, com a construção do Elevado da Perimetral, o mercado foi desmontado (Fig. 38) restando apenas um dos “torreões” (edificação onde funciona desde 1933 o restaurante Albamar). Hoje o viaduto (Fig. 39) está prestes a ser parcialmente destruído para a “revitalização” da área por ser considerado inadequado às novas necessidades do tráfego urbano da cidade do Rio de Janeiro.



Fig. 37 – Vista aérea do antigo mercado Municipal, antes da construção do Elevado da Perimetral.



Fig. 38 - Vista aérea do antigo Mercado Municipal cortado pela Av. Perimetral e já parcialmente desmontado.



Fig. 39 – Imagem atual do Elevado da Perimetral, condenado a demolição pelas novas necessidades da sociedade na contemporaneidade. No lado direito da imagem vemos o restaurante Albamar, torreão que conseguiu sobreviver à demolição do antigo mercado na década de 1950.

A existência de uma permissividade excessiva a questões turísticas e econômicas, percebidas em alguns documentos patrimoniais analisados nesta pesquisa, e também, às novas necessidades “essenciais” da vida contemporânea, que surgem e modificam a cada dia, podem destruir o patrimônio cultural de uma nação tanto quanto a sua demolição. Devemos lembrar que Dvořák (2008) evidenciava que as novas necessidades da contemporaneidade não são suficientes para satisfazer as necessidades espirituais do homem, por isso a necessidade de compreender as edificações patrimoniais como ‘Lugares de Memória’. Até que ponto, então, podemos modificar os edifícios patrimoniais em prol dessas novas necessidades da vida contemporânea, que não param de surgir e modificar?

Cada uso tem contido nele elementos do programa que, à luz de um velho conceito do século XIX, com justa certeza, pode implicar na definição do caráter da edificação. Entenda-se por caráter não aquela simples escolha de um estilo gótico para uma igreja ou um renascentista para tribunais. Não, o caráter de que falamos são os parâmetros estéticos e as funções que se integram ao edifício existente e que nele o distingue de outro.

É necessário, assim nos parece, que, ao termos presente o edifício, que irá mudar de uso, que confrontemos o uso antigo e o novo desejado para que aquelas duas características possam se integrar respectivamente. (MENEZES, 1998 apud LYRA, 2005, p. 184)

Lyra utiliza o texto supracitado de Menezes para dissertar a respeito do estudo das vocações tipológicas de uso das famílias arquitetônicas. Cada edificação possui um caráter, o que limita as suas possibilidades de novos usos, mas o estudo das famílias arquitetônicas e suas tipologias podem contribuir para a análise das vocações de uso de cada edifício em específico:

Assim como a tipologia arquitetônica resulta da função que a motivou, o que explica o fato de se diferenciarem externamente casas, igrejas, mercado e indústrias, pela sua expressão formal, é de se concluir que a função original marca definitivamente o edifício, conferindo-lhe um caráter. E nesse sentido, não seria razoável fazer de uma moradia uma fábrica, de um mercado um templo, porque as características de cada tipologia arquitetônica impregnam definitivamente seus exemplares. Cada edifício pertence, portanto, a uma família arquitetônica em que cada membro tem traços comuns que identificam uma linha vocacional. Além disso, cada edifício tem uma história própria e uma relação específica com a comunidade a que pertence, fatores que frequentemente, condicionam a escolha de uma nova função. (LYRA, 2005, p. 189).

Lyra disserta sobre estas famílias arquitetônicas, agrupando-as por algumas similaridades. A primeira “família” são as edificações “de grande densidade simbólica e de explícita intenção plástica” (LYRA, 2005, p.184). São aquelas edificações que já nasceram “monumentos”, independente do valor histórico e documental que lhe tenha sido agregado durante o tempo, como os palácios, igrejas e teatros. A finalidade original está marcada na arquitetura, o que torna este grupo mais resistente à renovação e adaptação. O autor destaca que, muitas vezes, a presença dos elementos artísticos da própria arquitetura – como as pinturas nas paredes - inibe mudanças de uso e inserções motivadas pela necessidade de conforto do usuário. Mas essa dificuldade de modificação

de uso não torna impossível a adaptação de um novo uso (Ex.: Fig. 40), mas eleva a dificuldade de adaptação.



Fig. 40 - Antigo Teatro *Gran Splendid* reutilizado para o uso de livraria, *El Ateneo*, Buenos Aires – Argentina.

A segunda “família” são os edifícios “concebidos sem maiores intenções plásticas, destinados a atender apenas às necessidades práticas” (LYRA, 2005, p.186 e 187). São as edificações que não nasceram “monumentos”, o reconhecimento do seu valor arquitetônico veio mais tarde, como os fortes, estações ferroviárias, armazéns, e etc.. Estas edificações são mais propícias à reutilização (Ex.: Fig. 41) e adaptação de uso, principalmente quando a sua função original (programa arquitetônico) não existe mais.

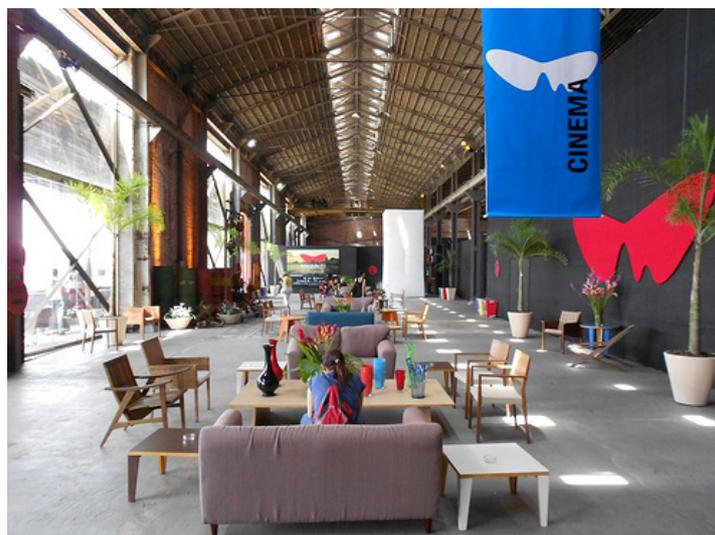


Fig. 41 – Reutilização do Armazém 6 da zona Portuária do Rio de Janeiro. O Armazém “da Utopia” recebe diversos eventos, como o Festival do Rio de Cinema que ocorreu em 2011.

A terceira “família” são as edificações que compõem os centros históricos - a maioria das construções - que não fazem parte dos dois primeiros grupos citados (obras artísticas e espaços puramente utilitários). Enquadram neste grupo a “moradia e comércio térreas ou assobradadas que compõem os exemplos urbanos da arquitetura vernacular brasileira, dotados de valores específicos [...]”. Estes valores citados por Lyra podem ser desde a forma de organização espacial, que ele define como “documentos materiais da história do cotidiano” e até mesmo a expressão plástica que são os “documentos materiais da história da ‘arquitetura sem arquiteto’” (LYRA, 2005, p.188 e 189).



Fig. 42 e 43 – Exemplos de edificações - “documentos materiais” - que compõem o centro histórico do Rio de Janeiro. Imagens atuais da Rua Buenos Aires (esq.) e da Rua do Lavradio (dir.).

Segundo Lima Carlos (2007, p. 94) os aspectos intangíveis “materializam-se na organização do edifício, determinando padrões tipológicos que se relacionam reciprocamente com o conjunto arquitetônico e o sítio urbano”. Percebemos, então, que as características internas de um edifício histórico e cultural são “documentos materiais”, mas também são fontes de aspectos imateriais da sociedade e do contexto (conjunto ou sítio) onde está inserido. Desta forma, o autor afirma que:

No caso das cidades e bairros históricos, existe uma estreita relação entre a dimensão edilícia e a urbana, entre os modelos habitacionais e a forma de ocupação, criando laços entre a *tipologia edilícia* e a *morfologia urbana*. Conclui-se assim que a conservação urbana deve se preocupar em viabilizar a evolução das relações entre forma (edificações, malha urbana) e conteúdo (aspectos sociais e culturais). (LIMA CARLOS, 2007, p. 94-95, grifo do autor)

Por estas razões as características internas das edificações devem ser respeitadas na sua reutilização. Kühl (2008) evidencia a necessidade de valorizar e revelar todas as partes do edifício, que são dados históricos, e que o interior e o exterior não são partes desconexas:

Preservar um edifício significa revelar e valorizar o todo e suas partes, que são intimamente conexos, respeitando os elementos que o compõem. São documentos que interessam às humanidades e às ciências naturais. No que concerne à arquitetura, o exame dos materiais empregados, da forma de compor, localizar, ornamentar e distribuir os ambientes, sua relação com o conjunto, possibilita a fruição da obra, o entendimento das técnicas construtivas, de suas várias fases até se chegar à configuração atual, entendendo-se os usos que se sucederam nos espaços. Se não se preserva o edifício como um todo, interior e exterior, que não são coisas desconexas, perde-se tudo isso. Destroem-se dados históricos relevantes e deixa-se a obra esvaziada de sua capacidade de funcionar como efetivo suporte material do conhecimento e da memória. (KÜHL, 2008, p. 217)

A compartimentação interna e seus percursos, as técnicas construtivas utilizadas, a ornamentação, enfim, todas as particularidades que conformaram a construção daquele edifício em específico de acordo com a sua função original, conferem-lhe um caráter. E devemos respeitar esse caráter analisando as vocações que o edifício possui para adaptação do uso atual, e principalmente, as possibilidades de lhe atribuir um novo uso adequado. O reconhecimento e o estudo das “famílias arquitetônicas” auxiliam a compreensão das “vocações de uso” do edifício, sem esquecer que cada edifício possui características próprias que também devem ser analisadas, pois não existe, nem pode existir, uma cartilha de novos usos que podem ser atribuídos para cada família arquitetônica.

Porém, as vocações de uso nem sempre são avaliadas nos casos de reutilização de edificações que não possuem tombamento individual, aquelas que são apenas preservadas por estarem inseridas em conjuntos urbanos históricos. Segundo Lima Carlos:

Observa-se que cidades e bairros históricos ocidentais - quando não deteriorados pelo isolamento - passaram a integrar **planos turísticos voltados à lucratividade das empresas que os conceberam. A conservação da memória, como instrumento de inserção social e de fortalecimento das**

**identidades coletivas de comunidades urbanas, passou a ocupar posição secundária. Fachadismo, gentrificação e museificação** são algumas das questionáveis consequências, materiais e imateriais, obtidas como resultado, em grande parte das iniciativas de conservação de bairros e cidades históricas no mundo, **especialmente no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro.** (LIMA CARLOS, 2007, p.95, grifo nosso)

Um exemplo de reutilização, onde percebemos que a “conservação da memória” ficou em “posição secundária” e a “vocação tipológica” do edifício não foi analisada, é o caso do edifício (Fig. 44) localizado na Rua do Ouvidor e inserido em área de proteção do Corredor Cultural do Rio de Janeiro. A padronização que exige a abertura de uma loja de departamentos tem exigências e demandas específicas de utilização: padrões arquitetônicos referentes à fachada, vitrine, layout, etc.. No que diz respeito ao layout, essas lojas necessitam geralmente de espaços amplos para acomodar as diversas seções de vendas, que não podem ser muito diferentes do padrão das outras filiais, pois descaracterizariam a “imagem”, ou o conceito, da rede. Não é difícil perceber que alguns edifícios históricos inseridos em áreas urbanas, geralmente os de pequenas dimensões, não possuem as vocações para este tipo de utilização, visto que as edificações eram frequentemente muito compartimentadas. Como é possível, então, adequar o uso de loja de departamentos, que necessita de espaços amplos, a um edifício histórico compartimentado?



Fig. 44 - Exemplo de uso inadequado à vocação tipológica do edifício: localizado na Rua do Ouvidor, nº 158, 160, 162, pertencente à área de proteção do Corredor Cultural.

A resposta, infelizmente, não está de acordo com uma verdadeira ação de preservação cultural: fachadismo. O transeunte ao percorrer esta loja de departamentos, não consegue perceber que está no interior de uma edificação histórica, pois todas as características internas do edifício, que estavam impregnadas de memória e história, foram apagadas. A única referência do transeunte de que esta edificação representa parte do nosso passado, ou representava, é a fachada, mas ao passar pela porta, sua memória se conecta com outras lembranças. O ‘Lugar de Memória’, que auxiliaria a nossa vinculação com o passado de nossa cidade, à nossa identidade cultural, foi apagado em nome da “modernização” e das necessidades contemporâneas. Estes novos usos, mesmo que inadequados, geralmente são aceitos com a intensão de “valorizar” a área, atraindo frequentadores e consumidores à região pela importância do nome da loja que está ali situada.

A escolha de um novo uso, ou a adaptação do uso atual, deve ser sempre compatível à edificação preservada e, para isso, os estudos das vocações tipológicas dos edifícios são imprescindíveis para sua verdadeira preservação cultural e patrimonial. O desenvolvimento do programa e do projeto de adaptação de uso deve sempre respeitar seus valores estéticos e históricos, seus aspectos físicos documentais, sua configuração espacial e física e suas várias estratificações ao longo do tempo. Esse respeito deve ser compreendido no estudo da vocação tipológica de uso daquele determinado edifício que se pretende modificar, ou adaptar, um uso. É importante lembrar que qualquer intervenção no patrimônio edificado - e isto inclui a adaptação de uso - deve ser considerada e analisada como uma intervenção de restauro, por isso a autenticidade, a mínima intervenção, a reversibilidade e a distinguibilidade, também são critérios de adaptação de uso.

Se não levarmos em conta estes princípios e teorias de preservação e restauração, e que os edifícios já reconhecidos como patrimônio cultural são ‘Lugares de Memória’ e ‘Documento/Monumento’ da nossa história, as ações em edificações do patrimônio serão constantemente ditadas por razões pragmáticas de uso, e assim, a memória e a história da sociedade estarão condenadas às efêmeras necessidades da vida contemporânea, e não restará legado algum às próximas gerações, apenas áreas ditas “históricas” e

“revitalizadas”. O que precisamos agora é voltar uma especial atenção a esses conjuntos urbanos históricos, pois, como Dvořák (2008, p. 89) afirma: “as coisas de menor importância geralmente demandam maior atenção do que as mais significativas”.



# Capítulo 3

---

**ÁREA DE ANÁLISE:  
OS LUGARES DE MEMÓRIA DA  
RUA DO OUVIDOR E ADJACÊNCIAS**

O quarteirão da **Rua do Ouvidor** que fica entre as Ruas de **Gonçalves Dias** e, antiga da Vala, hoje da Uruguaiana, **não me lembra casas célebres**, nem fatos que não sejam da atualidade. O futuro continuador das *Memórias da Rua do Ouvidor* (na hipótese de que ela venha a tê-lo) terá muito que escrever sobre este quarteirão que deixo sem *nota*, e que desde três *lustros*<sup>31</sup> tanto *lustre* tem adquirido, e que de tantas *notas* pode ser objeto. (MACEDO, 1878<sup>32</sup>, p. 109-110, grifo nosso)

Esse trecho do livro “Memórias da Rua do Ouvidor”, de Joaquim Manoel de Macedo, contribuiu para a definição de nossa área de análise. Macedo (1878) refere-se a um cruzamento de ruas no centro da cidade do Rio de Janeiro que em 1878 estava em fase de “lustre” desenvolvimento fazia 15 anos. O Escritor e historiador Luiz Edmundo escreveu em 1938 o livro “O Rio de Janeiro de meu tempo”, no qual ele descreve, a partir de suas memórias vividas, a cidade no início do Século XX, e no capítulo dedicado a Rua do Ouvidor, ele afirma: “O **coração da cidade** fica no sítio em que se encontram e cruzam as **Ruas do Ouvidor** e de **Gonçalves Dias**.” (1938, p. 309, grifo nosso). Qual foi, então, o desenvolvimento desta área neste mais de um século de história? Desta forma, a área escolhida para a pesquisa foi precisamente esta (Fig. 45) que Macedo acreditava que “um futuro continuador das *Memórias da Rua do Ouvidor*” pudesse prosseguir com a pesquisa, e que Edmundo afirmava ser, no início século XX, “o coração da cidade”.



Fig. 45 – O cruzamento das Ruas Gonçalves Dias e do Ouvidor, 2011.

<sup>31</sup> Período de cinco anos, quinquênio.

<sup>32</sup> Ano da primeira publicação do livro, texto transcrito pela Biblioteca Virtual de Literatura e retirado do site <http://www.dominiopublico.gov.br>.



crescente número de *Shoppings Centers*<sup>34</sup> na cidade, que afetou negativamente o comércio de rua das cidades brasileiras a partir da década de 1960<sup>35</sup>, algumas áreas do centro da cidade do Rio de Janeiro conseguiram permanecer com esta utilização, como a região do SAARA, com um comércio popular voltado para a venda de produtos por atacado e varejo, e o entorno da Rua Frei Caneca, com o comércio voltado para a venda de materiais de construção. A área escolhida para esta pesquisa também conseguiu permanecer com essa característica de comércio de rua, mas é também lugar de passeio, de trabalho, de almoço, de turismo... O que diferencia esta região é que ela agrega pessoas de diferentes classes sociais e alguns estabelecimentos comerciais da área são reconhecidos como tradicionais da cidade há muito tempo. Estas Ruas guardam muitas memórias, histórias e estórias, que iremos expor no decorrer deste capítulo.

Porém, iniciaremos este capítulo com um pequeno estudo do desenvolvimento urbano e arquitetônico da região central do Rio de Janeiro (com foco nas renovações urbanas que ocorreram no decorrer do século XX), visando compreender como foi o desenvolvimento da nossa área, e seguiremos com o estudo da política de preservação do Corredor Cultural, visando analisar a legislação vigente de preservação da nossa área de estudo, para, então, seguirmos para o reconhecimento e análise da área.

---

<sup>34</sup> Edificação que contém diversos tipos de estabelecimentos comerciais e de serviços – um centro comercial - caracterizado por ser um local fechado em relação à cidade.

<sup>35</sup> O *Shopping Iguatemi*, considerado o primeiro *Shopping Center* do Brasil, foi inaugurado em 1966 na cidade de São Paulo (BIENENSTEIN, 2009, p. 4). Na cidade do Rio de Janeiro, apesar de não ser considerado o primeiro do Brasil, foi inaugurado em 1963 o *Shopping* do Méier.

### **3.1. SÉCULO XX: DA BELLE ÉPOQUE À DECADÊNCIA E O ESQUECIMENTO DAS ÁREAS HISTÓRICAS CENTRAIS DO RIO DE JANEIRO**

#### **3.1.1. ANTECEDENTES**

Até o início do século XIX o Rio de Janeiro era uma cidade ainda com características coloniais, limitada pelos morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição (Fig. 47). No decorrer deste século, porém, a cidade sofre modificações substanciais em sua aparência e conteúdo. A vinda da Família Real portuguesa em 1808 impõe à cidade uma classe social até então praticamente inexistente, acarretando novas necessidades materiais que atendessem aos anseios dessa classe, e contribuindo para o desempenho das atividades econômicas e políticas que a cidade começou a exercer (ABREU, 2006). Estas modificações sociais na cidade se refletiram no seu espaço urbano, modificando a infraestrutura da cidade, mas não o suficiente para atender a demanda de uma capital. A cidade do Rio de Janeiro foi capital do Brasil a partir de 1763<sup>36</sup>, e com a vinda da família Real foi nomeada sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (entre 1815 e 1821). Após a independência (1822) permaneceu como capital do Império do Brasil, sendo governada por um dos ramos da família de Bragança, de Portugal (conhecida como a família imperial brasileira) até 1889, quando foi proclamada a República do Brasil.

---

<sup>36</sup> A cidade do Rio de Janeiro deixou de ser a capital do Brasil em 1960, com a transferência da capital para a cidade de Brasília.



Fig. 47 – Limitação urbana da cidade, no início do século XIX, entre os quatro morros. Planta da cidade do Rio de Janeiro, 1817.

A partir da segunda metade do século XIX os governantes portugueses tinham a ideia de formular uma ação urbanística para a cidade, a fim de solucionar os problemas de circulação e, principalmente, saneamento. Diversos planos foram formulados para ordenar a ocupação do solo urbano da capital, porém, apesar das tentativas durante o Governo Imperial não houve um real interesse em investir grandes capitais em áreas urbanas da cidade (ABREU, 2006).

Segundo Fonseca (2008), as principais funções de serviço e comércio eram concentradas no centro da cidade do Rio de Janeiro, contribuindo na concentração de ofertas de empregos nesta região da cidade. Pelo sistema de transporte ser precário e insuficiente, era necessário que os trabalhadores dessa área central residissem na mesma região, o que colaborava no alto número de cortiços e, também, no adensamento de habitações nos morros, como no morro do Castelo (Fig. 48) e de Santo Antônio. Essas habitações, geralmente, eram muito insalubres o que contribuía para as inúmeras epidemias que assolavam a cidade (Fig. 49).

Com a Proclamação da República Brasileira (15 de novembro de 1889), a capital – e é claro, o país – deixou de ser governada pela família real de origem portuguesa, cortando o que restava de vínculo político com Portugal. A República trouxe o imperativo de se estabelecer a “Ordem” com vistas ao “Progresso”, e para que isso ocorresse, os governantes da época acreditavam que era preciso que a capital simbolizasse a importância do país no contexto internacional, o que não condizia com a insalubridade e os problemas de infraestrutura e circulação da cidade. A partir desse momento algumas ações de combate à insalubridade passaram a ser tomadas (Fig. 50).



Fig. 48 - O morro do Castelo densamente habitado. Foto de Marc Ferrez, 1890.



Fig. 49 - “O ano de 1891 não nos pode deixar muitas saudades. Ele dizimou a população da nossa capital com a terrível febre amarela.” Revista Ilustrada, dezembro de 1891.



Fig. 50 – Revista Ilustrada de 1893, referindo-se a demolição do cortiço “Cabeça de Porco”, um dos maiores e mais insalubres cortiços da época. Uma tentativa do prefeito Barata Ribeiro de combater a insalubridade.

Porém, as pequenas ações, como as demolições de cortiços (Fig. 50), não eram o suficiente, era preciso criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo. A importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não se enquadrava com a existência de uma área central ainda com características coloniais. Em nome de interesses econômicos e político-

ideológicos, era preciso a integração cada vez maior do país no contexto capitalista internacional, e para isso o país necessitava de uma nova organização do espaço, condizente com esse novo momento de organização social. Tornou-se, então, essencial para o “Progresso” apagar toda e qualquer lembrança do período colonial - e também Imperial -, com o auxílio de programas de renovação urbana. Assim, durante o governo de Rodrigues Alves (1903-1907), foi implantada a primeira reforma modernizadora - de muitas que ocorreram no decorrer do século XX - que modificou radicalmente a Capital da República dos Estados Unidos do Brasil.

### 3.1.2. A REFORMA DE PEREIRA PASSOS E A *BELLE ÉPOQUE* CARIOCA

A primeira década do século XX representa o período das grandes transformações motivadas pela necessidade de adequar a forma urbana às demandas do novo país republicano. O presidente Rodrigues Alves indicou para o cargo de prefeito do Distrito Federal o engenheiro Francisco Pereira Passos, que comandou a maior transformação ocorrida na cidade até então. Pereira Passos forneceu o apoio logístico necessário às obras que pretendia realizar, as quais foram discriminadas na mensagem encaminhada à Câmara em 1º de setembro de 1903 sob o título “Embelezamento e Saneamento da Cidade”. Esta reforma ocorreu não somente por razões higiênicas e estéticas, usadas para justificar a demolição do tecido urbano existente, mas principalmente pelo interesse de se fazer uma reforma na “fachada” da cidade, com o intuito de “europeizar” a capital do país, demonstrando o “progresso” e o “desenvolvimento”, que eram muito defendidos na primeira República.

Os planos de reurbanização apresentados inspiravam-se na reforma de Paris, realizada pelo barão Georges Eugène Haussmann, na época do imperador Napoleão III (entre 1850 e 1860). Diversas intervenções ocorreram em toda a cidade do Rio de Janeiro: a reforma do cais do porto; o alargamento (Fig. 51 e 52) e reforma de ruas<sup>37</sup> e avenidas; a criação e reforma de praças; desmonte do morro do Senado e de parte do Morro do Castelo (Fig. 53); e a obra com maior visibilidade foi, sem dúvidas, a abertura da Avenida Central, atual

<sup>37</sup> Alguns exemplos ocorridos em nossa área de análise: Rua da Carioca, Rua Uruguaiana e Rua Sete de Setembro.

Avenida Rio Branco, que permanece, até os dias atuais, como a principal via de negócios da cidade.

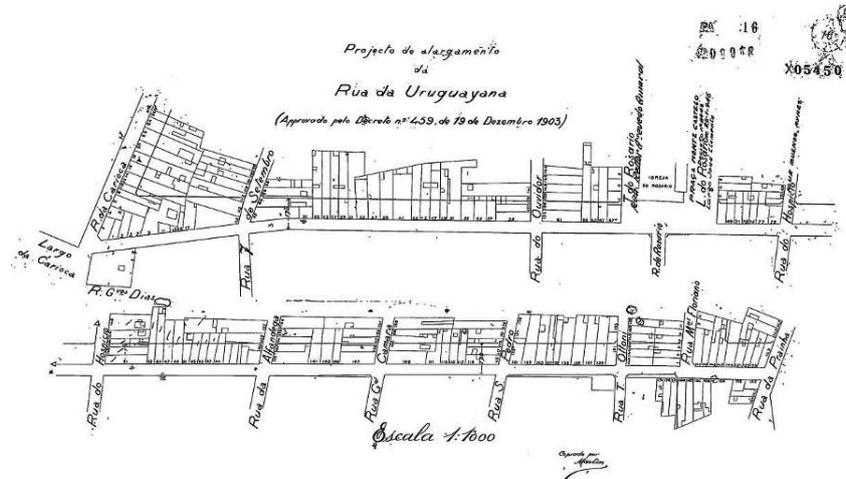


Fig. 51 – Planta do projeto de Alargamento da Rua Uruguiana (Uruguayana), 1903.



Fig. 52 – Obras e demolições para o alargamento da Rua Uruguiana, 1905.



Fig. 53 - Desmorte de parte do Morro do Castelo, próximo a ladeira do seminário. 1904.

A reforma modificou radicalmente a configuração urbana da cidade, modificando conseqüentemente a circulação de pessoas, veículos e mercadorias nas vias urbanas, gerando novas formas de ocupação e uso do espaço público. Somente para a abertura da Avenida Central foram demolidos mais de 590 prédios (Fig. 54 e 56), obra que ficou conhecida como “bota-baixo” (Fig. 55).

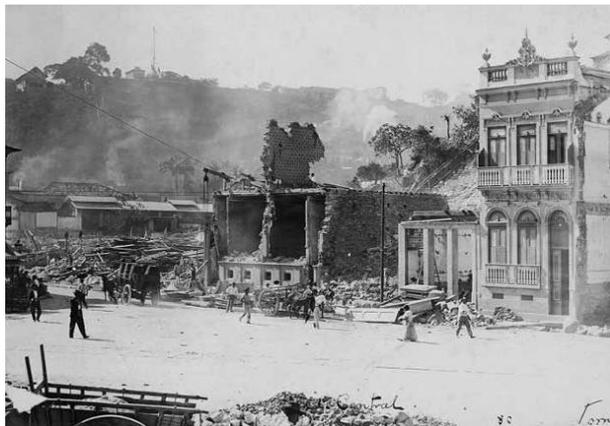


Fig. 54 - Edifícios demolidos em nome do “progresso” para a abertura da Avenida Central, 1904. Fonte: KOK, 2005, p. 57.

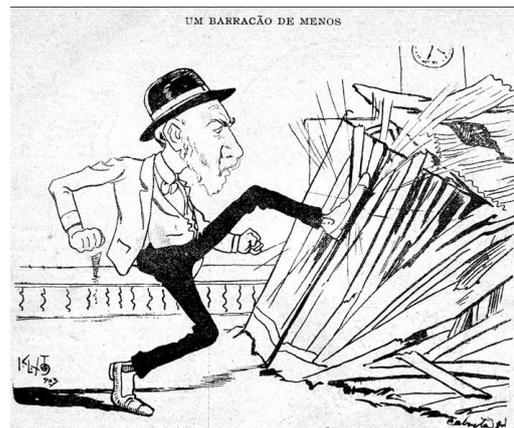


Fig. 55 – “A fúria demolidora nos planos de remodelação urbana do prefeito Pereira Passos. Um barracão de menos. O Malho, 31.3.1903.”



Fig. 56 - Rua dos Ourives, atual Rua Miguel Couto. Uma das edificações de nossa área de análise demolida para a abertura da Avenida. Detalhe para a placa da loja: “Desapropriação para a Avenida Central, Terminante Liquidação”.

Grande parte da população que morava nestes edifícios demolidos foi forçada a morar com outras famílias, a pagar aluguéis altos ou mudar-se para os subúrbios, já que pouquíssimas foram as habitações populares construídas pelo Estado em substituição às que foram destruídas. A ocupação habitacional nos morros situados no centro da cidade teve um aumento significativo,

contribuindo para o crescimento de uma forma de habitação popular que marcou a feição da cidade no século XX: a favela.

A configuração da antiga cidade colonial, com suas ruas estreitas, foi radicalmente 'recortada' com a abertura das novas e largas avenidas, constituídas em quase totalidade de novas edificações ecléticas, a cidade passou a ganhar 'ares' de cidade europeia. A Avenida Central (Fig. 57 e 58), por exemplo, se tornou um divisor do centro da cidade, ela era moderna no meio de uma região com antigas tipologias, e deveria assim, exercer sobre as ruas do centro uma modernidade que iria aos poucos se expandindo.

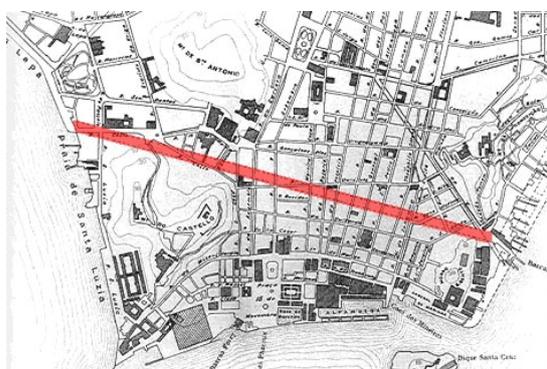


Fig. 57 - Proposta de Abertura da Avenida Central, ligando a Praça Ferreira Viana ao novo porto da Cidade.

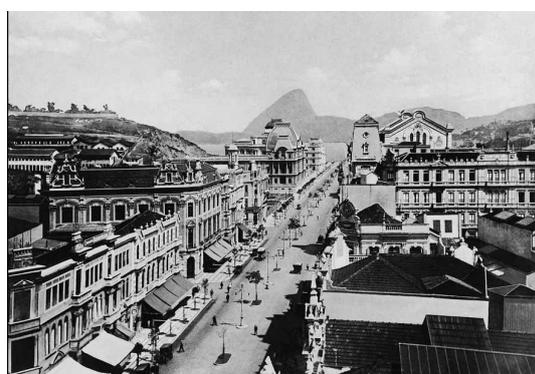


Fig. 58 – Avenida Central já concluída, vista para a Avenida Beira Mar, 1910. Foto de Marc Ferrez.

Em consequência de todas as modificações ocorridas na cidade, a reforma urbana modificou muitos os hábitos dos moradores da cidade, sobretudo quanto ao uso do espaço público. Enquanto boa parte da população pobre precisou refazer sua vida nos subúrbios e morros da cidade, as elites – agora moldadas pelos costumes franceses – passaram a frequentar intensamente as ruas do centro da cidade. As lojas de artigos importados (Fig. 59), os modernos restaurantes, os cafés, as confeitarias, as livrarias e todo o *glamour* que a cidade agora apresentava, trouxeram os costumes europeus para a capital do país. Os inúmeros cafés que surgiram, como o Café Paris (Largo da Carioca), o Café Globo e o Café do Rio (ambos na Rua do Ouvidor), tornaram-se pontos de encontro de intelectuais, estudantes, políticos, jornalistas, artistas, advogados e demais profissionais liberais. Com a invenção do cinematógrafo, pelos irmãos Lumière em 1895, o Brasil teve sua primeira apresentação em 8 de junho de 1896 no Rio de Janeiro, na rua do Ouvidor nº 57, e com a reforma

urbana da cidade, pouco demorou para que a cidade fosse ‘invadida’ por diversos cinematógrafos (Fig. 60). As numerosas opções de lazer, e a inauguração da iluminação elétrica na cidade (Fig. 61), estimularam no carioca o hábito da vida noturna.



Fig. 59 – Passeio na nova Avenida, apreciando a vitrine da nova filial da loja Parc Royal, 1906. Foto de Augusto Malta.



Fig. 60- O cinema Pathé na Avenida Central, 1915. Foto de Marc Ferrez.



Fig. 61 – Vista noturna na Avenida Central.

Inúmeros prédios de grande beleza arquitetônica foram surgindo na cidade, e os mais notáveis, sem dúvida, ao longo da Avenida Central, como por exemplo, os já demolidos: Edifício Indústria e Comércio (sede do Jornal do Comércio), o Hotel Avenida (que no térreo funcionava uma estação de bondes que conectava a zona sul ao centro), o Palace Hotel (que pertencia a família Guinle). E os ainda existentes: Teatro Municipal, Biblioteca Nacional, Museu Nacional de Belas Artes (antiga Escola de Belas Artes), Edifício Sede do IPHAN (antiga Docas), Clube Naval, entre outros. Estas novas edificações da

Avenida Central, que trouxeram novas opções de compras e lazer, não deslocaram o alto fluxo de pessoas da antiga Rua do Ouvidor, que era a principal Rua de compras da cidade antes da reforma, pelo contrário, a Avenida Central exerceu uma influência de modernidade sobre as ruas do centro contribuindo para o desenvolvimento e o *glamour* da Rua do Ouvidor e do seu entorno, como podemos perceber nesse trecho a seguir do livro “Impressões do Brasil no Século Vinte” do inglês Reginald Lloyd (1913), que relata sobre diversos estabelecimentos comerciais importantes da cidade no início do século XX:

[Casa Colombo<sup>38</sup>] Uma das fachadas (...) dá para a Rua do Ouvidor, outrora a principal artéria da cidade e ainda hoje ocupada por importantíssimas casas de negócio. A outra (...) dá para a Avenida Rio Branco [antiga Avenida Central], cujo renome já transpôs os limites do país e constitui objeto da curiosidade dos estrangeiros. Fica, pois, a Casa Colombo num dos quatro ângulos formados por aquelas duas artérias rivais, comercialmente falando. (LLOYD, 1913)

A Reforma de Passos, segundo Abreu (2006), foi a primeira intervenção direta do Estado sobre o urbano da cidade do Rio de Janeiro, modificando o padrão de evolução urbana que se seguiu no decorrer do século XX. Desta forma, a primeira reforma urbana do século XX marcou o início da *Belle Époque* carioca - período que se estendeu até a exposição de 1922 -, e também o início de uma sucessão de modificações e reformulações na malha urbana carioca, que culminaram no abandono e esvaziamento do centro da cidade.

### 3.1.3. O PERCURSO DA DESVALORIZAÇÃO DAS ÁREAS CENTRAIS HISTÓRICAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Nas três primeiras décadas do século XX o desenvolvimento da forma urbana da cidade foi um reflexo, de acordo com Abreu (2006), das contradições do sistema político-econômico do país na época. O governo de um lado, atuando na esfera de consumo – representando as classes dominantes -, incentivando a renovação urbana da área central e da zona sul da cidade, e principalmente o capital imobiliário; e as indústrias do outro lado - sem o apoio do Estado -, que

---

<sup>38</sup> Loja de departamento de vestuário e artigos de luxo.

se multiplicavam na direção do subúrbio carioca e contribuíam na geração de empregos e na infraestrutura destas regiões. Assim, após a reforma urbana da administração de Pereira Passos (1902-1906), seguiram-se, nas três primeiras décadas do século XX, as reformas de André Gustavo Paulo de Frontin<sup>39</sup> (1919), de Carlos César de Oliveira Sampaio (1920-1922) e Antônio Prado Júnior (1926-1930), intervindo, todos, somente nas áreas nobres da cidade.

A admiração de Carlos Sampaio teve como principal meta preparar a cidade para as comemorações do 1º Centenário da Independência do Brasil, que para a celebração foi realizada uma Exposição Internacional. A principal ação do governo de Sampaio foi o desmonte do Morro do Castelo - o berço da cidade-, com a intenção de “arejar” a área central, e também em nome da “higiene” e da estética do centro da cidade.

Na administração seguinte, de Alair Prata Leme Soares (1922-1926), em decorrência das dívidas contraídas na gestão anterior de Sampaio, nenhum programa de obra foi executado, cancelando inclusive as que estavam ocorrendo. Modificação importante desta administração foi o novo código de obras que previa a chegada da tecnologia do concreto armado no mercado, que possibilitou a construção de edificações de mais de seis andares, os primeiros “arranha-céus”, alterando a paisagem do centro da cidade, como o exemplo do “Quarteirão Serrador”. O espanhol Francisco Serrador fundou, junto com empresários brasileiros, a Companhia Brasil Cinematográfica, e comprou o terreno que antes abrigava o antigo convento da Ajuda, localizado em um dos extremos da Avenida Central, já denominada de Avenida Rio Branco (desde 1912). Seu projeto tornou-se realidade a partir de 1925<sup>40</sup>: a Praça Floriano (Fig. 62) e seus arredores se destacaram no cenário como o centro das grandes salas de cinema (Fig. 63). Foram considerados os primeiros “arranha-céus” da cidade, e a partir da década de 1930 a área ganha o nome popular de Praça Cinelândia.

---

<sup>39</sup> O prefeito Paulo de Frontin, nos seus seis meses de administrador do Distrito Federal, atuou principalmente na Zona Sul, abrindo Avenidas (como a Delfim Moreira), e em partes da Zona Norte da cidade, nos bairros da classe média burguesa (Tijuca, Andaraí, Rio Comprido).

<sup>40</sup> Entre 1925 e 1928 foram inaugurados os edifícios Capitólio, Glória, Império, e o até hoje famoso Odeon. Edifícios de uso misto com amplos cinematógrafos e cine-teatros de luxo no térreo, na chamada Praça dos cinemas ou “Quarteirão Serrador”. (PAVAN; RIBEIRO, 2010).



Fig.62- Vista da concentração dos primeiros edifícios “arranha-céus” da cidade (da esq. para dir.): Odeon, Império (hoje demolido), Heydenreich, Glória, Natal, Capitólio (hoje demolido) e Fontes. Década de 1930.



Fig. 63 – Aglomeração de pessoas nas portas dos cinemas vizinhos Pathé Palácio (Edifício Natal) e Capitólio na Praça Floriano Peixoto, Cinelândia, 1932.

No período da administração de Prado Júnior, visando controlar a expansão da urbe, a prefeitura contrata o arquiteto e urbanista francês Alfred Agache para formular um plano urbanístico, cuja característica principal era, segundo Abreu (2006, p. 143), “a oficialização da separação das classes sociais no espaço: ricos de um lado; pobres para o outro”. O plano Agache, concluído em 1930, não foi executado, pois, com a Revolução de 1930 e Prado Júnior destituído do cargo de prefeito, o plano foi “visto com extrema desconfiança por um governo que pretendia ‘revogar tudo que proviesse da Velha República [...]’” (ABREU, 2006, p. 86).

Nas três décadas que se seguiram (1930-64), segundo Abreu (2006), o crescimento “tentacular” da cidade aumentou a distância entre o lugar de trabalho e a residência da população, principalmente da população mais pobre, o que não influenciou na melhoria do transporte coletivo de massa. O aumento da densidade populacional da zona sul passou a exigir uma solução urbanística para o “problema viário”. Na administração de Henrique Dodsworth (1937-1945), foi aprovado o plano de abertura da Avenida Presidente Vargas (Fig. 64 e 65), no início da década de 1940, que expulsou mais uma vez a população pobre da área central com a derrubada de diversos casarios. A Avenida trouxe outra modificação na paisagem urbana do centro da cidade, com a aprovação de edificações de até 22 pavimentos em trechos da Avenida.



Fig. 64 e 65 - Antes e depois das demolições na década de 1940 para a abertura da Avenida Presidente Vargas.

A partir da década de 1950, a “febre viária” modificou ainda mais a forma urbana da cidade do Rio de Janeiro, ‘rasgando’ a antiga malha urbana, privilegiando o transporte individual. No centro da cidade a principal modificação foi a abertura da Avenida República do Chile, em lugar onde antes se encontrava o Morro de Santo Antônio<sup>41</sup>. A Avenida foi projetada visando somente à melhoria do trânsito de veículos do centro, principalmente do transporte individual, e muito difere das antigas ruas - e até mesmo de avenidas mais recentes como a Presidente Vargas<sup>42</sup> -, com sua área para pedestre pouco - ou até mesmo nada – acolhedora, atrativa e prazerosa de se percorrer, diferente do resto da malha urbana que ainda sobrevivia no centro da cidade. Desta forma, percebemos que a circulação de pedestres na Avenida Republica do Chile é bastante limitada, e que poucas pessoas se ‘aventuram’ a transitar a pé por esta avenida (Fig. 65).

<sup>41</sup> Restou apenas uma parte para a sobrevivência do Convento de Santo Antônio.

<sup>42</sup> A regulamentação das novas edificações na Avenida Presidente Vargas delimitava que todos os edifícios deveriam ter uma galeria térrea para pedestres.



Fig. 66 - Avenida República do Chile, onde antes se encontrava o Morro de Santo Antônio. Larga avenida privilegiando o trânsito de veículos, e pouco, ou nenhum, conforto e atrativo para os pedestres.

Em 1967, foi assinada pelo Governador Negrão de Lima uma lei que definia a Zona central da cidade adequada para os usos comercial, de serviço, educacional e recreacional, sendo o uso residencial apenas tolerado, e em 1976 um novo regulamento de zoneamento proibiu a moradia em grande parte da região do centro (Decreto 322/76), contribuindo para o abandono e esvaziamento do centro da cidade após o horário comercial, e também nos fins de semana. A moradia na região central somente voltou a ser permitida em 1994 (Lei 2236/94).

As reformas urbanas que ocorreram no decorrer do século XX na área central da cidade do Rio de Janeiro fizeram com que muitas das antigas tipologias arquitetônicas fossem extintas e, também, que a conformação da malha urbana histórica fosse altamente modificada e, em muitas áreas, totalmente apagadas, como a demolição dos morros do Castelo e Santo Antônio, e a destruição de grandes áreas já consolidadas para a abertura de novas e largas avenidas e ruas, como a abertura da Avenida Central e da Avenida Presidente Vargas. O centro da cidade foi por diversas vezes ‘rasgado’ para atender às novas demandas do tráfego automobilístico, e as áreas históricas que escapavam da destruição não tiveram o devido reconhecimento pelos administradores da cidade. Somente alguns exemplares arquitetônicos excepcionais – monumentos - eram protegidos de forma individual (pelo IPHAN a partir de

1937 e pelo INEPAC<sup>43</sup> a partir de 1964)<sup>44</sup>. Percebemos, pela história do decorrer do século XX, que os conjuntos urbanos históricos foram totalmente desvalorizados, e as áreas que conseguiam sobreviver as constantes reformas enfrentaram um processo de degradação, desvalorização e abandono. A paisagem urbana e arquitetônica do centro foi completamente modificada com o aparecimento, cada vez mais constante, de novas edificações – com o sacrifício de outras mais antigas - com seus gabaritos aumentando a cada nova tecnologia que surgia no decorrer das décadas.

A Reforma urbana de Pereira Passos, na primeira década do século XX, modificou a configuração urbana e arquitetônica de nossa área de análise, como o alargamento e reforma das Ruas Uruguaiana, Sete de Setembro e da Carioca, e conseqüentemente com diversos edifícios demolidos e novos construídos, caracterizando a região com diversas edificações ecléticas. A Abertura da Avenida Central seccionou algumas ruas, tornando-se um divisor em uma região antes homogênea. A Rua do Ouvidor, a Rua do Rosário, a Rua Miguel Couto<sup>45</sup> (antiga dos Ourives) e a Sete de Setembro são exemplos na nossa área de estudo em que isso ocorreu, estas Ruas, após a reforma, foram divididas, conformando lados distintos de uma mesma rua. Porém, as constantes reformulações urbanas que ocorreram nas décadas que se seguiram na região central pouco modificaram a nossa área de estudo, mesmo com a abertura da Avenida Presidente Vargas e da Avenida República do Chile - próximas à área de análise-, e a constante substituição dos antigos edifícios ecléticos originais da Avenida Central por edificações cada vez mais altas. Percebemos que essas novas Avenidas foram, no decorrer do século, ‘contaminando’ seu entorno (Fig. 67 e 68) com novas edificações altas e modernas, mas a área de análise pouco se ‘contaminou’, permanecendo com muitas das suas características arquitetônicas da *belle époque* – da reforma de Passos -, tornando-se uma das áreas históricas da cidade que conseguiu sobreviver as constantes reformulações urbanas do século XX. As áreas

---

<sup>43</sup> O INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - era o antigo DPHA - Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, criado em 1964 e denominado de INEPAC a partir de 1974.

<sup>44</sup> Na esfera Municipal somente a partir de 1986 foi criado o DGPC - Departamento Geral de Patrimônio Cultural -, atualmente denominado de Subsecretaria do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design (SUBPC).

<sup>45</sup> O outro lado da antiga Rua dos Ourives, atualmente denomina-se Rua Rodrigo Silva.

históricas remanescentes, como a nossa, passaram a ter a relação com o entorno completamente modificada, e não eram devidamente valorizadas e reconhecidas como documentos da história e Lugares de Memória. Porém, no final da década de 1970, o panorama da preservação patrimonial do centro da cidade do Rio de Janeiro começou a mudar.

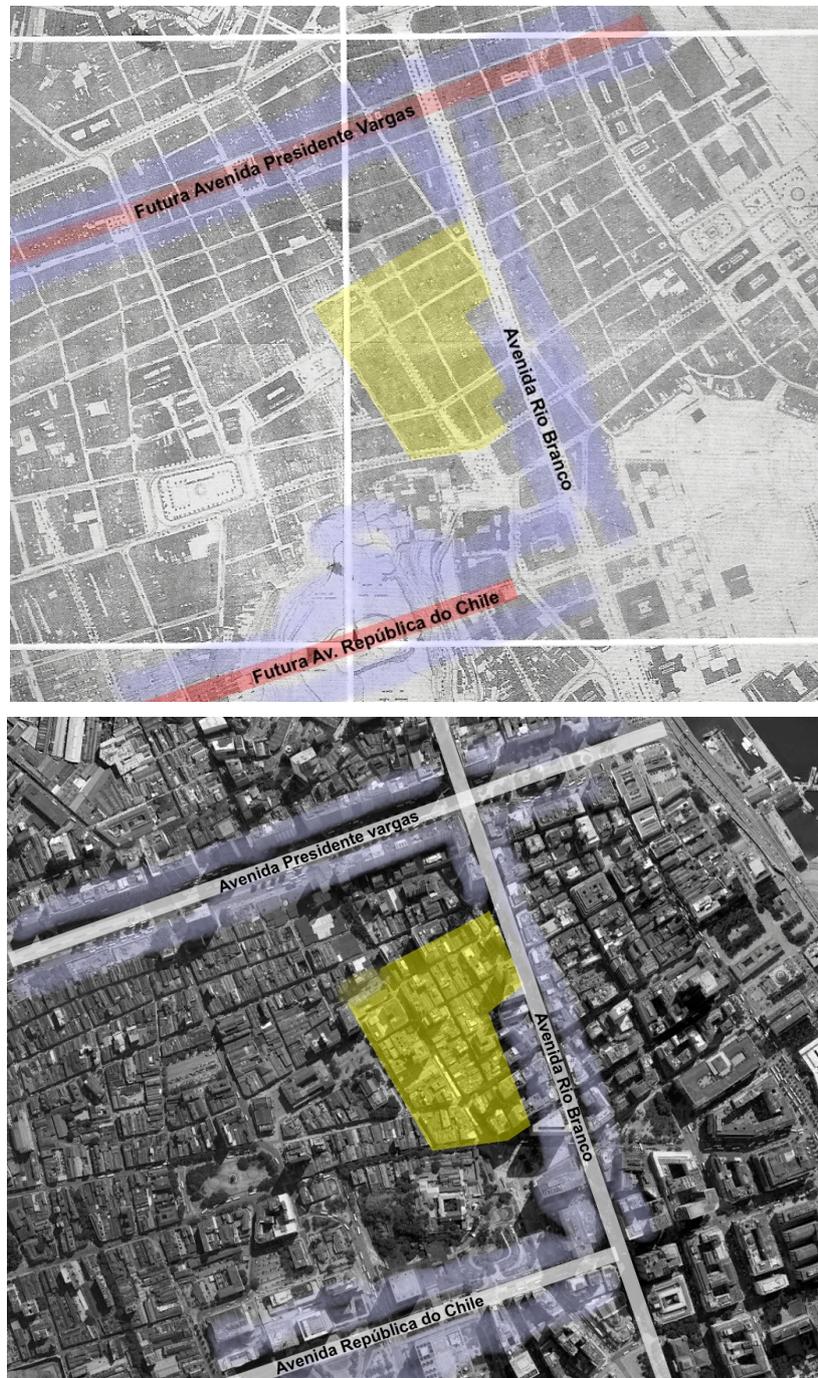


Fig. 67 e 68 – Comparação do traçado urbano da área de análise e de seu entorno, em 1935 e atualmente, respectivamente. Em azul as áreas que foram 'contaminadas' por novos edifícios em decorrência da abertura das largas avenidas. Em amarelo a área de análise.

### 3.2. A PROPOSTA DO CORREDOR CULTURAL DO RIO DE JANEIRO E SUA LEGISLAÇÃO

Os conjuntos arquitetônicos históricos da cidade do Rio de Janeiro passaram por décadas de desvalorização e abandono, até que em 1979 a prefeitura insere na cidade uma nova política de preservação: o Projeto Corredor Cultural. Segundo Augusto Ivan Pinheiro<sup>46</sup> (2002b) a iniciativa da prefeitura de proteger os conjuntos arquitetônicos históricos e culturais da cidade ocorreu em um cenário que se acreditava que “a antiga capital não guardava mais nenhum patrimônio, além do que já havia sido tombado pelos órgãos federal [IPHAN] e estadual [INEPAC]”, e “o que existia eram apenas casas velhas e sem interesse, fadadas à demolição e ao desaparecimento”.

A permissividade da legislação municipal permitia a construção de edificações com altos gabaritos em toda região central da cidade, e, segundo Pinheiro (2002b), no final da década de 1970 podia-se perceber a insatisfação de algumas pessoas - principalmente de associações de moradores e comerciantes que foram sendo criadas – em relação ao destino dos espaços e da paisagem urbana da cidade com as sucessivas descaracterizações do centro.

O descontentamento com a lenta, mas persistente, destruição da memória da cidade já continha o germe de uma visão mais abrangente do patrimônio: a preocupação com a destruição do ambiente em que as pessoas viviam, com as referências nas quais elas se reconheciam, com a forma como elas se guiavam e se relacionavam dentro da e com a cidade. [...] Não se lutava tanto pela qualidade da arquitetura, mas muito mais pelas referências de vida do cotidiano das pessoas. (PINHEIRO, 2002b, p. 143)

De acordo com Pinheiro (2002a), alguns motivos contribuíram para a sobrevivência de algumas áreas históricas do centro da cidade. Uma delas foi que ao mesmo tempo em que o gabarito das novas edificações era liberado pela legislação municipal, os PAs (Projetos de Alinhamento) alargavam tanto as ruas, que se tornava impossível construir nos lotes que restavam, sendo

---

<sup>46</sup> O arquiteto e urbanista Augusto Ivan de Freitas Pinheiro foi coordenador da equipe que idealizou o Projeto Corredor Cultural, foi também subprefeito do centro da cidade do Rio de Janeiro (1993-2001), secretário de urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro (2003-2008), e atualmente é Professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Assessor Especial do Presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro.

mais vantajoso – economicamente - manter a edificação existente. Outro motivo foram alguns projetos viários existentes, como por exemplo, o projeto de Affonso Eduardo Reidy que propunha uma Avenida chamada Norte-Sul - que rasgava todo o centro da cidade, começando no bairro da Glória, passando pelo Largo de São Francisco, até o bairro de São Cristóvão -, que logo foi vedado pelo próprio governo, “pois é muito difícil vender um imóvel ameaçado de desapropriação. Mas esses imóveis [dos quarteirões próximos ao Largo de São Francisco e SAARA] tinham valor de uso para o comércio local, e isso contribuiu para a preservação da área” (PINHEIRO, 2002a, p.205). Outro motivo foi que vários imóveis dessas áreas centrais pertencem a ordens religiosas e muitos deles foram doados com cláusula de inalienabilidade.

O projeto Corredor Cultural<sup>47</sup> surgiu, então, visando à preservação paisagística e ambiental de áreas históricas do centro da cidade do Rio de Janeiro, que conseguiram sobreviver ao período de renovações urbanas do século XX, contando com o apoio político do prefeito da época Israel Klabin (1979 -1980). O projeto foi abordado por dois diferentes olhares: uma visão técnica e arquitetônica dos planejadores, e outra visão mais simbólica, poética, olhando a cidade como um espaço de vivências, e não somente físico e espacial. Para isso foi criada, pelo prefeito Klabin, uma Câmara Técnica do Corredor cultural, composta por artistas e intelectuais.

Parece-me que o grande aprendizado adquirido naquele tempo foi a maneira de olhar trazida por essas pessoas [da Câmara Técnica] que observavam a cidade de forma poética, inusitada, e às vezes estranhamente intangível, mas fascinante, para os técnicos que com eles puderam conviver: uma cidade com ambientes, cheia de atmosfera, dotada de clima e de alma. (PINHEIRO, 2002b, p. 145)

Percebemos que a Câmara técnica incluiu questões simbólicas no entendimento da preservação do patrimônio cultural da cidade, tratando o conjunto urbano arquitetônico não apenas como referências materiais do passado, mas também como referências imateriais que nos traz o sentido de pertencer à cidade, de fonte de identidade. Pinheiro (2002b) afirma que além

---

<sup>47</sup> A denominação do Projeto foi de Arnaldo Mendes – Superintendente de Planejamento na época - que, segundo Pinheiro (2002a), fez uma comparação com a figura do corredor de tráfego, surgindo assim, em contraposição, o Corredor Cultural.

dos novos conceitos simbólicos, os intelectuais<sup>48</sup> da Câmara Técnica trouxeram credibilidade para o projeto, desta forma o projeto foi apoiado pela população e pela imprensa.

Visando confirmar a ideia de que o patrimônio que se iria preservar pertencia à população, não se baseando apenas na história oficial, mas também na história dos usuários desses ambientes, a participação das pessoas e dos grupos foi essencial para o desenvolvimento do Projeto, como por exemplo, das associações comerciais, como a SARCA (Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca) e SAARA (Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega), que entenderam o projeto como uma garantia dos usuários e comerciantes permanecerem nas regiões, pois já percebiam a pressão econômica e imobiliária que o centro vinha sofrendo e que ameaçava a permanência deles nessas áreas. Segundo Pinheiro (2002b) a seleção das áreas a serem preservadas levou em conta não só a história da cidade e da arquitetura, mas também o interesse e a luta das comunidades destas regiões. Foram selecionadas originalmente três áreas de preservação (Fig. 69): 1 - SAARA; 2 - Praça XV; 3 - Lapa.

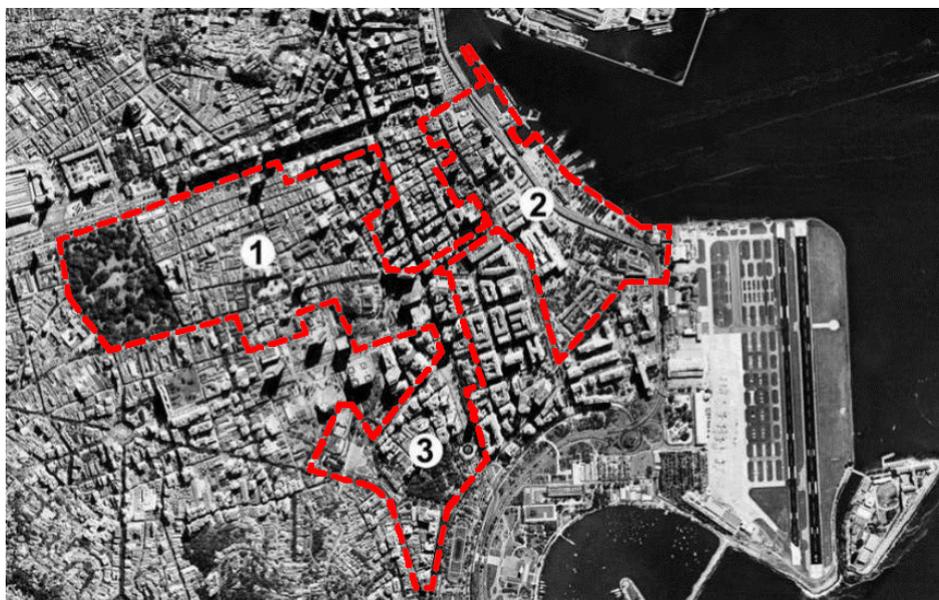
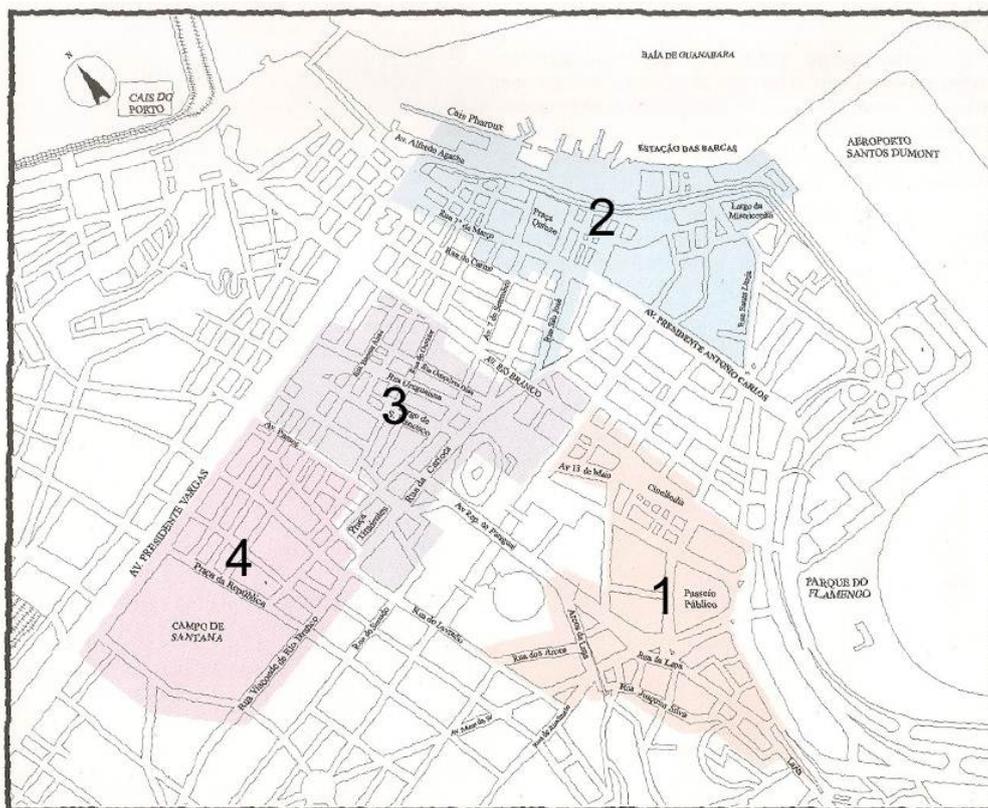


Fig. 69 – Delimitação das três subáreas da implantação do Projeto Corredor Cultural.

<sup>48</sup> Entre eles: Raquel Jardim (escritora), Nélida Piñon (escritora), Rubem Fonseca (escritor e roteirista), Sergio Cabral (jornalista e escritor), Ítalo Campofiorito (arquiteto e crítico de arte), Aloísio Magalhães (artista plástico e diretor do IPHAN), Lélia Coelho Frota (crítica de arte e poetisa), Arthur da Távola (jornalista, escritor e político).

A área 1 engloba a região do SAARA e a região do Largo de São Francisco e imediações. O projeto agrupou essas duas regiões pelas suas similaridades arquitetônicas, ambientais e funcionais (maioria das edificações possui uso térreo comercial). Apesar das similaridades existentes, a área 1 foi dividida em duas partes. Atualmente o Corredor Cultural possui 4 áreas de preservação (Fig.70): área 1 – Lapa e Cinelândia; área 2- Praça XV; área 3 –Largo de São Francisco e imediações; área 4 – SAARA.



Limites do Corredor Cultural. Área Total: 1.294.625 m<sup>2</sup>

Fig. 70 - Delimitação das áreas do Corredor Cultural.

Com o início do Projeto Corredor Cultural entrou em discussão a questão da memória da cidade, ampliando o conceito de patrimônio cultural, incluindo agora as referências imateriais do cotidiano da vida das pessoas, que são contribuidores da identidade coletiva. Porém, segundo Pinheiro (2002b), o Corredor Cultural começou mais como um projeto de planejamento urbano do que de Patrimônio Histórico, pois o projeto teve início na Secretaria de Planejamento, sem o auxílio de instrumentos de proteção como o tombamento e as áreas de tutela. Utilizaram como instrumentos o zoneamento, parcelamento e uso e ocupação do solo para viabilizar o projeto. As diretrizes adotadas para o projeto priorizaram a revitalização física, que se concentra na

recuperação das edificações protegidas e na requalificação dos logradouros. Visando então a preservação paisagística e ambiental das regiões, utilizaram como base do projeto a aprovação de PAs (Projetos de Alinhamento) e PALs (Projetos de Parcelamentos), estabelecidos primeiramente pelo decreto N° 4.141 de 14 de julho de 1983, que delimitou as áreas de interesse histórico e arquitetônico<sup>49</sup>, e depois, a lei N° 506 de 17 de janeiro de 1984 - aprovadas pelo então prefeito Marcelo Alencar (1983 - 1985) – criou a Zona Especial do Corredor Cultural sujeita à proteção paisagística e ambiental do centro da cidade.

Na lei N° 506 de 1984 foi estabelecida a obrigatoriedade de se conservar as características arquitetônicas das fachadas e dos telhados dos prédios situados dentro da zona especial, foram instituídas normas para a colocação de letreiros nas fachadas e foi determinado que qualquer modificação de uso, qualquer obra de alteração interna ou de acréscimo nos prédios, deveria ser aprovado antes pelos órgãos competentes. A lei proibiu a alteração de uso das salas de espetáculo das edificações já existentes, e foi proibida a construção de edifício de uso exclusivo de garagem, ou que haja predominância de pavimentos-garagem. Para incentivar a conservação e a manutenção dos prédios, inseridos em áreas preservadas, como o Corredor Cultural, em 1984 foi aprovada a Lei N° 691, que estabelece a isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), entre outros incentivos fiscais.

Em 1987 o prefeito Saturnino Braga (1986-1988) aprovou a lei N° 1.139 das normas de preservação de bens imóveis da Zona Especial do Corredor Cultural. Mantidas as normas citadas anteriormente (Lei N° 506 de 1984), acrescentaram-se as novas plantas de PAs da subzona de preservação ambiental (PA n° 10.600) (ex: Fig. 71) e de PALs da subzona de renovação urbana (PAL n° 41.632). Em relação à subzona de preservação ambiental – da qual nossa área de análise faz parte (Fig. 72) -, a lei acrescenta que “serão permitidas modificações internas, desde que garantam acessibilidade às janelas e sacadas dos mesmos”, a preservação das coberturas inclui agora, em lei, a preservação das clarabóias e suas projeções, e que devem ser retirados elementos que comprometam a morfologia original das edificações. Outro

<sup>49</sup> Aprovou o PA n° 10.290 e o PAL n° 38.871

acréscimo é a concessão dos incentivos fiscais - da Lei de Nº 691 de 1984 - estar agora condicionada à aprovação dos órgãos competentes da Prefeitura, após audiência do Grupo Executivo do Corredor Cultural.



Fig. 71 – Planta PA nº 10.600 da subzona de preservação ambiental de 1987, com destaque em amarelo para a nossa área de análise.

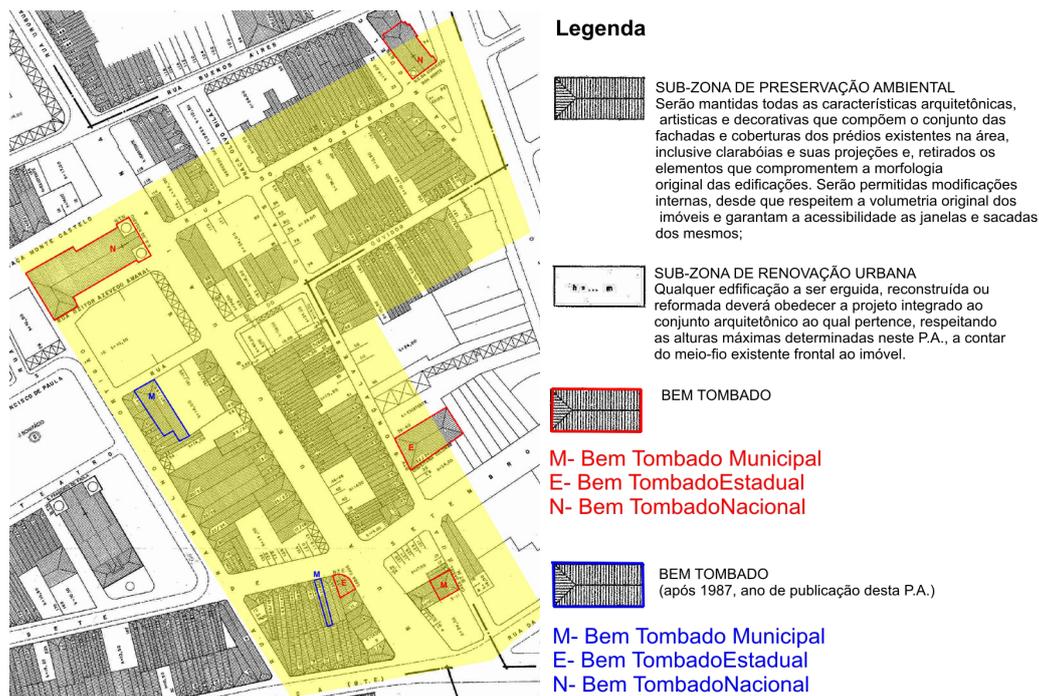


Fig. 72 – Ampliação da área de análise da Planta PA nº 10.600 da subzona de preservação ambiental de 1987, com destaque em amarelo para a nossa área de análise.

Segundo Lima Carlos (2008) o Decreto 7.612/88 definiu e regulamentou o primeiro instrumento urbanístico de proteção de áreas urbanas da cidade, a APA - Área de Proteção Ambiental -, e afirma que “os critérios de proteção e de conservação nele (Decreto 7.612/88) estabelecidos foram os mesmos do Decreto 5.459, de 1985, que protegeu os bairros da Saúde, Gamboa, Santo

Cristo e parte do Centro (Sagas)” (LIMA CARLOS, 2008). Em 1992 a Lei Complementar nº 16/1992 estabeleceu a preservação do patrimônio cultural instituindo a Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC, instrumento utilizado para a proteção do ambiente construído, e a denominação APA passou a ser utilizado apenas para o ambiente natural. Atualmente o Corredor Cultural é tratado como uma da APAC da cidade do Rio de Janeiro (LIMA CARLOS, 2008).

### 3.2.1 A INCOERÊNCIA ENTRE AS PREMISSAS DO CORREDOR CULTURAL E A LEGISLAÇÃO APLICADA NAS ÁREAS HISTÓRICAS

Percebemos que do ponto de vista de implantação do projeto, visando salvar os conjuntos históricos da cidade - que estavam por vias de serem demolidos devido à especulação imobiliária e a desvalorização destes conjuntos arquitetônicos – o Projeto Corredor Cultural foi pioneiro e essencial para a salvaguarda dessas áreas, que poderiam não existir mais se não fosse a iniciativa do Projeto. Porém, o entendimento do valor singular de cada edificação e, também, dos valores simbólicos que estas edificações possuem, ficou limitado nas discussões iniciais do projeto junto com a Câmara Técnica. O Projeto Corredor Cultural aborda apenas a conservação do ambiente urbano e, para isso, a legislação está focada na recuperação das fachadas e telhados das edificações inseridas na zona de preservação ambiental, o que abre possibilidade de estes conjuntos históricos preservados se tornarem cenográficos, comprometendo os valores intangíveis - a memória do cotidiano da cidade - que o Projeto Corredor Cultural pretendia preservar.

Pinheiro (2002b, p. 147, grifo nosso) afirma que o objetivo do projeto Corredor Cultural era a conservação do conjunto, “porque a importância daquelas edificações era dada muito mais pelo ritmo e pelo valor ambiental que suas fachadas proporcionavam em termos de qualidade do espaço urbano, **do que pelo valor particular de cada uma delas**”. O projeto tinha como principal meta salvar o conjunto da demolição, conservar a qualidade do espaço urbano que aqueles prédios reunidos possuíam, ou seja, o projeto prioriza a ambiência urbana das áreas históricas. De fato, a ‘Ambiência’ é um fator importante a ser analisado e Duarte (2011) afirma que este conceito vem assumindo um papel importante na pesquisa de arquitetura e urbanismo:

Realmente, a pesquisa em Arquitetura e Urbanismo já vinha se mostrando incompleta quando se debruçava sobre os aspectos apenas funcionais, formais ou ambientais do espaço construído como fatores isolados. O estudo das ambiências, ao se debruçar sobre o conjunto de aspectos sensíveis e dinâmicos dos lugares, assim como de seus usuários, abre possibilidades de compreensão das experiências sensíveis das cidades, apontando para novas maneiras de pensar e atuar no meio urbano. (DUARTE, 2011, pg. 1)

O estudo das 'Ambiências' é "algo muito fácil de sentir, ao mesmo tempo em que explicá-la é o que há de mais difícil" (AUGOYARD, 2007 apud Duarte, 2011), e de fato, analisando do ponto de vista da preservação do patrimônio cultural, os sentimentos, as sensações, as percepções que provém da experiência do homem estar diante de edifícios e de áreas históricas que, segundo Dvořák [1916] (2008), são capazes de satisfazer as necessidades "espirituais do homem", são difíceis de serem explicadas e também de serem preservadas. Por isso a necessidade de estudo e do reconhecimento da *Ambiência* destes conjuntos para uma verdadeira preservação, não só patrimonial, mas também cultural. Duarte (2011, p. 2) afirma que "uma vez que a dimensão sensível é inerente à ambiência, torna-se impossível estudá-la sem considerar a presença do corpo: é o corpo que sente; sem ele não há percepção nem tampouco movimento [de pessoas, dos usuários do espaço] a ser considerado". Desta forma, percebemos a necessidade de não se considerar somente a compreensão e o reconhecimento dos sentimentos, sensações e valores atribuídos pelos gestores destes espaços, mas também – e talvez principalmente - aqueles que utilizam o espaço, por aqueles que realmente vivenciam e se apropriam destes Lugares de Memória.

A *Ambiência* funciona, então, como um agente de ligação entre as diversas sensações experimentadas pelos usuários das cidades em uma dada situação. Por isso ela não pode ser reduzida a uma somatória de objetos isolados, de impressões consecutivas ou moldes de comportamentos individuais. Na realidade, é a *Ambiência* que unifica um suporte espacial e o preenche de significados, num processo de retro-alimentação que nos permite compreender que não percebemos a ambiência e, sim, percebemos de acordo com ela. Somos o corpo que torna a *Ambiência* uma existência. Qualquer recorte espacial seria inerte se não interagisse reciprocamente com as dimensões físicas, sensoriais, sensitivas e psicológicas dos que o utilizam. (DUARTE, 2011, p.4)

Percebemos que a preservação material dos exemplares que constituem os conjuntos culturais e históricos deve ser discutida no Projeto Corredor Cultural para a preservação das ‘Ambiências’, pois sem as dimensões físicas do espaço – arquitetônico -, não existiria ‘Ambiência’ a ser analisada e preservada. A transformação do conceito de memória<sup>50</sup> nos levou a compreender que os edifícios pertencentes a conjuntos urbanos históricos são “representações” (PESAVENTO, 1995), a partir de sua imagem real (concreta) de uma cidade, e devem ser considerados Lugares de Memória. Seguindo o conceito da “nova história”, estas edificações deveriam ser consideradas como objetos de estudo para o resgate da história, utilizando tanto os lugares monumentais (intencionais), quanto os lugares arquiteturais (memoriais) - as representações do cotidiano. E mesmo na falta da “vontade de memória”, que de acordo com Nora (1993) é preciso ter para os Lugares de Memória, devemos entendê-los como “lugares de história”.

Compreendemos desta forma, que os conjuntos urbanos históricos do Corredor Cultural são monumentos (herança do passado), mas também são documentos (uma escolha do historiador). São conjuntos formados por Lugares de Memória que também são *Documentos/Monumentos*, ou seja, as edificações preservadas inseridas nas zonas de preservação servem como documentos de análise e não podem ser excluídas ou isoladas do seu conjunto definido como monumento, pois são capazes de ajudar na preservação da memória coletiva e assim, contribuem para o desenvolvimento de uma história científica sobre a sociedade que as produziu.

A busca do passado através dos Lugares de Memória, que se tornou necessária pela falta de uma memória “verdadeira” (NORA, 1993), encontra atualmente nestes conjuntos urbanos históricos uma fonte, quase inesgotável, de significados e culturas múltiplas, das quais podemos fortalecer a identidade coletiva. Para compreendermos a nossa sociedade, e assim a sua relação com a identidade coletiva, devemos desvendar as características e modificações ocorridas no decorrer do tempo, pois a sociedade está em constante modificação, relacionada a vários aspectos: forma de viver, de construir, de utilizar os espaços, de se relacionar, etc.. A arquitetura, de acordo com

---

<sup>50</sup> Conceituação tratada no Capítulo 1 – Os Lugares de Memória

Gutierrez (1989), inserida dentro do conjunto de bens culturais produzidos pelo homem, deve ser compreendida como um testemunho excepcional da memória, pois ela é capaz de acumular dados históricos dos modos de vida do homem, não somente sobre sua concepção – como ocorre em um documento escrito -, mas “também dos que ali viveram através dos tempos e lhe conferiram novos usos e significados simbólicos”. A arquitetura ao ser entendida como um documento histórico é capaz de “manifestar uma evolução linear dos valores da sociedade e das formas de pensamento”, unindo valores atuais e cumulativos (passado), e assim, constituindo a identidade de uma comunidade.

Pinheiro (2002b) afirma que existem qualidades específicas nos imóveis preservados do Corredor Cultural individualmente, e destaca o trabalho primoroso do arquiteto Pedro Alcântara que, na época da implantação do projeto, fez um inventário de cerca de 800 prédios da região do SAARA, “classificando e qualificando cada um, segundo sua importância intrínseca e seu valor de conjunto”, porém o projeto (e, principalmente, a legislação) privilegia a preservação do envoltório das edificações, esquecendo-se que os usos e a materialidade interna das edificações também fazem parte da memória e da história da cidade do Rio de Janeiro.

Em 1985 o Escritório Técnico do Projeto Corredor Cultural publicou o livro "Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural". Desde sua primeira publicação<sup>51</sup>, o livro serve como um ‘manual’ do proprietário, onde estão apresentadas “as regras gerais e a melhor maneira de enfrentar os diversos problemas com que possam deparar-se sem que se pretenda fornecer um conhecimento técnico exaustivo” (RIOARTE/IPLANRIO, 2002, p.6).

Neste manual a conservação se limita à recuperação de fachadas e coberturas, e a renovação do espaço interno é estimulada, protegendo-se apenas seu envoltório. No item que o manual disserta sobre as possibilidades de projetos de intervenção no interior das edificações, a remodelação total visando novos usos é visivelmente incentivada. O manual afirma que “a diversidade de atividades que se instalam no corredor cultural pressupõe diferentes esquemas

---

<sup>51</sup> O Livro está em sua 4ª edição.

de funcionamento e os espaços internos vão assim se adaptando” (RIOARTE/IPLANRIO, 2002, p.43). Porém, será que é adequado na preservação do edifício, que seus espaços internos se alterem para se adaptarem ao novo uso? Nossa conclusão, a partir da fundamentação teórica apresentada do capítulo 2 desta dissertação, é que este tipo de entendimento de requalificação e reutilização – quando o edifício precisa sofrer várias intervenções para se adaptar ao uso – é totalmente equivocado e não contribui para a preservação física e dos valores intangíveis das edificações históricas e culturais. A utilização das edificações históricas deveria ser considerada um meio de se preservar a edificação, e não o objetivo da intervenção. O manual “descreve” como eram as construções históricas originais – como se houvesse uma única tipologia – e oferece como sugestão de projeto o acréscimo de pavimentos, tendo com o único limitador projetual interno a obrigatoriedade de acesso às janelas e sacadas (Leiº 1139 de 1987), o que culmina em projetos como da Figura 73, que o próprio manual sugere, com um nível intermediário estreito, e sem grandes possibilidades de utilização, somente para o “acesso à janela”.

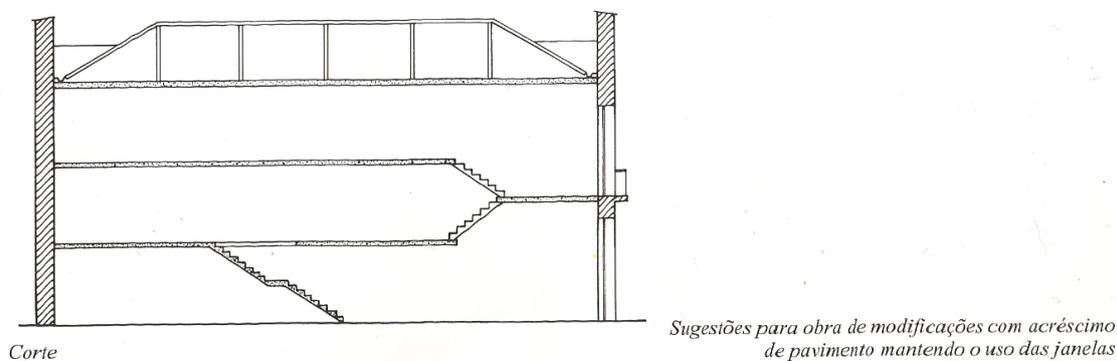


Fig. 73 – Sugestão do Manual do Corredor Cultural para acréscimo de pavimentos, com um nível intermediário estreito, e sem grandes possibilidades de utilização, somente para o “acesso à janela”.

Percebemos - na legislação vigente, e também, nas sugestões de projeto oferecidas no manual - que o Projeto Corredor Cultural não reconhece as características físicas internas das edificações históricas como documentos de análise, fontes de história, memória, e de sensações derivadas da utilização social do usuário nestes espaços - as ‘Ambiências’. O Corredor Cultural permite - e incentiva - intervenções nos bens culturais extremamente invasivas e não baseadas nas teorias e princípios de preservação e restauração do

patrimônio cultural edificado, contribuindo para a possibilidade das intervenções que ocorrem suprimirem os valores culturais e simbólicos em prol de outro valor, o econômico. Por isso a necessidade de se analisar as ‘vocações tipológicas de uso’<sup>52</sup> dos edifícios para inserção de um novo uso adequado àquela edificação em específico, além de se analisar se esse novo uso é adequado também ao conjunto histórico ao qual a edificação pertence. De acordo com a historiadora Cristina Meneguello (2000), os prédios preservados são importantes na busca do estabelecimento de marcas do passado, porém, o passado não pode se manter por si mesmo, necessita de uma referência da história que a ele está relacionado, e não basta “uma mera recuperação de prédios e fachadas”. É importante ressaltar que Meneguello alerta sobre a possibilidade que as políticas de preservação possuem de manipularem a memória coletiva “que elas afirmam conservar”.

Outro problema percebido é que o manual do Corredor Cultural claramente ‘standardizou’ os procedimentos de restauração, manutenção e requalificação dos edifícios históricos inseridos nas zonas de preservação. São apresentados procedimentos de “restauração” dos materiais construtivos das fachadas e, também, estruturais do edifício – procedimentos estes que deveriam ser realizados por profissionais especializados. O manual também apresenta “soluções” para instalações prediais, como de ar condicionado (Fig.74), que podem comprometer a imagem da fachada, descaracterizando-as.

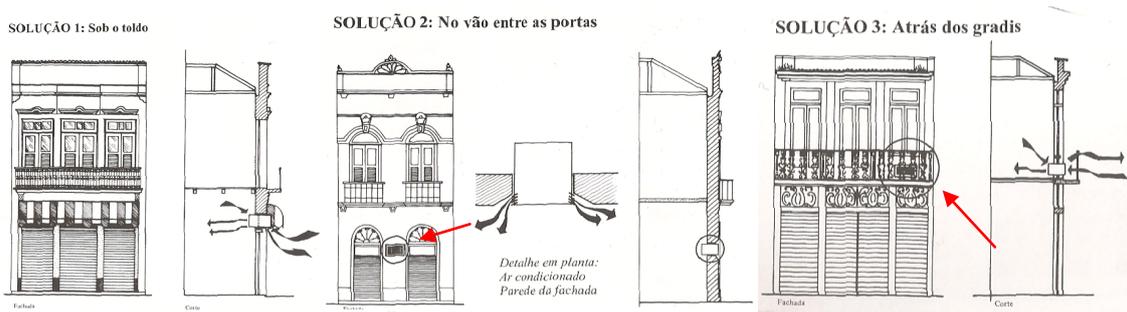


Fig. 74 – Três “Soluções” do manual do Corredor cultural para instalação de ar condicionado nas fachadas, que podem descaracterizar a imagem e a harmonia das fachadas.

Outra questão que percebemos ser problemática é a possibilidade da escolha das cores das fachadas ser realizada pelo proprietário (Fig. 75) e o manual

<sup>52</sup> Assunto abordado no capítulo 2, item 2.4 A REUTILIZAÇÃO E A ANÁLISE DE SUAS VOCAÇÕES TIPOLOGICAS DE USO.

ainda incentiva a escolha de cores fortes para “destacar” o edifício no conjunto (Fig. 76). A única limitação na escolha das cores é que “os ornatos e frisos devem ser pintados em tons mais claros do que o fundo das paredes” (RIOARTE/IPLANRIO, 2002, p.41), norma que não está inclusa na legislação vigente. Porém, a escolha das cores desses edifícios históricos deveria ser realizada com base em um estudo prévio das cores em cada caso, baseada na história do conjunto da qual ela faz parte, e não uma escolha aleatória realizada por motivo estético e de gosto pessoal do proprietário - que pode ser duvidoso e/ou destoar do conjunto -, podendo gerar um conjunto urbano com cores que não condiz com o período em que os edifícios foram construídos, ou com a história do próprio edifício, ou seja, com a memória, história, e a ‘Ambiência’, do edifício e também do conjunto.

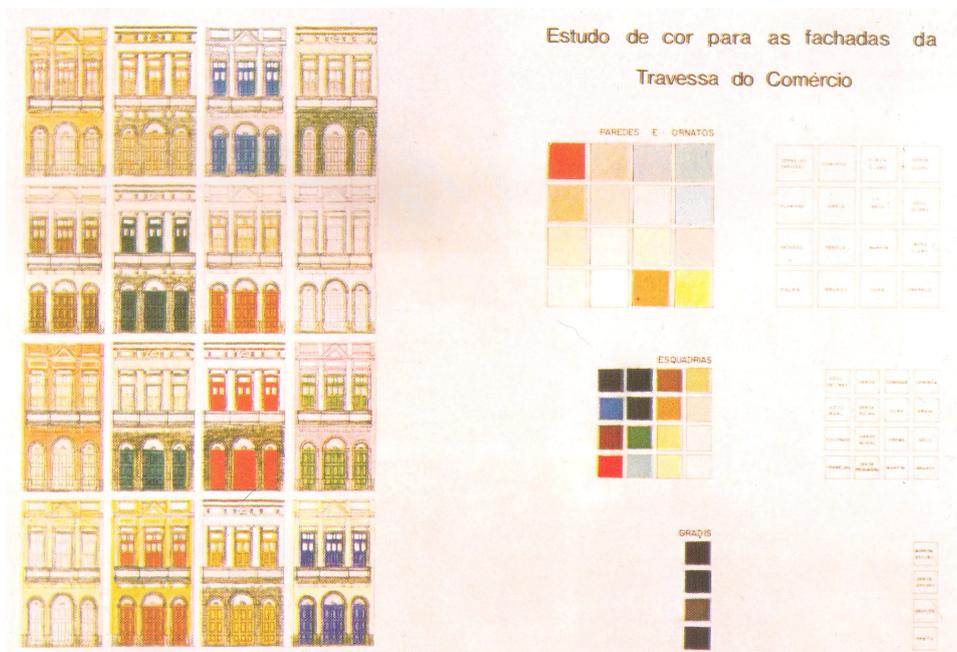


Fig. 75 – Palheta de cores que o manual oferece para a escolha do proprietário.



Fig. 76 – O manual utiliza a Lapa com um “bom exemplo” de escolhas de cores fortes para “destacar” o edifício no conjunto, ou destacar o próprio conjunto.

Outro procedimento inadequado sugerido é a utilização de “paredes descascadas mostrando como era o sistema construtivo original”, procedimento que pode prejudicar a conservação das mesmas, pois sem a camada de proteção das paredes (emboço e reboco) o sistema construtivo original estará exposto às intempéries e possivelmente irá se degradar e apresentar futuras patologias, colocando em risco a integridade da edificação. Percebemos que este tipo de sugestão contribui em uma questão que aflige o patrimônio edificado, que é o *marketing*, ou a espetacularização (Choay, 2008), do patrimônio cultural, que visa utilizar ao máximo o cabedal do edifício histórico para atrair consumidores ‘interessados em cultura arquitetônica’, porém, este tipo de intervenção estética e ‘de interesse histórico’ ocorre visando o valor econômico – atrair visitantes, ou seja, consumidores-, e não contribui para o valor cultural e histórico dos edifícios, pelo contrário, os valores intangíveis vão sendo suprimidos na venda - na comercialização excessiva - da cultura patrimonial do centro histórico. Esta questão pode ser notada na região da Lapa, que para a “revitalização” da área, e, é claro, para atrair turistas e consumidores, muitas das edificações estão sendo constantemente mutiladas em favor do valor econômico, do *marketing* cultural. A região agora é composta, em quase totalidade, por edificações vazias de conteúdo, as ruas se tornaram falsos cenários da antiga boêmia carioca, a especulação imobiliária conseguiu, utilizando a própria legislação do Corredor Cultural, aumentar o retorno econômico da região, não mais utilizando como recurso a construção de novas edificações com altos gabaritos - como ocorria antes da implantação do Corredor Cultural -, mas com o acréscimo de andares dentro do próprio edifício.

A utilização social dos espaços, segundo Gutierrez (1989), está atrelada à obrigação de se reconhecer o passado, e é essencial para a identidade a “inclusão no todo”, o pertencer a algo. O autor afirma que a pertinência – o pertencer a algo -, não deve ser somente o instante - o presente -, assim como não pode ocorrer somente de forma passiva – o passado -, deve ocorrer uma interação entre passado/presente, e na consciência coletiva acrescenta-se, ainda, o futuro, pois a realidade da percepção e divisão do tempo em um nível

individual ou coletivo não se limita a presente/passado. Dependemos dos Lugares de Memória inseridos nas áreas preservadas pelo Corredor Cultural para sentirmos que pertencemos a algo, que somos possuidores de uma identidade coletiva, e também para escrever a “nova história” cultural - a memória transformada em história científica - como um modo de lembrarmos um passado que não vivemos, mas que pode ser - de certa forma - “revivido” (MENEGUELLO, 2000), satisfazendo as necessidades “espirituais do homem” (DVOŘÁK, 2008).

Infelizmente as normas e a legislação do Projeto Corredor Cultural não preservam – ou mesmo reconhecem - as edificações inseridas dentro dos conjuntos preservados como Lugares de Memória e documentos da história, a preocupação do projeto é, principalmente, satisfazer as necessidades efêmeras do presente, sem a preocupação de uma interação entre o presente-passado (e visando o futuro), sem o reconhecimento dos valores intangíveis que estas edificações possuem - valores estes que foram apresentados e discutidos à época da implantação do Projeto pela Câmara Técnica, mas que não influenciaram verdadeiramente as normas vigentes de preservação.

Apesar destas questões citadas anteriormente, é importante salientar o mérito do Projeto Corredor Cultural, que foi implantado em um contexto de desvalorização dos conjuntos arquitetônicos históricos, superando questões políticas e sociais, como o desinteresse e o abandono das áreas histórica da região central, principalmente por parte dos administradores da cidade. A implantação deste Projeto foi vital para a sobrevivência e o reconhecimento – tanto dos administradores, quanto dos usuários – dos valores culturais e históricos destas áreas preservadas, sem os quais poderia ter sido comprometida, de forma irreversível, a memória do cotidiano da sociedade e a história urbana e arquitetônica destas regiões.

### 3.3. RECONHECENDO A ÁREA DE ESTUDO: O ENCONTRO DAS RUAS DO OUVIDOR, GONÇALVES DIAS, E SUAS ADJACÊNCIAS

Eu vou  
Vou daqui pra lá  
E de lá pra cá, oi  
Vou sorrindo  
Essa Rua do Ouvidor  
Virou caso de amor  
Do meu Rio  
A moda do francês  
Ganhou freguês  
Na fidalguia  
Jornais  
Contavam fatos e boatos do lugar  
Para alegria popular  
Rua do Ouvidor  
Agora entendo seu papel  
Desviou do mar  
E virou Torre de Babel  
Romances divinais  
Os carnavais  
E a poesia  
Ficou  
Da carne seca à *Notre Dame* de Paris  
A nostalgia  
De um Rio que era mais feliz  
E hoje, eu sei  
Da velha rua que não esqueci  
Meu Salgueiro faz  
Enredo na Sapucaí  
Da Primeiro de Março  
Falta um passo  
Pra Ouvidor  
E no samba faltava  
Esse traço de amor

ME MASSO SE NÃO PASSO PELA RUA DO OUVIDOR

Samba Enredo do Salgueiro, 1991

(Letra de: Luiz Fernando e Diogo)

### 3.3.1. O RIO ANTIGO VIVEU AQUI: A LITERATURA CARIOCA E SUAS RUAS INESQUECÍVEIS

Dos numerosos cafés que existiram nesta rua [do Ouvidor] e dos quais nenhum mais sobrevive, vários ficaram ligados às tradições da cidade e à **crônica literária**. (COARACY, 1998, p. 457)

Muitas pessoas quando precisam ir ao centro da cidade dizem: ‘Vou à cidade’. Provavelmente essa expressão é uma abreviação de ‘Vou ao centro da cidade’, mas talvez tenha também uma questão histórica envolvida. É de conhecimento comum que as grandes cidades brasileiras tiveram os seus inícios de desenvolvimento urbano nas áreas conhecidas como ‘centro da cidade’:

Anteriormente falar da cidade era o mesmo que narrar sobre o seu centro, pois tudo se congregava nessa parte da urbe. Elo tão forte que não é por acaso escutar-se a **expressão “vou à cidade”**. **Ir à cidade significava ter acesso aos bens e serviços necessários, pois no centro localizava-se uma pluralidade de casas comerciais, serviços** como casas bancárias, restaurantes, hotéis, clínicas, igrejas, instituições públicas, as praças mais significativas e bem cuidadas etc..(FERREIRA DA SILVA, 2012, p. 9, grifo nosso)

A área conhecida como centro é chamada pela população que reside nos bairros mais afastados como “cidade”, **é comum alguém usar a expressão “vou à cidade” para referir-se ao deslocamento até o centro. Segundo Almeida (2006), ao estudar a área central de Viçosa-MG, isso pode ser explicado em razão da presença de estabelecimentos dos quais somente são encontrados nesse local**, como bancos, grande parte dos estabelecimentos comerciais e os serviços públicos, além do intenso fluxo de pessoas, veículos e informações que acontecem de forma intensa, principalmente durante o dia. (MILANI; SILVA, 2009, p. 2)

Na cidade do Rio de Janeiro a utilização dessa expressão, “ir à cidade”, era a mesma. Percebemos que alguns clássicos da literatura brasileira nos trazem referências da utilização desta expressão pela população carioca do final do século XIX, como por exemplo, no romance “Esaú e Jacó” (1904), de Joaquim Maria Machado de Assis<sup>50</sup>: “[...] Naquela noite, como soubesse que iam ao teatro, mandou prestar a vitória<sup>51</sup> que os conduziu para **a cidade**, e ficou à

<sup>50</sup> O carioca Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) é considerado um dos escritores mais importantes da literatura nacional do século XIX. Sua obra literária foi declarada patrimônio cultural carioca pelo decreto municipal N° 29902 da cidade do Rio de Janeiro em 26 de setembro de 2008.

<sup>51</sup> Meio de transporte terrestre particular da época.

espera deles.” (MACHADO DE ASSIS, 1973, p. 201). Os personagens principais “Pedro e Paulo” (ou podemos dizer “Esaú e Jacó”), gêmeos e filhos da família Santos (“baronesa Natividade” e “barão Agostinho”), uma família abastada que mora em Botafogo, utilizaram a “vitória” para ir de Botafogo à “cidade”, como dito na citação anterior.

Uma característica importante de alguns romances de Machado de Assis é que o escritor mistura ficção e história real, e em diversos deles utiliza como cenário a cidade do Rio de Janeiro. O livro “Esaú e Jacó” é um destes romances, onde o autor utiliza um momento histórico da sociedade brasileira - período que ocorre a Proclamação da República (1889) - para desenvolver a sua ficção, utilizando a cidade do Rio de Janeiro como cenário, retratando como este momento histórico afetou a vida de pessoas comuns e, também, da alta sociedade. O significado de ‘ir à cidade’ neste livro, junto a todos os fatos que ocorrem quando os personagens referem-se “à cidade” - ou seja, o centro da cidade – demonstra que é na “cidade” que os fatos importantes da história acontecem, é lá que as notícias são comentadas, é o local de se fazer compras, de conhecer as novidades, de se fazer presente na sociedade, e, também, de fazer programas culturais e de passeio, como simplesmente ir ao teatro, como fizeram “Pedro e Paulo”.

Estes personagens fictícios percorrem por ruas e bairros reais, e por diversos momentos o romance nos revela quais os locais que não são bem quistos pela alta sociedade, da mesma forma nos revela os locais nobres e bem frequentados da cidade. Como por exemplo, a Rua do Ouvidor aparece por diversas vezes no romance demonstrando a importância da Rua para a sociedade daquela época. As personagens mulheres do romance diversas vezes são citadas nesta Rua fazendo compras: “Quando, às duas horas da tarde do dia seguinte, Natividade se meteu no bonde, para ir a não sei que compras na Rua do Ouvidor.” (MACHADO DE ASSIS, 1973, p. 115). E ainda mais explicita a importância da Rua como centro comercial, quando “Paulo”, ao saber que a personagem “Flora” foi às compras com a mãe, sabia em que Rua encontrá-la:

Estavam justamente na loja de chapéus, Rua do Ouvidor, sentadas, os olhos fora e longe, quando a verdadeira matéria

deste capítulo apareceu. Era o gêmeo Paulo, que chegara pelo trem noturno, e sabendo que elas andavam a compras, viera procurá-las (MACHADO DE ASSIS, 1973, p. 150).

Porém, a importância da Rua não se restringia às lojas e comércios finos para mulheres da alta sociedade, o “conselheiro Aires”, personagem que por vezes faz o papel de autor ficcional do romance - tamanha sua importância intelectual e para o enredo -, diversas vezes vai simplesmente passear na Rua do Ouvidor. Em um trecho em que o “conselheiro Aires” se encontra na porta de uma loja de fazendas e modas na Rua do Ouvidor, é possível compreender que a Rua acolhia uma ‘miscelânea’ de pessoas de diferentes classes sociais que ali iam por diversos motivos, pois ele “ficou a olhar para a rua, onde subiam e desciam mulheres de todas as classes, homens de todos os ofícios, sem contar as pessoas paradas de ambos os lados e no centro” (MACHADO DE ASSIS, 1973, p. 198). O “conselheiro Aires” um dia encontra a “baronesa Natividade” em um bonde indo em direção à “cidade”, e durante a conversa, quando ela lhe sugere que vá viajar ao exterior, ele responde:

- Ah! Baronesa, para mim já não há mundo que valha um bilhete de passagem. Vi tudo por outras línguas. Agora o mundo começa aqui no cais da Glória ou na **Rua do Ouvidor** e acaba no cemitério de S. João Batista. (MACHADO DE ASSIS, 1973, p. 117, grifo nosso).

Outro trecho interessante do romance em que a Rua do Ouvidor é citada envolve um fato político, o “conselheiro Aires” passeava pelas ruas da “cidade” na manhã do dia 15 de novembro de 1889, indo do Passeio Público até o Largo da Carioca, quando: “Na Rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouvi descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas” (MACHADO DE ASSIS, 1973, p. 157). E mais tarde ouviu do “Barão Agostinho Santos”: “-É verdade conselheiro, vi descer as tropas pela Rua do Ouvidor, ouvi as aclamações à república. As lojas estão fechadas, os bancos também, e o pior é se não abrem mais, se vamos cair na desordem pública; é uma calamidade.” (MACHADO DE ASSIS, 1973, p. 164).

A importância da Rua do Ouvidor para a memória e história (ou estórias) da cidade do Rio de Janeiro se torna evidente, não somente pela quantidade de vezes que Machado de Assis cita a Rua em uma única obra, mas também por

outros romances e crônicas do próprio autor como, por exemplo, em algumas das crônicas que publicou (entre os anos de 1892 e 1897) na “Gazeta de Notícias”, coluna intitulada de “A Semana”<sup>52</sup>, ou em romances de outros escritores oitocentistas como Aluísio de Azevedo no “Cortiço”<sup>53</sup> (1890) ou José de Alencar em “Senhora”<sup>54</sup> (1875). Percebemos que a Rua do Ouvidor é, por diversas vezes, citada como a mais frequentada e importante da cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX, e, geralmente, referindo-se ao seu comércio tradicional e de luxo. Não é à toa que o escritor de “A moreninha” Joaquim Manoel de Macedo, escreveu o livro “Memórias da Rua do Ouvidor” (1878):

A Rua do Ouvidor, a mais passeada e concorrida, e mais leviana, indiscreta, bisbilhoteira, esbanjadora, fútil, noveleira, poliglota e enciclopédica de todas as ruas da cidade do Rio de Janeiro, fala, ocupa-se de tudo; [...] Salvo o respeito devido à sua atual condição de rica, bela e ufanosa dama, tomo com a minha autoridade de memorista-historiador, e exponho ao público a Rua do Ouvidor em seus coeirinhos de menina recém-nascida e pobre. A atual rainha da moda, da elegância e do luxo nasceu... (MACEDO, 1878, p. 1).

Importante ressaltar que Macedo (1878) trata da Rua do Ouvidor como se ela fosse uma mulher, como se ela tivesse vida, alma.

O cronista João do Rio<sup>55</sup> disserta sobre as Ruas do Rio de Janeiro, e afirma:

Oh! Sim, as ruas têm alma! Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, snobs, ruas aristocráticas,

---

52 “Os cariocas ficarão sempre com a baía, a esquadra, os arsenais, os teatros, os bailes, a Rua do Ouvidor, os jornais, os bancos, a praça do comércio, as corridas de cavalos.” (MACHADO DE ASSIS, 1897, p.29).

53 “Seus dias eram consumidos do seguinte modo: acordava às oito da manhã, lavava-se mesmo no quarto com uma toalha molhada em espírito de vinho; depois ia ler os jornais para a sala de jantar, à espera do almoço; almoçava e sala, tomava o bonde e ia direitinho para uma charutaria da Rua do Ouvidor, onde costumava ficar assentado até às horas do jantar, entretido a dizer mal das pessoas que passavam lá fora, defronte dele.” (AZEVEDO, 1890, p.11).

54 “Seixas saiu, e ela, para disfarçar a impaciência, logo depois do almoço meteu-se no carro com D. Firmina e foi gastar o tempo na Rua do Ouvidor, por casa das modistas e das amigas. Procurava nas novidades parisienses, nas tentações do luxo, um atrativo que lhe cativasse o pensamento e o arrancasse a suas inquietações.” (ALENCAR, 1875, p.119).

55 João do Rio: pseudônimo do jornalista, cronista, e teatrólogo brasileiro, João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (1881 -1921).

ruas amorosas, ruas covardes, que ficam sem pinga de sangue... (JOÃO DO RIO, 1908, p.4)

E no parágrafo seguinte, utiliza a Rua do Ouvidor para demonstrar que realmente as Ruas têm alma:

Vede a Rua do Ouvidor. É a fanfarronada em pessoa, exagerando, mentindo, tomando parte em tudo, mas desertando, correndo os taipais das montras<sup>56</sup> à mais leve sombra de perigo. Esse beco inferno de pose, de vaidade, de inveja, tem a especialidade da bravata. E fatalmente oposicionista, criou o boato, o “diz-se...” aterrador e o “fecha-fecha” prudente. (JOÃO DO RIO, 1908, p.4)

Percebemos que a Rua do Ouvidor, a mais famosa das ruas da cidade, teve parte de sua memória construída e influenciada pela literatura brasileira, principalmente dos grandes escritores oitocentistas. Mas as memórias, histórias e estórias, não se restringem a ela. Outras Ruas inseridas em nossa área de estudo também são citadas em diversos romances e crônicas que utilizam como cenário a cidade do Rio de Janeiro. Por exemplo, o livro já citado “Esaú e Jacó” não se atém às menções sobre a Rua do Ouvidor, a Rua Gonçalves Dias também é citada como uma rua de compras, como no trecho em que a personagem “Natividade” foi “à cidade” fazer compras, e ao descer do bonde no Largo da Carioca “ela entrou pela Rua Gonçalves Dias” (MACHADO DE ASSIS, 1973, p. 119). Outro trecho que se passa na mesma Rua significando que ela é um lugar-comum da sociedade brasileira daquela época, e não somente da sociedade carioca: “Na Rua Gonçalves Dias, indo para o Largo da Carioca, Paulo viu dous ou três políticos de S. Paulo, republicanos, parece que fazendeiros” (MACHADO DE ASSIS, 1973, p. 151). E outras ruas inseridas na área desta pesquisa são citadas quando os personagens estão na “cidade”, como a Rua Sete de Setembro<sup>57</sup>, a Travessa de São Francisco<sup>58</sup> (atual Rua Ramalho Ortigão), porém, importante destacar um trecho em que a Rua Uruguaiana é citada, momento em que o “conselheiro

---

<sup>56</sup> Montras = vitrines

<sup>57</sup> “Ia a descer pela Rua Sete de Setembro, quando a lembrança da vozeria trouxe a de outra, maior e mais remota” (MACHADO DE ASSIS, 1973, p. 120).

<sup>58</sup> “Foi o caso que uma carroça estava parada, ao pé da travessa de S. Francisco, sem deixar passar um carro, e o carroceiro dava muita pancada no burro da carroça” (MACHADO DE ASSIS, 1973, p. 123).

Aires” conversa, sobre suas lembranças de juventude, com os gêmeos “Pedro e Paulo”, sentados em um restaurante no centro da cidade:

Aires disse-lhe que, antigamente, em rapaz, acabava a noite com amigos da mesma idade. Era o tempo de *Offenbach* e da opereta. [...] Pedro e Paulo ouviam com atenção, mas não sentiam nada do que despertava os ecos da alma do diplomata. Ao contrário, tinham vontade de rir. **Que lhes importava a notícia de um velho café na Rua Uruguaiana, trocado depois em teatro, agora em nada, uma gente que viveu e brilhou, passou e acabou antes que eles viessem ao mundo?** (MACHADO DE ASSIS, 1973, p. 199, grifo nosso)

Encontramos diversos romances e contos, do final do século XIX e início do XX, com citações destas mesmas ruas, demonstrando a relevância memorial e cultural da área. Como, por exemplo, no conto “O Lapso”<sup>59</sup> - também de Machado de Assis - o autor cita a Rua dos Latoeiros (atual Rua Gonçalves Dias), a Rua do Piolho (atual Rua da Carioca) e a Rua da Vala (atual Rua Uruguaiana). Neste conto, o personagem protagonista, “Dr. Jeremias Halma” - um médico que trata das “doenças da alma” -, passa a tratar o personagem “Tomé Gonçalves” que sofre de “lapso de memória” perdendo “inteiramente a noção de pagar”. Esta perda de memória o deixou com grande dívida entre comerciantes e prestadores de serviços - como o cabeleireiro, o alfaiate, o sapateiro, etc. - localizados nestas Ruas anteriormente citadas. Este conto - como outros que não citaremos para não nos prolongarmos na confirmação da significância cultural e memorial desta área, - nos ajuda a confirmar que a região escolhida para a pesquisa tem em sua memória, história e estórias, uma vocação comercial e de serviços, que contribuiu na “alma”, ou na nostalgia, que estas Ruas conservam em suas edificações.

### 3.3.2. BREVE HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS RUAS

A **Rua do Ouvidor**, segundo Coaracy (1988), é uma das mais antigas ruas da cidade, denominada em 1578 de “Desvio do Mar”. Passou a se chamar Rua Aleixo Daniel ainda no século XVI, depois Rua da Cruz, e em 1650 foi alinhada e denominada de Rua Padre Homem da Costa. Sua denominação atual surgiu

<sup>59</sup> “O Lapso” é um dos contos do livro “Histórias sem datas” (1884) de Machado de Assis.

em decorrência de nesta Rua, a partir de 1745, terem morado ouvidores<sup>60</sup>, como Francisco Berquó da Silva Pereira e Manuel Pena de Mesquita. A vinda da Família Real Portuguesa (1808) e a abertura dos portos às nações amigas trouxeram diversos comerciantes e negociantes estrangeiros que introduziram no comércio carioca artigos de moda e costumes da Europa, e grande parte destes artigos importados passaram a serem vendidos em lojas da Rua do Ouvidor. Esta Rua, desde então, tornou-se a Rua mais famosa e elegante da cidade, com diversas lojas, livrarias, confeitarias e cafés, casas de música<sup>61</sup>, sede de jornais, e etc., que atraíam a alta sociedade carioca da época.

À tarde, em certos dias da semana, era quase obrigatório o comparecimento à Rua do Ouvidor de toda a gente que se prezasse de pertencer à fina sociedade. [...] as vitrinas eram pretexto para o comparecimento das senhoras. **Os intelectuais e políticos frequentavam as livrarias e sobretudo os cafés e as redações dos jornais. Porque era a rua dos Jornais.**[...] Jornal que ali não se instalasse estava prejudicado no conceito público e no seu próprio. (COARACY, 1998, p. 457, grifo nosso)

Entre as redações de Jornais existentes na Rua no final do século XIX, destacamos: A Gazeta, O País, A Tribuna, Correio da Manhã, A Notícia, o Jornal do Comércio e o Jornal O Tempo. Destacamos, também, o Café Java, o Café Londres (depois Leitaria Palmira, no início do século XX) e o muito famoso Café do Rio (Fig. 77) – frequentado à época por políticos, escritores, jornalistas e estudantes de universidade -, na esquina com a Rua Gonçalves Dias (EDMUNDO, 1938):

O coração da cidade fica no sítio em que se encontram e cruzam as Ruas do Ouvidor e de Gonçalves Dias. Nesse lugar de maior movimento, de alta elegância e melhor distinção é que se instala o famoso **Café do Rio**, com prestígio e renome, desde os últimos dias do passado regime, glória e viço dos estabelecimentos congêneres, em toda esta cidade. (EDMUNDO, 1938, p. 309).

---

<sup>60</sup> Ouvidor, durante o Período Colonial brasileiro, era a designação dos magistrados do Império Colonial Português.

<sup>61</sup> Exemplos do final do século XIX: Casa nascimento, Casa da viúva Filipone (EDMUNDO, 1938), Casa Vieira Machado e Casa Edson (LLOYD, 1913)



Fig. 77 – Interior do Café do Rio, com predominância de homens, foto de Augusto Malta em 1911.

Livraria importante da Rua do Ouvidor a ser mencionada (Fig. 78), apesar de não estar inserida na área de análise, é a Editora e Livraria Garnier (1844-1934), que pertencia ao francês Baptiste Louis Garnier, e foi muito famosa por publicar obras do escritor Machado de Assis e pelos debates que ocorriam entre famosos escritores da literatura brasileira, entre eles, o próprio Machado de Assis e o escritor José de Alencar.



Fig. 78 – Interior da antiga Livraria Garnier, que se localizava na Rua do Ouvidor. Foto do final do século XIX.

Outra loja importante a ser mencionada é a Casa Edison (Fig. 79), inaugurada em 1897, na Rua do Ouvidor nº 107<sup>62</sup> - que não faz parte da área de análise-, vendia inicialmente fonógrafos, gramofones, máquinas de escrever e artigos de novidade, todos importados, e, graças ao seu fundador, o austríaco Fred Figner, tornou-se uma das primeiras gravadoras de música do Brasil. A Casa no início do século XX mudou-se para o Nº 135 (LLOYD, 1913) – dentro da área de análise -, e funcionou como gravadora até a década de 1930.



Fig. 79 – Interior da Casa Edison, que se localizava na Rua do Ouvidor nº 107.



Fig. 80 – Propaganda da Casa Edson.

Segundo o escritor e historiador Luís Edmundo (1938), na virada do século XIX-XX o trecho da Rua do Ouvidor entre os quarteirões do Largo de São Francisco até a Rua Miguel Couto (antiga Rua dos Ourives) – nosso limite da área de análise – era a parte de maior elegância, animação e vida. As lojas mais requintadas, as lojas de moda, estavam ali concentradas.

Nesse trecho, com pouco mais de cem metros de extensão, é que palpita a vida elegante da cidade, trânsito obrigatório dos que chegam dos arrabaldes à parte central da cidade, a compras ou a passeio. (EDMUNDO, 1938, p. 40).

Edmundo (1938) destaca as casas francesas, ou de nome francês, presentes na região, demonstrando a influência da Europa, principalmente da França, na moda e nos costumes brasileiros:

<sup>62</sup> A numeração não é a mesma que a atual. Afirmamos a localização aproximada das lojas citadas no decorrer deste item – com algumas exceções que possuem mais informações - por descrição dos autores, que descrevem os locais citando, por exemplo, ruas próximas.

Nós vamos encontrar, assim, no começo deste século [XX], inúmeras casas francesas ainda dominando, limpando, orientando e prestigiando o comércio da Rua do Ouvidor. São francesas ou de nomes franceses, entre outras casas, no começo do século, as de Madame Dupeyrat (coletes), Madame Estouieigt (alta-costura), Madame Coulon (camisaria), Madame Douvizi (chapéus de senhora), Madame Rosensvald (florista), La curte (alfaiate), Madame Dreyfus (modas), Cailteau (confeiteiro), Garnier (livreiro). As casas chamam-se *Notre Dame de Paris*, *Tour Eiffel*, *Carnaval de Venise*, *Palais Royal*, *L'Opera...* (EDMUNDO, 1938, p. 43-4).

O autor cita outras lojas voltadas para um público da alta sociedade (Fig. 81), além das citadas anteriormente, também localizadas na área de análise, como as Casas de moda Madame Guimarães, Barbosa e Camisaria Americana; as Casas de fazendas Nascimento e Fio-de-Ouro; as alfaiatarias La curte, Vale e Raunier; as perfumarias Pepe e Lopes, Ramos Sobrinho e a Perfumaria e charutaria Guimarães (Fig. 82); as chapelarias Jacinto Lopes, Watson e Americana; as Casas de Luvas Gomes e Carmo; a Sapataria Costa; as joalherias Luís de Resende, Farani e Colucci; entre outras.



Fig. 81 - Rua do Ouvidor com suas lojas requintadas e transeuntes elegantes. Foto de Marc Ferrez, 1890.



Fig. 82 - Rua do Ouvidor vendo-se os prédios da Charutaria e perfumaria Guimarães e da Casa Ramos Sobrinho. Foto de Augusto Malta, final do século XIX.



Fig. 83 - Rua do Ouvidor, foto de 1890

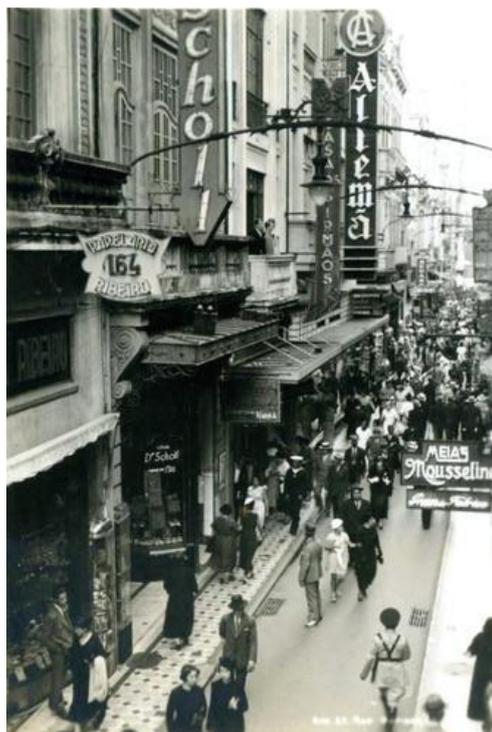


Fig. 84 - Rua do Ouvidor, e suas lojas, foto da primeira década do século XX.

Um exemplo que destacamos, de comércio de luxo e requinte, é o alfaiate Raunier, que se localizava no final do século XIX na Rua do Ouvidor próximo ao Largo de São Francisco. Este alfaiate é citado na obra “Senhora” (1875) do escritor José de Alencar, como o “alfaiate da moda”:

Assim no recosto de uma das velhas cadeiras de jacarandá via-se neste momento uma casaca preta, que pela fazenda superior, mas sobretudo pelo corte elegante e esmero do trabalho, conhecia-se ter **o chique da casa do Raunier, que já era naquele tempo o alfaiate da moda.** (ALENCAR, 1875, p.13, grifo nosso)

Segundo o inglês Reginald Lloyd, que escreveu em 1913 o livro “Impressões do Brasil no Século Vinte” relatando diversos estabelecimentos comerciais importantes da cidade no início do século XX, outras Casas (lojas) de renome abriram suas portas na Rua do Ouvidor, dentro de nossa área, como a Casa Cirio, fundada em 1903 no nº183, que se tornou um dos mais importantes estabelecimentos de perfumaria e venda de artigos para dentista. Outro exemplo ocorrido no início do século XX foi a substituição do edifício nº 179, antiga Casa Vieira Machado (Fig. 85) que vendia instrumentos musicais importados, e segundo Lloyd: “a Casa Vieira Machado é o centro de reunião

dos artistas, e, pela sua feição pronunciadamente artística, é merecidamente simpática do público.” (LLOYD, 1913). Outro exemplo de substituição de edifício na Rua do Ouvidor foi o edifício que era a sede da redação do Jornal O País, para abrigar, porém, a nova sede da *Casa Tour Eiffel* - um importante estabelecimento de roupas masculinas, citada anteriormente por Edmundo (1938) -, estabelecimento que existia desde 1889 na Rua do Ouvidor e, segundo Lloyd (1913), foi demolido em 1903 devido às obras da abertura da Avenida Central. Por esta razão, em 1904 o proprietário da *Casa Tour Eiffel* comprou o edifício que sediava o Jornal O País<sup>63</sup>, localizado na Rua do Ouvidor - fora da área de análise - e mandou construir um novo edifício em seu local (Fig. 86) inaugurado em 1905.

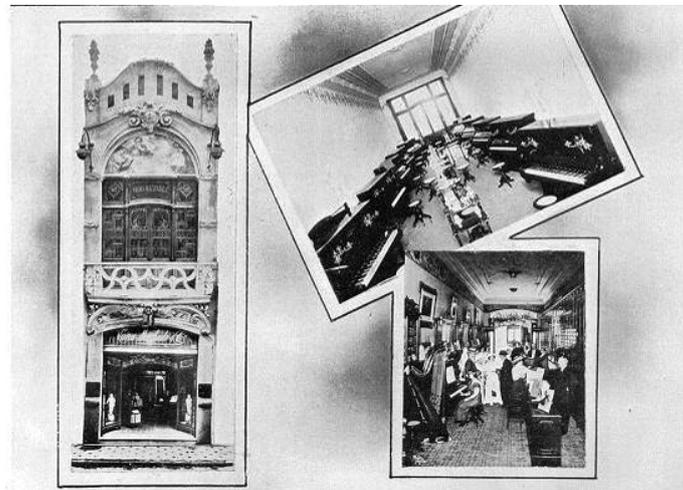


Fig. 85 - Imagens da fachada do interior da Casa Vieira Machado, que se localizava na Rua do Ouvidor nº 179, 1913

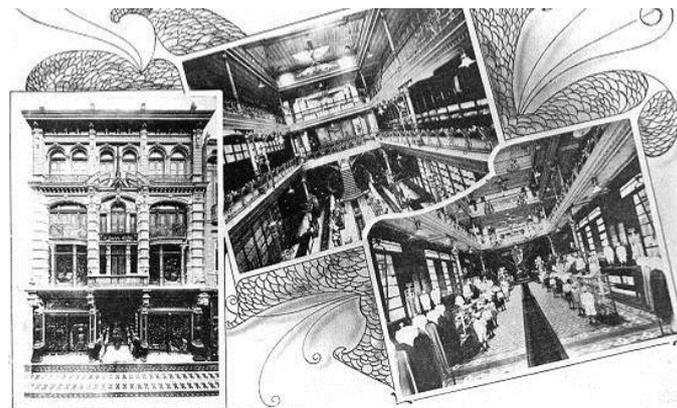


Fig. 86 - Imagens da fachada do interior da nova edificação da *Tour Eiffel*, 1913.

<sup>63</sup> O Jornal O País foi transferido para uma nova sede na Avenida Central. A edificação e jornal não existem mais.

Apesar de estar fora da área de análise, interessante caso foi a construção do edifício<sup>64</sup> da famosa Casa Colombo (Fig. 87), uma loja de departamento de roupas e artigos importados, localizada na Avenida Central nº 111, esquina da Rua do Ouvidor, que segundo Lloyd (1913) estava localizada no “melhor ponto comercial da cidade do Rio de Janeiro (...) num dos quatro ângulos formados por aquelas duas artérias rivais, comercialmente falando”.



Fig. 87 – Edifício da Casa Colombo, localizava-se em uma das principais esquinas de comércio da cidade: o cruzamento da Avenida Central e a Rua do Ouvidor.

Percebemos que a abertura da Avenida Central, no começo do século XX, não retirou a importância comercial da Rua do Ouvidor, ela continuou sendo, agora junto da nova Avenida, uma das principais vias comerciais da cidade, influenciando também na construção de novas edificações ecléticas na Rua, substituindo os antigos, como nos casos da Casa Vieira Machado e da Casa *Tour Eiffel*, contribuindo para a caracterização arquitetônica da Rua e da região: edificações ecléticas da *Belle Époque* carioca.

No decorrer das décadas seguintes, algumas lojas anteriormente citadas foram sendo substituídas, e na década de 1940 muitas das lojas já não existiam mais na Rua do Ouvidor, porém, as novas lojas comerciais – diversas ainda no

<sup>64</sup> A edificação não existe mais.

ramo de vestuário e moda - continuavam atraindo muitos consumidores (Fig. 88). Percebemos que a Rua do Ouvidor permaneceu, no decorrer das décadas seguintes (de 1950 a 1970), como uma Rua de compras muito frequentada pela sociedade, como se pode ver nas imagens a seguir (Fig. 88 a 92).



Fig. 88 – Transeuntes elegantes da Rua do Ouvidor na década de 1940, foto de 1941.



Fig. 89 – Grande concentração de pessoas na Rua do Ouvidor na década de 1950.

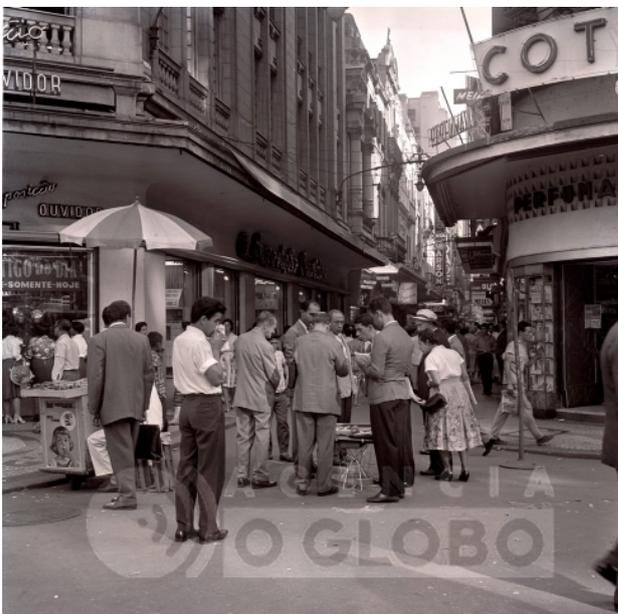


Fig. 90 – Rua do Ouvidor com diversos transeuntes na década de 1960, foto de 1961.

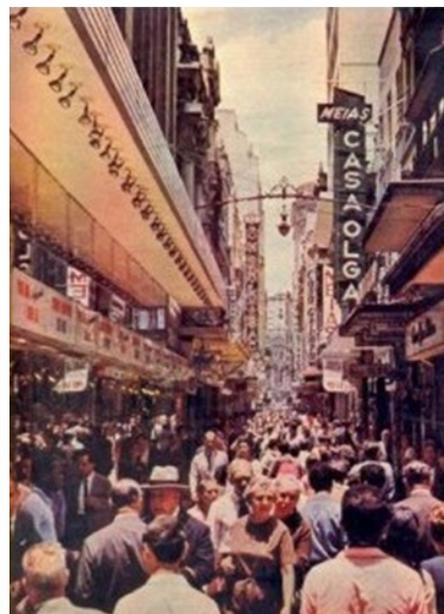


Fig. 91 – Muito movimento na Rua do Ouvidor na década de 1960, foto de 1964.



Fig. 92 - Rua do Ouvidor, na década de 1970.

Na **Rua Gonçalves Dias**, segundo Coaracy (1988), existia uma tanoaria<sup>65</sup>, no final do século XVIII, pertencente a Domingos Fernandes, que foi preso por esconder Tiradentes<sup>66</sup>. Em 1865 a Rua, que se denominava Rua dos Latoeiros<sup>67</sup>, passou a se chamar Gonçalves Dias, em memória ao poeta que residiu<sup>68</sup> nesta Rua. A partir de 1868 os bondes da *Botanical Garden Railroad Company* - Companhia Jardim Botânico - tinham o seu ponto inicial nesta Rua, esquina com a Rua do Ouvidor. Segundo o autor, em função da tração dos bondes ser feita por animais, o que dificultava a limpeza da Rua acarretando em maus odores que não combinavam com a elegância do comércio da Rua do Ouvidor, e também pela Rua ser estreita para realizar as manobras e atender o aumento do tráfego, que se tornou mais numeroso, o ponto inicial dos bondes foi transferido para o Largo da Carioca em 1890. Acreditamos que a transferência do ponto inicial dos bondes contribuiu para o desenvolvimento e

<sup>65</sup> Estabelecimento que abriga o ofício de tanoeiro - o que faz ou conserta tonéis ou outras vasilhas semelhantes.

<sup>66</sup> Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, foi um dentista mineiro e ativista político. No Brasil, é reconhecido como mártir da Inconfidência Mineira e herói nacional. Foi executado no dia 21 de abril de 1792.

<sup>67</sup> O que faz ou vende obras de latão ou de lata, funileiro. Segundo Coaracy (1988), como em Lisboa, muitas das antigas ruas do Rio de Janeiro tiveram denominações indicadoras de ofícios e profissões.

<sup>68</sup> Segundo Coaracy (1988), no local do prédio onde morou Gonçalves Dias atualmente encontra-se o edifício da Associação dos Empregados no Comércio, com entrada pela Rua Gonçalves Dias nº40, e pela Avenida Rio Branco nº 120, entradas unidas por meio de uma galeria térrea de lojas.

o *glamour* da Rua Gonçalves Dias, pois, segundo Edmundo, no início do século XX: “O coração da cidade fica no sítio em que se encontram e cruzam as Ruas do Ouvidor e de Gonçalves Dias” (1938, p. 309).

Além do já mencionado Café do Rio, localizado na esquina das Ruas do Ouvidor e Gonçalves Dias, existiam outros importantes Cafés, como o Café Papagaio, fundado em 1870, muito frequentado no início do século por pessoas famosas, como por exemplo, o compositor Noel Rosa (CHEDIAK, 2009). Outro exemplo é o Café Glacier, construído no final do século XIX, e citada por João do Rio no livro “As Religiões no Rio” de 1904. Em 1934 o edifício que abrigava o Café Glacier passou a funcionar como uma loja de artigos importados de luxo denominada Casa Daniel<sup>69</sup>, que permaneceu com essa utilização até o final do século XX. Importante mencionar a famosa, muito frequentada, e até hoje existente, Confeitaria Colombo<sup>70</sup>, fundada em 1894.

A Rua Gonçalves Dias era reconhecida, no final do século XIX e início do século XX, pelo seu comércio diversificado (Fig. 93, 94, 95), não tão luxuoso como os da Rua do Ouvidor, mas também frequentado pela alta sociedade do Rio de Janeiro, principalmente os cafés e as confeitarias ali existentes.



Fig. 93 - Rua Gonçalves Dias, foto de Augusto Malta, 1905.



Fig. 94 - Rua Gonçalves Dias e suas lojas, foto de Augusto Malta, 1905

<sup>69</sup> Dissertaremos mais sobre a Casa Daniel no próximo item – 3.4 ANÁLISE DA ÁREA DE ESTUDO

<sup>70</sup> Dissertaremos mais sobre a Confeitaria Colombo no próximo item – 3.4 ANÁLISE DA ÁREA DE ESTUDO



Fig. 95 - Rua Gonçalves Dias, esquina com a Rua Sete de Setembro. Vê-se o armazém A Fama, com o letreiro: Legítima e Real Liquidação. Foto de Augusto Malta, início do séc. XX.

A redação do Jornal do Brasil teve a sua primeira sede na Rua Gonçalves Dias Nº 56, a partir 1891 – ano de sua fundação -, até 1910, quando a Sede do Jornal foi transferida para o novo edifício<sup>71</sup> construído na recém-inaugurada Avenida central (Atual Avenida Rio Branco). Porém, a abertura da Avenida não transferiu todos os estabelecimentos da Rua Gonçalves Dias, a Rua continuava atraindo estabelecimentos de renome, como o exemplo da Casa Hermann, que no início do século XX foi inaugurada na Rua Gonçalves Dias a casa matriz deste estabelecimento, que já existia desde 1855 na Rua dos Ourives (atual Miguel Couto). A Casa era representante de diversas marcas de produtos estrangeiros – calculadoras, maquinas de escrever, joias, automóveis, entre diversos outros produtos -, e além da casa matriz da Rua Gonçalves Dias nº67, a Casa Hermann contava com uma seção de venda de produtos dentários na mesma Rua nº54, uma seção de perfumaria na Avenida Central (Fig. 96), entre outras na cidade (LLOYD, 1913).

<sup>71</sup> Edifício que foi por duas décadas o mais alto da América Latina, e demolido na década de 1970.



Fig. 96 - Imagem com os mostruários das Casas Hermanny, localizadas na Rua Gonçalves Dias, e do edifício da Avenida Central, 1913.

Esta Rua, assim como a Rua do Ouvidor, permaneceu com a utilização comercial das lojas e muito frequentada pela sociedade (Fig. 97 e 98), mesmo com as modificações de uso das lojas no decorrer das décadas seguintes.



Fig. 97 e 98 – Rua Gonçalves Dias ainda com muitos transeuntes e diversas lojas. Vê-se na fotografia à esq. o letreiro da Casa Daniel, antigo Café Glacier. Década de 1960.

A **Rua Uruguaiana** se chamava inicialmente Rua da Vala, pois nela passava uma calha natural que foi retificada e transformada em vala, e serviu de depósito dos detritos da população colaborando para a insalubridade da cidade. Mesmo quando a vala foi coberta por lajes de granito, o que conformou o leito da Rua, a denominação permaneceu a mesma. Em 1865 a Rua passou a se chamar Uruguaiana em memória da rendição de Uruguaiana<sup>72</sup> ocorrida durante a Guerra do Paraguai. Antes da reforma de Pereira Passos a rua era estreita (Fig. 99), porém era uma das ruas principais da cidade e de grande circulação de pessoas. Existiu nesta rua o famoso teatro Alcazar, que exibia espetáculos parisienses, e era um dos pontos mais frequentados pelos intelectuais e boêmios da época (COARACY, 1988).

O Alcazar, pelo gênero das comédias e operetas ali representadas e, talvez ainda mais, pelas artistas francesas que compunham o seu elenco, exerceu inegável influência, de certo modo, sobre os costumes da sociedade alegre do tempo, com extensas repercussões. (COARACY, 1988, pg. 473)



Fig. 99 - Obras de alargamento da Rua Uruguaiana, esquina com a Rua Sete de Setembro, vê-se na imagem a largura anterior da Rua, que estava passando pela fase do “bota-baixo” de Passos, 1905.

A Rua Uruguaiana, antes da Reforma, já possuía um comércio variado, como a Casa Doux, que vendia móveis, tapeçarias e artigos para ornamentação de

<sup>72</sup> Uruguaiana é uma cidade do Rio Grande do Sul, onde ocorreu este episódio da Guerra.

residências, o Bazar América (Fig. 100), que vendia louças, porcelanas e diversos outros artigos importados da Europa e também do Japão (LLOYD, 1913), a loja de Sapatos Casa da Onça (Fig. 101 e 102) e a Casa de Fazendas Pretas (Fig. 102 e 103), que era especializado em confecção de vestuários para luto, porém, com a abertura da Avenida Central, transferiu-se para o N° 143 (LLOYD, 1913) (Fig. 102);

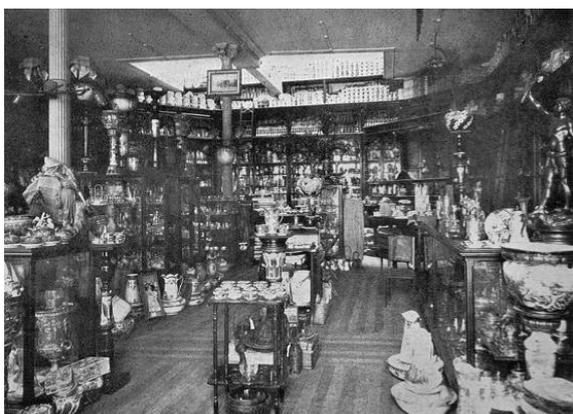


Fig. 100 – Interior do Bazar América, localizado na Rua Uruguaiana, foto de 1913.



Fig. 101 - Interior da Casa da Onça, localizada na Rua Uruguaiana. Foto de 1908.

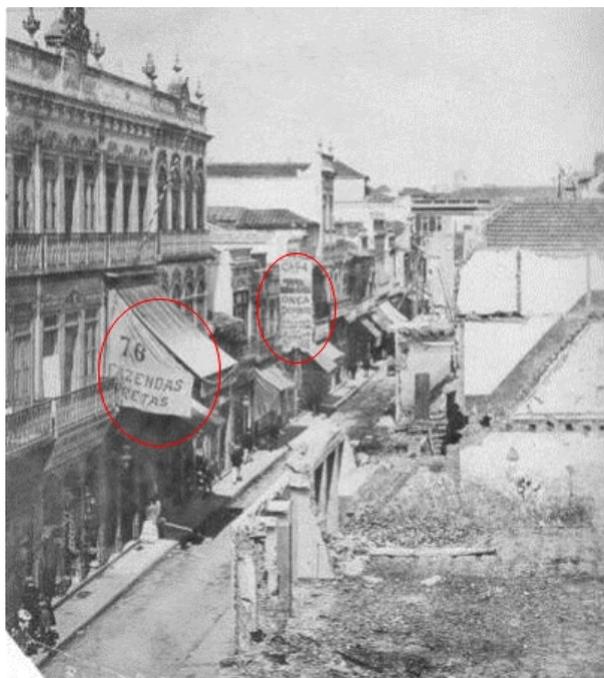


Fig. 102 – Rua Uruguaiana em obras de alargamento. Vê-se a propaganda em frente ao prédio da Casa da Onça (sapatos) e o toldo da Casa de Fazendas Pretas, 1905.



Fig. 103 – Propaganda da nova sede da Casa Fazendas Pretas, 1908.

A Rua no final do século XIX possuía outros tipos de estabelecimentos, além de comércios, existiam estabelecimentos de serviço, como ferreiros e

serralheiros (Fig. 104), que, após a Reforma, não se adequavam mais a Rua que se tornou uma importante, e muito frequentada, via (Fig. 105) de compras.



Fig. 104 – Edificação demolida na Reforma de Passos, e exemplo de ofício não mais adequado a Rua.



Fig. 105 – Rua Uruguaiana, vista para o lado do Largo da Carioca, muito frequentada pela alta sociedade após a Reforma de Passos, 1907.

Na Rua, foram surgindo novas edificações ecléticas com lojas elegantes, como por exemplo, a nova edificação da Joalheria Accacio Leite (Fig. 106), esquina com a Rua do Ouvidor. Junto a estas novas lojas, permaneceram as diversas alfaiatarias elegantes já existentes, como a Alfaiataria Inglesa White Star Company (Fig. 107), a Alfaiataria Mello (Fig. 108), a Alfaiataria Moreno (Fig. 109). Em 1907 o elegante magazine Casa Raunier (antigo alfaiate que se localizava na Rua do Ouvidor), ocupou nova edificação, localizada na Rua Uruguaiana, esquina com a Rua do Ouvidor (Fig. 110).



Fig. 106 – Nova edificação da Joalheria Accacio Leite.



Fig. 107 - Rua Uruguiana. Vê-se a Alfaiataria White Star Company. Foto de Augusto Malta, primeira década do século XX.



Fig. 108 - Rua Uruguiana. Vê-se a Alfaiataria Mello. Foto de Augusto Malta, primeira década do século XX.



Fig. 109 - Rua Uruguiana. Vê-se a Alfaiataria Moreno. Foto de Augusto Malta, primeira década do século XX.

O edifício que abrigava o magazine Casa Raunier (Fig. 110) foi demolido e na década de 1950 foi construído outro edifício, de dez andares de escritórios, que abrigou no térreo a, também famosa e elegante, Loja Sloper<sup>73</sup> (Fig. 111 e 112).

<sup>73</sup> A Casa Sloper, “a primitiva, muito modesta”, segundo Edmundo (1938), no início do século XX se abrigava em um edifício na Rua do Ouvidor, próximo ao Largo de São Francisco. O atual Edifício “Sloper”,



Fig. 110 – Rua Uruguaiiana, esquina da Rua do Ouvidor, vendo-se o edifício da Casa Raunier. Década de 1910.



Fig. 111– Rua do Ouvidor, esquina com a Rua Uruguaiiana, vendo-se o novo edifício Sloper, foto de 1964.



Fig. 112 – Interior da loja Sloper, foto de 1958.

A Rua Uruguaiiana, assim como as ruas citadas anteriormente, permaneceu, no decorrer das décadas, muito frequentada pela sociedade (Fig. 113 e 114) devido as lojas comerciais existentes, mesmo com as constantes modificações de uso das lojas.

---

apesar de permanecer com a denominação original, abriga atualmente uma loja de departamento de roupas populares – Leader Magazine –que nada lembra o glamour das duas antigas lojas que antes ali existiram.



Fig. 113 - Rua Uruguaiana, esquina da Rua do Ouvidor, com muitos transeuntes, foto de 1957.



Fig. 114 - Rua Uruguaiana com muitos transeuntes e ainda como uma importante via de tráfego da cidade, poucos anos antes de se iniciarem as obras do Metrô da carioca (1978) e da modificação do trânsito da Rua, foto de 1974.

A Rua Ramalho Ortigão inicialmente denominava-se Rua das Pedras Negras, por motivo desconhecido, e depois passou a se chamar Travessa de São Francisco, por se localizar em frente à Igreja de São Francisco de Paula (Igreja que também deu nome ao Largo onde ela está localizada). Na Reforma de Pereira Passos a Rua foi prolongada até a Rua da Carioca, onde foi estabelecido um Mercado de Flores, depois transferido para a Praça Olavo Bilac onde até hoje se encontra.

Nesta Rua foi construído um imponente edifício e instalada uma loja de modas e tecidos, famosa à época, denominada Parc Royal<sup>74</sup> (Fig. 115 e 116). Em 1943 o edifício foi totalmente destruído por um incêndio, permanecendo o local como um estacionamento até os dias atuais (Fig. 117). O nome atual da Rua surgiu em homenagem ao proprietário da loja Parc Royal, Vasco Ramalho Ortigão.

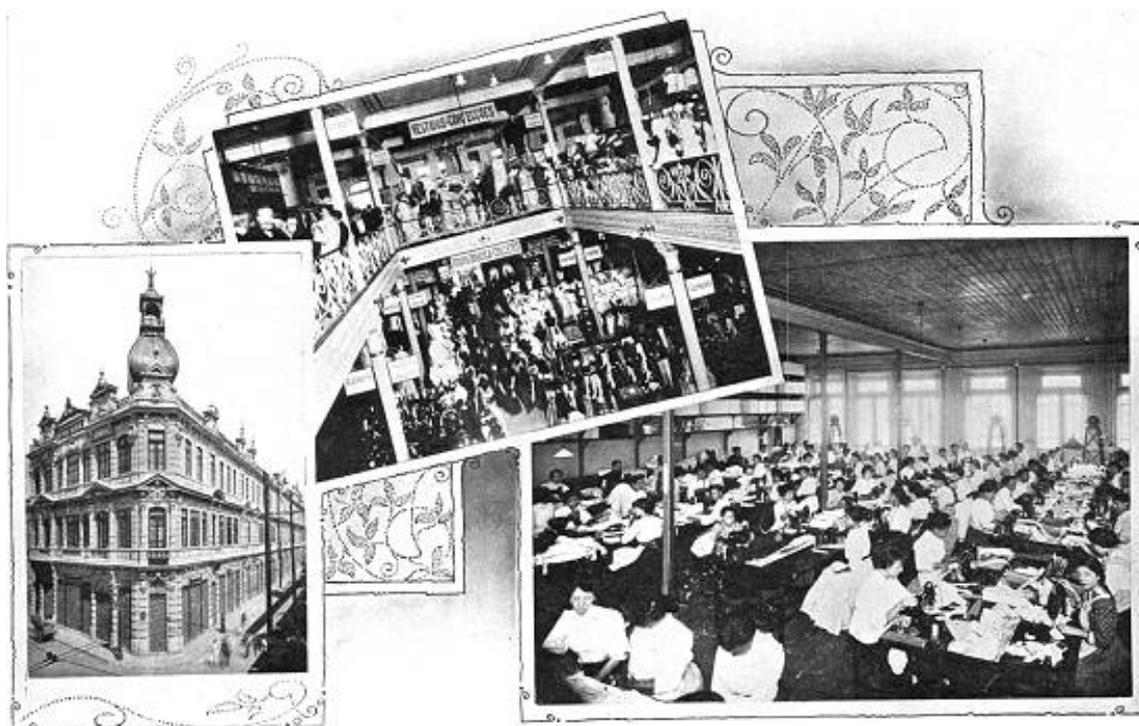


Fig. 115. Fachada, interior da Loja, e área de produção da Parc Royal, 1913.

<sup>74</sup> O estabelecimento Parc Royal foi fundado em 1875, tendo iniciado a sua existência numa pequena loja em frente ao local da edificação nova. (LLOYD, 1913)

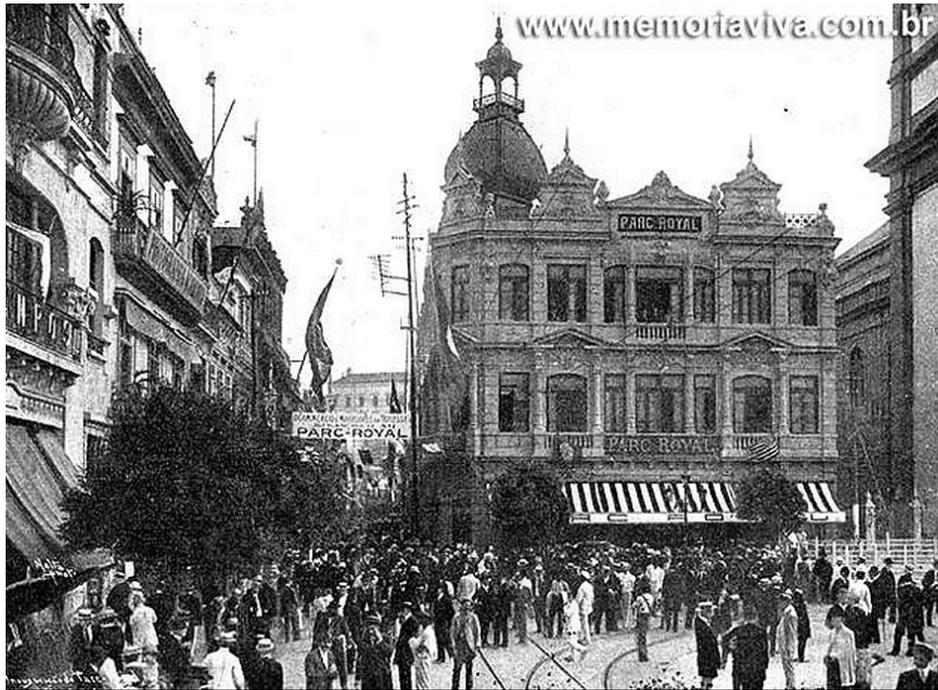


Fig. 116 – Edifício da Loja Parc Royal, à direita a Igreja de São Francisco de Paula, à esquerda a Travessa de São Francisco (atual Rua Ramalho Ortigão), início do século XX.



Fig. 117 – Rua Ramalho Ortigão, o estacionamento em frente é a localização onde antes se encontrava a edificação da loja Parc Royal, à direita a Igreja de São Francisco de Paula.

Outra loja tradicional da Rua, mas que permanece até os dias atuais, é a Casa Cruz, inaugurada em 1893 por José Rodrigues da Cruz. Inicialmente era uma pequena loja de vidros, tornando-se uma papelaria alguns anos depois, e no início do século XX foi construída outra edificação em seu local (Fig. 118). Devido ao incêndio ocorrido na loja Parc Royal em 1943, a Casa CRUZ foi destruída parcialmente (Fig. 119) junto com a outra tradicional papelaria Casa

Mattos<sup>75</sup>, pois elas se localizavam em frente do local onde existia a edificação da Parc Royal. A Casa Cruz foi reconstruída na década de 1940, e recentemente outro incidente afetou o edifício, no dia 23 de dezembro de 2007 a própria Casa Cruz sofreu um incêndio (Fig. 120), e em 2008 a loja foi novamente reconstruída e reinaugurada um ano depois (Fig. 121).



Fig. 118 – Fachada da Casa Cruz em 1928.



Fig. 119 – Incêndio da Loja Parc Royal afetou o edifício da Casa Cruz, 1943.



Fig. 120 – Incêndio ocorrido na Casa Cruz em 2007.



Fig. 121 – Casa Cruz após reconstrução ocorrida em 2008, foto de 2012.

Assim como nas outras Ruas já citadas, na Rua Ramalho Ortigão ocorreram diversas modificações de usos das lojas existentes no decorrer das décadas, mas permanecendo como uma rua muito frequentada, devido ao comércio que modificava, mas permanecia como um atrativo para a sociedade.

<sup>75</sup> A Casa Mattos pertencia ao genro de Francisco Rodriguez da Cruz, proprietário na época da Casa Cruz. A Casa Mattos foi uma tradicional papelaria com diversas filiais espalhadas pela cidade, existentes até recentemente, porém, atualmente a papelaria não existe mais.

### 3.4. ANÁLISE DA ÁREA DE ESTUDO

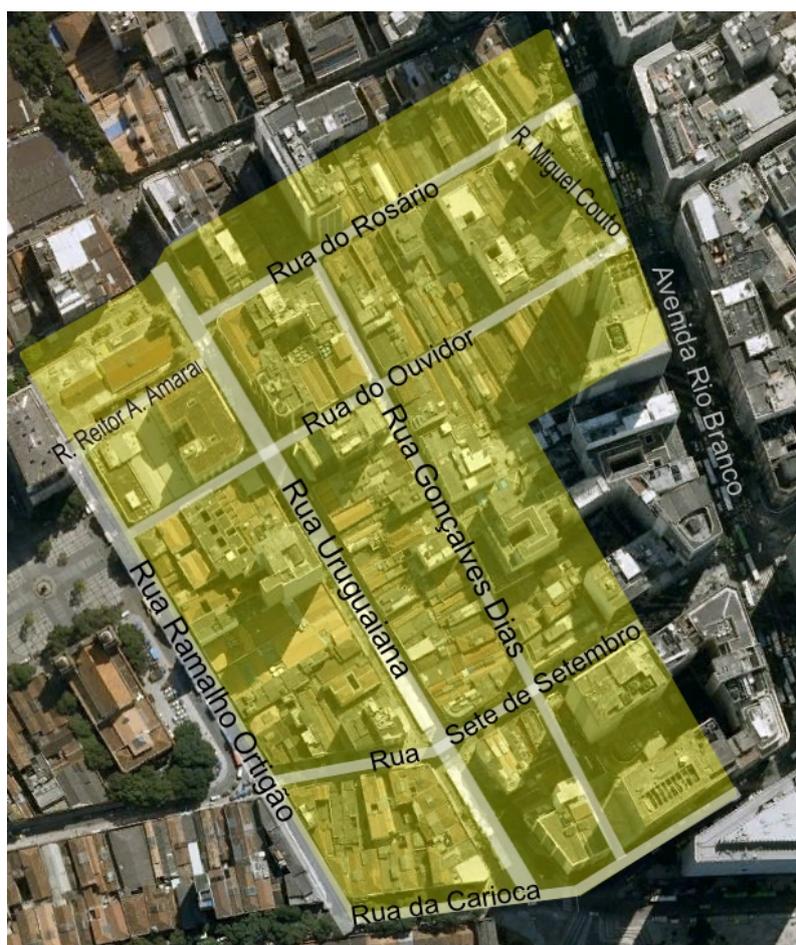


Fig. 122 – Delimitação do polígono de estudo em amarelo.

Segundo Pinheiro (2002a, p. 205), a primeira reforma do século XX, de Pereira Passos, delimitou a Avenida Central – atual Rio Branco – como uma área de prestígio, e as renovações arquitetônicas ocorridas nas décadas seguintes no centro modificaram completamente a configuração arquitetônica da Avenida, “mas essa renovação não contaminou a vizinhança; a Rua Uruguaiana, por exemplo, apesar de muito próxima, não se modernizou”. Com base no levantamento (ver Apêndice) realizado na área de estudo (Fig. 122), podemos confirmar a afirmativa de Pinheiro, pois o trecho da Rua Uruguaiana inserido no polígono de análise manteve 75% das edificações construídas até o ano de 1938<sup>76</sup> (Fig. 123). Apesar desta característica, algumas das novas edificações da Rua Uruguaiana possuem gabaritos muito altos (com edificação de até 25

<sup>76</sup> Apesar desta data não ter relação com a legislação do Projeto Corredor Cultural, ela foi escolhida para a pesquisa por ser uma data significativa do Decreto N°20048 de 2001 que define que qualquer edificação da cidade do Rio de Janeiro construída até 1937 deve passar por aprovação do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, antes de qualquer alteração ou demolição.

andares), que destoam e modificam a homogeneidade da paisagem urbana da região (Fig. 124 e 125).



Fig. 123 – Rua Uruguaiana com predominância de edificações com gabaritos baixos, e construídos até 1937.



Fig. 124 – Diferença de gabarito entre as edificações mais novas, e as construídas até 1938.

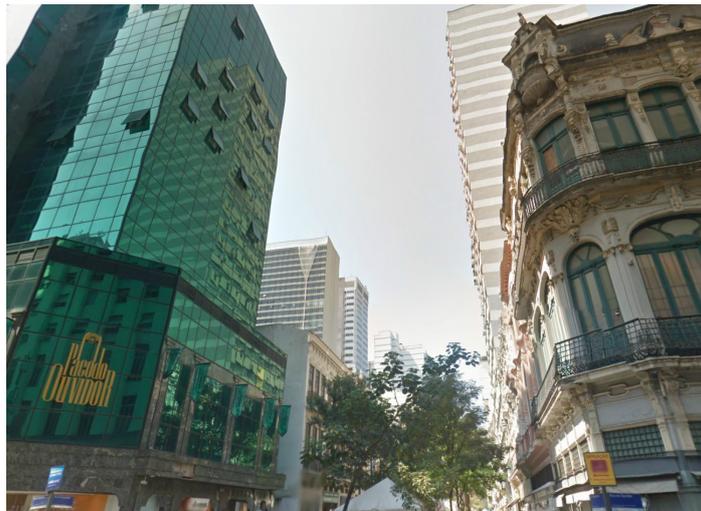


Fig. 125 – Perspectiva da Rua Uruguaiana, esquina com a Rua do Ouvidor, com algumas edificações com altos gabaritos que interferem na homogeneidade da paisagem urbana da área.

Analisando a área de estudo como um todo - que está localizada muito próxima a Avenida Rio Branco (Fig. 126), com seus edifícios modernos e altos (Fig. 127 e 129) -, a região conservou grande parte das edificações antigas, com a permanência de 74% das edificações construídas até o ano de 1938.

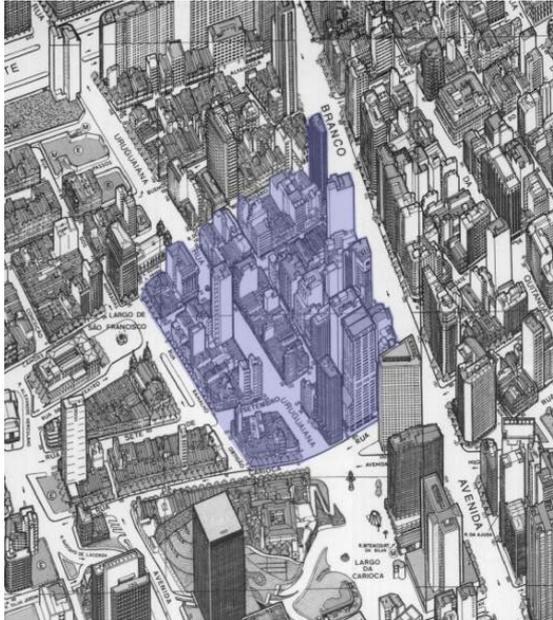


Fig. 126 – Desenho em perspectiva da área, com as altas edificações da Avenida Rio Branco, e os gabaritos mais baixos concentrados na nossa área de análise.



Fig. 127 – Avenida Rio Branco, próxima a nossa área de estudo, e seus altos edifícios modernos.



Fig. 128 e 129 – Avenida Rio Branco esquina com a Rua do Rosário, em 1910 e atualmente, como o edifício Simpatia a esquerda, um dos dez remanescentes da abertura da Avenida Central.

Como foi dito, a área estudada foi, entre o final do século XIX e início do XX, uma das áreas mais importantes de compras, onde as novidades de produtos vindos do exterior, sobretudo os artigos de moda<sup>77</sup>, eram encontradas nas lojas desta região, principalmente nas Ruas do Ouvidor e Gonçalves Dias. Percebemos no levantamento (ver Apêndice) que a área manteve um grande percentual de lojas térreas comerciais (85%), e apenas 1% das edificações da região<sup>78</sup> não possuem espaço para lojas térreas, o que marca a região ainda como uma área comercial da sociedade na atualidade. A área tem 7% dos espaços para lojas com o uso de serviço e 7% dos espaços para loja estão fechados - sendo 3% fechados para reforma - (Gráfico 1). Mesmo com o crescente número de *Shoppings Centers* na cidade, que sabemos ter afetado negativamente o comércio de rua das cidades brasileiras, percebemos que a área, apesar da atual característica efêmera das necessidades da vida do homem junto a estes diversos *Shoppings Centers*, conseguiu permanecer como uma região de compras para a sociedade carioca de hoje, e acreditamos ter sido incentivado pela nostalgia - as recordações que a esta região estão ligadas - de épocas passadas.

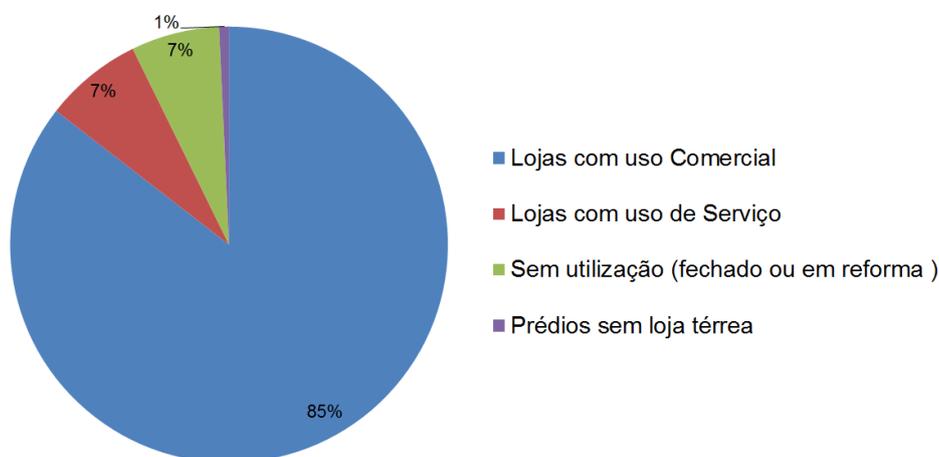


Gráfico 1 – Porcentagem dos espaços térreos das edificações da região.

As Ruas selecionadas, algumas estreitas e restritas a pedestres – como a Rua do Ouvidor e a Rua Gonçalves dias -, outras mais largas com circulação de carros, mas quase reservadas a grande circulação de pedestres – como o trecho da Rua Uruguaiana inclusa nesta análise -, possuem a capacidade de

<sup>77</sup> Afirmamos isso com base na pesquisa realizada sobre as lojas existentes nas Ruas no final do século XIX e início do XX, item 3.3.2. BREVE HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS RUAS.

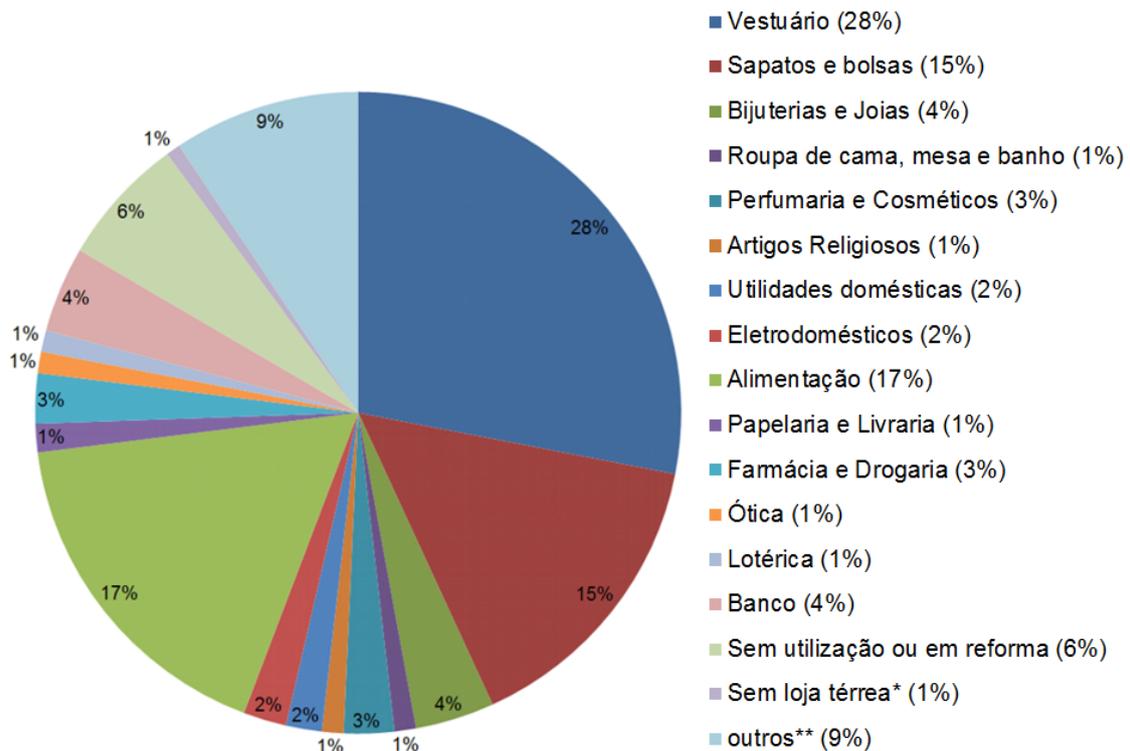
<sup>78</sup> Com exceção das duas igrejas existentes na área analisada



Destas sete edificações tombadas, duas são Igrejas (Igreja de N. Sra. da Conceição da Boa Morte e Igreja de N. Sra. do Rosário e São Benedito ) e as outras cinco possuem utilização comercial. Percebemos, então, que os usos comerciais ali existentes são, de alguma forma, importantes para o patrimônio cultural da cidade, ou não estariam em sua denominação de tombamento<sup>80</sup>.

A predominância de utilização dos espaços comerciais térreos é no ramo de vestuário (28%), seguido por alimentação (17%, sendo 3% de cafeterias e Confeitarias), e sapatos e bolsas (15%) (Gráfico 2). O grande percentual encontrado de lojas de vestuário e sapatos (total de 43%) demonstra a vocação de utilização das lojas comerciais da região analisada.

**Porcentagem dos Tipos de Utilização das Lojas Térreas**



\* Não entrou na contagem as duas igrejas da área;  
 \*\* Utilização que não chegaram a 1% ( aparecem apenas 1 ou 2 vezes em toda área). Ex: Artigos decorativos e Presentes; Artigos esportivos; Cds e dvds; Armazém; telefonia; salão de beleza; entre

Gráfico 2 – porcentagem dos tipos de utilização das lojas térreas.

Uma característica marcante percebida na pesquisa é a grande quantidade de lojas de produtos voltados exclusivamente para o público feminino, como lojas

<sup>80</sup> As edificações tombadas que possuem uso comercial tem como denominação de tombamento o uso (ver Figura 130), mesmo os que têm sua utilização atual diferente do tombamento.

de vestuário, bolsas, sapatos, bijuterias e joias, ao todo 29% das lojas, e apenas 7% são exclusivas para homens, sem incluir as lojas unissex (que são 10% das lojas). (Gráfico 3)

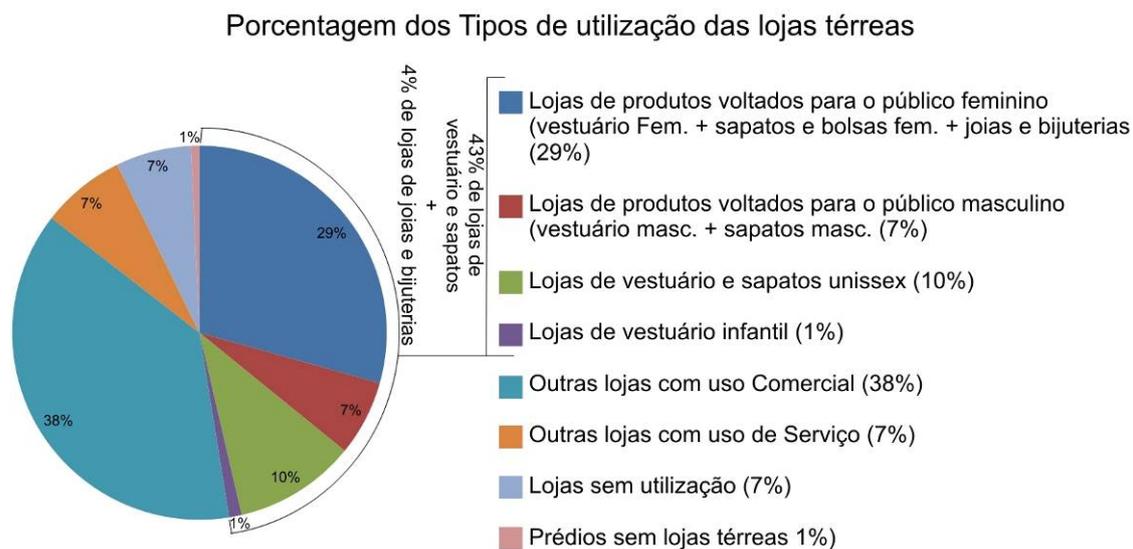


Gráfico 3 – Porcentagem dos tipos de utilização das lojas térreas.

Outra característica importante a ser mencionada é que a maior parte das lojas de vestuário, sapatos e bolsas – tipo de uso que predominam na região (43% das lojas) - estão concentradas nas Ruas do Ouvidor e Gonçalves Dias (55% do total de lojas de vestuário e sapatos da região). Do total de lojas voltadas exclusivamente para o público feminino (29%), mais da metade destas lojas (48 lojas das 81 existentes na área, ou seja, 59%) estão concentradas também nestas duas Ruas. Somente as lojas de produtos voltados exclusivamente para o público masculino não tem sua maioria concentrada nestas Ruas (Gráfico 4). Como vimos no decorrer deste capítulo, a Rua do Ouvidor era conhecida como a Rua das novidades, da moda europeia, a Rua de se fazer compras, e por isso, muito frequentada por mulheres, o que nos faz concluir que estas Ruas permanecem com esta característica de lugar de compras voltado para o público feminino.

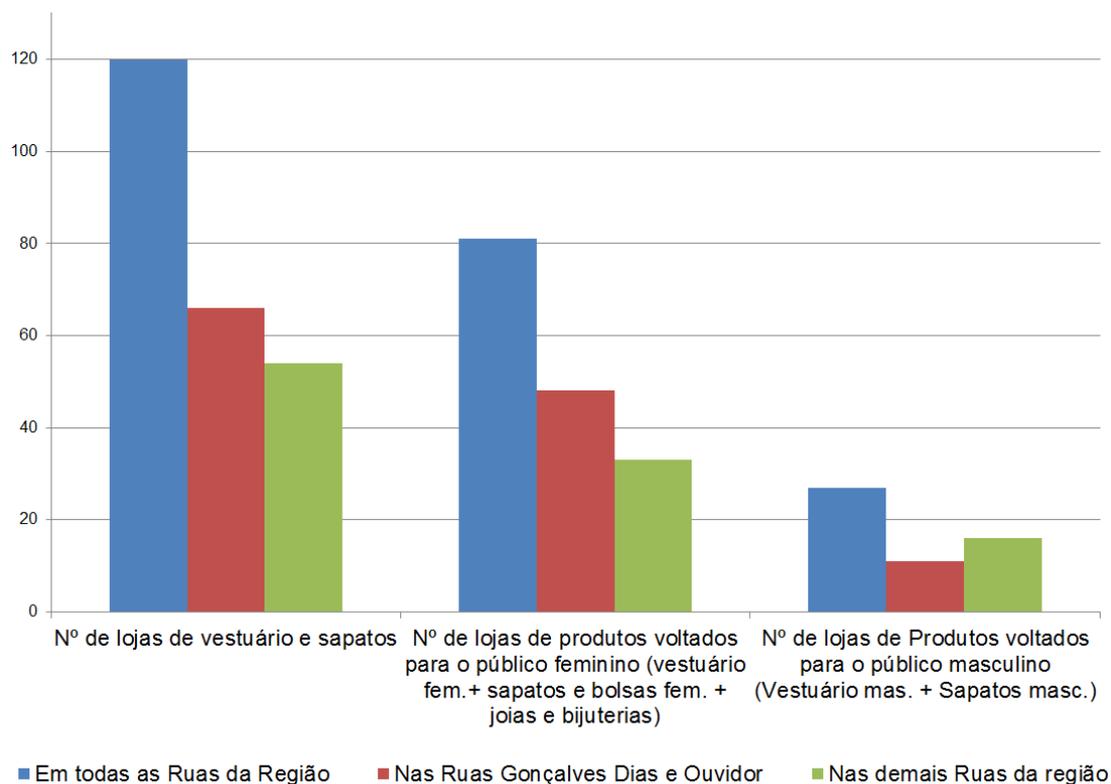


Gráfico 4 – Comparativo entre o nº de lojas de artigos de vestuário de toda área analisada, o nº de lojas concentradas nas Ruas do Ouvidor e Gonçalves Dias, e nas demais ruas da região.  
Fonte: Gráfico produzido pela autora.

É importante destacarmos que estão concentradas nas Ruas do Ouvidor e Gonçalves Dias as lojas que vendem produtos mais caros e de marcas mais famosas, com a decoração interior das lojas visivelmente mais bem elaboradas, voltadas para um consumidor da classe média e/ou média-alta (ex. da Fig. 131 e 132), e percebemos que a medida que nos afastamos deste ‘cruzamento’ as lojas tendem a atender um público alvo diferente, da classe média e/ou média-baixa, onde são vendidos produtos mais baratos, e as lojas possuem decoração interior menos elaboradas do que as lojas citadas anteriormente (Fig. 133 e 134).



Fig. 131 e 132 – Exemplo de lojas voltadas para a classe média e/ou média-alta, localizadas na Rua Gonçalves Dias.



Fig. 133 e 134 – Exemplos de lojas voltadas para a classe média e/ou média-baixa localizadas na Rua Uruguaiana.

Sabemos que as Ruas Gonçalves Dias e do Ouvidor possuíam as lojas de produtos nacionais e importados voltados para a alta sociedade, evidentemente ocorreu uma modificação do público alvo destas lojas, mas a concentração de lojas de produtos mais caros, diferente do restante da região analisada, voltadas para um consumidor da classe média e/ou média-alta, faz-nos crer na existência de um *genius loci*<sup>81</sup>, ou uma “divindade local”, que atrai para estas ruas, ou permite que permaneça, uma singular relação entre este ‘cruzamento’ e as construções ali existentes – suas lojas térreas -, influenciando o componente psicológico na relação entre as pessoas e estes espaços, incentivando estas ruas a permanecerem como uma importante região de compras para a sociedade carioca, apesar da efemeridade atual que afeta o desempenho de muitas lojas de rua por toda a cidade do Rio de Janeiro.

<sup>81</sup>Espírito do Lugar: assunto abordado no CAPÍTULO 1 – LUGAR DE MEMÓRIA.

A grande concentração de lojas voltadas para o público feminino reafirma a vocação que estas Ruas possuem - principalmente das Ruas do Ouvidor e Gonçalves Dias – desde a consagração desta região como uma das mais importantes áreas comerciais da cidade no final do século XIX. Um caso interessante, e que poderia exemplificar o que estamos afirmando, é o edifício da antiga Casa Daniel, um dos bens tombados individualmente na área (Tombamento Municipal de 24/11/1987), edificação de 1868 localizada na Rua Gonçalves Dias nº 13, que abrigava a tradicional loja de artigos para presente Casa Daniel (denominação do tombamento). A loja funcionava desde 1934, fundada por Adriano Daniel, onde antes funcionava o Café Glacier<sup>82</sup>. Atualmente, apesar da denominação de tombamento ter permanecido a mesma, a edificação abriga uma filial da loja de sapatos Arezzo, restaurada e inaugurada em 2011. Na época de seu tombamento (1987) o Jornalista Tim Lopes escreveu uma matéria para o Jornal do Brasil (Fig. 135) citando o tombamento e contando um pouco da trajetória da loja - que na época do tombamento ainda estava em funcionamento -, e teve como título da matéria: “Memória Carioca Preserva Casa Daniel”. O Jornalista inicia o artigo dizendo: “Nem só da fama da Confeitaria Colombo vive a Rua Gonçalves Dias, uma das mais tradicionais do centro da cidade e que marcou época como passarela de moda e comportamento”. Lopes afirma que na década de 1950 a Casa Daniel “era passagem obrigatória da burguesia que ia fazer compras de Natal, casamento e aniversário”, e que a loja manteve até a segunda guerra mundial um escritório de compras em Paris, o que demonstra que a Rua era, ainda na década de 1950, local de compras de produtos de luxo da alta sociedade.

---

<sup>82</sup> Já citado no item 3.3.2 BREVE HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS RUAS.

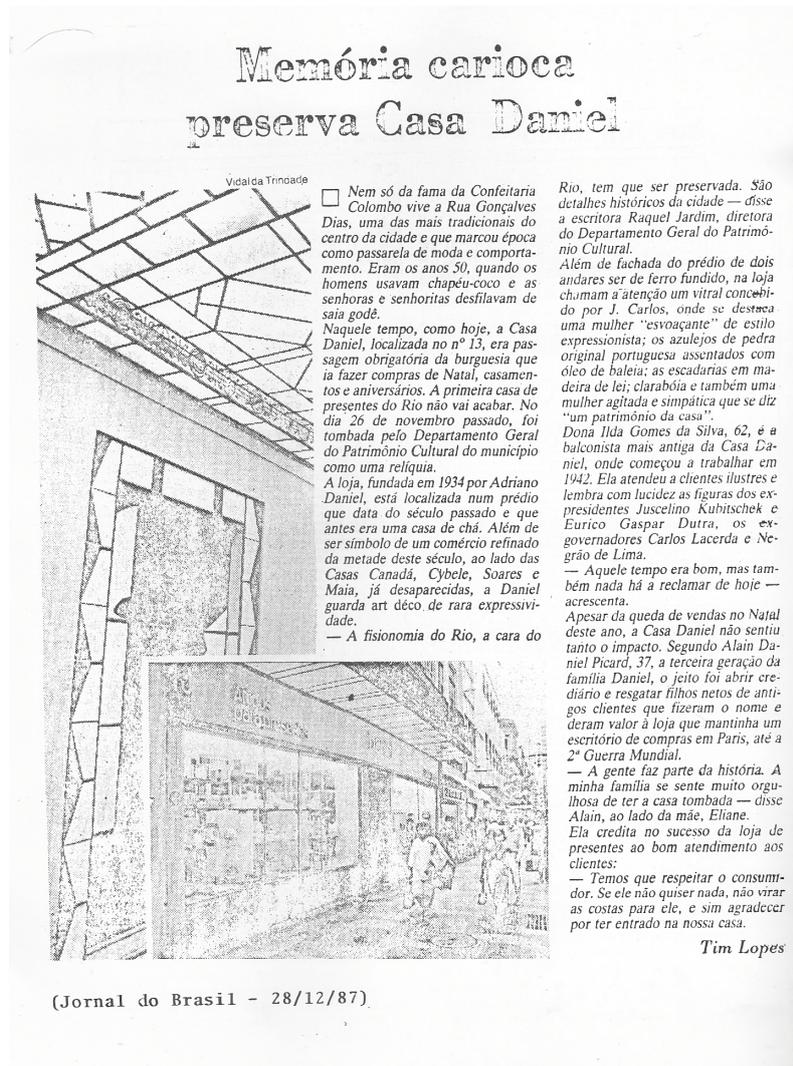


Fig. 135 – Matéria de jornal noticiando o tombamento da antiga Casa Daniel. Jornal do Brasil de 28/12/1987.

Percebemos que mesmo com a mudança de uso da loja - que não foi a primeira modificação, já que antes o edifício abrigava um Café – não comprometeu a significância cultural da edificação - os seus valores intangíveis como Lugar de Memória e documento da História - pois a restauração<sup>83</sup> preservou seus aspectos decorativos internos de inspiração *art déco* (Fig. 136, 137 e 138), restaurando e reutilizando também os antigos móveis da loja Casa Daniel (Fig. 136 e 138) -, e a nova utilização não afeta a vocação de usos da Rua, pois é uma Loja de sapatos e bolsas – e sabemos que essa é uma das vocações de uso das lojas comerciais da região -, e além disto, a marca da loja

<sup>83</sup> A restauração do imóvel levou um ano e meio, e foi realizada uma parceria com o Instituto Art Déco Brasil que deu origem ao livro “Um passeio na história: 1868 a 2010”, escrito pela jornalista Cinthia Garcia e por Márcio Roiter.

é uma das que constatamos que tem como público alvo a classe média e média-alta.



Fig. 136, 137 e 138 - Interior da loja de sapatos Arezzo, antiga Casa Daniel. A decoração interna *art déco* foi restaurada e preservada na reutilização do edifício, e alguns de seus antigos móveis restaurados – como da imagem da esq.



Fig. 139 - Fachada do edifício Casa Daniel que abriga atualmente uma filial da loja de sapatos Arezzo.

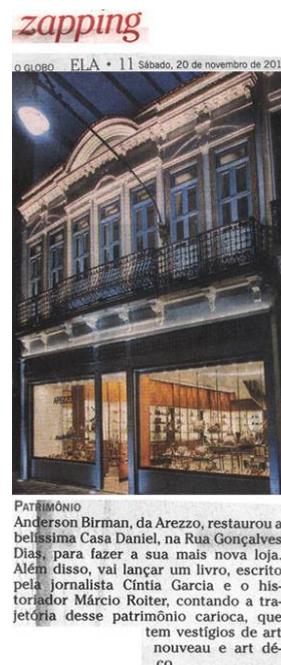


Fig. 140 - Nota sobre a abertura da loja de sapatos. Jornal O globo de 20/11/2010.

Percebemos que esta reutilização da edificação Casa Daniel preservou os valores intangíveis da antiga loja de presentes finos, sem a obrigatoriedade de se manter a antiga utilização, é evidente que modificações físicas foram necessárias, mas o mínimo necessário para não comprometer o Lugar de Memória. A nova utilização agregou novos valores intangíveis ao edifício,

contribuindo para a preservação, também, do conjunto cultural preservado como um Lugar de Memória, como uma tradicional Rua de compras voltada para o público feminino.

Analisando o segundo tipo de utilização que mais aparece na região analisada, o comércio no ramo da alimentação - como restaurantes, confeitarias, cafeterias e lanchonetes - percebemos que a Rua do Rosário se diferencia do restante da região analisada, concentrando grande parte dos restaurantes da área (Gráfico 5). Ao analisarmos os tipos de utilização desta Rua, percebemos que ela possui uma diferente vocação de lojas comerciais, não possuindo a grande quantidade de lojas de vestuário como outras Ruas analisadas (apenas 9%), sua vocação se concentra no ramo de alimentação, com o maior percentual de restaurantes (30%) (Gráfico 6).

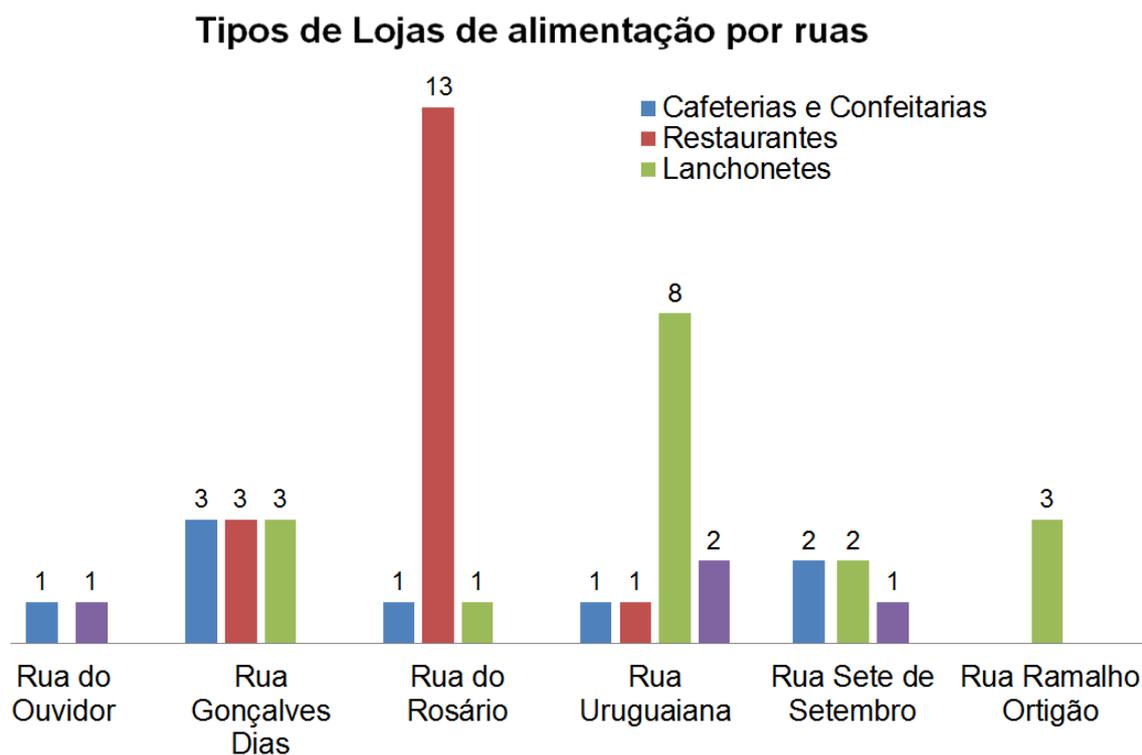
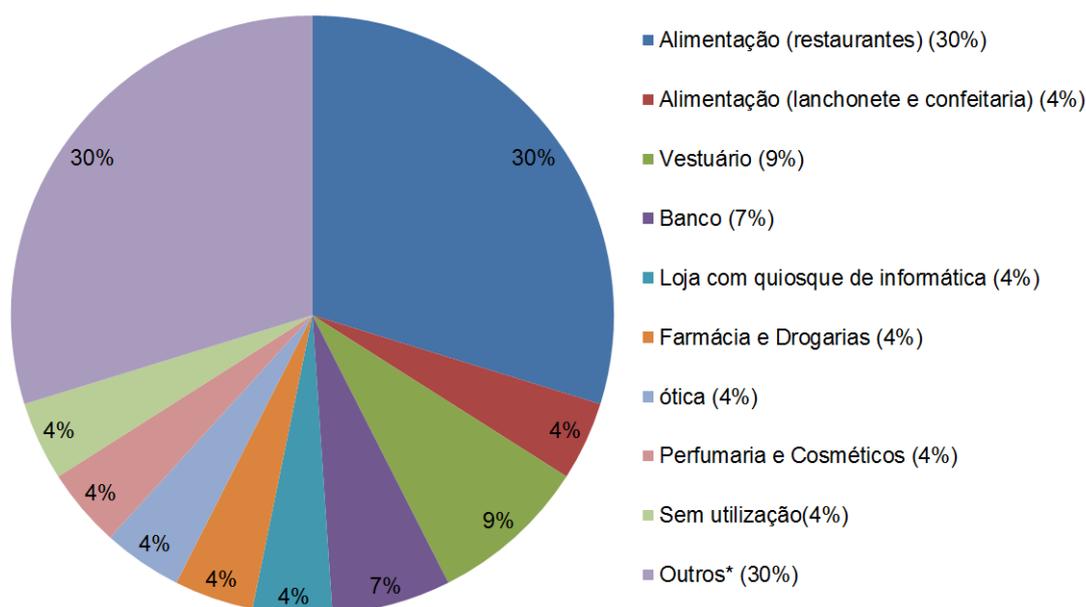


Gráfico 5 – Comparativo entre o nº de lojas de alimentação por Ruas.

Porcentagem dos tipos de utilização das lojas da Rua do Rosário



\* Utilização que aparece apenas uma vez na Rua. Ex: salão de beleza; Cartório; Empresa de turismo; entre outros.  
Gráfico 6 – Porcentagem dos tipos de utilização da Rua do Rosário.

Apesar desta diferença de utilização das lojas da Rua do Rosário, percebermos que a região analisada pode ser classificada como um Lugar de Memória do cotidiano da sociedade carioca, que manteve suas características de comércio de rua. Parece-nos que os consumidores que frequentam estas Ruas, estas lojas, diferenciam e qualificam-nas, nos permitindo definir a região como um Lugar (*locus*) – ou estas ruas não seriam altamente frequentadas com o intuito de ir às lojas, como ocorre, pois foi constatado, nas diversas visitas à região para a realização do levantamento<sup>84</sup>, que as Ruas e as lojas são muito frequentadas em qualquer horário (comercial) do dia (Fig. 141 e 142).

<sup>84</sup> As visitas foram realizadas propositalmente em diferentes dias da semana e, também, em sábados – excluídos os domingos que por conta das lojas não abrirem torna a região deserta, incentivada também pela falta de habitações na região.



Fig. 141 e 142 – Grande concentração de pessoas nas lojas e nas Ruas da região. Rua Gonçalves Dias, esquina com a Rua do Ouvidor. Dezembro de 2012.

Mas a região não é qualificada apenas como um Lugar de compras, as confeitarias e cafés tradicionais que estão localizados nestas ruas atraem visitantes locais e também turistas<sup>85</sup>, percebemos, pelo alto número de visitantes nestes estabelecimentos, que estes consumidores reconhecem a singularidade destes estabelecimentos, o que contribui para valorização da região por parte dos usuários frequentes e também dos turistas. A Confeitaria Colombo<sup>86</sup> é um destes casos, reconhecida como um atrativo turístico e cultural do centro da cidade do Rio de Janeiro, ela é tombada individualmente (Tombamento Estadual de 09/02/1983) e está localizada na Rua Gonçalves Dias nº 32/36. Inaugurada em 1894, e reformada na década de 1910, esta

<sup>85</sup> Foi constatado durante do levantamento para a análise que estas confeitarias e cafés estão sempre com muitos consumidores e visitantes, e por diversas vezes nos deparamos com turistas em suas portas tirando fotos.

<sup>86</sup> Já citada no item 3.3.2 BREVE HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS RUAS.

confeitaria foi, e ainda é, uma das mais tradicionais da cidade, frequentada à época por artistas, intelectuais, políticos e pessoas da alta sociedade. A Confeitaria Colombo serve como um atrativo turístico (Fig. 143, 145, 146 e 147) que muito beneficia a região analisada. Não ocorreu uma modificação de uso na edificação, e o interior da edificação preserva as características físicas internas decorativas (Fig. 144 e 147), o que possibilita a confeitaria ser Lugar de Memória do cotidiano da sociedade, de uma época que se passou.



Fig. 143 - Porta da Confeitaria Colombo com diversos consumidores e fila de espera para atendimento em uma sexta-feira à tarde.



Fig. 144 – Interior da Confeitaria Colombo.



Fig. 145 – Balcão da Confeitaria Colombo com diversos consumidores e a dir. uma visitante tirando fotos.



Fig. 146 – Grande movimento de pessoas no salão da Confeitaria, e o atendimento tradicional dos garçons.



Fig. 147 - Foto do salão principal e em frente grande concentração de pessoas nos balcões e em espera para sentar à mesa no salão.

Ao entrar na Confeitaria Colombo nos dias atuais e lendo o trecho a seguir das memórias do historiador e escritor Luís Edmundo sobre o Rio de Janeiro no início do século XX, sentimos como se ele estivesse descrevendo a confeitaria nos dias atuais:

Quatro são as portas que dão entrada para a confeitaria [Colombo]. Junto a uma delas, bem à vista de quem entra, há um empadário de ferro e de cristal e, mais para o centro da sala, outro, ambos aquecidos, ambos a fumerar entre nuvens ligeiras de fumaça, por que empadas, empadões, maravilhas, croquetes e pastéis, bem como toda a gama de petiscos da regional pastelaria só se compreendem, no tempo, quando devorados a ferver, a queimar... (...)

São quatro horas da tarde. Giram, ativos, os garçons. Burburinho maior. Um arrastar bulhento de cadeiras, um espocar alegre de risadas. Vozes. Psts. Palmas. Brados:

– Aqui, garçom...

E o gerente, solícito, dirigindo o serviço:

– Atende segunda à esquerda!

Pelo guichê da copa, por onde espiam cabeças e de onde vem um confuso tinir de talheres, de louças, de vidros e cristais, gritos que anunciam:

- Saem dois sorvetes!
- Um *anisette* e um cacau!
- Suspenda a tamarinada!

Há gente que se aglomera em torno do caixa afobado, cavalheiros que reclamam, senhoras que fazem perguntas tolas, crianças que choramingam, enquanto garçons, destrinchando despesas, entregam notas ou moedas, à espera dos trocos. (EDMUNDO, 1938, p. 369, 385-6)

Outras confeitarias na região preservam esta capacidade de nos transportar no tempo, a Confeitaria Manon (Tombamento Municipal de 17/03/1993) nos transporta à década de 1950. Localizada na Rua do Ouvidor nº 187, inaugurada em 1942 como confeitaria e a partir da década de 1950 - década áurea da Manon - passou a funcionar como restaurante e casa de chá, integrando o roteiro elegante do centro da cidade. A Confeitaria preserva sua decoração interna, que à época de sua construção rompeu com o classicismo francês que predominavam nas decorações das confeitarias, trazendo novas tendências decorativas internas (Fig. 148 e 149), com vidros bisotados em duas cores, tetos com iluminação indireta e revestimentos em fórmica. A confeitaria não modificou sua utilização, e permanece como um estabelecimento que é muito frequentado em diversas horas do dia, principalmente no horário de almoço por trabalhadores da região, diferente da Colombo que atrai, também, muitos turistas. Porém, a conservação da fachada do prédio<sup>87</sup> encontra-se em mau estado de conservação (Fig. 150), e nos foi informado pelo gerente da confeitaria, que os três pavimentos superiores encontram-se desocupados para locação, e o gerente não quis informar a utilização da sobreloja, que é de uso da confeitaria Manon.

---

<sup>87</sup> Não conseguimos entrar nos pavimentos do edifício, somente no espaço térreo da confeitaria.



Fig. 148 – Decoração da Confeitaria Manon.



Fig. 149 – Interior da Confeitaria.



Fig. 150 – Mau estado de conservação da fachada do edifício que abriga a Confeitaria Manon, e andares sem utilização.

A Confeitaria Manon possui uma filial na mesma região, localizada na Rua Sete de Setembro nº 133. O edifício eclético (Fig. 151) tombado individualmente (Tombamento Estadual de 21/10/1987), inaugurado em 1890, foi sede da antiga **Casa Cavé**, e seu tombamento permanece com a denominação do antigo estabelecimento - Casa Cavé. Em 2001 o estabelecimento Casa Cavé fechou suas portas e desde 2008 o edifício abriga a filial da Confeitaria Manon, apesar de o letreiro permanecer com o nome do estabelecimento anterior (Fig. 152), e segundo Talita Figueiredo (jornalista do Jornal Estadão de São Paulo online), existe uma disputa judicial entre o estabelecimento Casa Cavé e a Confeitaria Manon, pela permanência do nome Cavé no letreiro da loja, que constantemente confunde os consumidores, pois a Cavé reabriu uma nova sede em edifício vizinho. Apesar desta disputa judicial, acreditamos que a permanência do letreiro contribui para a preservação dos valores intangíveis do edifício, nos remetendo à memória histórica do antigo estabelecimento que existiu naquele edifício. Sua decoração interior de inspiração *art déco* foi preservada, e os móveis do antigo estabelecimento Casa Cavé também (Fig. 153 e 154). A filial da confeitaria Manon (do edifício Cavé) está incluída no roteiro turístico das confeitarias tradicionais da cidade, mesmo a confeitaria não

sendo mais a original, o Lugar de Memória contribuiu para a permanência da tradição do edifício como confeitaria, contribuindo, conseqüentemente, no reconhecimento e valoração do estabelecimento e no grande número de frequentadores e turistas que consomem no estabelecimento.



Fig. 151 - Edifício da Antiga Casa Cavé, atual filial da Confeitaria Manon, dezembro de 2012.



Fig. 152 - O letreiro permanece com o nome da antiga Casa Cavé, dezembro de 2012.

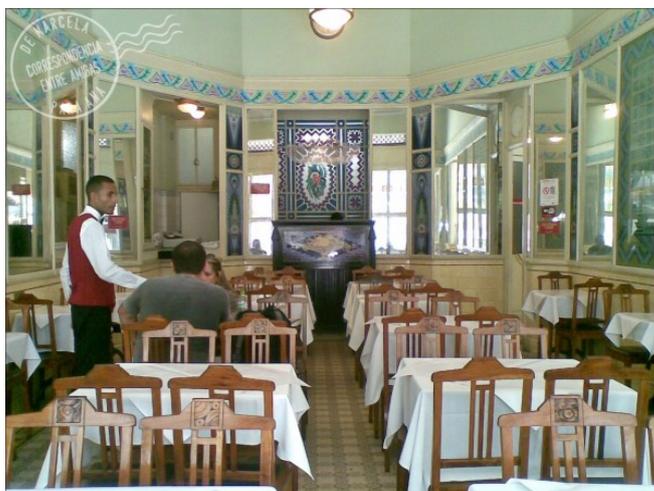


Fig. 153 – interior da Antiga Cavé, atual Manon.



Fig. 154 – Interior da Cavé, ainda em funcionamento.

Apesar da **Casa Cavé** não ter mais a sede na edificação original, o estabelecimento reabriu no edifício, Tombado individualmente (Tombamento Municipal de 05/10/2000), onde funcionou a **Chapelaria Radiante**<sup>88</sup>

<sup>88</sup> Segundo Talita Figueiredo (jornalista do Jornal Estadão de São Paulo online) a cantora e atriz portuguesa Carmen Miranda, quando jovem, trabalhou neste estabelecimento.

(inaugurada em 1929) (Fig. 155), localizado<sup>89</sup> na Rua Sete de Setembro nº 137. O tombamento, diferente dos citados anteriormente, foi realizado mesmo com o estabelecimento não funcionando mais como chapelaria (a chapelaria encerrou seu funcionamento em 2000, mesmo ano de tombamento), foi tombada principalmente pela memória da antiga utilização que na atualidade, não existe mais demanda de mercado para este tipo de venda especializada em um artigo que não é mais utilizado pela sociedade: o chapéu. A edificação da antiga Chapelaria Radiante foi, então, reutilizada para ser a nova sede do antigo estabelecimento Casa Cavé (Fig. 156). A referência ao antigo uso pode ser notada no interior da confeitaria, com o nome Cavé “A Radiante” (Fig. 157). O nome tradicional da loja trouxe os consumidores para a nova sede do estabelecimento, e atualmente ela também faz parte do roteiro das confeitarias tradicionais da cidade, apesar da abertura da nova sede ter sido recente, em 2001.



Fig. 155 - Fotos da antiga Loja Chapelaria A Radiante ainda em funcionamento, início do século XX.

<sup>89</sup> Edifício vizinho à sede original da Casa Cavé, citada anteriormente (imóvel tombado como Casa Cavé, que hoje é a filial da Manon).



Fig. 156 – Nova sede da Casa Cavé, antiga Chapelaria A Radiante.



Fig. 157 – Interior da Casa Cavé, com o nome da antiga chapelaria “A Radiante”.

O texto abaixo (Fig. 158) retirado do *site* da Casa Cavé, refere-se à história e a importância cultural da confeitaria para a cidade, citando inclusive a edificação que sediava originalmente o estabelecimento, na Rua Sete de Setembro esquina com a Rua Uruguaiana (atual sede da filial da Confeitaria Manon):

Há mais de um século a Confeitaria Cavé é parada obrigatória em uma visita ao centro da cidade do Rio de Janeiro. Entrar nela é voltar ao passado, reviver um pouco do Rio Antigo, dos tempos felizes e ternos que deram lugar à correria e aos lanches velozes das cadeias de fast-food.

A Cavé data de 1860. É, portanto, anterior à famosa Confeitaria Colombo, cuja data de fundação é 17/09/1894. É a mais antiga confeitaria do Rio de Janeiro. Foi fundada por Charles Auguste Cavé, francês que ficou a frente do negócio até 1922. De lá pra cá, vários outros proprietários assumiram a direção da casa.

Não havia quem não passasse pela esquina das ruas Uruguaiana e Sete de Setembro e não parasse para conferir o belo prédio e ver sair da cozinha taças de sorvete tão enfeitadas que pareciam verdadeiras obras de arte. Eram criações tão mágicas e surpreendentes, que aguçavam o apetite até de quem não gostava muito de sorvete.

A arquitetura marcante da Cavé possui influências de diversos países. Lustres, vitrais e vidros em geral eram franceses; as cadeiras e mesas foram projetadas por Cólón, um espanhol que residia no Brasil e as luminárias eram brasileiras. As linhas e formas também se aplicavam às famosas formas de sorvete, cujos traços remetiam a galinhas, pirâmides e cestas de pêssego, por exemplo.

A Confeitaria Cavé sempre foi freqüentada pelas pessoas mais nobres da cidade, que dividiam espaços nos salões com outros cariocas. Há registros de que o prefeito Pereira Passos, responsável por uma das maiores obras de arruamento já registradas na cidade, era habitué da casa.

Fig. 158 – Texto retirado do Site da Casa Cavé.

O final do texto afirma que:

Os anos se passaram e a preservação do prédio começou a se tornar um problema para os proprietários. Nos anos 80, um projeto de Corredor Cultural, criado pela prefeitura, pretendia instituir uma política de preservação das construções históricas de uma boa parte do Centro. Mas toda política deste tipo envolve ações de tombamento, que por vezes emperram ações de modernização. (Site da Casa Cavé. Fonte: <http://www.confeitariacave.com.br/>)

É interessante perceber a visão deturpada dos proprietários, que ao mesmo tempo se vangloriam da história e tradição da antiga Casa Cavé - o que conseqüentemente lhe atribui um valor cultural e memorial -, e não percebem que os valores que lhes são agregados vêm, em grande parte, da preservação do uso e dos componentes físicos da edificação. A questão histórica do edifício para os proprietários é importante – e isso fica evidente quando mudam a sede do estabelecimento, tombado e inserido no Corredor Cultural, para outro edifício de igual proteção e com valor histórico e cultural graças ao seu antigo uso, a Chapelaria A Radiante – e não percebem que a legislação não atrapalha a “modernização do negócio”, mas as novas demandas que eles acreditam ser essenciais para o “negócio” é que não se adequam ao edifício e também ao estabelecimento (Casa Cavé) com tamanha importância cultural e histórica para a cidade. O que precisa ser compreendido é que o estabelecimento Casa Cavé é um Lugar de Memória pela tradição de seus serviços, e também pela nova edificação que lhe abriga (o edifício Chapelaria A Radiante), assim como a sede original anterior (tombada com o nome do estabelecimento Casa Cavé, e citada anteriormente). Percebemos aqui um conflito, pois os “Lugares de Memória” são “restos”, como afirma Nora (1993, p.13), e subsistem em uma consciência comemorativa, mas a vontade da coletividade muitas vezes é envolvida pela renovação, valorizando “mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro que o passado”. Porém, será que os proprietários iriam preferir abrir mão do Lugar de Memória, da história que lhes traz fama e notoriedade, para adaptar e modernizar o “negócio”, tornando-a mais uma cafeteria como tantas outras existentes na cidade?

Apesar da reclamação dos proprietários referente à política de proteção ser muito restritiva (o que nos leva a compreender que eles não se referem ao Corredor Cultural, mas às políticas de preservação do tombamento individual

municipal, pois, como já vimos<sup>90</sup>, a legislação do Corredor Cultural não impede a modernização interna das edificações), a edificação permanece como um Lugar de Memória, tanto da antiga chapelaria “A Radiante” - que dá nome ao estabelecimento “Cavé A Radiante”-, quanto do estabelecimento tradicional “Casa Cavé”, que mesmo mudando de edificação, permanece como uma tradicional confeitaria da cidade, atraindo diversos consumidores frequentes e, também, turistas.

Utilizando a classificação<sup>91</sup> de Castello (2005), percebemos que podemos definir nossa região analisada, ao mesmo tempo, como *Lugar de Aura*, *Lugar de Memória* e, também, *Lugar de Pluralidade*. Um Lugar que é estimulado, ao mesmo tempo, por elementos “do imaginário *espacial* local” (aura ou *genius loci*), pelos elementos “do imaginário *temporal* local” (memória e história da cidade, tempo), e, também, pelos “elementos do imaginário *social* local” (a relação dos usuários no Lugar, que se qualifica na relação de usuários de diferentes classes sociais e por diferentes motivos, em um mesmo Lugar). Porém, algumas questões sobre a utilização das edificações comprometem a significância das edificações como Lugares de Memória, e conseqüentemente do conjunto preservado como Lugar de Memória.

Uma questão que muito aflige o patrimônio edificado da região como Lugar de Memória e documento da história é a subutilização das edificações preservadas, ao todo 56% das edificações construídas antes de 1938 (Gráfico 7), (sub)utilizam os pavimentos superiores das edificações como depósito e área para funcionários, existindo casos de edificações com até 4 pavimentos com este tipo de utilização (Fig. 159), servindo de loja apenas o térreo da edificação, ou seja, 4/5 do edifício é subutilizado, pois não existe a necessidade de utilizar quatro pavimentos como área de depósito e estoque em uma loja de bijuterias.

---

<sup>90</sup> No Item 3.2.1. A INCOERÊNCIA ENTRE AS PREMISSAS DO CORREDOR CULTURAL E A LEGISLAÇÃO APLICADA NAS ÁREAS HISTÓRICAS

<sup>91</sup> Classificação de tipos de Lugar, que abordamos no Capítulo 1.

Porcentagem dos tipos de utilização das edificações construídas antes de 1938

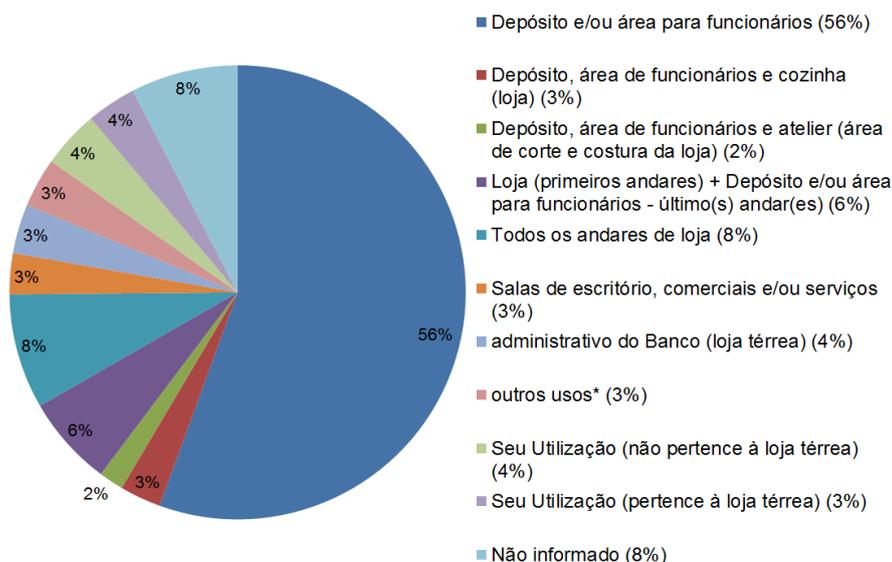


Gráfico 7 – Porcentagem dos tipos de utilização das edificações construídas antes de 1938.



Fig. 159 - Edificação preservada onde os 4 pavimentos são subutilizados.

Muitas destas edificações construídas antes de 1938 tinham a utilização habitacional nos pavimentos superiores, antes de ser proibida a habitação<sup>92</sup> na área central da cidade em 1976 pelo Decreto 322/76. Apesar de em 1994, pela Lei 2236/94, a habitação ter sido novamente permitida nas áreas centrais, o esvaziamento do uso habitacional na área central já havia sido solidificado, e não houve interesse por parte da população em voltar a residir nestas áreas, que se tornaram muito desertas e perigosas fora do horário comercial. Acreditamos que este seja um dos motivos do grande número de edificações subutilizadas na região. Importante ressaltar que das edificações construídas depois de 1938 apenas 8% tem esse tipo de utilização, de depósito e área para funcionários (Gráfico 8). Em 3% das edificações construídas antes de 1938 os pavimentos não são sequer utilizados, apesar de pertencerem à loja térrea, e apenas 3% das edificações construídas antes de 1938 utilizam os pavimentos como escritórios e lojas comerciais e de serviços, independente das lojas térreas, número muito pequeno em comparação aos 75% das edificações construídas depois de 1938. Foi constatado que apenas 3% das edificações

<sup>92</sup> Já em 1967 a diminuição do número de habitações no centro da cidade foi estimulada quando o Governador Negrão de Lima assinou a lei que definia que na Zona central da cidade o uso residencial era apenas tolerado.

históricas possuem outros usos, também independentes da loja térrea, como por exemplo, atelier de restauração de instrumentos musicais, clínica médica, academia de musculação, entre outros que não tiveram um número significativo na região (aparecem no máximo 2 vezes).

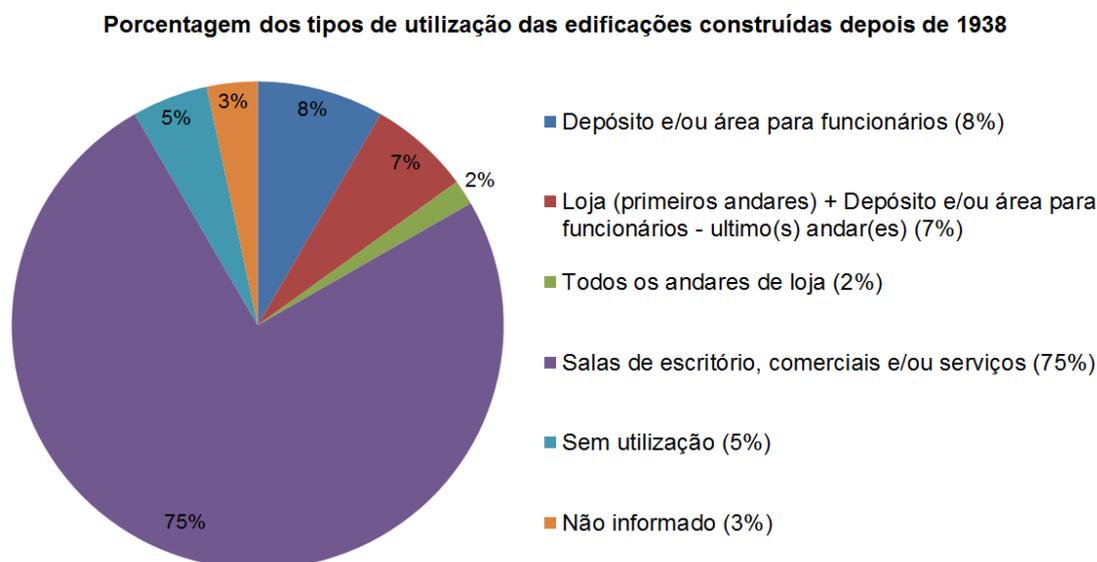


Gráfico 8 – Porcentagem dos tipos de utilização das edificações construídas depois de 1938.

Existem outras edificações construídas antes de 1938 que os pavimentos também são utilizados como depósito e área para funcionários, porém, elas possuem outras utilizações que nos fez compreender que não poderiam ser consideradas como subutilizadas (Gráfico 7): 3% dos edifícios utilizam os pavimentos também como cozinha da loja, como o caso da Casa Cavé (antiga Chapelaria A Radiante), e 2% das edificações utilizam os pavimentos também como área de atelier de costura onde são fabricadas as roupas que são vendidas nas lojas, como é o caso da loja de vestuário Masculino Estilo, localizada na Rua Gonçalves Dias nº 33 em frente à Confeitaria Colombo (Fig. 160), que funciona na mesma loja há 42 anos, e manteve as configurações físicas internas e decorativas, como o elevador que já existia antes do estabelecimento utilizar a edificação<sup>93</sup>. Ao visitarmos os pavimentos desta loja, percebemos que a edificação foi preservada, o primeiro pavimento é utilizado como atelier e escritório da loja, e o segundo pavimento é utilizado como estoque, depósito de materiais, e área para os funcionários almoçarem.

<sup>93</sup> Informações fornecidas pelo gerente e o proprietário da loja.

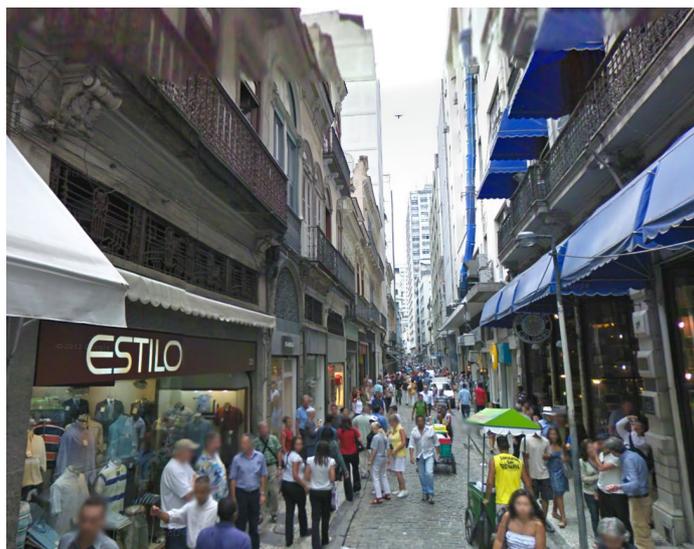


Fig. 160 – Loja de vestuário masculino - Estilo - que utiliza um dos pavimentos da loja como área de costura. Fonte: Google Earth

Outra questão que aflige os Lugares de Memória da região são algumas das edificações que fazem parte do percentual de Lojas que utilizam todos os pavimentos como loja (8%) e edificações que possuem outros andares como loja, mas utilizam alguns andares como depósito e área de funcionários (6%), em sua grande parte são edificações históricas que são utilizadas como lojas de departamento de grandes redes, como a Lojas Americanas, a Riachuelo, a Marisa, a Casa & Vídeo, a Ricardo Eletro, a Casas Bahia, a C&A, entre outras.

Um exemplo é a loja que vende produtos variados a varejo, a Lojas Americanas, que utiliza cinco edificações em uma mesma quadra (Fig. 161): um edifício na Rua Ramalho Ortigão nº38 (Fig. 162), um edifício na Rua do Ouvidor nº173 (Fig. 163), e três edifícios na Rua Uruguaiana, nº 47 (Fig. 163) e 45<sup>94</sup> (Fig. 164). Ao visitar a loja percebemos que a destruição interna foi completa, quando circulamos pelos setores da loja não conseguimos diferenciar em que edifício nos encontramos. As cinco edificações servem apenas de fachada para uma estrutura totalmente nova e moderna, com dois pavimentos servindo de loja e o terceiro servindo como área de depósito. Nos pavimentos de loja não temos o acesso às sacadas e varandas que são obrigatórios pela legislação do Corredor Cultural.

<sup>94</sup> Este número corresponde a dois prédios

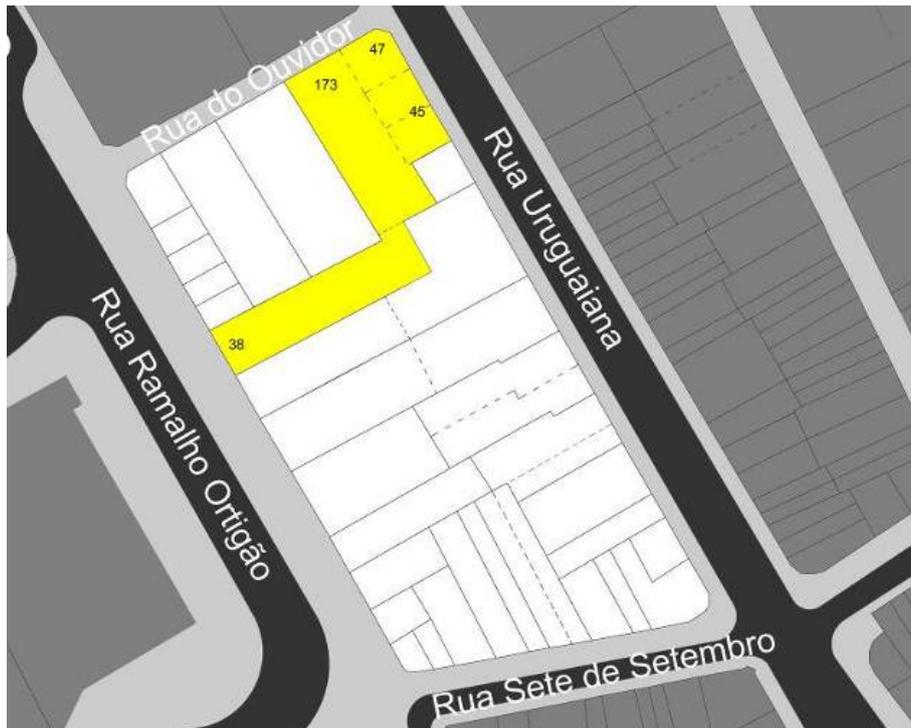


Fig. 161 – Edifícios que abrigam a mesma loja (Americanas).



Fig. 162 – Edifício das Lojas Americanas na Rua Ramalho Ortigão nº38, construído antes de 1938.



Fig. 163 – Edifício das Lojas Americanas na Rua do Ouvidor nº173, construído depois de 1938, e o nº47 da Rua Uruguaiana, construído antes de 1938.



Fig. 164 – Edifícios das Lojas Americanas na Rua do Uruguaiana nº47, os edifícios rosa e o branco, construídos antes de 1938.

Este caso não é o único na região, a loja de produtos de Utilidades domésticas Casa & Vídeo, também utiliza duas edificações na mesma quadra citada anteriormente, na Rua Ramalho Ortigão nº 30 (Fig. 165) e na Rua Uruguaiana nº 35 (Fig. 166).



Fig. 165 e 166 – Edificações que foram completamente destruídas internamente para a utilização de uma loja de produtos de utilidades domésticas.

Outro caso que utiliza duas edificações é loja de departamentos Marisa (Fig. 167), localizada na Rua do Ouvidor nº 125 e 123. As antigas edificações vizinhas agora são apenas embalagens cenográficas. Logo na entrada da loja fica evidente a incompreensão, por parte dos que interviram, dos valores materiais internos, pois mesmo que a loja utilize as duas edificações, o projeto deveria respeitar a memória de que ali existiram duas edificações independentes, mas o que ocorreu foi a destruição completa das características internas das duas edificações para gerar o espaço interno amplo “necessário” para a reutilização em loja de departamento (Fig. 168). Neste caso também não temos o acesso as sacadas, que é obrigatória pela legislação do Corredor Cultural.



Fig. 167 e 168 – Fachada de duas antigas edificações, e o espaço interno amplo gerado graças a destruição completa das características internas para a reutilização de uma loja departamento.

Em outros casos são utilizadas apenas uma edificação, mas para atender as demandas de uma loja de departamento, são totalmente destruídas internamente visando gerar espaços amplos, como é o caso da loja Riachuelo (Fig. 169), já citada nesta dissertação<sup>95</sup>, localizada na Rua do Ouvidor nº 158, e também da loja C&A (Fig. 170), localizada na Rua Ramalho Ortigão nº 16. Percebemos que a padronização que exige a abertura de uma loja de departamentos possui exigências e demandas específicas de utilização: padrões arquitetônicos referentes à fachada, vitrine, layout, etc.. No que diz respeito ao layout, essas lojas necessitam de espaços amplos para acomodar as diversas seções de vendas, que não podem ser muito diferentes do padrão das outras filiais, pois descaracterizariam a “imagem”, ou o conceito, da rede, e esse tipo de necessidade geralmente não se adapta às características físicas internas de edificações históricas, que geralmente possuem espaços internos com pequenas dimensões.

<sup>95</sup> No Capítulo 2, item 2.4 - A REUTILIZAÇÃO E A ANÁLISE DE SUAS VOCAÇÕES TIPOLOGICAS DE USO



Fig. 169 e 170 – Lojas de departamento Riachuelo (esq.) e C&A (dir.).

Nesses casos de reutilização de edificações históricas para lojas de grandes redes de departamentos, percebemos que não foram analisadas as vocações tipológicas de uso, gerando edificações “ocas” e modernizadas, contribuindo para a possível transformação da área em uma cenografia. A perda das referências históricas e memoriais são evidentes, o consumidor ao passar pela porta não mais se reconhece em uma área histórica da cidade, mas em uma loja qualquer de departamentos. Os Lugares de Memória são destruídos com o consentimento da legislação do Corredor Cultural e em nome da “modernização” e das necessidades contemporâneas da sociedade. Estes novos usos normalmente são aceitos com a intensão de “valorizar” a área, atraindo frequentadores e consumidores à região pela importância do nome da loja que está ali situada, mas eles extinguem os valores intangíveis, e também os materiais, destas edificações históricas, e conseqüentemente do conjunto preservado.

Podemos perceber nas imagens anteriores (Fig. 169 e 170) que as janelas e sacadas dos edifícios estão todas fechadas, e não existe acesso, por parte dos clientes, as mesmas. A obrigatoriedade de ter acesso às sacadas e janelas pela legislação, quando são atendidas, geram projetos (Fig. 171) como da loja de alimentação *fast-food McDonald's* (Fig. 172). Com a intenção de criar um andar intermediário, como vimos que o manual do Corredor Cultural sugere, o pavimento que deveria ter acesso à sacada do edifício ficou acima do nível original, criando um desnível entre a sacada e o pavimento da loja. E apesar de

ter o “acesso” à sacada, o projeto da loja fixou barras de ferro para impedir que o cliente utilize a mesma.



Fig. 171 e 172 – Esq. Desnível entre o piso original da sacada e o piso da loja, e barra de ferro impossibilitando o acesso a sacada. Dir. Fachada da loja de alimentação Mcdonald's. Fonte: Fotos da autora.

Outro problema que encontramos em diversos edifícios históricos da região analisada são as instalações de ar-condicionado, que geralmente não são projetadas de forma a não descaracterizar as fachadas das edificações, como nos casos das Fig. 173, 174 e 175, incentivados, talvez, pelo próprio manual do Corredor Cultural.



Fig. 173 e 174 – Instalação de sistema de ar-condicionado em edifício histórico. Banco de Crédito IBI, localizado na Rua Uruguaiana nº 20.

Fig. 175 - Instalação de sistema de ar-condicionado em edifício histórico. Loja de vestuário masculino Maha Man, localizado na Rua do ouvidor nº 151.

Percebemos na análise que a área conseguiu permanecer como um Lugar de Memória do cotidiano da sociedade, mais especificamente como um Lugar de compras tradicional. Porém, questões relativas às intervenções que ocorrem nos edifícios, principalmente as modificações internas de uso, são muitas e podem comprometer o legado arquitetônico que chegou até nós, e conseqüentemente a memória e a história do Lugar e do cotidiano da sociedade, que deveríamos preservar para as futuras gerações. A preservação dos valores intangíveis do Lugar de Memória está relacionada aos valores tangíveis do edifício e estes aspectos – tangíveis e intangíveis - eles devem interagir e se construir mutuamente. Sabemos que a identidade coletiva necessita das referências do passado para sentirmos que pertencemos a um Lugar, que possuímos uma história. Porém, sem o entendimento de que estes Lugares de Memória não são apenas fachadas, que eles possuem conteúdo – materiais e imateriais -, nossa identidade estará condenada as efêmeras necessidades do presente.

## Considerações Finais

---

A memória 'verdadeira' do homem - que ainda sobrevive nos saberes reflexos, nos ofícios, nos gestos, nos hábitos... – no momento atual, tornou-se insuficiente para firmar o elo de identidade da coletividade com a sua história e memória. Isso ocorreu devido à “mundialização” e à “aceleração da história”, que pela alteração do tempo, onde os acontecimentos ocorrem de forma rápida e com a mesma velocidade são esquecidos, romperam a ligação entre passado e presente (NORA, 1993). A identidade coletiva das sociedades necessita do seu passado, de suas memórias e histórias, e essa ruptura do elo com a identidade desperta nos indivíduos a necessidade de provar que eles possuem uma história, que eles possuem um passado. Surge então o sentimento de nostalgia, e o indivíduo passa a se sentir curioso em relação aos resquícios do passado, daí a atual “moda retrô” e o “prestígio da noção de patrimônio” (LE GOFF, 2003). Os objetos do passado passaram a ser reconhecidos como fontes de história e memória, onde as lembranças das sociedades que atuaram sobre eles se apoiaram - a memória 'transformada'. Desta forma, os Lugares de Memória da sociedade são capazes de restabelecerem a ligação do presente com o passado, e contribuem para uma identidade coletiva coerente com sua história.

O ambiente físico que nos cerca possui a capacidade de pouco mudar, diferente dos indivíduos que estão sempre mudando, e esta estabilidade física, nas quais o indivíduo pode se identificar, trazem lembranças, memórias, e fornecem uma sensação de tranquilidade. Quando o ambiente material do indivíduo modifica de forma repentina, a sensação do indivíduo é de instabilidade, de rompimento com sua história, com suas lembranças, com sua identidade individual. Os Lugares de Memória, como a arquitetura, tornam-se lugares de estudo para uma “nova história”, agora social e cultural, a história científica, que utiliza a memória 'transformada' coletiva para a compreensão de uma história percebida também por outros pontos de vista, e não apenas como uma “sucessão cronológica de eventos de datas”, como diferencia Halbwachs (2006, p. 79), mas por uma “história vivida”, que muito se assemelha à

conceituação de história de Ruskin (2008), que é a história da arquitetura em relação ao homem que a viu e vivenciou. A ‘nova história’, então, deve ser entendida como um resgate, de algo que um dia ocorreu, tentando captar a pluralidade dos sentidos e a construção de significados que estão relacionados à sociedade, ou seja, à identidade da coletividade e, também, do indivíduo.

As sociedades atuais, devido à “mundialização” e à “aceleração da história”, sofrem com o perigo de perder a tradição, de perder as referências que fazem com que o indivíduo sinta-se pertencente a uma sociedade, que possua uma identidade. Porém, a pertinência – o pertencer a algo - não pode ocorrer somente de forma passiva, pois iria transferir a identidade somente ao passado, reduzindo a identidade ao sentimento de nostalgia, e retirando toda a atuação social e cultural. Assim como a identidade não pode ser baseada no passado, o presente não deve ser somente o instante, deve ocorrer uma interação entre passado/presente, e na consciência coletiva acrescenta-se, ainda, o futuro. Por isso os Lugares de Memória devem ser compreendidos como heranças do passado que atuam, e devem atuar, no presente, pois eles ‘vivem’ e se ‘transformam’, não são inertes ao tempo e a atribuição de novos significados.

Compreendemos que as edificações do patrimônio cultural podem ser consideradas como Lugares de Memória porque são resquícios do passado, e, por ter havido uma seleção, elas são também documentos para a ‘nova história’ cultural e social. Ao definirmos que uma determinada arquitetura, ou conjunto delas, constitui o patrimônio cultural de uma sociedade, compreendemos que foi principalmente o tempo e as qualificações resultantes da relação do usuário no espaço (Lugar) que a transformou em Lugar de Memória, e por ter sido realizada a escolha e por ser uma herança, o Lugar de Memória se torna também um *Documento/Monumento* (LE GOFF, 2003).

Outra questão importante percebida é que o estudo do conceito das ‘Ambiências’ vem assumindo um papel importante na pesquisa de arquitetura e urbanismo (Duarte, 2011), e acreditamos ser necessária a inclusão da análise e do reconhecimento deste conceito no campo da preservação do patrimônio cultural edificado para uma preservação cultural e social. O estudo das ‘Ambiências’ é “algo muito fácil de sentir, ao mesmo tempo em que explicá-la é

o que há de mais difícil” (AUGOYARD, 2007 apud Duarte, 2011), e analisando do ponto de vista da preservação do patrimônio cultural, os sentimentos, as sensações, as percepções que provém da experiência do homem estar diante de edifícios e de áreas históricas que, segundo Dvořák [1916] (2008), são capazes de satisfazer as necessidades “espirituais do homem”, são difíceis de serem explicadas e também de serem preservadas. A preservação material dos exemplares arquitetônicos do patrimônio cultura deve ser analisada para a preservação das ‘Ambiências’, pois sem as dimensões físicas do espaço – arquitetônico -, não existiria ‘Ambiência’ a ser analisada e preservada. Por isso, a preservação de seus diversos valores - tangíveis e intangíveis - é essencial para a formação de uma identidade coletiva coerente com o seu passado e com suas significações sociais e culturais.

Compreendemos que a preservação dos valores tangíveis do edifício está relacionada aos valores intangíveis do Lugar. Destacamos dois documentos patrimoniais que relacionam estes valores – tangíveis e intangíveis -, que não são independentes, estão intimamente relacionados na preservação cultural. A Declaração de Foz do Iguaçu e a Carta de Quebec (ambas de 2008) dissertam sobre a preservação do “*Spiritu Loci*” – espírito do lugar -, que engloba os elementos intangíveis, ou seja, as memórias, as histórias, as narrativas, a ‘Ambiência’ do lugar, todos os significados imateriais e sensoriais que derivam da relação do indivíduo com aquele espaço. Mas os documentos também afirmam que o espírito do lugar está presente nos valores materiais das edificações, pois os valores imateriais utilizam a materialidade para se apoiarem, e sem estes valores tangíveis, não existiriam os valores intangíveis, eles devem interagir e se construir mutuamente, incluindo os gestores e os usuários do espaço como atores sociais que contribuem para atribuição de sentido ao espírito do lugar. Por isso a necessidade de se analisar os valores imateriais dos edifícios do patrimônio cultural, em toda e qualquer intervenção de uso, ou seja, em intervenções nos aspectos tangíveis da edificação. Percebemos que o conceito de Lugar de Memória está, de certa forma, inserido na conceituação de “*Spiritu Loci*”, que abarca os valores memoriais e históricos dos lugares, incluindo outros valores intangíveis relacionados aos Lugares. As significações culturais e sentimentos derivados do “*Spiritu Loci*”, dos Lugares

de Memória do patrimônio cultural, são inúmeros, e estão relacionados à preservação da materialidade das edificações.

Percebemos que diversos teóricos e pesquisadores, além de documentos patrimoniais, dissertam sobre a preservação da materialidade das edificações históricas nas intervenções, e isso inclui as adaptações de uso. A compartimentação interna e seus percursos, as técnicas construtivas utilizadas, a ornamentação, enfim, todas as particularidades que conformaram a construção daquele edifício em específico, de acordo com a sua função original - seu uso -, conferem-lhe um caráter histórico. E devemos respeitar esse caráter analisando as vocações que o edifício possui para adaptação do uso atual, e principalmente, as possibilidades de lhe atribuir um novo uso adequado, pois a utilização do edifício preservado deve ser entendida como um meio de se preservar a materialidade do edifício, e não o objetivo da intervenção.

Desta forma, compreendemos que a área escolhida para esta pesquisa – a Rua do Ouvidor e adjacências – é um Lugar de Memória e um *Documento/monumento*, pois ao mesmo tempo em que a região é uma herança do passado, ela foi selecionada pelos gestores do Projeto Corredor Cultural. Percebemos no levantamento de campo e na pesquisa histórica, cultural, e também, das histórias da área, que as lojas ali existentes contribuem para a qualificação da região por parte dos usuários, e constituem-se, também, como patrimônio cultural da cidade. Os usos comerciais desta região são Lugares de Memória de um período em que esta área era uma das mais importantes da cidade: a *Belle Époque* carioca. Estes valores, felizmente, permanecem no local, a área ainda é uma importante região de compras da cidade, principalmente de lojas voltadas ao público feminino, apesar da efemeridade atual que desqualifica muitas das regiões centrais de comércio, devido ao crescente número de *Shoppings Centers* espalhados na cidade.

Na análise verificamos algumas questões problemáticas ligadas à reutilização das edificações, e uma delas é a não identificação dos bens culturais edificados como documentos, e do entendimento de que as intervenções em bens culturais devem ser sempre baseadas em teorias e princípios de preservação e restauração do patrimônio, e visando a preservação dos seus

valores simbólicos. O *marketing* do patrimônio cultural é uma questão que deve ser analisada nestes usos comerciais, pois o alto número de lojas de departamento de grandes redes, que existem na região devido à importância do nome, em sua quase maioria utiliza o ‘fachadismo’ como recurso projetual, ameaçando a permanência da região como um Lugar de Memória comercial tradicional da cidade.

Muitas das reutilizações e adaptações de uso são realizadas de forma depredativa, mantendo-se somente suas fachadas, enquanto as características físicas internas são extremamente alteradas, em razão do novo uso e em função do valor econômico. Esta prática projetual denominada ‘fachadismo’ se tornou uma prática muito utilizada para se aproveitar ao máximo os recursos do edifício, visando o valor econômico. Este procedimento é um dos responsáveis pelo caráter cenográfico, o qual não deveria ser considerado como uma ação de preservação, pois corrobora na destruição dos *Documentos/Monumentos* que compõem o conjunto da área, e que deveriam ser compreendidos como fontes de memória e história. O conjunto preservado não pode ser compreendido apenas como fachadas que conformam a ‘Ambiência’ urbana das Ruas. As ‘Ambiências’ arquitetônicas, os espaços internos dos edifícios, também são possuidores de valores culturais. A excessiva nostalgia atual traz a necessidade de preservar os vestígios do passado para nos sentirmos pertencentes a uma sociedade, e para provar que possuímos um passado. Mas, ao mesmo tempo, esta nostalgia produz uma exibição excessiva do patrimônio cultural, além da permissividade existente relacionada a questões econômicas, que consente a destruição do motivo pelo qual foram considerados patrimônio cultural e Lugares de Memória: os seus valores simbólicos.

Após a finalização da análise da área, e dos exemplos selecionados, percebemos que a legislação do Corredor Cultural permite práticas projetuais inadequadas às edificações, tanto do ponto de vista da preservação do patrimônio cultural quanto do conceito de Lugares de Memória. Outra constatação foi que nas edificações protegidas de forma individual (tombamento Federal, Estadual ou Municipal), as intervenções ocorrem de forma mais adequada às teorias do patrimônio cultural e, também, ao conceito

de Lugar de Memória. Essa percepção nos levou a compreender que a legislação do Projeto Corredor Cultural não inclui em sua proteção os valores patrimoniais e as significações culturais dos edifícios, e conseqüentemente da área como um conjunto histórico e memorial. Existe uma incompreensão, por parte dos que interveem, de que as teorias da preservação do patrimônio edificado também devem ser analisadas nas edificações protegidas em conjunto; sem esse entendimento, as intervenções não valorizam as edificações, pelo contrário, seus valores culturais e simbólicos são suprimidos em prol da questão econômica. O papel do arquiteto é interpretar as exigências e necessidades de utilização da sociedade e criar respostas adequadas à edificação histórica, ao Lugar de Memória, que não pode ser destruído em prol das efemeridades atuais, por isso a necessidade de se analisar as 'vocações tipológicas de uso' (LYRA, 2005) da edificação, e do conjunto do qual ela faz parte, antes de qualquer alteração de uso, para uma verdadeira preservação cultural.

Outra questão problemática foi o grande percentual de subutilização dos pavimentos superiores das edificações preservadas. A predominância de uso comercial térreo agrega vida e usuários durante o dia, porém, à noite e aos Domingos e feriados, a Rua fica fadada ao abandono. Seria interessante atribuir novos usos a estes pavimentos subutilizados visando agregar vida e usuários na parte da noite na região, além de contribuir para a preservação física da edificação, e também, do conjunto. Uma possibilidade seria o Estado incentivar usos multifuncionais nas edificações como, por exemplo, o uso residencial nos pavimentos superiores - como diversos destes edifícios eram originalmente - que apesar de ter sido, durante alguns anos, proibido e com isto ter contribuído para o esvaziamento habitacional no centro da cidade, algumas regiões, como a Lapa, permaneceram como esta utilização. Com um estímulo governamental, como criação de projetos ou programas de incentivo de moradia nas regiões centrais, este tipo de utilização poderia voltar à área analisada, e muito contribuir aos aspectos culturais e simbólicos da região.

O Projeto Corredor Cultural foi uma iniciativa essencial para a preservação inicial desta área histórica, e de outras também, que possivelmente não existiriam mais se não fosse o comprometimento dos criadores do Projeto, que

de forma pioneira no Rio de Janeiro, e em uma época de desvalorização e abandono dos conjuntos históricos, se empenharam em incluir estes conjuntos históricos no rol do patrimônio cultural da cidade. Porém, mais de 30 anos se passaram desde a implantação do Projeto, e a compreensão dos valores intangíveis do patrimônio cultural edificado está assumindo novos rumos, sendo constantemente debatida e inclusa na preservação do patrimônio cultural. A recente Carta de Quebec de 2008 faz algumas recomendações visando contribuir nas legislações e políticas de preservação cultural, para melhor proteger o espírito do lugar. A primeira das recomendações é reconhecer que este é composto por elementos tangíveis e intangíveis, e que deve ser considerado “em toda e qualquer legislação referente ao patrimônio cultural e em todos os projetos de conservação e restauro” (ICOMOS, 2008, p.3). Ressalta, também, a necessidade de uma perícia de equipes de pesquisa para melhor compreender, preservar e transmitir este conceito para a sociedade. O entendimento, na atualidade, é que os elementos – tangíveis e intangíveis - não são antagônicos entre si, eles devem interagir e se construir mutuamente, incluindo os gestores e os usuários do espaço como atores sociais contribuindo para atribuição de sentido ao ‘espírito do lugar’: os edifícios do Patrimônio Cultural que conformam o conjunto histórico. Por isso, afirmamos a necessidade de ocorrer uma revisão na legislação do Corredor Cultural para melhor preservar as características que tornam os edifícios históricos como Lugares de Memória, incluindo os valores intangíveis - memoriais, históricos, espirituais, simbólicos, enfim, os valores culturais imateriais - e também os tangíveis – as características externas e internas das edificações -, pois estas heranças fazem parte da história de nossa sociedade e nos ajudam a formarmos uma identidade coletiva baseada no presente, visando o futuro, mas também, reconhecendo o nosso passado e suas significâncias culturais.

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

ABREU, Mauricio de A. Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: Mapas conjecturais do Rio de Janeiro do século XVI. In: SOUZA, Luciene Pessotti de; RIBEIRO, Nelson Pôrto (org.). **Urbanismo colonial: vilas e cidades de matrizes portuguesa**. Rio de Janeiro: CTRL C, 2009.

AZEVEDO, Aluísio de. **O Cortiço**. Biblioteca Virtual de Literatura: 1997 [1890]. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000003.pdf>>. Acesso em: Jun. 2012

ALENCAR, José de. **Senhora**. Biblioteca Virtual de Literatura: s/d [1875]. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000011.pdf>>. Acesso em: Jun. 2012

ALCANTARA, Denise. **Abordagem Experiencial e Revitalização de Centros Históricos: Os casos do Corredor Cultural do Rio de Janeiro e do Gaslamp Quarter em San Diego**. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em:<[http://teses.ufrj.br/FAU\\_D/DeniseDeAlcantaraPeireira.pdf](http://teses.ufrj.br/FAU_D/DeniseDeAlcantaraPeireira.pdf)>. Acesso em: 31 mai. 2011.

BAUDELAIRE, Charles; RUSKIN, John. **Paisagem Moderna: Baudelaire e Ruskin**. Trad. Daniela Kern. Porto Alegre: Sulina, 2010.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Trad. Paulo e Beatriz M. Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Trad. Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. (Coleção artes & ofícios.)

BUENO, Eduardo. **Avenida Rio Branco, um século em movimento**. Porto Alegre: Buenas Idéias, 2005.

CADERMAN, David. **O Rio de Janeiro nas alturas**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.

CASTELLO, Lineu Sirângelo. **Repensando o lugar no projeto urbano. Variações na percepção de lugar na virada do milênio (1985-2004)**, 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura), Faculdade de Arquitetura, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em:< <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5112/000510310.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 31 jul. 2012.

CESCHI, Carlo. **Teoria del Restauro**. Ed. Mario Bulzoni, Roma 1970

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural do Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Artes Gráficas Bisordi S.A., 1965.

COHEN, Alberto A.; Fridman, Sergio A. **Rio de Janeiro Ontem e hoje 1 e 2**. Rio de Janeiro: Prefeitura Rio Arte, 1998.

CORREIA, Luís Miguel. Sobre a intervenção no património em Portugal: uma questão de identidade. IN: **I Bienal de la restauración monumental**, Barcelona 2000. Disponível em: < <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=806760>> Acesso em: Jan. 2011.

CUNHA, Claudia dos Reis e. **Restauração**: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), FAU, USP, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26052010-090302/en.php>>. Acesso em: 31 maio 2011.

CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). **Do cosmógrafo ao satélite**: mapas da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo. Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000a.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000b.

DUARTE, Cristiane Rose da Siqueira. *Ambiance: pour une approche sensible de l'espace*. In: THIBAUD, Jean-Paul et DUARTE, Cristiane Rose (dirs). **Ambiances Urbaines en Partage**. Genève: Éditions MétisPresses, 2013.

DVOŘÁK, Max. **Catecismo da preservação de monumentos**. Trad. Valéria Alves Esteves Lima. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000059.pdf>> Acesso em: jun. 2012

FERREIRA DA SILVA, Alzilene. O papel dos centros históricos na cidade: estudo comparativo entre João Pessoa e tours. In: **Anais do VII Congresso português de sociologia**, Lisboa, 2012, p. 1-14. Disponível em: [http://www.aps.pt/vii\\_congresso/papers/finais/PAP1220\\_ed.pdf](http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP1220_ed.pdf). Acesso em: outubro de 2012.

FERREZ, Marc. **O álbum da Avenida Central**: um documento fotográfico da construção da Av. Rio Branco, RJ (1903-1906). São Paulo: Editora Ex Libris Ltda, 1983.

\_\_\_\_\_. **O Brasil de Marc Ferrez**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, IPHAN, 1997.

FONSECA, Thalita Pereira da. **Diálogo na Preservação**: o desafio para decisões participativas. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://teses2.ufrj.br/Teses/FAU\\_M/ThalitaPereiraDaFonseca.pdf](http://teses2.ufrj.br/Teses/FAU_M/ThalitaPereiraDaFonseca.pdf)>. Acesso em: 31 mai. 2011.

\_\_\_\_\_. Participação em ações de preservação: o caso do Corredor Cultural do Rio de Janeiro. **Risco**: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação do departamento de arquitetura e urbanismo, EESC-USP, São Carlos, n 10, 2009. Disponível em: <[http://arquitetura.eesc.usp.br/revista\\_risco/Risco10-pdf/02\\_art04\\_risco10.pdf](http://arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco10-pdf/02_art04_risco10.pdf)>. Acesso em: mai. 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Iphan, 2002.

\_\_\_\_\_. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1988, vol.1, n. 2, p. 265-275. Disponível em:< <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2163/1302>> Acesso em: 09 set. 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. IN: **ANAIIS do Museu Paulista**, 2007, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 11-30, jul./dez., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v15n2/a02v15n2.pdf>>. Acesso em: 12 de abr. 2010.

GUTIÉRREZ, Ramón. **Arquitetura Latino Americana**. São Paulo: Nobel, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HORTA, Sandra. **Memória da destruição**. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2002.

ICOMOS BRASIL, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Cartas patrimoniais**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://www.icomos.org.br/>>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

IGESPAR, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (portugal). **Documentos Patrimoniais**. Disponível em: <<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislacaosobrepatrimonio/>>. Acesso em: 06 mar. de 2012.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Trad. Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Editora Casa da palavra, 2005.

JOÃO DO RIO. **A Alma Encantadora das Ruas**. Biblioteca Virtual de Literatura: 1908. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000183.pdf>>. Acesso em: Jun. 2012

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

\_\_\_\_\_. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas teóricos de restauro**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a Carta de Veneza. In: **Anais do Museu Paulista**. v. 18. n.2. jul.-dez. 2010, p. 287-320. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v18n2/v18n2a08.pdf>> Acesso em: 06 abr. 2012.

KOK, Glória. **Rio de Janeiro na época da Av. Central**. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5 ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Arquitetura do espetáculo: Teatros e cinemas na formação da Praça Tiradentes e da Cinelândia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

\_\_\_\_\_. Preservação do patrimônio: uma análise das práticas adotadas no centro do Rio de Janeiro. **Patrimônio**: Revista eletrônica do IPHAN, Brasil, ano 1, n. 2, 2005. Disponível em: <[www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=120](http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=120)>. Acesso em: 29 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. Corredor cultural do rio de janeiro: uma visão teórica sobre as práticas da preservação do patrimônio cultural. In: **Fórum patrimônio**, Belo Horizonte, 2007, v.1, n.1, p. 78-91. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/material/pdfs/45de5243ec916734b18d.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2010.

LIMA CARLOS, Cláudio Antônio Santos. **Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC): da idealização à banalização do patrimônio cultural**. 2008. Tese (Doutorado em Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://teses2.ufrj.br/Teses/FAU\\_D/ClaudioAntonioSantosLimaCarlos.pdf](http://teses2.ufrj.br/Teses/FAU_D/ClaudioAntonioSantosLimaCarlos.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Renovação urbana contida por formas históricas. **Fórum patrimônio**, Belo Horizonte, 2007, v.1, n.1, p. 92-103. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/material/pdfs/90184865aecf49984cda.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

LLOYD, Reginald. **Impressões do Brazil no Século Vinte**. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/1913/h0300gp0623g.jpg>>. Acesso em Jan. de 2013.

LYRA, Cyro Corrêa. **Casa vazia, ruína anuncia: a questão do uso na preservação de monumento**. 2005. Tese (Doutorado História e Teoria da Arte), Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. A importância do uso na preservação da obra de arquitetura. **Revista Arte & Ensaios**, Programa de Pós - Graduação em Artes Visuais EBA - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006, n. 16, 2006. Disponível em <[www.eba.ufrj.br/ppgartesvisuais/revista/e13/CYRO\\_LYRA.pdf](http://www.eba.ufrj.br/ppgartesvisuais/revista/e13/CYRO_LYRA.pdf)>. Acesso em: Maio de 2010.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Esaú e Jacó**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1904.

\_\_\_\_\_. O Lapso In: **Histórias Sem Data**. Biblioteca Virtual de Literatura: 1884. Disponível em:<[http://www.dominio\\_publico.gov.br/download/texto/bv000194.pdf](http://www.dominio_publico.gov.br/download/texto/bv000194.pdf)>. Acesso em: jun. 2012.

\_\_\_\_\_. 22 de Janeiro de 1893 In: **A Semana**. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro: 1893. Disponível em:< <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000255.pdf>>. Acesso em: jun. 2012.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Memórias da Rua do Ouvidor**. Biblioteca Virtual de Literatura: 1878. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000158.pdf>>. Acesso em: jun. 2012.

MENEGUELLO, Cristina. A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Parte 1: A reinterpretação do passado histórico. In: **Arquitextos**, São Paulo, 01.003, Vitruvius, 2000. Disponível em:<<http://www.vituvius.com.br/revista/read/arquitextos/01.003/992>>. Acesso em: Out. de 2010.

\_\_\_\_\_. A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Parte 2: Manchester, Dublin e São Paulo: reflexões a partir de três estratégias para recuperação do passado urbano. In: **Arquitextos**, São Paulo, 01.003, Vitruvius, 2000. Disponível Em:<<http://www.vituvius.com.br/revista/read/arquitextos/01.003/993>>. Acesso em: Out. de 2010.

MILANI, Patrícia Helena; SILVA, Edima Aranha. Centralidade urbana um estudo do centro principal de Três Lagoas- MS. In: **Geografia em Atos**, UNESP, Presidente Prudente, 2009, n. 9, v.1, p. 1-10. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/viewFile/265/milanin9v1>. Acesso em: Out. de 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

PAVAN, Juliana Silva; RIBEIRO, Rosina Trevisan Martins. As transformações da Avenida Rio Branco e a preservação da arquitetura eclética do Rio de Janeiro. In: **XI Congresso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación**, Cascais, outubro de 2012.

PAVAN, Juliana Silva; RIBEIRO, Rosina Trevisan Martins. Cinelândia: preservação e história. In: **III Congresso Internacional na Recuperação, Manutenção e Restauração de Edifícios** - III CIRMRE, 2010, Rio de Janeiro. III Congresso Internacional na Recuperação, Manutenção e Restauração de Edifícios - III CIRMRE, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1995, v. 8, n. 16, p. 279-290. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2008/1147>>. Acesso em: 09 set. 2010.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas (coord.). **A História Jornalística do Corredor Cultural**. Rio de Janeiro: RIOARTE, 1987.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. Novas Experiências em urbanismo: Barra da Tijuca e Corredor Cultural. In: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). **Capítulos da memória do urbanismo carioca**: depoimentos ao CPDOC/ FGV. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002a. p. 202-221. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1251.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1251.pdf)>. Acesso em: 31 de maio de 2011

\_\_\_\_\_. Aprendendo com o patrimônio. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002b. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1264.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1264.pdf)>. Acesso em: 3 de Nov. de 2011.

\_\_\_\_\_. **Preservar, conservar e modernizar**: um novo paradigma para a reabilitação do Centro do Rio Rio de Janeiro. Coleção Estudos Cariocas. Rio Estudos nº20020501, maio, 2002c. Disponível em: < [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2332\\_Preservar,%20Conservar%20e%20Modernizar.pdf](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2332_Preservar,%20Conservar%20e%20Modernizar.pdf) >. Acesso em: 3 de Nov. de 2011.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1992, v. 5, n. 10, p. 200-215. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 09 set. de 2010.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1997, vol.2, n. 3, p. 25-39 Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 09 set. 2010.

POULOT, Dominique. **Uma história do Patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade; 2009.

RIEGL, Aloïs. **O Culto Moderno dos Monumentos**: sua essência e sua gênese. Trad. Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Goiás: Editora da Universidade de Goiás, 2006.

RIOARTE/IPLANRIO. **Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural**. 4 ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2002.

RIO DE JANEIRO (Município). **Decreto Nº 4141**, de 14 de julho de 1983. APROVA o PA 10.290 e o PAL 38.871 e fixa os limites da área abrangida pelo Corredor Cultural. Rio de Janeiro, RJ: Poder Executivo, 1983. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/legislacao.shtm>>. Acesso em: abr. 2012.

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei Nº 506**, de 17 de janeiro de 1984. Cria a Zona Especial do Corredor Cultural, de proteção paisagística e ambiental do Centro da Cidade, dispõe sobre o tombamento de bens imóveis na área de entorno e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Poder Executivo, 1984. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/legislacao.shtm>>. Acesso em: abr. 2012.

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei Nº 1139**, de 16 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a preservação de bens imóveis da Zona Especial do Corredor Cultural e de sua área de entorno e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Poder Executivo, 1987. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/legislacao.shtm>>. Acesso em: abr. 2012.

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da Cidade**. Martins Fontes, 2001.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Trad. Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

SAMPAIO, Julio Cesar Ribeiro. **The persistent underutilization of Brazilian City Centres with special reference to the Cultural Corridor of Rio de Janeiro**. 2002. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Institute of Advanced Architectural Studies, University of York, York.

\_\_\_\_\_. A persistência da subutilização dos centros das metrópoles brasileiras: o estudo de caso do corredor cultural do rio de janeiro. **Fórum patrimônio**, Belo Horizonte, 2007, v.1, n.1, p. 104-134. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/materia/pdfs/45de5243ec916734b18d.pdf>>. Acesso em: 29 de Maio 2010.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva & teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Afonso Carlos Marques. Memória cidadã: história e patrimônio cultural. In: **A invenção do Brasil**: ensaios de historia e cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

SUBPC, Subsecretaria do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design. **Legislação**. Disponível em <<http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/legislacao.shtm>>. Acesso em 19 mar. 2012

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Trad. Beatriz M. Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.



**QUADRA 1**



Nº	Nº Ed.	Térreo _ Tipo de Uso(s)	Andar(es) e Uso(s)	Observações	Ant. 1938
<b>Rua Ramalho Ortigão (Lado Par)</b>					
1	12	(C) Joias N: Joalheria São João	Edifício Castro Pinto (1º ao 7º) Salas comerciais (9º) Salas de escritório		Não
2	8	a. (C) Vestuário ** infantil * N: Casas da Criança b. (C) Vestuário feminino N: Sol Modas	(1º ao 2º) Sem uso	* Loja abrange o Nº 151/153 da Rua Sete de Setembro ** Loja com mezanino, e funcionando há 130 anos	Sim
3	6	a. (S/U) b. (C) alimentação (lanchonete) N: Mestiane	(1º ao 2º) Sem uso		Sim
<b>Rua da Carioca (Lado Par)</b>					
4	16	(C) Armazém de produtos portugueses * N: Casas Flora / Bar Flora	(1º ao 2º) Depósito e área dos funci.	* Loja funcionando há mais de 130 anos (desde 1880)	Sim
5	14	(C) Armazém de produtos árabes N: Casa Pedro	(1º ao 2º) Depósito e área dos func.		Sim
6	12	(C) eletrodomésticos N: Tele Rio	(1º ao 2º) Depósito, área dos funcionários		Sim
7	10	(C) alimentação (café/bar) e sebo N: Café do Bom	(1º ao 2º) Depósito	** Loja com mezanino (sebo)	Sim
8	9	(C) prod. Utilidades domésticas N: Lojas Vidal	(1º ao 2º) Depósito		Sim
9	6*	(C) eletrodomésticos ** N: Casas Bahia	Edifício Tupy (1º ao 3º) Loja (4º) Depósito, área dos funcionários	* Loja abrange o Nº 5 da Rua Uruguiana ** A loja manteve os níveis diferentes dos pavimentos dos prédios	Sim
10	2*	(C) eletrodomésticos N: Ponto Frio	(1º ao 2º) Loja (3º e 4º) Depósito, área dos func.	* Esquina com a Rua Uruguiana	Sim
<b>Rua Uruguiana (Lado Ímpar)</b>					

11	5*	(C) eletrodomésticos ** N: Casas Bahia	(1º ao 3º) Loja	* Loja abrange o N° 9 da Rua da Carioca ** A loja manteve os níveis diferentes dos pavimentos dos prédios	Não
12	7	(C) alimentação (fast food) * N: McDonald's	(1º) Loja (2º) área dos funcionários	* Loja com mezanino que modifica o nível original do 1º pavimento	Sim
13	9	(C) eletrodomésticos N: Ricardo Elétro	(1º) Loja com dois pavimentos tipo mezanino* (2º) Depósito, área dos funcionários e escritório	* Mantiveram a claraboia	Sim
14	11	a. (C) peças de fogão N: Marwal b. (C) alimentação (café/confeitaria) N: Cavé *	(1º ao 3º) Academia	* Entrada lateral da Cavé (Rua Sete de Setembro, nº 137)	Sim
<b>Rua Sete de Setembro (Lado Ímpar)</b>					
15	133*	(C) alimentação (café/confeitaria) N: Confeitaria Manon**	(1º) Depósito e área dos funcionários	*Esquina com a Rua Uruguaiana **Filial da Manon da Rua do Ouvidor 187,189	Sim
16	135	(C) prod. Utilidades domésticas N: Fast House	(1º ao 4º) Escritório de Contabilidade Fiscal e Financeira		Sim
17	137	(C) alimentação (café/confeitaria) N: Cavé *	(1º) depósito e cozinha	* Entrada principal da Cavé (entrada lateral Rua Uruguaiana, nº 11b)	Sim
18	139	(C) prod. Utilidades domésticas N: Casa & Utilidade	(1º ao 3º) Depósito, área dos funcionários e escritório		Sim
19	141	(C) Artigos Religiosos (católicos) N: Arte Sacra Renovação	(1º) Coligação dos Policiais Cíveis do Estado do Rio de Janeiro (2º ao 4º) Sede do PDT – RJ		Sim
20	143	(S/U)	(1º) Sem uso		Sim
21	145/149	(S) Banco* N: Bradesco	(2) e (1) Banco **	* Está em reforma **São dois prédios	Sim
22	151	(C) Vestuário infantil * N: Casas da Criança **	(1º ao 3º) Salas de escritório	* Loja abrange o N° 8ª da Rua Ramalho Ortigão ** Loja com mezanino, e funcionando há 130 anos	Sim
23	155*	(C) Joias N: Esmeralda	(1º ao 2º) Ateliê/oficina	* Esquina com a Rua Ramalho Ortigão	Sim

**QUADRA 2**



Nº	Nº Ed.	Térreo _ Tipo de Uso(s)	Andar(es) e Uso(s)	Observações	Ant. 1938
<b>Rua Ramalho Ortigão (Lado Par)</b>					
1	18	(C) prod. Utilidades domésticas N: Sem nome	(1º ao 2º) depósito		Sim
2	20	a. (S/U) (reforma) b. (C) bolsas femininas N: Dudax	a. (1º ao 2º) sem uso b. (1º ao 2º) depósito/ área dos funcionários		Sim
3	22	(C) Papelaria N: Casa Oliveira	(1º ao 5º) depósito/ área dos funcionários		Não
4	26/ 28	(C) Papelaria* N: Casa Cruz	(1º ao 2º) loja	* Reformada após pegar fogo	Sim
5	30/ 32*	(C) prod. Utilidades domésticas N: Casa & Vídeo	(1º) Loja (2º) Depósito (3º) Ferragem e outros	*Loja abrange o Nº 37/35 da Rua Uruguaiana	Não
6	34	(S/L)	Centro Empresarial Rio (1º ao 10º) Salas de escritório	* Prédio Abrange o Nº 39 da Rua Uruguaiana	Não
7	38	(C) prod. Utilidades domésticas N: Lojas Americanas*	(1º ao 2º) Loja (3º) Depósito	* Loja abrange o Nº 173 da Rua do Ouvidor e os Nº 45 e 47 da Rua Uruguaiana	Sim
8	40	(C) alimentação (padaria) N: Padaria Boulos	(1º ao 2º) Cozinha/ área funcionários/ escritório		Sim
9	42	(S/U)	(1º) Sem uso		Sim
10	44	(C) alimentação (lancheonete) N: Sem nome	(1º ao 2º) Oficina/ Atelier de restauração e construção de instrumentos musicais		Sim
11	46	(C) materiais para escritório N: Rio Mix	(1º ao 2º) Depósito		Sim

<b>Rua do Ouvidor (Lado Ímpar)</b>					
<b>12</b>	191*	(C) Sapatos (unissex) N: Charme do Pé	(1º) Depósito da loja (2º ao 3º) Centro médico	*Esquina com a Rua Ramalho Ortigão	Sim
<b>13</b>	189/187	(C) alimentação (café/confeitaria) N: Confeitaria Manon	(1º e 2º) Uso da Loja (não informado) (3º e 4º) Andares vazios para alugar		Sim
<b>14</b>	183	(S/U)	(1º ao 6º) Salas de escritório		Não
<b>15</b>	173	(C) produtos a varejo N: Lojas Americanas*	(1º ao 2º) Loja (3º) Depósito	* Loja abrange o Nº 38 da Rua Ramalho Ortigão e os Nº 45 e 47 da Rua Uruguaiana	Sim
<b>Rua Uruguaiana (Lado Ímpar)</b>					
<b>16</b>	47*	(C) produtos a varejo N: Lojas Americanas**	(1º ao 2º) Loja	*Esquina com a Rua do Ouvidor / Sem entrada para a Loja (apenas vitrine). ** A loja abrange o Nº 45 da Rua Uruguaiana, o Nº173 da Rua do Ouvidor, e o Nº 38 da Rua Ramalho Ortigão	Sim
<b>17</b>	45**	(C) produtos a varejo N: Lojas Americanas*	(1º ao 2º) Loja	* A loja abrange o Nº 47 da Rua Uruguaiana, o Nº173 da Rua do Ouvidor, e o Nº 38 da Rua Ramalho Ortigão ** São dois prédios	Sim
<b>18</b>	43	(C) Bijuteria N: D'Oro Biju	(1º ao 2º) Uso da Loja (não informado)		Sim
<b>19</b>	39*	a. (C) Farmácia N: Drogaria Nações b. (S/U)	Centro Empresarial Rio (1º ao 24º) Salas de escritório	* Prédio Abrange o Nº 34 da Rua Ramalho Ortigão	Não
<b>20</b>	37/35*	(C) prod. Utilidades domésticas N: Casa & Vídeo	(1º) Loja (2º) Depósito	*Loja abrange o Nº 30/32 da Rua Ramalho Ortigão	Sim
<b>21</b>	33/31*	(C) Loja de Sapato (unissex) N: Di Santinni	(1º ao 2º) Depósito	* São dois prédios.	Sim
<b>22</b>	29/27*	(C) Farmácia N: Pacheco	(1º e 2º) Depósito e área dos funcionários	* São dois prédios.	Sim
<b>23</b>	25/23	(C) vestuário feminino N: Mercatto	(1º ao 4º) Uso da Loja (não informado)		Sim
<b>24</b>	21	(C) Farmácia N: Drogaria Moderna	(1º) Depósito e área dos funcionários		Sim
<b>25</b>	19	(S/U)	(1º) Sem uso		Sim
<b>26</b>	13*	(C) eletrodomésticos N: Tele Rio	Edifício Saubel (1º ao 12º) Salas de escritório	*Esquina com a Rua Sete de Setembro	Não

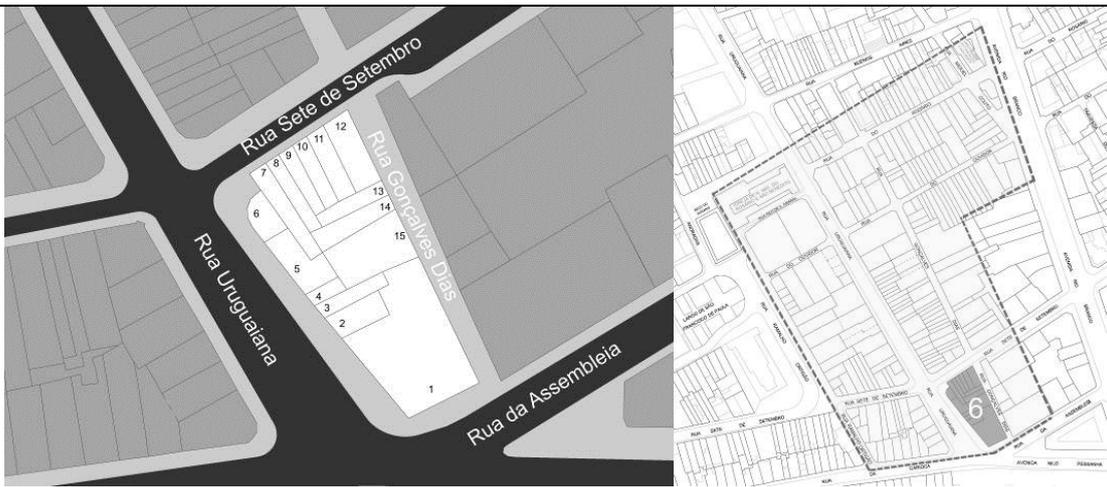
Rua Sete de Setembro (Lado Par)					
27	120	(C) Prod. Médicos e ortopédicos N: Tecnomedi	(1º ao 2º) depósito da Loja		Não
28	124	(C) Loja de Sapatos (unissex) N: Jerusalém Calçado	Edifício Valentim (1º ao 11º) Salas de escritórios		Não
29	126 128	(C) Farmácia N: Pacheco	(1º) Depósito e área dos funcionários	* São dois prédios	Não
30	130	(C) Vestuário Feminino N: Linhos e Crepes	"Fábrica de Chapéus de Sol" (1º ao 2º) Depósito e área de func.		Sim
31	132	(C) Livraria (livros religiosos) N: Vozes	(1º ao 5º) Salas de comércios e serviços		Não
32	134	(C) Loja de Sapatos fem. N: Stylus	(1º ao 2º) depósito e área dos funcionários		Sim
33	136	(C) alimentação (lanchonete) N: Lanche Rossini	(1º) Cozinha / área de funcionários		Sim
34	138*	(C) alimentação (lanchonete) N: Curva X	(1º e 2º) Clínica médica	*Esquina com a Rua Ramalho Ortigão	Sim
QUADRA 3					
Nº	Nº Ed.	Térreo _ Tipo de Uso(s)	Andar(es) e Uso(s)	Observações	Ant. 1938
Rua Uruguiana (Lado Impar)					
1	55*	(C) Loja de departamento N: Leader Magazine	Edifício Sloper (1º ao 3º) Loja Leader (4º ao 10º) Salas de escr.	*Esquina com a Rua do Ouvidor e Rua Reitor Azevedo Amaral	Não
2	s/nº	(C) Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	(2) religioso	*Esquina com a Rua Reitor Azevedo Amaral, com a praça Monte Castelo e fundos para o Beco do Rosário	Sim
Rua Ramalho Ortigão (Lado Par)					

3	16*	a. (C) Roupa de cama, mesa e banho N: Requite Magazine b. (C) Loja de departamento N: C&A	(1º e 2º) Loja C&A	*Esquina com a Rua do Ouvidor e Rua Reitor Azevedo Amaral	Sim
<b>QUADRA 4</b>					
Nº	Nº Ed.	Térreo _ Tipo de Uso(s)	Andar(es) e Uso(s)	Observações	Ant. 1938
<b>Rua Uruguiana (Lado Par)</b>					
1	94*	(S) Banco N: Itau	Edifício Livreiro Francisco Alves (1º ao 22º) Salas de escritórios e serviços	*Esquina com a Rua do Ouvidor	Não
2	98-106	a. (C) alimentação (Fast food) N: Bob's b. (C) Sapatos (unissex) N: Scarpia c. (C) alimentação (lancheonete) N: Lee Chan d. (C) alimentação (lancheonete) N: Sabor Estação e. (S) Lotérica N: Uruguiana da Sorte	(5) Não informado (aparentemente sem uso)	*Esquina com a Rua do Rosário	Sim
<b>Rua do Rosário (Lado Ímpar)</b>					
3	173	(S) venda de apartamentos (construtora) N: Cury	Edifício Provedor (1º ao 9º) Salas de escritórios e serviços		Não
4	171	(S) Banco N: Losango	Edifício N. Sra. Do Rosário (1º ao 10º) Salas de escritórios		Não
5	167	<b>_Para a Rua Gonçalves dias</b> a. (C) alimentação (Restaurante) N: s/ nome	Edifício Maria Alexandrina (1º ao 8º) Salas de escritórios e serviços	*Esquina com a Rua Gonçalves Dias (nº89)	Não

		<b>b. (C) Farmácia de Manipulação</b> N: Naturativa <b>c. (C) Vestuário masculino</b> N: Rey&Co <b>e. (C) alimentação (lanchonete)</b> N: Pajé Sucos <b>_Para a Rua do Rosário</b> <b>f. (S) Lotérica</b> N: Uruguaiana da Sorte <b>g. (C) alimentação (confeitaria)</b> N: Lecadô <b>h. (C) Vestuário (casamento)</b> N: Raio de Sol			
<b>Rua Gonçalves Dias (Lado Ímpar)</b>					
<b>6</b>	85	(C) alimentação (Restaurante/Bar) N: Costello	Edifício Acaryde (1º ao 8º) Salas de escritórios		Não
<b>Rua do Ouvidor (Lado Par)</b>					
<b>7</b>	158*	(C) Loja de Departamento N: Riachuelo	(1º ao 4º) Loja Riachuelo	*Esquina com a Rua Gonçalves Dias (Nº83)	Sim
<b>8</b>	164	(S/U) (reforma)	(1º ao 3º) Sem uso		Sim
<b>QUADRA 5</b>					
<b>Nº</b>	<b>Nº Ed.</b>	<b>Térreo _ Tipo de Uso(s)</b>	<b>Andar(es) e Uso(s)</b>	<b>Observações</b>	<b>Ant. 1938</b>
<b>Rua Uruguaiana (Lado Par)</b>					
<b>1</b>	26*	(C) alimentação (lanchonete e Bar) N: Sem nome	Edifício Sete de Setembro (1º ao 9º) Salas de escritórios	*Esquina com a Rua Sete de Setembro (Nº112)	Não
<b>2</b>	30	(C) CD N: CD House	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
<b>3</b>	32	(C) Telefonia N: Claro	(1º) Escritório da loja e área para func.		Sim
<b>4</b>	34	(C) artigos religiosos N: Palácio das velas	(1º) Depósito e área para func.		Sim

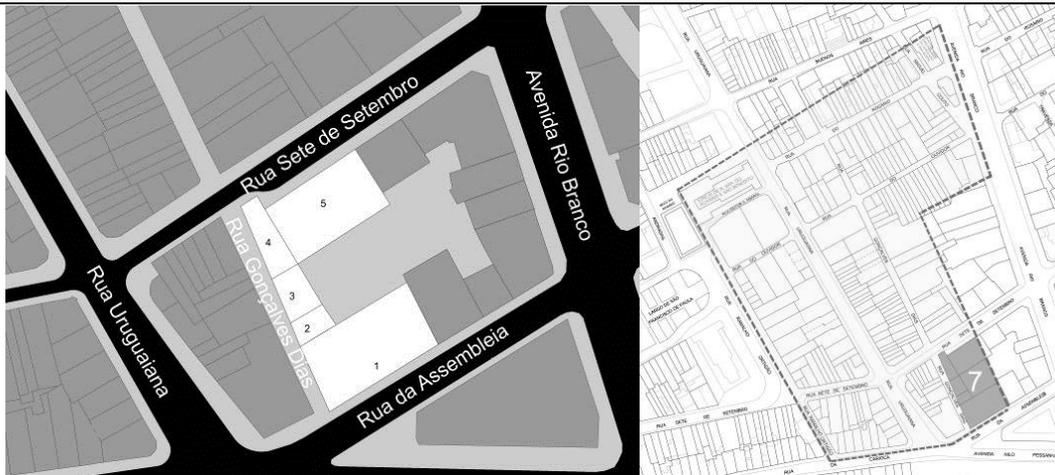
5	36	(C) sapatos e bolsas (Fem) N: Azzemell	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
6	38	(C) vestuário feminino N: Charming	(1º ao 3º) Depósito e área para func.		Não
7	40	(C) vestuário feminino N: Françoies	(1º ao 3º) Depósito e área para func.		Sim
8	42	(C) Sapatos (unisex) N: Street shoes	(1º ao 4º) Depósito e área para func.		Não
9	44-48	(C) eletrodomésticos N: Tele Rio	(1º ao 2º) Depósito e área para func.		Não
10	50	(C) Sapatos (unisex) N: Quality Shoes	(1º ao 2º) Depósito e área para func.		Sim
11	52	(C) Sapatos (unisex) N: Gambier	(1º ao 2º) Depósito e área para func.		Sim
12	54	(C) Bijuterias N: Japa Bijuterias	(1º ao 4º) Depósito e área para func.		Sim
13	56	(C) alimentação (Restaurante) N: Gastronomia	(1º ao 4º) Não informado		Sim
14	58	(C) Sapatos (Fem.) N: Desejo dos Pés	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
15	60/ 62	(C) Sapatos (unisex) N: Charme do Pé	(1º ao 2º) Depósito e área para func.		Sim
16	64	(C) Artigos Religiosos (católicos) N: Apostolado Litúrgico*	(1º) loja Apostolado litúrgico (2) escritório da loja, depósito e área para func.	*Loja com mezanino	Sim
17	66	(C) alimentação (lanchonete) N: Rei dos Sucos	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
18	68	(C) Sapatos (Fem.) N: S /nome	(1º ao 2º) Depósito e área para func.		Sim
19	70	(C) Artigos esportivos N: Sport Lazer	(1º) Depósito e área para func.		Sim
20	72	(C) Sapatos (Fem.) N: Sonho dos Pés	(1º ao 2º) Depósito e área para func.		Sim
21	74	(C) Sapatos (unisex) N: Street Shoes	(1º) Depósito e área para func.		Sim
22	76	(C) alimentação (lanchonete) N: S/ nome	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
23	78	(C) vestuário (unisex) N: Hering	(1º ao 2º) Depósito e área para func.		Sim
24	80-84	a. (S/U) b. (C) produtos naturais N: Dona Mundo Verde c. (S/U)	a. (1º ao 2º) sem uso b. (1º ao 2º) Depósito e área para func. c. (1º ao 2º) sem uso		Sim

Rua do Ouvidor (Lado ímpar)					
25	161*	<b>_Para a Rua Gonçalves dias</b> a. (C) Vestuário Feminino N: Mantra b. (C) Sapatos (Fem.) N: NHC Shoes c. (C) Vestuário feminino N: Afegan <b>_Para a Rua do ouvidor</b> d. (C) Vestuário Feminino N: Miss B. e. (C) Vestuário Feminino N: Corpo & Alma f. (C) Sapatos e bolsas (fem.) N: Peccato g. (C) Vestuário Feminino N: Coany <b>_Para a Rua Uruguaiana</b> h. (C) vestuário Feminino N: Claudia Simões a. (C) Vestuário Feminino N: Maha mantra j. (C) Vestuário Masculino N: HBS l. (C) Vestuário Masculino N: Maha man	Edifício Paço do Ouvidor (Térreo) Galeria de Lojas (1º) lojas e acesso aos andares do edifício (2º ao 15º) Salas de escritório	*Esquina com a Rua Uruguaiana (Nº88) e Rua Gonçalves Dias	Não
Rua Gonçalves Dias (Lado Ímpar)					
26	71	(S/U) Sem uso (reforma)	(1º) Sem uso		Sim
27	65*	(S) Banco N: Banco Cédula	(1º ao 9º) e (1º ao 4º) Banco Cédula	*São dois prédios (65 e 67)	Não
28	61*	a. (S/U) (reforma) b. (S/U) c. (C) Vestuário feminino N: Missiza	a. (1º) sem uso b. (1º ao 2º) sem uso c. (1º ao 2º) Depósito e área para func.	*São dois prédios (61 e 59/57)	Sim
29	55	(C) Vestuário feminino N: Karamello	Edifício (1º ao 5º) Salas de comércio e serviços		Não
30	51	(C) alimentação (Cafeteria) N: Starbucks Coffee	Edifício Centro Empresarial Tiradentes (1º ao 8º) Salas de escritório		Não
31	49	(C) vestuário feminino N: Folic	(1º) 2 níveis de mezaninos (2º) Depósito e área para func.		Sim
32	47	(C) Bijuterias N: KK.it	(1º ao 2º) Depósito e área para func.		Sim
33	45	(C) Vestuário feminino N: Enjoy	(1º ao 2º) Depósito e área para funcionários		Sim

34	43	(C) alimentação (restaurante) N: Deli – 43 Pavelka *	(1º) Área para funcionários e cozinha	* Com mezanino	Sim
35	41	(C) Vestuário unissex N: Casa Blanca	(1º) Depósito e área para func.		Sim
36	39	(S/U) (reforma)	(1º ao 2º) Sem Uso		Sim
37	37	(C) Sapatos e bolsas fem. N: Luz da Lua	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
38	35	(C) Sapatos Unissex N: Barrage	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
39	33	(C) vestuário masculino* N: Estilo**	(1º) Costureiras e depósito (2º) Escritório da loja e área para funcionários	* 42 anos na mesma loja ** Loja com elevador antigo (anterior a loja Estilo)	Sim
40	31	(C) vestuário feminino N: Mademoiselle	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
41	29	(C) prod. Cosméticos N: Shampoo	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
42	27	(C) Sapatos e bolsa fem. N: Antonella	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
43	25*	(C) vestuário masculino N: DYSK	(1º e 2º) Depósito e área para funcionários	*Esquina Com a Rua Sete de Setembro	Sim
<b>Rua Sete de Setembro (Lado Par)</b>					
44	108	(C) vestuário masculino N: Sem nome	(1º ao 2º) Depósito e área para funcionários		Sim
<b>QUADRA 6</b>					
					
<b>Nº</b>	<b>Nº Ed.</b>	<b>Térreo _ Tipo de Uso(s)</b>	<b>Andar(es) e Uso(s)</b>	<b>Observações</b>	<b>Ant. 1938</b>
<b>Rua Uruguiana (Lado Par)</b>					

1	10*	<b>_Para a Rua Uruguiana</b> a. (C) vestuário masculino N: Aldeia dos Ventos <b>b. (C) alimentação</b> (lanchonete) N: Dona Empada <b>c. (C) artigos esportivos</b> N: Força da Natureza <b>d. (C) alimentação</b> (lanchonete) N: Rei do Mate <b>e. Sem uso</b> <b>_Para a Rua Gonçalves dias</b> <b>f. (C) Perfumaria</b> N: Violeta Perfumaria	Edifício Largo da Carioca (subsolo) Lojas e acesso aos andares do prédio (1º ao 25º) Salas de escritório e serviços	*Esquina com a Rua da Assembleia e com a Rua Gonçalves Dias (Nº5)	Não
2	12	(C) Sapatos Fem. N: Richa's	Edifício Uruguiana (1º ao 8º) Salas de escritório		Não
3	14	(C) Roupa de cama, mesa e banho N: First Class	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
4	16	(S) Banco de crédito N: Crefisa	(1º) Escritório do banco		Sim
5	18	(C) produtos energéticos e naturais N: Terra Vitta	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
6	20/ 22	(S) Banco de crédito N: IBI	(1º ao 6º) Sala de treinamento, de reunião, caixa da empresa, etc.		Sim
7	24*	(C) alimentação (lanchonete) N: Vita Sucos	(5) uso não informado (aparentemente sem uso)	*Esquina com a Rua Sete de Setembro	Sim
<b>Rua Sete de Setembro (Lado Ímpar)</b>					
8	129/1 27	(C) alimentação (fast food) N: KFC *	(1º) Área para funcionários	* Loja com mezanino	Sim
9	125	(C) Papelaria N: Papelaria da Cidade	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
10	123	(C) Sapatos Fem. N: Vivianne Lee	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
11	121	(C) Sapatos Fem. N: Sonho dos Pés	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
<b>Rua Gonçalves Dias (Lado Ímpar)</b>					
12	19*	<b>a. (C) vestuário feminino</b> N: Avelã <b>b. (C) Sapatos Fem.</b> N: Clube Melissa	(1º e 2º) salas de escritório	*Esquina com a Rua Sete de Setembro	Não
13	17	(C) Sapatos N: Clube Melissa	(1º) Depósito		Não
14	15	(C) vestuário feminino N: Scrap	(1º) Depósito e área para func.		Sim
15	13	(C) Sapatos Fem. N: Arezzo	(1º) loja		Sim

**QUADRA 7**



Nº Lev	Nº Ed.	Térreo _ Tipo de Uso(s)	Andar(es) e Uso(s)	Observações	Ant. 1938
<b>Rua da Assembleia (Lado Par)</b>					
1	100*	(S) Banco N: Citibank	(1º) Citibank (2º ao 30) Sls. de esc.	*Esquina com a Rua Gonçalves Dias	Não
<b>Rua Gonçalves Dias (Lado Par)</b>					
2	10	(C) Loja de alimentação (confeitaria e restaurante) N: Itajaí	(1º) Salão da loja (2º ao 3º) administrativo		Não
3	16	a. (C) joias N: Joalheria Glorinha b. (C) vestuário infantil N: Spooky c. (C) Loja de vestuário feminino N: Varadero d. (C) vestuário feminino N: Sinthonia e. (C) Alimentação (lanch.) N: Vitória f. (C) vestuário feminino N: Looxx	(1º ao 4º) Não informado		Sim
4	18*	a. (C) Sapatos unissex N: Mr. Cat b. (C) Sapatos fem. N: Ferni c. (C) vestuário feminino N: Night and day	(1º ao 3º) Não informado	*Esquina com a Rua Sete de Setembro	Sim
<b>Rua Sete de Setembro (Lado Ímpar)</b>					
5	111	a. (S) Banco N: Itau b. (C) utilidades domesticas N: Lojas Magal	Edifício Cidade do Carmo (1º ao 35º) Salas de escritório		Não

**QUADRA 8**



Nº Lev	Nº Ed.	Térreo _ Tipo de Uso(s)	Andar(es) e Uso(s)	Observações	Ant. 1938
<b>Rua Sete de Setembro (Lado Par)</b>					
1	96	(C) Sapatos Fem. N: Nativa	(1º ao 3º) Depósito e área para func.		Sim
2	98*	a. (C) Bijuteria N: Fiz & Pan b. (C) vestuário fem. N: Get Fashion c. (C) Vestuário fem. N: Dange d. (C) Sapatos unissex N: Gold Shop e. (C) Sapatos fem. N: NHC Shoes f. (C) Ótica N: Visão	Edifício 7 de Setembro (1º) Sobreloja (2º ao 12º) Salas de Escritório	*Esquina com a Rua Gonçalves Dias	Não
<b>Rua Gonçalves Dias (Lado Par)</b>					
3	28	(C) Bijuteria N: Bijoutery	(1º) Depósito e área para func.		Sim
4	30	(C) Vestuário feminino N: Rapsódia	(1º ao 6º) Salas comerciais, e de serviço.		Não
5	32-36	(C) alimentação (café/confeitaria) N: Confeitaria Colombo	(1º) salão confeitaria (2º ao 3º) administrativo		Sim
6	38	(C) Telefonía N: Oi	(1º ao 7º) Salas comerciais, e de serviço.		Não
7	40*	a. (C) Vestuário fem. N: sem nome (C) Sapatos mas. N: Londres Classic	Associação dos Empregados no Comércio (1º ao 6º) Salas de escritório	*Galeria com ligação para a Avenida Rio Branco Nº 120	Não
8	46	(S/L)	Ed. Empresarial (1º ao 7º) Salas de escritório		Não
9	50	(S) Banco N: Banco do Brasil	(2) Escritório do banco		Sim

10	56*	a. (C) vestuário feminino N: Shop 126 b. (C) Perfumaria N: O Boticário c. (C) Vestuário unissex N: Taco	Shopping Candelária (1º) Sobreloja (2º ao 8º) Salas de escritório e serviço	Galeria térrea com lojas	Não
11	62	(C) vestuário unissex N: Opção	(1º ao 2º) Depósito e área para funcionários		Sim
12	64	(C) Sapatos fem. N: Pontapé	(1º ao 5º) Salas de escritório		Não
13	68	(C) vestuário masculino N: Toulon	(1º ao 2º) não informado		Sim
14	70*	(C) vestuário feminino N: Mercatto	(1º ao 2º) não informado	*Esquina com a Rua do Ouvidor	Sim
<b>Rua do Ouvidor (Lado Ímpar)</b>					
15	155	(C) Vestuário fem. N: Strike	(1º ao 2º) Depósito, administrativo e costureiras		Sim
16	153	(C) Sapatos fem. N: Sonho dos Pés	(1º) Depósito		Sim
17	151	(C) Vestuário masc. N: Mahaman	(1º) Depósito		Sim
18	149	(C) Vestuário noivas N: Casa Assuf	(1º) Costureiras e administração	*loja com mezanino	Sim
19	147	(C) Vestuário fem. N: Vide verso	(1º) Depósito e área de funcionários (2º) sem uso		Sim
20	145	(C) Vestuário fem. N: Lirity	(1º) Depósito e área de funcionários (2º) sem uso		Sim
21	143	(C) Vestuário fem. N: Verty	(1º ao 2º) uso não informado		Sim
22	141	(C) Bijuterias N: Rillam	(1º) Sem uso		Sim
23	139	(C) Galeria com quiosques de venda de roupas e etc. N: Galeria do Ouvidor	(1º) Quiosques de venda de produtos de informática e etc. (2º) Administração		Sim
24	137	(C) Sapatos fem. N: Botanopé	(1º) Sem uso ("guardar coisas velhas", segundo gerente)		Sim
25	135	(C) Roupa íntima N: Lumir	(1º) Depósito		Sim
26	133	(C) Sapatos fem. N: Stylus	(1º ao 2º) área de funcionários e depósito.		Sim
27	131	(C) Vestuário fem. N: Luv	(1º ao 2º) área de funcionários e depósito.		Sim
28	129	(C) alimentação (venda de biscoitos e doces) N: Toca do Biscoito	(1º ao 2º) área de funcionários e depósito.		Sim
29	125	(C) Departamento / Vestuário fem. N: Marisa*	(1º ao 2º) Loja **	* Loja abrange o nº 123. ** Sem acesso as janelas	Sim

30	123	(C) Departamento / Vestuário fem. N: Marisa*	(1º ao 2º) Loja **	* Loja abrange o nº 125. ** Sem acesso as janelas	Sim
31	121*	(C) Alimentação (fast food) N: Burger King	Ed. Segurabil (1º ao 28º) Salas de escritório	*Esquina com a Avenida Rio Branco (Nº 102)	Não
<b>QUADRA 9</b>					
Nº Lev	Nº Ed.	Térreo _ Tipo de Uso(s)	Andar(es) e Uso(s)	Observações	Ant. 1938
<b>Rua Miguel Couto (Lado Ímpar)</b>					
1	3/5*	(C) vestuário unissex N: Opção	(1º ao 6º) administrativo da rede OPÇÃO	* São dois prédios	Sim
2	7	(C) venda de apartamentos (construtora) N: Tenda	(1º ao 5º) administrativo da loja		Sim
3	9	(C) vestuário masculino N: Mr. Fortune	(1º ao 3º) Depósito		Sim
4	13-17*	a. (C) malas e bolsas N: Baggagio b. (C) Sapatos masc. N: Dom amarin c. (C) Alimentação (lanchonete) N: Bela Mix	(1º ao 4º) sem uso	*Esquina com a Rua do Rosário (Nº 129)	Sim
<b>Rua do Rosário (Lado Ímpar)</b>					
5	131	(C) Farmácia N: Drogeria Nações	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
6	133	(S) Salão de Beleza N: Werner	(1º e 2º) não informado		Sim
7	135/137	(C) alimentação (restaurante) N: Delírio Tropical	Edifício Santos (1º ao 5º) Salas de escritórios		Não
8	141*	a. (C) Roupas íntima N: Lupo b. (C) Vestuário infantil N: Safari Kids c. Sem uso (reforma)	(Térreo) lojas (galeria com acesso a Rua do Ouvidor) (1º ao 2º) Lojas (galeria) (3º ao 8º) Salas de escritórios e serviços	* Edifício abrange o Nº 130 da Rua do Ouvidor	Não

9	145	(C) alimentação (restaurante) N: Mariam	(1º) não informado		Sim
10	147	(C) Farmácia N: Cristal	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
11	149	(C) alimentação (restaurante) N: Parmê	(1º) Salão do restaurante (2º) não informado		Não
12	151	(S) Centro médico	(1º ao 9º) Centro Médico		Não
13	155	(C) Sem uso	(1º ao 5º) Sem uso		Não
14	157	(C) quiosques de informática N: Info Box	(1º ao 2º) quiosques de informática		Sim
15	159	(C) alimentação (restaurante) N: Churrascaria Nova Rosário*	(1º e 2º) cozinha Depósito e área para funcionários	* loja com mezanino	Sim
16	161	(C) alimentação (restaurante) N: Montteros Grill	(1º) Salão do restaurante		Sim
<b>Rua Gonçalves Dias (Lado par)</b>					
17	84	a. (C) vestuário feminino N: Morena Rosa b. (C) bolsas N: s/nome c. (C) Loja de bolsas N: s/nome	(1º ao 6º) Salas de escritório e serviços		Não
18	82/ 80	a. (C) vestuário masculino N: Sem nome b. (C) Loja de alimentação (lanchonete) N: Opos	Edifício Frei Miguel de Contreiras (1º ao 8º) Salas de escritório e serviços		Não
19	78	(C) vestuário de casamento N: Glória Noivas	(1º ao 10º) Salas de escritório e serviços		Não
20	76	(C) vestuário masc. N: Colombo	(1º ao 8º) administrativo da loja		Não
21	74	(S) Banco N: Bradesco	(1º ao 6º) Bradesco	*Esquina com a Rua do Ouvidor (Nº 152)	Não
<b>Rua do Ouvidor (Lado Par)</b>					
22	150	(C) Sapatos fem. N: Clube Melissa	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
23	148	(C) vestuário feminino N: Chifon	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
24	146	(C) vestuário feminino N: Fissura	(1º ao 3º) Depósito e área para funcionários		Sim
25	144	(C) vestuário feminino N: Arrazo	(1º e 2º) Depósito e área para funcionários		Sim
26	142	(C) vestuário unissex N: Old Factory	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim

27	140	(C) perfumaria N: Free Port	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
28	138	(C) vestuário feminino N: Madame Ms.	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
29	136	(S/U)	(1º ao 2º) Sem uso		Sim
30	134	(C) sapatos fem. N: Pontapé	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
31	132	(S/U)	(1º ao 2º) Sem uso		Não
32	130*	a. (C) Vestuário Masculino N: Estílo b. (C) sem uso	(Térreo) lojas (galeria com acesso a Rua do Ouvidor) (1º ao 2º) Lojas (galeria) (3º ao 8º) Salas de escritórios e serviços	* Edifício abrange o N° 141 da Rua do Rosário	Não
33	126	(C) sapatos fem. N: Sapatella	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
34	124	(C) Vestuário Masculino N: Tezzuti	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
35	122	(C) bijuterias N: Fiz & Pan	(1º e 2º) Depósito e área para funcionários		Sim
	120	(C) artigos de presente N: 120 artigos de presente	(1º e 2º) Depósito e área para funcionários		Sim
36	118	(C) vestuário masculino N: Aldeia dos ventos	(1º ao 9º) Salas de escritórios e serviços		Sim
37	116	(S) Venda de plano de saúde N: Unimed	(1º ao 3º) Administrativo da UNIMED		Sim
<b>Avenida Rio Branco (Lado Par)</b>					
38	100	(C) alimentação (fast food) N: McDonald's	(1º ao 22º) Salas de Escritório		Não

**QUADRA 10**



Nº Lev	Nº Ed.	Térreo _ Tipo de Uso(s)	Andar(es) e Uso(s)	Observações	Ant. 1938
<b>Avenida Rio Branco (Lado Par)</b>					
1	92	a. (C) Vestuário masc. N: Borelli b. (S) Lotérica	Casa Simpatia (1º ao 2º)		Sim
<b>Rua do Rosário (Lado Par)</b>					
2	s/nº	(R) Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Boa Morte	(1º e 2º) igreja		Sim
3	23*	a. (C) Sem uso (reforma) b. (C) alimentação (lanchonete) N: Mega Mate	(1º ao 9º) Salas de escritório e serviços	*Esquina com a Rua do Rosário, endereço na Rua Miguel Couto, Nº 23	Não
4	130	(C) alimentação (restaurante) N: Sem nome	(1º ao 2º) Depósito e área para funcionários		Sim
5	132	(C) vestuário fem. N: Casula Street	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
6	134	(S) Cartório N: 12º Ofício de Notas	(1º) administrativo do cartório		Sim
7	136	(S) Empresa de turismo N: CVC	(1º ao 3º) administrativo e área para funcionários		Sim
8	138	(C) produtos de informática N: Bazar informática	(1º) sem uso		Sim
9	140	(C) alimentação (restaurante) N: Spoleto*	(1º) Administrativo e área para funcionários	* loja com mezanino	Sim
10	142	(C) alimentação (restaurante) N: Biasibetti Grill	(1º) Administrativo e área para funcionários		Sim
11	144	(C) Artigos decorativos e presentes N: Pra Kasa	(1º e 2º) Depósito e área para funcionários		Sim
12	146	(C) Perfumaria e cosméticos N: Free Belle	(1º) Depósito e área para funcionários		Sim
13	148	(C) alimentação (restaurante) N: Damasco Restaurante Árabe*	(1º e 2º) Administrativo e área para funcionários	* loja com mezanino	Sim
14	150	(C) Perfumaria e cosméticos N: Prima Qualitá	(1º e 2º) Depósito e área para funcionários		Não
15	152	(C) alimentação (restaurante) N: Caçarola	(1º) Administrativo e área para funcionários		Sim
16	154	(C) alimentação (restaurante) N: Temperos do Rosário	(1º) Administrativo e área para funcionários		Sim
17	156	(C) Ótica N: Ótica Golden do Bairro	(1º ao 5º) não informado		Não
18	158	(C) Ótica N: Óticas do Povo	(1º ao 5º) não informado		Não
19	160*	a. (C) Bijuterias N: Pink Biju b. (S) Banco de crédito e empréstimos	Edifício Patrimônio (1º ao 20º) Salas de escritórios e	* Esquina com a Praça Olavo Bilac	Não

		N: Cacique c. (C) roupa de cama, mesa e banho N: First Class d. (C) artigos religiosos (evangélicos) N: Canção nova	serviços		
<b>20</b>	164*	(C) floricultura N: Camélia Flôres	(2) Detro – Secretária de Estado de Transportes / Departamento de Transportes Rodoviários	*Na Praça Olavo Bilac	Não
<b>21</b>	168*	Banco de crédito N: Credicard	(1º e 2º) administrativo do banco	* Esquina com a Praça Olavo Bilac	Sim
<b>22</b>	170	(C) alimentação (restaurante) N: Predilectum	(1º ao 3º) Salas de escritório e serviços		Sim
<b>23</b>	172	(C) alimentação (restaurante) N: D. Almeida	(1º ao 5º) Salas de escritórios e serviços		Não
<b>24</b>	174	(C) Eletrodomésticos N: Tele Rio*	(1) Depósito e área para funcionários (5)* Depósito e área para funcionários	*Loja abrange o N° 110 da Rua Uruguaiana, esquina com a Rua do Rosário,	Sim

